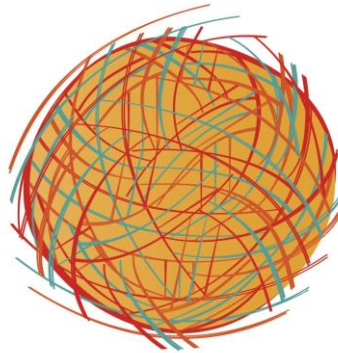


Zilda Gaspar Oliveira de Aquino
Adriano Dantas de Oliveira
Emilson José Bento
Margibel Adriana de Oliveira
Thiago Jorge Ferreira Santos
Vivian Pontes
(Orgs.)



V EPED
ENCONTRO DE PÓS-GRADUANDOS EM
ESTUDOS DISCURSIVOS DA USP

Linguagem, Estratégia e (Re)Construção

São Paulo, 2014

Paulistana
~ Editora ~

Copyright © 2014 Dos organizadores

Revisão Técnica

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino
Adriano Dantas de Oliveira
Emilson José Bento
Margibel Adriana de Oliveira
Thiago Jorge Ferreira Santos
Vivian Pontes

Diagramação e webdesigner

.....

Conselho editorial

Ana Elvira Gebara (UNICSUL)
Ana Rosa Dias (USP)
Anselmo Lima (UTFPR)
Beatriz Daruj Gil (USP)
Cleide Lúcia da Cunha Rizério e Silva (CSM)
Diósnió Machado (USP)
Eduardo Lopes Piris (UESC)
Eliane Gouvêa Lousada (USP)
Elisa Guimarães (UM)
Elizabeth Harkot-de-La-Taille (USP)
Flávia Sílvia Machado (USP)
Helcius Batista Pereira (USP)
Hudnilson Urbano (USP)
Iara Bemquerer Costa (UFPR)
Lineide do Lago Salvador Mosca (USP)
Luiz Antonio da Silva (USP)
Maria Lúcia da Cunha V. de O. Andrade (USP)
Moisés Olímpio Ferreira (Liceu Pasteur)
Paulo Roberto Gonçalves Segundo (USP)
Renata Palumbo (FMU)
Sheila Vieira de Camargo Grillo (USP)
Viviane Ramalho (UNB)
Zilda Gaspar Oliveira de Aquino (USP)

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago
Vice-Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Diretor: Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu
Vice-Diretor: Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Chefe: Prof. Dra. Marli Quadros Leite
Suplente: Prof. Dra. Paula da Cunha Corrêa

Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

Coordenadora: Prof. Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo

AQUINO, Z. G. O.; BENTO, E. J.; OLIVEIRA, A. D.; OLIVEIRA, M. A.; PONTES, V.; SANTOS, T. J. F. (Orgs.). **Linguagem, Estratégia e (Re)Construção**. São Paulo: Editora Paulistana, 2014. 308p. ISBN 978-85-99-82972-1. Disponível em: <http://eped.fflch.usp.br/>

1. Linguagem 2. Estudos do Discurso. 3. Análise do Discurso. 4. Semiótica. 5. Retórica. 6. Filologia. 7. Retórica. 8. Literatura. 9. Gêneros discursivos. 10. Discurso Jornalístico.

Os artigos publicados nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores.

SUMÁRIO

Prefácio	6
<i>Elis de Almeida Cardoso</i>	
1. O papel do contexto no processo de constituição do texto	9
<i>Elisa Guimarães</i>	
2. O dialogismo, a literatura e as demais manifestações languageiras: elas por ele, ele por elas	21
<i>Renata Coelho Marchezan</i>	
3. Contribuição da Análise de Discurso Crítica para práticas de ensino-aprendizagem de português como língua materna	33
<i>Viviane Ramalho</i>	
4. A trilogia retórica associada à <i>melos</i>: análise discursiva de canções buarquianas sob o enfoque da tensividade	53
<i>Adriano Dantas de Oliveira</i>	
5. Simulação do turno conversacional em narrativas ficcionais – o caso das histórias em quadrinhos	74
<i>Agnaldo dos Santos Holanda Lopes</i>	
6. As estratégias de (des/re)construção imagética e discursiva na tradução literária	95
<i>André Luiz Ming Garcia</i>	
7. Divulgação científica no facebook: relações dialógicas entre enunciados científicos e os das demais esferas ideológicas	107
<i>Artur Daniel Ramos Modolo</i>	

8. Da escrita para a fala e da fala para a escrita: uma pesquisa sobre tais caminhos.....	120
<i>Fabiane de Oliveira Alves</i>	
9. O corpo polifônico: a actorialização em heróis dostoievskianos.....	133
<i>Marcos Rogério Martins Costa</i>	
10. Considerações sobre o Discurso do Jornalismo <i>online</i> sobreposto ao Discurso Jurídico.....	151
<i>Margibel Adriana de Oliveira</i>	
11. Psicogênese da língua escrita: a divulgação dos resultados de pesquisa e a construção do discurso de uma “revolução conceitual”	166
<i>Mariana Máira Albuquerque Pesirani</i>	
12. O léxico na formação da imagem – Polícia vs bandido no jornal <i>Meia hora de notícias</i>: Humor como instrumento de dominação.....	179
<i>Mayara Sousa</i>	
13. Língua Portuguesa e literatura timorense: (re)construção de um país?.....	193
<i>Patrícia Trindade Nakagome</i>	
14. Estudo da autoria em textos do século XVI: contribuições da área discursiva....	204
<i>Rejane Centurion Gambarra e Gomes</i>	
15. A correspondência que “em si contém a mais exata instrução que se pode remeter” – estudo da linguagem em documentos manuscritos oficiais setecentistas.....	220
<i>Renata Ferreira Munhoz</i>	
16. Discurso presidencial no âmbito da política externa: análise do papel referencial-argumentativo da metáfora.....	236
<i>Renata Palumbo</i>	

17. O emprego ambíguo das aspas no gênero jornalístico informativo.....253

Rodolfo Vianna

**18. A aprendizagem do gênero textual projeto de pesquisa por futuros
pesquisadores.....274**

Thiago Jorge Ferreira Santos

**19. Gênero discursivo e responsividade na divulgação científica do século XIX: uma
leitura bakhtiniana.....292**

Urbano Cavalcante Filho

PREFÁCIO

CONSTRUIR E RECONSTRUIR: A LINGUAGEM E SUAS ESTRATÉGIAS

Elis de Almeida Cardoso¹

O que acho é que existe uma relação bastante estreita entre estruturas sociais e estratégias linguísticas, não as estruturas linguísticas, mas as estratégias linguísticas, ou seja, entre usos linguísticos e estruturas sociais simplesmente, porque essa relação entre linguagem e sociedade se dá pela cultura e pela situação em que as pessoas vivem e por aquilo que as pessoas querem fazer.

(Luiz Antônio Marcuschi)

Reunindo trabalhos apresentados na edição de 2013 do Encontro de Pós-Graduandos em Estudos do Discurso da Universidade de São Paulo, este quinto volume, com o título “Linguagem, Estratégia e (Re)Construção”, vem agora a público com dezenove capítulos, que têm por objeto de análise o texto, o contexto, o discurso. Sob o enfoque da Análise do Discurso francesa, da Análise Crítica do Discurso, da Linguística Textual, dos estudos bakhtinianos, tanto professores convidados como alunos de pós-graduação revelam aqui os principais resultados de suas pesquisas.

O EPED, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), teve início em 2009 com o objetivo de criar um espaço para a discussão e para a divulgação dos estudos discursivos realizados na USP, congregando as diferentes tendências teóricas presentes nessa linha de pesquisa. Os quatro

¹ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa.

volumes anteriores, intitulados “Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP”, “Abordagens metodológicas em estudos discursivos”, “O gênero em diferentes abordagens discursivas”, “Discurso em suas pluralidades teóricas”, todos disponíveis em <http://www.epedusp.com.br/publicacoes.html>, sintetizam esses resultados e mostram o fortalecimento de um evento acadêmico, que nasceu da iniciativa dos alunos de pós-graduação.

O volume atual vem consolidar esse intercâmbio de informações, favorecendo o diálogo constante com as disciplinas relacionadas com os estudos do texto e do discurso.

Dentre os pesquisadores convidados, contribuem para este volume Elisa Guimarães (Mackenzie/USP), Renata Coelho Marchezan (UNESP) e Viviane Ramalho (UnB). Elisa Guimarães apresenta “O papel do contexto no processo de constituição do texto”, explorando os fatores que condicionam a interação texto/discurso no processo de comunicação à luz da Análise do Discurso de linha francesa e da Linguística Textual. Renata Coelho Marchezan assina “O dialogismo, a literatura e as demais manifestações languageiras: elas por ele, ele por elas”. Em seu texto, a autora trata da relação dialógica entre a linguagem artística e a linguagem prática. De Viviane Ramalho, o capítulo “Contribuição da Análise de Discurso Crítica para práticas de ensino-aprendizagem de português como língua materna” reflete sobre a formação de educadores e sua capacidade de analisar criticamente tanto os discursos que circulam na sociedade como suas próprias práticas docentes.

São muitos os universos discursivos utilizados como objeto de análise pelos pós-graduandos-autores. O discurso literário é explorado. O discurso jurídico e o jornalístico não deixam de estar presentes nas análises. Das canções de Chico Buarque, chega-se ao facebook, passando-se antes pelas histórias em quadrinhos, pelos projetos de pesquisa, pelas personagens de Dostoievsky.

Do oral para o escrito, do escrito para o oral, a linguagem vai sendo construída e reconstruída a cada capítulo. A pesquisa vai aparecendo a cada página. Seja pelo humor, seja pela escolha da metáfora, ou até mesmo pelo uso das aspas, o discurso é

aqui o objeto de estudo. Analisam-se nos capítulos os usos linguísticos, estabelecendo-se relações entre linguagem e sociedade.

É por meio dos estudos do discurso que se extraem os sentidos dos textos, que se observam as relações entre língua e ideologia, que se compreendem as transformações do homem e da realidade em que ele vive. Fica, para o leitor, um convite para conhecer um pouco mais sobre as pesquisas que vêm se desenvolvendo nessa área, e, para os organizadores desta publicação, ficam os agradecimentos pelo empenho e pelo resultado obtido.

1. O PAPEL DO CONTEXTO NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO TEXTO

Elisa Guimarães²

Resumo: *Tem-se em mira explorar os fatores que condicionam a interação texto/discurso no processo de comunicação. Propostas da Análise do Discurso de linha francesa, bem como diretrizes da Linguística Textual alicerçam as considerações conducentes à apreensão da importância do consórcio texto/contexto. Considera-se esse consórcio como uma das condições para percepção dos efeitos de sentido decorrentes dos recursos linguísticos e discursivos que permeiam a estrutura textual/discursiva. Dá-se ênfase à questão do contexto de cultura como fonte de sustentação do contexto de situação – o que permite concluir ser o contexto fator indispensável para a condução exata do processo interpretativo do texto/discurso.*

Palavras-chave: *interação; texto; discurso; contexto cultural; contexto de situação.*

1. Texto e Contexto

O homem usa a linguagem, sobretudo para expor conteúdos e relacionar-se com o outro por meio de um processo natural de organização textual – o que faz do texto um processo dinâmico no qual o falante utiliza a linguagem como instrumento de comunicação num contexto particular, para expressar significados e fazer efetivar suas intenções.

Completa-se a noção de texto tendo-se em perspectiva os elementos intratextuais e contextuais – o que significa a necessidade de conhecimento da mensagem e o das circunstâncias que a rodeiam, para um exercício pleno de

² Professora Titular do Programa de Pós-Graduação da área de Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. eguimaraes@mackenzie.br

interpretação. As circunstâncias que rodeiam a mensagem configuram-se como o contexto em que ela se situa.

Da falta de sua contextualização pode resultar o desentendimento de seu significado, uma vez que o texto está ligado ao contexto. Assim, por exemplo, num enunciado sem o nome do remetente – “passarei aqui amanhã” – compreende-se o significado, mas não se apreende a mensagem, por falta de contextualização.

Das determinações contextuais depende, por exemplo, a adequada interpretação da função do texto, de seu caráter, da unidade ou variedade de registros, até mesmo do próprio esquema textual.

Liga-se esse fato à necessidade do exame do contexto de produção, ou seja da verificação de onde procedem os textos, quem é o autor, quais os destinatários, com que intenção foram elaborados.

A interpretação do texto implica, pois, saber quem são o falante e o ouvinte, o tempo e o espaço da produção do discurso, bem como a relação entre o falante e o enunciado na ocasião particular do uso da língua.

Assim, explorar o contexto possibilita resgatar o sentido ad hoc de uma determinada expressão, considerando-se os interlocutores, os acontecimentos supostamente compartilhados, os objetivos adotados, o local e o tempo da interação, os papéis sociais dos sujeitos, bem como os aspectos histórico-sociais.

O ato social, no caso do professor, por exemplo, é um instrumento de reprodução social, na medida em que procura concretizar, na sala de aula, nos campos científicos, e no campo das ideias em geral, os seus interesses pedagógico-científicos – do que resulta um efeito de reprodução social. O próprio espaço da sala de aula, que é solidário de toda instituição escolar, representa toda a estrutura social que está presente em cada interação.

Sob a influência da pragmática, as Teorias de Texto passam a compreender texto e contexto como objeto de análise. Em torno de 1980, surgem abordagens que

consideram as condições externas do texto como também relevantes na sua significação.

O discurso político, por exemplo, é um ato de fala em que o falante e os ouvintes compartilham o contexto de uma maneira muito especial e bem definida, uma vez que o político aspira ao poder da governança dos ouvintes e estes, por sua vez, por sua parte, são os juízes que, com seu voto, ratificam o cumprimento das aspirações do orador.

Do exposto infere-se que o discurso não é passivo em relação ao contexto, não é um simples efeito dele, mas é constitutivo de sua contextualização. O sentido do texto organiza-se no jogo interno de dependências estruturais e nas relações com o que está fora dele – do que se pode ainda inferir sobre a questão da enunciação. Esta não se esgota nas marcas observáveis no enunciado, mas, a partir dessas marcas, projeta-se no nível implícito da significação do texto/discurso (VAN DIJK, 1978, p. 93).

A consideração do discurso como um todo, como texto contextualizado, realiza uma sinonímia entre enunciação e contexto, de um lado, e entre enunciado e texto, de outro. Essa sinonímia reforça os princípios tratados sobre os dois conceitos em mira – texto e contexto – cujo uso é privilegiado por quem adota uma perspectiva pragmática ante o problema da enunciação.

O texto deve ser visto em seu contexto e não pode ser completamente entendido e interpretado apenas por meio de uma análise de elementos linguísticos. O conhecimento em torno do texto em si é insuficiente. O conhecimento do gênero, que depende do conhecimento além daqueles relevantes ao próprio texto, é uma ferramenta primordial para quem trabalha com textos em situações profissionais.

O “corpus” estudado em análise do Discurso é sempre um fragmento discursivo. Na maior parte dos fragmentos discursivos há um conjunto de elementos internos que procedem de movimentos precedentes ao fragmento concreto em estudo. Esses elementos se introduzem no contexto precedente e formam parte do

que se denomina “domínio do discurso” (KARTUNNEN, 1974, citado por Brown e Yule, 1993).

Dentro do domínio de um fragmento discursivo encontramos pessoas, lugares, entidades, sucessos, fatos, já ativados para ambos os participantes porque foram mencionados na conversação precedente.

Afirma Van Dijk: “O conceito de contexto caracteriza-se como a reconstrução teórica de uma situação comunicativa, a saber, daqueles traços que dão parte integrante das condições que fazem com que os enunciados deem resultado como atos de fala” (VAN DIJK, 1978, p. 93).

Trata-se aqui de especificação entre texto e contexto. Essas relações se estendem em ambas as direções: por um lado, certos traços textuais podem expressar ou constituir aspectos do contexto; por outro lado, a estrutura do contexto determina, até a um certo grau, de que traços(rasgos) devem dispor os textos para serem aceitos – com enunciados.

Para interpretar o contexto é necessário poder especificar quais são os fatores relevantes do contexto da enunciação e por isso há que recorrer à noção de conhecimento sociocultural ou contexto sociocomunicativo – o que temos armazenado na memória. Aí mesclamos informações acessadas em, pelo menos, dois domínios cognitivos: um advindo do conhecimento linguístico que nos torna disponível o sentido básico da palavra; outro, das informações, de diferentes naturezas, que foram sendo arquivadas em nossos domínios cognitivos ao longo do tempo.

Desses dois domínios decorre a diferenciação entre significado e sentido. Por significado entendemos o produto das correlações ativadas no cotejo do sentido básico da palavra com outras semioses que o contexto ativa.

Entendemos a construção de sentido como resultante da ativação de significados que não estão fixados às palavras, mas emergem das correlações que acionam no contexto.

Constata-se, portanto, que o sentido do contexto nasce do entrelaçamento de signos, trazendo o texto do mundo para a suplementação de sentido construída, pois trazemos o mundo dos sentidos para os significados que construímos, integrando cognição, gramática e interação. Vale dizer: ativamos e mesclamos informações que estão armazenadas como imagens linguísticas ou simplesmente conceptuais. O entrelaçamento de signos é um processo de mesclagem cognitiva. As vozes mescladas ativam e importam informações de diferentes naturezas e, ao reprocessá-las na linguagem, emergem significados originais.

Na abordagem sociocognitiva, o contexto é bem o lugar em que os signos das situações comunicativas e dos arquivos de memória acessados são gerados.

Espécie de “espaço mental” mais amplo, define-se o contexto como local transitório de construção de sentidos. É a dinamicidade das relações entre objeto, signo e interpretantes que garante seu dinamismo.

Longe, pois, de entender o contexto como uma estrutura estática da qual retiramos peças para construirmos sentidos, os significados não são propriedades das formas, mas sim valores relacionais que emergem construindo significados: emanam das relações entre entidades que integram domínios, transferem-se de um domínio para outro, mesclando-se para construir novos significados.

Tanto a integração, quanto a transferência, bem como a mescla medem o peso da dimensão entre texto e contexto.

Sob tal peso, assentam-se as relações contextuais, das quais passamos a falar.

2. Relações Contextuais

Relações contextuais podem ser definidas de muitas maneiras. Cada texto e cada passagem participa de vários contextos. Alguns são definidos em termos

linguísticos, formais; outros baseiam-se em contextos que incluam o falante e o ouvinte e suas relações e ambiência.

Para alguns autores, Halliday, por exemplo, o principal teórico da linguística sistêmico-funcional, texto e contexto são elementos indissociáveis na análise linguística: “Há um texto e há outro texto que o acompanha, texto que está “com” denominado “com-texto” (HALLIDAY, HASAN, 1989, p. 5).

Analisar a linguagem, portanto, significa atender tanto para a produção em si (o texto) como para a situação em que se instaura o discurso (o contexto). Pode-se dizer que a situação em que o discurso se circunscreve delinea a produção de sentidos.

Todas essas incidências cabem em dois tipos de contexto: o contexto de cultura e o contexto de situação. Tem-se o contexto de cultura como o ambiente em que se desenvolvem as diversas possibilidades disponíveis de uso linguístico – o potencial de produção de sentido existente na língua.

Como pontua Eggins (2004), contexto de cultura parece ser um elemento mais abstrato e geral do que contexto de situação. É visto, sobretudo, como parte de um sistema social, que compreende os panos de fundo ideológico e instrumental que dão valor ao texto e restringem seus significados. Assim, a cultura torna possível a potencialidade de produção de significados, que se circunscrevem em situações reais de uso.

Como complemento desse contexto geral e abstrato, instaura-se um contexto particular e restrito – o contexto de situação – em que se observa a concretização da comunicação em um dado ambiente particular. Assim, no campo religioso, por exemplo, o contexto amplo da cultura compreende o sagrado com todos os matizes religiosos que ele possa assumir. Sua presença circunscrita no discurso religioso assume um valor significativo na constituição do livro sagrado. E o contexto de situação delimita os traços específicos do uso da Bíblia na vivência dos variados grupos religiosos – católicos, protestantes, ecumênicos etc.

Consideram-se o contexto de cultura e o contexto de situação elementos importantes à observação da linguagem, pois integram a distinção entre o potencial (a gama de possibilidades disponíveis na linguagem) e o real (a escolha entre as possibilidades).

A análise de ambos os contextos contribui para a compreensão da maneira como os indivíduos usam a linguagem. É sua função principal permitir e condicionar a produção e compreensão dos textos.

O contexto da situação pode ser descrito em termos de campo (o que está acontecendo), de relações (quem são os participantes e seus papéis) e de modo (o canal utilizado para veicular o texto). Tem-se, assim, o quadro completo do ato comunicativo efetivado no âmbito do contexto da situação.

É momento de lembrar que o uso linguístico depende do contexto. Muitas das características de nível do discurso (por exemplo, a escolha dos assuntos, as interrupções feitas a outrem) são passíveis de serem influenciadas por vários fatores contextuais. Por exemplo, alguém poderia decidir não interromper alguém mais, ou não contar uma história, para não causar impressão negativa, ou porque pensa que o receptor não estaria interessado.

É preciso, pois, identificar o registro em que a linguagem é usada, atentando às características do contexto de situação. Segundo Halliday (1978), o registro pode ser definido como uma configuração de recursos semânticos que o membro de uma cultura, tipicamente, associa com um tipo de situação. Trata-se do potencial significativo da língua em seu real funcionamento, ou seja, na interação. Halliday (1978) ainda acrescenta que o elemento determinante da existência do registro é a experiência diária, que torna reconhecíveis entre os falantes opções linguísticas comuns à situação instaurada. O registro, portanto, compreende uma seleção particular de palavras e estruturas determinadas pelo contexto.

Vê-se serem evidentes as relações entre situações sociais e discursos. Essas situações ou alguns de seus traços – tais como a classe social, o status, o gênero, a

etnia, a idade, o poder influenciam o modo como falamos ou escrevemos. A classe, o gênero, a etnia e a origem regional são tipicamente uma parte da identidade dos falantes que eles vão “carregando” de um contexto para outro.

Na percepção predominante das relações contexto/discurso, o que influencia (controla) o discurso é o contexto. O inverso também se dá – o discurso também influencia o contexto. O discurso pode ser tomado como um dos modos de tornar visíveis os contextos, via expressão ou manifestação. As identidades sociais são “indiciadas” no discurso, que é uma forma de interação social e, como tal, reflexivamente, acaba sendo parte de seu “próprio” contexto.

Ao definirmos discurso como evento comunicativo, precisamos também considerar, por exemplo, os domínios sociais gerais em que são usados (político, jornalístico, educacional); as ações globais por eles realizadas (legislação, educação); as ações locais que produzem; o cenário atual de tempo, lugar e circunstâncias; os participantes envolvidos, assim como seus papéis sociais e comunicativos e o pertencimento a grupos (étnicos, por exemplo) e as crenças e objetivos dos participantes.

Essas e outras propriedades da situação social e da fala, principalmente aquelas podem variar, tais como seu estilo, como as coisas são ditas. Isto é, ideias semelhantes podem ser formuladas de maneiras bastante diferentes, dependendo dessas e de outras estruturas do contexto, por exemplo, nos discursos do governo ou nos debates parlamentares, em grandes cartazes ou em tabloides, para a esquerda ou para a direita. A enorme variedade de discursos na sociedade não apenas reflete as várias representações sociais suficientes, mas também, em especial, adapta-se a diferentes contextos de produção: quem disse o que, onde, quando, com que objetivos. As diferenças são em grande parte contextuais, isto é, dependem dos propósitos, das funções ou dos participantes neles envolvidos.

Cabe aqui lembrar que a noção de gênero textual/discursivo tem um papel de mediação entre o discurso e o contexto. Os debates parlamentares, por exemplo, são definidos como um gênero especialmente em termos de seus traços contextuais: o

entorno, os participantes (seus papéis, suas identidades e relações), o tipo de atividade (político) em que há envolvimento e suas bases cognitivas (objetivos, conhecimentos, crenças do grupo, ideologias etc.).

Atividades culturalmente pertinentes são mediadas pela linguagem. Sob essa perspectiva, os elementos do texto resultam de determinada interação social e precisam ser explicados em termos de elementos do contexto.

Verifica-se, nos estudos dos últimos 20 anos, uma tendência a ampliar o foco da pesquisa do texto como “produto” em suas características culturais, até o texto em seu contexto como “processo de interlocução”.

É relevante, pois a importância da análise bem como do ensino de gêneros por meio da observação da relação estreita entre texto e contexto. Dessa relação verifica-se a pertinência de ser o gênero definido como um fenômeno ao mesmo tempo social e linguístico, como um sistema de eventos comunicativos culturalmente situados, com linguagem sendo usada para viver uma dada prática social, ou seja, a linguagem que situa o gênero em um contexto de situação.

O fato de serem instrumentos que relacionam linguagem e vida social, explica serem os gêneros alterados pelas mudanças sócio-históricas – variações portadoras de efeitos de sentido para os gêneros e, conseqüentemente, para o discurso e a sociedade.

Às vezes, o gênero se define por uma feição de hibridismo, ou seja, mistura, cruzamento de gêneros. Cruzam-se por razões históricas e sociais – misturam-se gêneros de uma mesma esfera de atividades. Dois discursos religiosos, por exemplo, o sermão e a oração se cruzam.

Como se sabe, para Bakhtin, gêneros do discurso e atividades são mutuamente constitutivos. Gênero é uma categoria que orienta a atenção, como dissemos, para o mundo social.

É importante lembrar ainda dois procedimentos possíveis para a identificação do gênero: um procedimento textual/linguístico e um procedimento contextual. O procedimento textual compreende reflexões sobre a estrutura do gênero, o estilo e o conteúdo. Cabem no procedimento contextual a identificação da comunidade, seus valores, suas expectativas, seu repertório de gêneros.

Combinam-se, pois, as noções de registro e de gênero no âmbito das relações contextuais.

3. O contexto à luz da Linguística Textual

A Linguística Textual atribui ao contexto papel primordial nos processos de constituição e de interpretação do texto, bem como distingue diferentes fases articuladas com várias concepções de contexto. Assim, inicialmente, no período da chamada “análise transfrástica”, que consistiu na valorização do estudo das relações sintático-semânticas entre dois ou mais enunciados (ELIAS, V. M. e KOCH, I., 2006, p. 60), considerou-se o contexto apenas como o entorno verbal, isto é, o contexto. Deu-se relevância ao sistema de sequenciação das ideias, disciplinadas pela reiteração dos mesmos referentes, sob formas diversas.

Nessa fase, o contexto configurava-se como uma série de elementos recuperadores do texto, ou seja, acentuava-se o processo da referenciação, por meio das diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes. Esses elementos, em vez de serem interpretados semanticamente pelo seu sentido próprio, relacionam-se a outros elementos necessários à sua interpretação. Quando esses elementos são tomados mais adiante ou servem de base para outros referentes, tem-se o que se denomina progressão referencial, ou seja, reconstrução de objetos de discurso. Trata-se de um princípio de manutenção do modelo textual.

Concomitantemente a esse princípio, ideias ligadas ao interesse de se estudar a língua em uso, no seu real funcionamento, projetam a pragmática encarando o

contexto sob outras perspectivas, trazendo a lume a Teoria dos Atos de Fala. Despontam, assim, o chamado contexto sociocognitivo, cuja essência consiste em transformar as situações de interlocução em troca de conhecimentos compartilhados entre os falantes. Conhecimentos de ordem vária; enciclopédico, sociointeracional, textual etc.

Esse processo interativo propicia à bagagem cognitiva dos interlocutores o traçado do contexto sociocognitivo, que parte do princípio de que a linguagem é uma atividade de natureza social.

Uma nova fase ligada à concepção de contexto é a que considera o entorno sociopolítico cultural como mobilizador de traços linguísticos que auxiliam no processo de interpretação textual, uma vez que se projeta no texto com características da época da vigência dos fatos que lhe traçam o perfil sociopolítico cultural.

Faz ainda parte das propostas da Linguística Textual a insistência no princípio de que o estudo do texto sem o exame do contexto torna-se altamente insatisfatório. Para prová-lo, a mesma Linguística Textual aponta para vantagens que possam advir dessa associação texto/contexto:

1 – a ambiguidade de certos enunciados só se desfaz por força do papel do contexto;

2 – a possibilidade de esclarecimento por que se diz isso e não aquilo só se efetiva por força de fatores contextuais;

3 – por força desses mesmos fatores contextuais, o texto se projeta sob diversas formas, seja no que se refere ao gênero, seja no que diz respeito ao registro.

É preocupação ainda das propostas da linguística Textual distinguir contexto de produção e contexto de uso (ELIAS, V. M. e KOCH, 2006, p. 71) – contextos cuja coincidência se faz presente na interação face a face, e não na comunicação escrita.

Enfatiza-se na escrita o conceito de uso. Nesse caso, o produtor do texto faz uso de implícitos, deixando a cargo do leitor o alcance de inferências – alcance tanto

mais possível quanto mais seguros forem os conhecimentos textuais, situacionais e enciclopédicos do mesmo leitor. O desvendamento dos implícitos fica, pois, condicionado à ativação de conhecimento de mundo por parte daquele cuja atividade é a interpretação do texto vinculada ao exame do contexto.

Referências Bibliográficas

BROW, Gillian e YULE, George. *Análises del discurso*. Madrid: Visor Libros, 1993.

EGGINS, Suzanne. *Introduction to systemic functional linguistics*. London: Continuum, 2004

ELIAS, Vanda Maria e KOCH, Ingedore. *Ler e compreender o sentido do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

HALLYDAY, Michael. *Explorations in the functions of language*. London: Edward Arnold, 1973.

_____. *Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning*. London: Edward Arnold, 1978.

HALLYDAY, Michael. e HASAN, Ruqaiya. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

VAN DIJK, Teun. *La ciencia del texto*. Um enfoque interdisciplinario. Barcelona, Buenos Aires: Paidós, 1978.

Abstract: *The aim of this study is to investigate the elements which determine the text/discourse interaction in the communication process. Based on French Discourse Analysis, as well as Text Linguistics, the comprehension of the relevance in associating text/context is accomplished. This association is considered as one of the requirements for the assimilation of the perception of diverse meanings resulted from linguistic and discursive resources which permeate the textual/discursive formation. The subject of cultural context is emphasized as the source of support of the situational context which allows us to conclude the context is mandatory in order to achieve accurate direction in the interpretative text/discourse process.*

Keywords: *interaction; text; discourse; cultural context; situational context.*

2. O DIALOGISMO, A LITERATURA E AS DEMAIS MANIFESTAÇÕES LINGUAGEIRAS: ELAS POR ELE, ELE POR ELAS

Renata Coelho Marchezan³

Resumo: *Diferentemente do chamado formalismo russo, o dialogismo caracteriza-se por explorar não a oposição, mas a relação, a interalimentação entre a linguagem artística e a linguagem prática. Assim como no caso do formalismo, tal proposição não é secundária, mas, sim, definidora do dialogismo. É o que se pretende examinar.*

Palavras-chave: *dialogismo; diálogo; mundo da vida; refração.*

1. Introdução

O pensamento bakhtiniano tem sido recebido como uma pragmática, uma sociolinguística, uma semiótica, uma filosofia, uma filologia, uma crítica literária, uma teoria discursiva, uma teoria cultural; para alguns ainda – mas não para todos –, uma teoria cultural com fôlego de teoria social, operada, principalmente, pelas forças centrífugas e centrípetas⁴.

Nessa multiplicidade de leituras e aproveitamentos – que é, por uns, considerada como índice de relevância e, por outros, como demérito ou preço a pagar pela fama –, engrossamos as fileiras dos que valorizam a obra bakhtiniana e buscam dela depreender um projeto comum para o tratamento social e histórico da linguagem que tem no seu conceito de diálogo sua especificidade e seu eixo organizador.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP, Araraquara, SP. renata_marchezan@uol.com.br.

⁴ Tratamos da recepção da obra de Bakhtin em Marchezan (2013).

Não saberíamos avaliar se a filosofia ou a teoria cultural podem prescindir do legado bakhtiniano, acreditamos que sim, mas entendemos que a concepção dialógica da linguagem de M. Bakhtin, (e pode-se incluir P. Medvedev e V. Voloshinov) tem lugar na história das ideias linguísticas, a despeito de sua formulação assistemática e, sob vários aspectos, irregular.

A noção de diálogo, que anima a obra do Círculo, é distinta daquelas de que se ocupam outras teorias linguísticas⁵. Do mesmo modo, o conceito parece também se distinguir do de outras reflexões filosóficas, área que, tradicionalmente, explora o diálogo, a conversa, como método.

Como acontece amiúde nas correntes filosóficas, Bakhtin toma emprestado da linguagem corriqueira (do “mundo da vida”), o termo “diálogo” para explorar sua carga semântica esquecida. Assim, a noção diz respeito, sim, às réplicas do diálogo real, mas também à interação, amplamente considerada, entre o eu/outro. O Círculo confere grande peso ao entendimento de que a linguagem só acontece por conta da necessária interação entre o eu e o outro; reconhece, em decorrência, a bivocalidade de toda e qualquer palavra, de todo e qualquer enunciado/enunciação. Citando Bakhtin: “o estenograma do pensamento humano é sempre o estenograma de um diálogo de tipo especial (...)” (1997, p.333). Em diferentes épocas e sociedades, toda e qualquer palavra, todo e qualquer enunciado/enunciação – seu conteúdo e sua forma – são reatualizações, renovações, reformulações de outras palavras, de outros enunciados/enunciações – que serão também objeto de reatualizações, renovações, reformulações. Resume-se: a linguagem é dialógica.

A noção de diálogo está, portanto, na obra bakhtiniana, intrinsecamente relacionada ao seu conceito de homem, de sujeito. Sumarizando novamente: a diferença (a não coincidência) entre o eu e o outro instala o diálogo, e impõe a compreensão, a interpretação.

A relação, de que nos ocupamos aqui, entre a literatura e as outras produções languageiras é também um tema que singulariza a obra bakhtiniana; com outras palavras, o modo como a obra bakhtiniana a trata é outro elemento importante na

⁵ Também tratamos disso em Marchezan (2013).

caracterização do próprio legado de Bakhtin, no entendimento de sua singularidade e na avaliação de sua importância. Da mesma maneira, as noções que compreendem esse modo de tratamento, digamos, dialógico, da literatura e das outras produções linguageiras são melhor explicitadas e problematizadas quando as situamos em seu âmbito teórico mais amplo e no contexto de suas fontes e interlocuções⁶. Se, em outro momento⁷, priorizamos as recepções da obra bakhtiniana, aqui, tentamos privilegiar também as fontes, interlocuções e contraposições que a animam.

No estudo que propõe responder à pergunta “quem foi Mikhail Bakhtin?”⁸, Emerson (2003) toma como um de seus motes de reflexão a resposta de Vitaly Makhlin⁹, que cita indiretamente: “Bakhtin foi (...) um não marxista, não formalista, não freudiano, não estruturalista, não existencialista, não coletivista, não utópico, não teológico; ‘numa palavra’, um não-modernista” (EMERSON, 2003, p. 20). Emerson, então, avalia:

Makhlin deduz (...) que a atual¹⁰ popularidade de Bakhtin se deve, em alguma medida, ao fato de que o modernismo, com seus impulsos hierárquicos e universalizantes, era monológico em seus fundamentos, ao passo que o temperamento pós-moderno [que quer adotar Bakhtin] guarda muitos pontos de contato com a insistência de Bakhtin na não-coincidência, na incompatibilidade e na alteridade [*drugost'*]. Mas Makhlin admite que a explosão *bakhtinskii* das décadas de 1980 e 1990 pode ter sido motivada por algo mais do que o apelo da fragmentação e da energia centrífuga, na época lugares-comuns, pois Bakhtin tampouco é um pós-modernista. (EMERSON, 2003, p.20).

Em momento bem anterior, no final da década de 1960, no prefácio à edição francesa de *Problemas da poética de Dostoiévski*, J. Kristeva toma direção semelhante. Para além de reconhecer as contribuições bakhtinianas para o estudo do texto, de um modo geral, e, em especial, do texto literário, Kristeva constata a ausência de uma teoria moderna sobre a língua e sobre o sujeito, que, como sabemos, ela encontrara, respectivamente, no estruturalismo e no freudismo. A autora exalta, em Bakhtin, – portanto, critica os formalistas – a não dicotomia entre forma e conteúdo e a adoção

⁶ Isso é ainda mais importante quando se trata do conceito de gêneros do discurso, uma vez que são muito comuns os estudos que não contextualizam teoricamente a noção.

⁷ Mais uma vez nos referimos a Marchezan (2013).

⁸ A proposta da autora é também depreender a imagem que os russos constituíram de Bakhtin; o que, de fato, é privilegiado na obra.

⁹ Emerson está se referindo a ensaio de Makhlin de 1992.

¹⁰ O livro de Emerson, traduzido no Brasil em 2003, é de 1997.

de uma perspectiva histórica na análise de textos; e, com base na dialogismo, propõe o conceito de cunho estruturalista de “intertextualidade”, que desperta interesse ainda hoje, em estudos linguísticos e literários.

Não incluindo Bakhtin nas correntes de pensamento elencadas – sem, no entanto, reputá-lo uma falta, como faz a Kristeva do citado prefácio – e, sim, aproveitando as reflexões de Makhlin, destacamos, mais uma vez, a crítica de Bakhtin ao formalismo. No entanto, como sabemos, não podemos ir muito longe com ela se não enfatizamos também sua crítica ao historicismo e ao ideologismo. Não nos parece sem razão que os estudiosos de Bakhtin tenham apontado sua preferência pelas tensões, por explorar a relação entre opostos, tão ao gosto do contemporâneo.

Para Bakhtin, os formalistas como também, a seu modo, a estilística tradicional preocupam-se com a *linguagem* literária, em detrimento da *obra* literária; consideram, portanto, o todo da obra como um todo verbal, ou seja, ocupam-se da forma do material (da forma composicional), e esquecem a forma do conteúdo. Não consideram, assim, a natureza do enunciado nem seu gênero, que, para Bakhtin, “são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua” (BAKHTIN, 1997, p. 285), que mantêm o vínculo entre a língua e a vida. A não consideração do enunciado concreto, vivo, e da variedade a que pertence torna abstrata e formal a reflexão sobre a língua.

Nas palavras de Bakhtin, que, ao contrário dos formalistas, relaciona conteúdo, forma e material, “a consciência criadora do autor-artista *jamais coincide* com sua consciência linguística; a consciência linguística é governada pelo desígnio artístico” (BAKHTIN, 1997, p. 207). O autor, no entanto, completa: “isso não equivale a contestar o direito de estudar tais elementos, mas equivale simplesmente a recolocá-los nos respectivos lugares quando se trata de apreender a criação enquanto tal” (BAKHTIN, 1997, p. 208).

O conceito de forma do conteúdo (forma arquitetônica) notabiliza a relação entre forma e conteúdo e, assim, – como já destaca Kristeva – elimina a ruptura entre eles:

A forma é a expressão da relação axiológica ativa do autor-criador e do indivíduo que percebe (co-criador da forma) com o conteúdo; todos os momentos da obra nos quais podemos sentir a nossa presença, a nossa atividade relacionada axiologicamente com o conteúdo, e que são superados na sua materialidade por essa atividade, devem ser relacionados com a forma (BAKHTIN, 1988, p. 59).

A crítica de Bakhtin é, portanto, à hipertrofia do material, à estética do material; não significa a negação da forma. A inclusão e a ênfase do conteúdo e sua dimensão social e histórica não devem atrapalhar a percepção de que o modo e o meio da comunicação não são neutros, caso em que, então, restaria apenas a análise temática, a análise do conteúdo (opção também criticada). Ao contrário, para Bakhtin (e ele o enfatizará bastante), aprendemos o modo e o meio de comunicação da boca do outro; portanto, já enformados em gêneros, já axiologicamente saturados.

Em seu estudo sobre o romance, em especial o de Dostoiévski, Bakhtin expressa essa preocupação conjunta com o conteúdo, a forma e o material¹¹ ao afirmar que a polifonia é a forma arquitetônica, por excelência, do gênero romance, e explica como ela se constitui: [para Dostoiévski] “o herói não é um ‘ele’ nem um ‘eu’ mas um ‘tu’ plenivalente, isto é, o plenivalente ‘eu’ de um outro (um ‘tu és’). O herói é o sujeito de um tratamento dialógico profundamente sério, *presente*, não retoricamente *simulado* ou literariamente *convencional*” (grifos do autor) (BAKHTIN, 1981, p. 53).

Com outras palavras, para Bakhtin, Dostoiévski (o autor do romance polifônico) não apenas tematiza a coisificação, a objetivação do homem, mas, mais do que isso, a exercita na própria forma romanesca que cria, ao compor um “diálogo autêntico”. Dostoiévski mostra, assim, artisticamente, “o homem no homem” (a expressão é do próprio Dostoiévski). Não se trata de expor uma ideia, abstratamente, mas de expor, concretamente, os diálogos dos heróis: a ideia “não ultrapassa os limites do grande diálogo nem o conclui. Cabe-lhe [à ideia] orientar apenas a escolha e a distribuição do material (...), enquanto esse material é composto pelas vozes dos outros (...)” (BAKHTIN, 1981, p. 84).

A crítica de Bakhtin e do Círculo à estética do material, a crítica ao que considera uma hipertrofia dos recursos artísticos materiais empregados para causar efeitos de

¹¹ Essa preocupação conjunta com a forma, o conteúdo e o material pode, hoje, nos parecer trivial, mas, no contexto mais amplo dos estudos linguísticos, absolutamente não é; ou pelo menos não é do modo como o legado bakhtiniano nos direciona a experimentá-la e enfrentá-la.

“estranhamento” em relação ao cotidiano, compreende também a recusa da oposição entre a linguagem poética e a linguagem prática.

Central no pensamento dos formalistas, essa oposição é também definidora da arte, considerada em oposição à não arte, e vincula-se à autonomia e à imanência da obra artística. Lembremos as palavras de Chklovski, “a arte é um meio de sentir o devir do objecto, aquilo que já se ‘tornou’ não interessa à arte” (1999, p. 82).

De modo diferente, pode-se afirmar que, no dialogismo, a “novidade”, a contribuição está não na ruptura entre linguagem artística e a linguagem prática, mas na aproximação entre elas – ambas têm um carácter comum: são dialógicas. A arte não necessita, pois, de provocar o estranhamento, não depende do distanciamento do cotidiano. Ao contrário, é deste que se nutre. Trata-se da interalimentação¹² entre o mundo da vida e o mundo da arte – proposição que aparece já na primeira publicação de Bakhtin (1990).

Nesse sentido, “o que já se tornou” (para usar os termos de Chklovski) é intrínseco à arte, com outras palavras, a vida social, histórica, é intrínseca à arte. É, portanto, relativa a autonomia da arte. E essa autonomia relativa é expressa por meio do conceito de dupla refração: a arte, a literatura refrata o mundo da vida, o mundo cotidiano, que, por sua vez, constitui já uma refração do real, e não um espelho deste. Nas palavras de Faraco,

No ato artístico, a realidade vivida (já em si refratada, ou seja, atravessada por diferentes valorações sociais porque a vida se dá numa complexa atmosfera axiológica) é transposta para um outro plano axiológico (o plano da obra) – o ato estético opera sobre sistemas de valores e cria novos sistemas de valores (FARACO, 2012, p. 186).

Para nós, a dupla refração é a contribuição bakhtiniana mais importante para examinar a especificidade do texto literário (da arte); diferentemente, Todorov, no prefácio da edição francesa de *Estética da criação verbal* – no momento ainda de recepção, no Ocidente, das obras do Círculo –, afirma: “(...) Bakhtin não se ateve à crítica da definição formalista da literatura (para substituí-la por outra); não, ele simplesmente renunciou a procurar a especificidade literária” (TODOROV, 1997, p. 17).

¹² O que, reafirmamos, vale para quaisquer manifestações linguísticas, não somente as literárias. Lembremos: “A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua” (BAKHTIN, 1997, p. 283).

Poderíamos especular o que significava, à época, para Todorov, “especificidade”, mas podemos ficar com o próprio Todorov que, na continuidade de sua reflexão, relativiza sua afirmação:

Não que essa tarefa perca todo o sentido a seus olhos; mas esse sentido só existe em relação a uma história particular (da literatura ou da crítica) e não merece a posição central que lhe atribuíram. O que lhe parece agora muito mais importante são todos os laços que se tecem entre a literatura e a cultura, enquanto “unidade diferenciada” dos discursos de uma época (...). Daí seu interesse pelos “gêneros primários”, isto é, as formas de conversação, de discurso público, de trocas mais ou menos regulamentadas. Mais do que “construção” ou “arquitetônica”, a obra é acima de tudo heterologia, pluralidade de vozes, reminiscência e antecipação dos discursos passados e futuros; cruzamento e ponto de encontros; ela perde de repente sua posição privilegiada. Portanto, Bakhtin reencontra a transtextualidade, não mais no sentido dos “métodos” formalistas, mas no sentido de um pertencer à história da cultura (TODOROV, 1997, p. 17-18).

Todorov tem clareza sobre a importância que Bakhtin confere aos vínculos entre literatura e cultura, às heterogeneidades e aos gêneros do cotidiano. E parece avaliar bem o desapego bakhtiniano às dicotomias, que, lembremos, configura também a reflexão bakhtiniana sobre a noção de estilo, que, coerentemente, aplicada a quaisquer enunciados, permite examinar as disposições estilísticas próprias aos diferentes gêneros:

O estilo está indissolúvelmente ligado ao enunciado e a formas típicas de enunciados, isto é, aos gêneros do discurso. O enunciado - oral e escrito, primário e secundário, em qualquer esfera da comunicação verbal - é individual, e por isso pode refletir a individualidade de quem fala (ou escreve). (...) Mas nem todos os gêneros são igualmente aptos para refletir a individualidade na língua do enunciado (...). Os gêneros mais propícios são os literários - neles o estilo individual faz parte do empreendimento enunciativo enquanto tal e constitui uma das suas linhas diretrizes (BAKHTIN, 1997, p. 283).

Voltemos, mais uma vez, ao já citado prefácio de Todorov que, além de recuperar os vínculos entre os formalistas e os poetas futuristas, reflete sobre a contraposição de Bakhtin aos formalistas. Diz ele:

Bakhtin apresenta-se, à primeira vista, como um teórico e historiador da literatura. Ora, na época em que estreia na vida intelectual russa, o primeiro plano, em matéria de pesquisa literária, está ocupado por um grupo de críticos, de linguistas e de escritores, chamados os “formalistas” (para nós, os “formalistas russos”). Os formalistas mantêm relações incertas com o marxismo e não dominam as instituições (serão, aliás, reprimidos por isso a partir do final dos anos vinte); mas têm a vantagem do talento, e seu prestígio é incontestável. Para estabelecer seu lugar no debate literário e

estético de seu tempo, Bakhtin deve, portanto, situar-se com relação aos formalistas (...) (TODOROV, 1997, p. 3).

Todorov, então, identifica o embate bakhtiniano com os formalistas, mas não fundamenta os motivos de tal embate; apenas se refere ao marxismo, talvez atribuindo a este a razão da contraposição aos formalistas.

As reflexões atualmente existentes sobre as interlocuções do pensamento de Bakhtin e do Círculo indicam, mais amplamente, as arenas intelectuais e sócio-históricas em foi gerado. Dentre esses estudos, o trabalho sistemático de Brandist (2002, principalmente) enfatiza as interlocuções do grupo com os neokantistas e com o panorama intelectual alemão de modo mais amplo.

As palavras de Brandist recuperam bem um cenário alemão, importante para o entendimento do pensamento bakhtiniano:

By the outbreak of the First World War neo-Kantian philosophy was in deep crisis. It was widely regarded as stratospherically abstract and irrelevant to a world poised on the edge of an abyss (this feeling also permeates Bakhtin's early work). Some thinkers were led to develop a new variety of neo-Kantian thinking, arguing that the realm of validities and values that made up culture had a precondition: life. This move had already been anticipated in the work of philosophers such as Arthur Schopenhauer, Friedrich Nietzsche, Henri Bergson and Wilhelm Dilthey, but Georg Simmel developed an account of the relationship between life and culture that was particularly influential for the Bakhtin Circle (BRANDIST, 2002, p. 18).

Nesse domínio, destaca-se a importância de Simmel, de seus conceitos de “cultura subjetiva” e “cultura objetiva”, que estão na base, respectivamente, dos conceitos de gêneros primários e gêneros secundários. Para Simmel, a “tragédia da cultura” (apud Brandist, 2002, p. 18) define-se no descompasso entre a “cultura subjetiva” – a unidade entre cultura e vida que o sujeito, em seu momento histórico único, alcança por meio de suas interações sociais – e a “cultura objetiva” – que tende a se cristalizar e a se tornar independente, alienada do “mundo da vida”.

A dinâmica sociopolítica, econômica e intelectual no cenário alemão, também após a Segunda Guerra, permite lançar luzes sobre o dialogismo. Entre as reflexões sobre a arte, a literatura surge, na final da década de 60, a chamada Estética da Recepção, com, principalmente, as proposições de Hans Robert Jauss, a quem nos referimos, aqui, por meio de dois de seus trabalhos: A Estética da Recepção:

colocações gerais (JAUSS, 1979a), considerado “canônico”, por Luiz Costa Lima, que o traduz e publica em *A literatura e o leitor* (JAUSS, 1979), e o artigo *Paradigmawechsel in der Literaturwissenschaft*, tal como é apresentado por Regina Zilberman (1999).

Nesses textos, Jauss argumenta que a Estética da Recepção está entre as proposições que denotam um novo paradigma em construção, que rompem com paradigmas então em voga e sumariza estes paradigmas como sendo os das “disciplinas filológicas” (JAUSS, 1979a, p. 46).

Zilberman elenca os paradigmas apontados por Jauss:

- a) o do humanismo renascentista, que toma a Antiguidade enquanto modelo e sistema de regras e deságua numa crítica normativa, de que é exemplo a obra de Curtius;
- b) o do historicismo, nascido durante o Romantismo e de perspectiva ‘histórico-positivista’, que adota o método de explicação histórica, e está na base do sistema escolar e do funcionamento do ensino;
- c) o da estilística, classificado como ‘estético-formalista’, sustentáculo do New Criticism e do formalismo russo (ZILBERMAN, 1999: p. 148-9).

Ao contrário desses, o novo paradigma que Jauss vê em processo, ao qual se filia a Estética da Recepção, dá lugar à interpretação, à experiência do leitor, sem descuidar da dimensão histórica, e também estética.

Incluimos a citação acima que identifica as “disciplinas filológicas”, contra as quais o outro paradigma se elabora, porque consideramos que ela pode auxiliar a compreensão do pensamento bakhtiniano, que se nutre também do cenário intelectual alemão. Vamos a Jauss, portanto, não para pontuar as semelhanças entre a Estética da Recepção e o dialogismo, mas, sim, para acompanhar o impacto, na própria Alemanha, das ideias que repercutem, anteriormente, em solo russo (soviético) e que foram tratadas em um contexto de pesquisa mais institucionalizado e, portanto, de maneira mais organizada.

Diferentemente do dialogismo, Jauss continua a seguir a contraposição entre linguagem poética e linguagem prática dos formalistas, conforme assinala Zilberman, e historiciza sua perspectiva com base no estruturalismo tcheco, o que não faz Bakhtin. No entanto, as contraposições, tais como elencadas por Jauss para configurar o novo paradigma, também animam a construção do pensamento bakhtiniano e isso nos auxilia na percepção de suas fontes alemãs.

Em Jauss, essas contraposições resultaram na ênfase da categoria do leitor – a vez, portanto, do leitor, em um contexto que priorizava ora o autor, ora a “verdade” ou a forma pela forma do texto literário¹³. Resultaram, como observa Zilberman, na “ruptura com a ideia de que a obra de arte é invariável e intocável, resíduo do idealismo vigente na estética desde seus inícios (..)” (ZILBERMAN, 1999, p. 156).

Bakhtin atenta também para o leitor, para a interpretação, mas, de modo diferente. Como sabemos, caracterizando como dialógico todo e qualquer enunciado, que tem seu lugar no acontecimento, concreto, do mundo da vida.

A palavra (...) é interindividual. Tudo o que é dito, o que é expresso se encontra fora da “alma” do falante, não pertence a ele. A palavra não pode ser entregue apenas ao falante. O autor (falante) tem os seus direitos inalienáveis sobre a palavra, mas o ouvinte também tem os seus direitos; têm também os seus direitos aqueles cujas vozes estão na palavra encontrada de antemão pelo autor (porque não há palavra sem dono) (BAKHTIN, 1997, p. 327-8).

Em Bakhtin, cujas preocupações vão extrapolar o âmbito literário, às contraposições elencadas por Jauss juntam-se as que visam à linguística e à filosofia da linguagem. Em todas elas, um denominador comum: são monológicas, no sentido de que são configuradas pelas forças centralizadoras da sociedade.

2. Considerações finais

Diferentemente dos filósofos que, na busca da essência, da verdade, encontram o auxílio da poesia; Bakhtin vai encontrar a “verdade” disputada, valorada histórica, social, culturalmente com o auxílio do romance – gênero que não cabe nas normas da tradição. O romance – que reflete e refrata as vozes e as estratificações sociais, além de atuar ele próprio como uma força descentralizadora dos gêneros da tradição – é

¹³ Se concordarmos com L. Costa Lima (1979), nem sempre se percebe clareza nas proposições de Jauss: tratava-se de (1) incluir entre os polos, menos ou mais consagrados, do autor e do texto, a categoria preterida do leitor, e, portanto, o que estava em curso era uma mudança apenas metodológica; ou tratava-se de (2) formular uma contraposição ao “leitor ideal”, o que definiria, sim, uma alteração teórica no tratamento da literatura. Para o autor, o que acabaria fazendo história é a segunda alternativa.

exemplar da interalimentação entre o mundo da arte e o mundo da vida, sem a qual a cultura, os gêneros, os textos se cristalizam e se tornam mecânicos.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. O autor e o herói. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 23-220.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 277-326.

BAKHTIN, Mikhail. O problema do texto. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 327-358.

BAKHTIN, Mikhail. *Art and answerability: early philosophical essays by M. M. Bakhtin*. Edited by Michael Holquist and Vadim Liapunov; translated and notes by Vadim Liapunov; supplement translated by Kenneth Brostrom. Austin: University of Texas Press, 1990. p. 1-3.

BAKHTIN, Mikhail. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética (A teoria do romance)*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini e outros. São Paulo: Editora da UNESP; Editora Hucitec, 1988. p. 13-70.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

BRANDIST, Craig. *The Bakhtin Circle: philosophy, culture and politics*. London: Pluto Press, 2002.

CHKLOVSKI, Viktor. A arte como processo. In: TODOROV, Tzvetan. (org.). *Teoria da Literatura I: Textos dos Formalistas Russos*. Lisboa: Edições 70, 1999. p. 75-95.

EMERSON, Caryl. *Os 110 primeiros anos de Mikhail Bakhtin*. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

FARACO, Carlos Alberto. Resenha de "O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica", de Pável Nikoláievitch Medviédev.

Tradução de Ekaterina Vólkova Américo e Sheila Camargo Grillo. São Paulo: Contexto, 2012. *Bakhtiniana*, São Paulo, 7 (2): 181-187, Jul./Dez. 2012

JAUSS, Hans Robert. A Estética da Recepção: colocações gerais. In: JAUSS, Hans Robert et al. *A literatura e o leitor: textos da Estética da recepção*. Seleção, coordenação e tradução de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979a.

JAUSS, Hans Robert et al. *A literatura e o leitor: textos da Estética da recepção*. Seleção, coordenação e tradução de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, Luiz Costa. Introdução: o leitor demanda (d)a literatura. In: JAUSS, Hans Robert et al. *A literatura e o leitor: textos da Estética da recepção*. Seleção, coordenação e tradução de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Sobre o pensamento bakhtiniano: uma recepção de recepções. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, v. 8, p. 82-94, 2013.

TODOROV, Tzvetan. Prefácio. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 1-21.

ZILBERMAN, R. Hans Robert Jauss e a Estética da Recepção: contribuições aos estudos literários. IN: VOLKMER, J. A. e outros (orgs.). *Retratos de cooperação científica e cultural: 40 anos do Instituto Cultural Brasileiro-Alemão*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

Abstract: *Differently from the so-called Russian formalism, the dialogism is characterized by exploring not the opposition, but the relation, the inter-feeding between the artistic language and the practical language. As well as in the formalism case, such proposition is not secondary, but a definer of dialogism. That is what we intend to examine.*

Keywords: *dialogism; dialogue; world of life; refraction.*

3. CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA PARA PRÁTICAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA MATERNA

Viviane Vieira¹⁴

Resumo: Neste trabalho, levantamos reflexões sobre potenciais contribuições da Análise de Discurso Crítica para práticas de ensino-aprendizagem de português como língua materna (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE & RAMALHO, 2006; RAMALHO & RESENDE, 2011). Partindo de uma experiência de pesquisa-ação com estudantes de Estágio Supervisionado em Português na Universidade de Brasília, discutimos alguns (des)caminhos na formação de educadores/as capazes de analisar criticamente os discursos que circulam em nossa sociedade; de promover a consciência linguística crítica e, sobretudo, de analisar reflexivamente suas próprias práticas docentes.

Palavras-chave: discurso; poder; ideologia; ensino de língua materna; práticas de estágio supervisionado.

1. Introdução

Neste trabalho discutimos alguns pontos relevantes, verificados em nossa prática-teórica diária, sobre contribuições dos estudos críticos do discurso para práticas de ensino-aprendizagem de língua portuguesa como língua materna, sobretudo os estudos em Análise de Discurso Crítica associados aos trabalhos de Fairclough (1989, 2001, 2003).

¹⁴ Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística/Depto. de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília. Vice-Coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade – NELIS (www.nelis.unb.br). Desenvolve pesquisas sobre mídia e educação sob o enfoque teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica (RAMALHO, 2012, 2013a, 2013b; RAMALHO, & RESENDE, 2011; RESENDE & RAMALHO, 2006). vivi@unb.br.

As reflexões aqui reunidas são provenientes de três fontes principais: de trabalhos anteriores; do projeto “Práticas docentes em perspectiva crítica: contribuições dos estudos do discurso”, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, assim como de minha prática docente nas disciplinas Estágio Supervisionado em Português 1 e 2, no curso de Letras-Português. Assim sendo, as ideias aqui levantadas são também, em parte, ideias de meus/minhas colaborativos/as alunos/as e orientandos/as – professores/as em formação.

Um impasse por nós encontrado nas aulas e em reflexões sobre práticas de ensino-aprendizagem na perspectiva discursiva crítica tem sido a escassez de material prático-teórico de apoio. Temos acesso a excelentes trabalhos de pesquisadores/as brasileiros/as sobre o ensino de língua materna na perspectiva das contribuições da Sociolinguística, da Linguística Textual, da Análise de discurso francesa, dentre outras abordagens, mas não são muitos os trabalhos acessíveis acerca das contribuições específicas da Análise de Discurso Crítica para práticas de ensino-aprendizagem de língua materna. A ADC é uma abordagem científica transdisciplinar para estudos críticos da linguagem que pode trazer contribuições relevantes para práticas de ensino que considerem o discurso como instrumento de poder nas representações sociais, nas maneiras de inter-agir bem como nas identidades sociais e individuais. Assumindo tal postura, discutimos, neste trabalho, alguns (des)caminhos na formação de educadores/as críticos/as, capazes de analisar criticamente os discursos que circulam em nossa sociedade; promover práticas de conscientização linguística crítica e, sobretudo, de analisar reflexivamente suas próprias práticas docentes (FAIRCLOUGH, 1995; ROGERS, 2011).

Como os estudos críticos do discurso representam uma área de interesse crescente nos estudos de linguagem, essa situação de escassez de literatura sobre o assunto tem potencial para ser superada. O esforço empreendido neste trabalho inicial vislumbra contribuir para esse objetivo. Organizamos o artigo em três seções: na primeira seção, retomamos alguns estudos que impulsionaram os estudos linguísticos críticos, como Bakhtin e Foucault; na segunda seção, apresentamos preceitos gerais da

Análise de Discurso Crítica, para, na terceira seção, levantarmos reflexões, a partir de uma experiência em Estágio Supervisionado em Português 1 e 2, sobre contribuições da vertente crítica de estudos do discurso para práticas de ensino de língua materna. Indicamos alguns sucessos e alguns entraves encontrados/as por nossos/as professores/as em formação na missão que lhes coube de levar para a sala de aula a perspectiva discursiva dos estudos da linguagem.

2. Preceitos da Análise de Discurso Crítica

A Análise de Discurso Crítica é um campo heterogêneo de estudos, dentro do qual se consolidou a vertente britânica proposta por Fairclough (1989, 1995, 2001[1992], 2003) e Chouliaraki & Fairclough (1999). Esta vertente de ADC – a partir da qual se constituíram vertentes latinoamericanas – é uma abordagem científica transdisciplinar para estudos críticos da linguagem como prática social. A transdisciplinaridade explica-se pelo fato de a ADC não somente aplicar outras teorias, mas sim, romper fronteiras epistemológicas operacionalizando e transformando teorias para os propósitos da abordagem crítica-explanatória (FAIRCLOUGH, 2003). Assim sendo, a ADC constitui-se pela operacionalização de diversas disciplinas e estudos, a exemplo de Bakhtin (2002[1929]; 1997[1953]) e Foucault (1977, 2003[1971]).

Para a ADC, “ideologias são construções [representações] de práticas a partir de perspectivas particulares que suprimem contradições, antagonismos, dilemas em direção a seus interesses e projetos de dominação” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 26). Essa noção de várias vozes que se articulam na interação é o cerne da compreensão da *linguagem como espaço de luta hegemônica*, por viabilizar os estudos sobre contradições sociais e lutas pelo poder que levam pessoas a selecionarem determinados recursos da rede de opções tanto do sistema semiótico (sistema lexicogramatical) quanto do sistema social da linguagem (a rede de opções de ordens do discurso, com seus gêneros, discursos e estilos relativamente estáveis) e articulá-los

de determinadas maneiras num conjunto de outras possibilidades, causando efeitos imprevisíveis no social (FAIRCLOUGH, 2003; RAMALHO & RESENDE, 2011, p. 45).

Da ideia de “regulação social ‘do que pode ou não ser dito’ em práticas situadas, de Foucault (2003, p. 66), – o que traz à tona tanto relações interdiscursivas quanto relações entre o discursivo e o não essencialmente discursivo – origina-se o conceito fundamental para a ADC de *ordem de discurso*: “a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade e o relacionamento entre elas” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 29), que abordaremos a seguir. Na seção 2, apontamos mais um aspecto do diálogo com as teorias de Foucault.

A ADC assume, nessa linha, uma postura crítica frente a problemas sociais relacionados a poder e justiça, que envolvem uso da linguagem. Para esta corrente de estudos críticos, a relação linguagem-sociedade é interna e dialética, o que significa que “questões sociais são, em parte, questões de discurso”, e vice-versa (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. vii)¹⁵. Numa concepção mais abstrata, o *discurso* – a linguagem como prática social – é visto como um momento irreduzível da vida social, em constante articulação dialética com outros momentos de práticas sociais: *ação/interação, relações sociais, mundo material e pessoas, com suas crenças, valores, atitudes, histórias*.

Ao usarmos a linguagem (em sentido amplo, incluindo sons, imagens, gestos etc.) em nossas práticas sociais situadas, recorreremos a – reproduzindo e modificando – maneiras particulares de *agir e interagir, de representar, e de identificar(se) no/pelo discurso*. No que toca ao aspecto especificamente discursivo, isso significa que, em práticas sociais situadas, nos valem (sempre contribuindo para a reprodução e/ou modificação) de *gêneros discursivos* (maneiras relativamente estáveis de agir e interagir), de *discursos* (maneiras particulares de representar aspectos do mundo), assim como de *estilos* particulares (modos particulares de ser e de identificar a outrem).

Em síntese, as três principais maneiras como o discurso integra práticas sociais (maneiras de inter-agir, de representar e de ser) relacionam-se aos três principais

¹⁵ Os originais em língua estrangeira foram traduzidos pela autora.

significados dialéticos do discurso (significado acional, significado representacional e significado identificacional), ligados aos três elementos de ordens do discurso (gêneros, discursos, estilos):

Figura 1 – Discurso como prática social¹⁶

Principais maneiras como o discurso integra práticas sociais	Principais significados do discurso	Elementos de ordens do discurso
Maneiras de inter-agir	Significado acional	Gêneros
Maneiras de representar	Significado representacional	Discursos
Maneiras de ser	Significado identificacional	Estilos

Como discutido em Ramalho e Resende (2011, p. 51), a compreensão dos principais modos dialéticos como o discurso figura em práticas sociais, ligados aos significados do discurso bem como aos elementos de ordem do discurso, parte dos três grandes eixos dialéticos da obra de Foucault: o eixo do poder, o eixo do saber e o eixo da ética¹⁷.

Fairclough (2003, p. 29) associa o *significado representacional* ao *eixo do saber*, ou seja, ao “controle sobre as coisas”. *Discursos*, maneiras particulares de representar aspectos do mundo, pressupõem controle sobre as coisas, e conhecimento. O *significado acional*, por sua vez, está associado ao *eixo do poder*, ou seja, a “relações de ação sobre os outros”. Nessa perspectiva, entende-se que gêneros discursivos, como maneiras de agir e relacionar-se discursivamente em práticas sociais, implicam relações com os outros, mas também ação sobre os outros, e poder. O *significado identificacional*, por fim, associa-se ao *eixo da ética*, isto é, a “relações consigo mesmo”, ao “sujeito moral”. *Estilos*, maneiras de identificar a si mesmo/a, a outrem e a aspectos do mundo, pressupõem identidades sociais ou pessoais particulares, e ética.

¹⁶ Baseado em Ramalho e Resende (2011, p. 51).

¹⁷ Os três eixos (*savoir, pouvoir, subjectivation*) relacionam-se à arqueologia, genealogia e analítica-hermenêutica, conforme Fairclough (2003, p. 28).

Conforme enfatiza Foucault (1984), “isso não significa que cada uma dessas áreas (relações de controle sobre as coisas, relações de ação sobre outros, relações consigo mesmo) seja completamente estranha às demais”. Por isso, embora gêneros, discursos e estilos, assim como os significados do discurso, tenham suas especificidades, a relação entre eles é dialética, ou seja, cada qual internaliza traços de outros de maneira que nunca se excluem ou se reduzem a um. Fairclough (2003, p. 29) exemplifica que “representações particulares (discursos/saber) podem ser legitimadas em maneiras particulares de ação e relação (gêneros/poder), e inculcadas em maneiras particulares de identificação (estilos/ética)”, e assim por diante.

Isso explica, em parte, a profundidade ontológica da abordagem científica da ADC: textos, como eventos discursivos, materializam aspectos das maneiras situadas de (inter)agir, de representar e de identificar(se) em práticas sociais, por isso é possível fazer a crítica situada de efeitos potenciais de (sentidos de) textos sobre a sociedade, ou seja, sobre as formas de ação/interação, sobre as relações sociais, sobre o mundo material, sobre as crenças, valores, atitudes, histórias das pessoas (RAMALHO & RESENDE, 2011; RESENDE & RAMALHO, 2006).

A análise textual em ADC, que consiste em uma parte da análise do discurso, é, portanto, baseada não só em compreensões mas também em *explicações*, isto é, em análises de material empírico fundamentadas em um arcabouço teórico particular, com a finalidade de investigar “como o momento discursivo trabalha na prática social, do ponto de vista de seus efeitos em lutas hegemônicas e relações de dominação” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 67)¹⁸. Assim sendo, “categorias linguístico-discursivas” de análise textual em ADC são materializações empíricas de maneiras de interagir, de representar e de identificar(se) em práticas sociais situadas, que viabilizam a crítica explanatória de “efeitos sociais, políticos, cognitivos, morais e materiais do discurso” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 14). Gêneros discursivos são, em princípio, realizados em significados e formas acionais de textos (intertextualidade, por exemplo); discursos são, em princípio, realizados em significados e formas representacionais de textos (interdiscursividade, por exemplo) e, por fim, estilos são,

¹⁸ Para mais detalhes sobre procedimentos teórico-metodológicos em ADC, conferir Ramalho e Resende (2011) e Resende e Ramalho (2006).

em princípio, realizados em significados e formas identificacionais de textos (metáforas, por exemplo).

A intertextualidade constitui, em princípio, uma categoria analítica acional por ser um traço textual moldado por gêneros. Gêneros específicos articulam vozes de maneiras específicas. A articulação de vozes em textos tende a ser mais disciplinadora ou mais transformadora em relação a lutas de poder. “Em textos, a ausência, a presença, assim como a natureza da articulação desses outros textos, que constituem “vozes particulares”, permitem explorar práticas discursivas existentes na sociedade e a relação entre elas”, conforme descrevem Ramalho e Resende (2011, p. 133). A interdiscursividade é, em princípio, uma categoria representacional, ligada a maneiras particulares de representar aspectos do mundo. “Discursos particulares associam-se a campos sociais, interesses e projetos particulares. É possível identificar diferentes discursos observando as diferentes maneiras de ‘lexicalizar’ aspectos do mundo” (RAMALHO & RESENDE, 2011, p. 142). A metáfora é, em princípio, um traço identificacional de textos, moldado por estilos particulares. Seguindo Lakoff & Johnson (2002), a ADC concebe a metáfora de modo amplo como o processo de “compreender uma coisa em termos de outra”. Ao selecionarmos certas metáforas num universo de outras possibilidades, revelamos determinadas compreensões da realidade, identificando-a de maneira particular. Na seção 3, comentamos alguns exemplos concretos da realização empírica dessas formas e significados textuais.

Essa concepção de três principais significados do discurso possibilita alcançar relações dialéticas mais profundas entre os momentos (essencialmente semióticos ou não) do social. Além disso, avança na percepção não só do *sistema semiótico* (a rede de opções do sistema lexicogramatical), mas também do *sistema social da linguagem* (a rede de opções de ordens do discurso, com seus gêneros, discursos e estilos relativamente estáveis) como potencial para construir significados (FAIRCLOUGH, 2003; CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999), como apontamos na seção 1.

As redes de ordens do discurso compõem o *sistema social de ordens do discurso*, isto é, as “combinações particulares de gêneros, discursos e estilos, que constituem o aspecto discursivo de redes de práticas sociais” e conformam um sistema responsável

pelo potencial mais ou menos indefinido da linguagem para significar (FAIRCLOUGH, 2003, p. 220). Como explicam Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 151), “o dinamismo da ordem do discurso, capaz de gerar novas articulações de discursos e gêneros, mantém a linguagem como um sistema aberto”. Por outro lado, “a fixidez da ordem do discurso limita o poder gerativo da linguagem, impedindo certas conexões”. Assim, novas articulações de gêneros, discursos e estilos de diferentes ordens do discurso também contribuem para a construção de significados.

Fairclough (2003, p. 31) observa que as relações de exploração no capitalismo tardio baseiam-se, fundamentalmente, em discurso, ou seja, em redes de comunicação, que facilitam ações/relações temporal e espacialmente desencaixadas, e, conseqüentemente, “a acentuada capacidade de ‘ação a distância’ e o exercício do poder”. Como ciência crítica, a ADC ocupa-se de efeitos ideológicos – ou seja, a serviço da dominação – que (sentidos de) textos possam ter sobre relações sociais, ações e interações, conhecimentos, crenças, atitudes, valores, identidades. Os estudos de Thompson (2002) têm servido como ponto de partida para um diálogo transdisciplinar sobre maneiras como o discurso pode agir ideologicamente na vida social.

Ao contrário de concepções neutras, que caracterizam fenômenos ideológicos sem considerá-los como necessariamente enganadores e ilusórios, ou ligados a interesses de algum grupo em particular, na concepção de Thompson (2002) a ideologia é, por natureza, hegemônica e, como tal, inerentemente negativa. Sentidos *ideológicos* servem necessariamente ao consenso, à disseminação de interesses particulares como se fossem interesses universais, para estabelecer e sustentar relações de dominação. Alguns modos gerais de operação da ideologia, e respectivas estratégias discursivas, apontados pelo autor são¹⁹:

- Legitimação: modo de representar relações de dominação como sendo justas e dignas de apoio. As estratégias típicas de construção simbólica voltadas para legitimar relações de dominação são a racionalização; a universalização e a narrativização;

¹⁹ Para mais detalhes, conferir Ramalho e Resende (2011).

- Dissimulação: modo de ocultar, negar ou obscurecer relações de dominação. São estratégias típicas de construção simbólica ligadas a esse modo geral: o deslocamento; a eufemização e o tropo;
- Unificação: modo de construir simbolicamente uma forma de unidade que interliga indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das divisões que possam separá-los. Duas estratégias principais são relacionadas a esse modo: a padronização e a simbolização;
- Fragmentação: modo de segmentar indivíduos ou grupos potencialmente capazes de desafiar forças e interesses dominantes. São estratégias de fragmentação: a diferenciação e o expurgo do outro;
- Reificação: modo de representar situações transitórias, sociais, históricas, como se fossem permanentes, naturais e atemporais. São quatro as estratégias ligadas a esse modo: a naturalização; a eternalização; a nominalização e a passivação.

Em práticas de ensino-aprendizagem de língua materna orientadas por uma compreensão mais crítica, a linguagem é concebida como prática social, ou seja, como parte integrante da vida social, indissociável das pessoas (com suas crenças, valores, histórias, narrativas de vida) que agem e interagem em um mundo material (sociocultural e historicamente situado), estabelecendo relações sociais no curso de suas vidas. As práticas de letramento/s são compreendidas como “conjunto de práticas socialmente construídas envolvendo a leitura e a escrita, configuradas por processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições, padrões de poder presentes no contexto social” (STREET, 1984, p. 8).

3. Reflexões em torno de uma experiência de ensino em língua materna

O conhecimento desses pressupostos teóricos, por parte dos/as professores/as em formação, contribuiria para um trabalho mais próximo do que preconizam as diretrizes e avaliações educacionais, uma vez que, como observou Kleiman (2008, p. 488), “uma das razões para as incertezas do professor face à mudança paradigmática profissional (...) é o desconhecimento (...) das teorias de linguagem que embasam os documentos oficiais.”

Para Fairclough (1995, p. 221), “analistas do discurso têm um importante papel na formação de educadores/as críticos/as preparados para atuar em programas de consciência linguística crítica”, ou seja, em “programas que buscam desenvolver a capacidade das pessoas para a crítica linguística, incluindo capacidades de análise reflexiva do próprio processo educativo”. O projeto da conscientização linguística crítica é, como resume Leal (2003, p. 142), “desenvolver a consciência de como a linguagem participa de processos que estabelecem, mantêm ou transformam relações de poder.”

Como Fairclough (1989, p. 85) problematiza, a linguagem (duplamente objeto de trabalho dos/as futuros professores/as) é um dos instrumentos de luta de/pelo poder. A ideologia (os sentidos a serviço da dominação) é “mais efetiva quando sua ação é menos visível, de forma que, quando nos tornamos conscientes de que um determinado aspecto do senso comum sustenta desigualdades de poder, aquele aspecto deixa de ser senso comum e pode perder a potencialidade de sustentar desigualdades de poder, isto é, de funcionar ideologicamente.”

Isso implica que, se reproduzimos acriticamente o senso comum, o *status quo* que beneficia uma minoria, a ideologia segue contribuindo para sustentar desigualdades de poder. Se, ao contrário, desvelamos, desnaturalizamos o senso comum, de maneira consciente, existe a possibilidade de coibirmos, anularmos, superarmos seu funcionamento ideológico. No contexto brasileiro, não é difícil notar que a tradição do ensino de ‘língua portuguesa’ serviu, em grande medida, para instaurar e sustentar desigualdades de poder fundadas no senso comum de que ‘a língua se resume à norma padrão’, “legitimada pelas instituições poderosas e à qual poucos têm acesso” (KLEIMAN, 2008, p. 490).

Já foi vastamente discutido que questões sociais e políticas foram ‘retiradas’ da sala de aula, sobretudo pela separação entre “poder” e “conhecimento”, por meio da criação de currículos e “conteúdos” centrados em supostos “objetos de conhecimento naturais”, como se conhecimentos fossem “naturais”, e não práticas discursivas, criações humanas e sociais, sociocultural e historicamente situadas (FOUCAULT, 2009 [1969]). Conforme Foucault (2009, p. 204), o “saber” é um “conjunto de elementos,

formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência (...).”

Ao desvelar que “os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados”, Mészáros (2008, p. 35) afirma que a educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu ao propósito de “não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital”, como também de “gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade”. O filósofo cita como exemplo o “saber”, e sua prática discursiva, da História, que “teve de ser totalmente adulterada, e de fato freqüente e grosseiramente falsificada para esse propósito” (MÉSZÁROS, 2008, p. 36), mas também podemos pensar na disciplina “Língua Portuguesa” como “saber”.

Retomando as ideias de Fairclough (1989) sobre desnaturalização da ideologia hegemônica, a consciência linguística crítica pode contribuir para desvelar e desnaturalizar efeitos ideológicos de (inter)ações, representações e identificações potencialmente orientadas para projetos de dominação. Alinhado a essa ideia, Geraldi (2004[1984], p. 44) avalia que “é preciso romper com o bloqueio de acesso ao poder, e a linguagem é um de seus caminhos. Se ela serve para bloquear – e disso ninguém duvida –, também serve para romper o bloqueio.” Como endossa Cox (2010, p. 181),

na atual conjuntura, se quisermos formar (e não apenas informar) professores de línguas com a densidade necessária para implementar de modo consequente a nova proposta curricular, temos de realizar escolhas. E a base de nossas escolhas seria o perfil de professores visualizado pelos documentos que estão regendo o ensino básico. Que cara deveria ter o curso de Letras que hoje habilita professores para atuar no Ensino Fundamental e Médio?

Concordamos com a autora com o fato de que não podemos mais separar no curso de Letras “as disciplinas de língua das de linguística. Hoje um currículo sério não pode mais abalizar um estudo de língua que se faça à margem dos conhecimentos produzidos pela linguística”. Tendo em vista a preocupação e o compromisso de contribuir para a formação de professores/as de língua materna preparados/as para refletir criticamente sobre sua prática, para propor e executar ações coerentes com a

consciência linguística crítica, é que oportunizamos nas dinâmicas de estágio docente espaços para reflexão crítica e para a aproximação da teoria e análise de discurso.

No que se segue, procuraremos ilustrar alguns resultados do trabalho com estudos discursivos nas disciplinas, de Licenciatura em Letras, Estágio Supervisionado em Português 1, cujo foco são reflexões prático-teóricas e observação de sala de aula, e Estágio Supervisionado em Português 2, com enfoque voltado para a prática docente. A dinâmica relatada aqui constituiu parte das atividades preparatórias para o planejamento e execução, por parte dos/as estudantes de Letras, de cursos de extensão de leitura e produção de textos para alunos/as da educação básica, oferecidos na Universidade de Brasília em 2011.

Em um trabalho de orientação e supervisão, instigamos os/as professores/as em formação a recorrerem às teorias discursivas e sociointeracionistas estudadas em Estágio 1 para planejarem e executarem, em Estágio 2, cursos de extensão, com duração de 4 encontros presenciais de 4 horas, cujo objetivo central fosse trabalhar com práticas de uso-reflexão-uso da linguagem, preconizadas pelas diretrizes educacionais, fazendo a transposição didática das teorias estudadas. Foram muitos os sucessos e também insucessos identificados no percurso, mas que, no caso, são parte do desenvolvimento da prática autônoma e emancipatória do/a professor/a crítico em formação.

A dinâmica que discutiremos foi realizada com estudantes de Estágio 2 e baseada no trabalho de campo desses mesmos estudantes em semestre anterior. Em estágio de observação, realizado no primeiro semestre de 2011, foi coletada a seguinte proposta de atividade, que conduzia uma aula de língua portuguesa, de 50 minutos, numa turma de oitava série de uma tradicional escola particular de Brasília. Reforçamos que o material a seguir foi coletado em uma escola de Brasília e que fora utilizado pelo/a professor/a dessa escola. O estudante de estágio coletou a atividade e ela foi utilizada em uma de nossas oficinas reflexivas de Estágio 1:

Partido Alto

Cássia Eller/Chico Buarque

<http://letras.terra.com.br/cassia-eller/64179/>

Deus é um cara gozador	Essa pobre titica
Adora brincadeira	Vou correr o mundo afora
Pois pra me jogar no mundo	Dar uma canjica
Tinha o mundo inteiro	Que é pra ver se alguém se embala
Mas achou muito engraçado	Ao ronco da cuíca
Me botar cabreiro	(Um abraço pra aquele que fica, meu irmão)
Na barriga da miséria	Deus me deu mãos de veludo
Eu nasci brasileiro	Pra fazer carícia
(Eu sou do Rio de Janeiro)	Deus me deu muitas saudades
Diz que deu	E muita preguiça
Diz que dá	Deus me deu pernas compridas
Diz que Deus dará	E muita malícia
Não vou duvidar, oh nega	Pra correr atrás de bola
E se Deus não dá	E fugir da polícia
Como é que vai ficar, oh, nega?	(Um dia ainda sou notícia)
“a Deus dará”, “a Deus dará”	Deus me fez um cara fraco
Diz que deu	desdentado e feio
Diz que dá	Pele e osso, simplesmente
Diz que Deus dará	Quase sem recheio
Não vou duvidar, oh nega	Mas se alguém me desafia
E se Deus negar	E bota a mãe no meio
eu vou me indignar e chega	Eu dou porrada a três por quatro
Deus dará, Deus dará	E nem me despenteio
Jesus Cristo ainda me paga	(Porque eu já tô de saco cheio).
Um dia ainda me explica	
Como é que pôs no mundo	

1. Indique a predicação do verbo dar em cada uma destas orações:

- “Deus dará”
 - “Deus me deu mão de veludo”
2. Que tipo de predicado encontramos em “Deus me fez um cara fraco”?
3. No trecho “Deus é um cara gozador, adora brincadeira/Pois pra me jogar no mundo, tinha o mundo inteiro”, encontramos um verbo empregado com sentido distinto do proposto pela norma culta. Identifique-o, faça a substituição adequada e classifique o sujeito do verbo proposto.

4. Na construção “Diz que deu, diz que dá/Diz que Deus dará”, qual é o sujeito de “diz”? Esse verbo foi empregado corretamente? Justifique.

De posse da proposta de atividade, os/as professores/as em formação, que já antes do início da discussão se mostravam conscientes da riqueza da letra de música e do reducionismo da abordagem estruturalista das questões propostas (ainda que elaboradas a partir de um texto), iniciaram reflexões em grupos para apontar problemas no tipo de aula proposta bem como para levantar possíveis maneiras de trabalhar aspectos discursivos a partir da mesma letra de música. Dentre outros problemas e limitações verificados na proposta de atividade, foram indicados pelos/as estudantes de Letras: (i) o texto como um pretexto para trabalhar regras da gramática normativa (questões 3 e 4), contribuindo para distinguir o “certo”, legitimado, do “errado”; (ii) o uso do texto para trabalhar memorização de terminologias e classificações da gramática tradicional (questões 1 e 2), o poderia ser feito sem o texto, já que ele é tomado só em unidades menores, e não em sua totalidade; a total desconsideração (conforme atestam as notas de campo apresentadas no relatório final) dos sentidos acionados pela letra da música bem como da composição multimodal da música, etc.

Dentre outras possibilidades levantadas pelos/as professores/as em formação para trabalhar aspectos discursivos em sala de aula, foram indicadas sequências didáticas que contemplassem:

- Pesquisa sobre os tipos de música popular brasileira, com atenção para origens e características particulares do gênero “samba de partido alto”;
- Audição de músicas e exploração de ritmos que contribuam para a construção de sentidos no gênero multimodal (ou seja, que mescla diferentes modos de representação – escrita, som);
- Pesquisa e elaboração de relatório-síntese da história do Rio de Janeiro, incluindo o percurso histórico, até os dias de hoje, da formação (apartação) das comunidades carentes;
 - Discussão, revisão coletiva, reescrita e divulgação do relatório-síntese;
 - Leitura de textos argumentativos (carta do leitor, artigo de opinião, editorial de jornal) e exploração das características composicionais, estilísticas, temáticas, dos gêneros;
 - Pesquisa sobre distribuição de renda e desigualdades sociais na comunidade do/a estudante. Escrita, revisão coletiva, reescrita e envio de carta do leitor em defesa de um ponto de vista acerca do tema;

- Pesquisa e apresentação oral de estatísticas de pobreza e índices de marginalidade no Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito aos/às afrodescendentes;
- Oficinas de leitura para trabalhar exercícios de antecipação, inferências, por exemplo sobre a vida cotidiana do eu-lírico da(s) letra(s) de música;
- Pesquisa e análise de expressões, ditados populares, provérbios e respectivos sentidos disciplinadores ideológicos, sobretudo a reificação da pobreza na origem da expressão popular “Deus dará”, que atribui a um ente sobrenatural a responsabilidade do estado de prover saúde, educação, alimentação e moradia aos/às cidadãos/ãs;
- Relação, da reflexão acima, com o “tipo de predicação do verbo dar na oração ‘Deus me deu mão de veludo’” (questão 1 da atividade reproduzida) e com o “tipo de predicado que encontramos em ‘Deus me fez um cara fraco, desdentado e feio’” (questão 2), em que a agência e a responsabilidade pela desnutrição (‘fraqueza’) e pela falta de acesso a serviços de saúde (‘desdentado’) são atribuídas a um ente sobrenatural;
- Ainda ligado à análise acima, reflexões sobre possíveis discursos (interdiscursividade) que reproduzem e disseminam as ideologias que reificam a pobreza e a desigualdade social;
- Pesquisa e exploração de características particulares da notícia policial, aliada a reflexões sobre vozes (intertextualidade) e discursos (interdiscursividade) em textos jornalísticos que fomentam a fragmentação/expurgo do outro, criando ‘inimigos’ públicos que ‘ameaçam a ordem’ estabelecida;
- Exploração do contínuo oral-escrito na letra de música e identificação de traços de variação linguística de gênero social, idade, região geográfica, camada ou grupo social, o que pode ser mais rico do que simplesmente “fazer a substituição adequada do verbo na norma culta e classificar o sujeito do verbo proposto” (questão 3 da atividade reproduzida);
- Reflexão sobre a criação de ‘símbolos de unidade’ que ideologicamente “unificam” brasileiros/as (samba, futebol, preguiça, valentia, carnaval), explorando relações intertextuais no texto;
- Analisar as outras vozes, discursos/ordens do discurso que constituem o texto, a exemplo do que alude a “construção ‘Diz que deu, diz que dá/Diz que Deus dará’” (questão 4 da atividade reproduzida), o que pode ser relacionado aos discursos que legitimam relações assimétricas de poder;
- Explorar o jogo de ironia construído na música com base na falta de combinação entre o significado aparente e o contexto situacional e nos pressupostos dos interlocutores sobre as crenças e valores do locutor, o que só pode ser inferido levando-se em conta o contexto social de interação como fator constitutivo do significado;
- Analisar sentidos, em relações intertextuais e interdiscursivas, que dissimulam graves problemas sociais por meio da eufemização/metáfora (“Na barriga da miséria/ Eu nasci brasileiro”; “Deus me deu mãos de veludo/Pra fazer carícia/Deus me deu muitas saudades/E muita preguiça”);

- Analisar os efeitos de sentido de seleções lexicais como “negar”, “me indignar”, em vez de outras possibilidades como “rejeitar, recusar, repudiar” e “me irritar, me decepcionar, me revoltar, me enfurecer”, observando o gradiente crescente ou decrescente de avaliação positiva ou negativa, e assim por diante.

A breve discussão realizada aqui indica que são inúmeras as possibilidades e imenso o potencial de trabalho orientado pela perspectiva discursiva crítica de ensino de língua materna; mas, naturalmente, um processo de adaptação e transformação de práticas tradicionais tão arraigadas não é tranquilo. São muitos os percalços e obstáculos a serem superados, como os/as próprios/as professores/as em formação descrevem em seus relatórios de estágio. O esforço de empreender práticas de pesquisa-ação entre universidade e comunidade é trabalhoso, e a prática tem mostrado a necessidade de a universidade ir até a comunidade, e não o contrário, a despeito de todo tipo de dificuldades que encontramos para levar a cabo tal projeto. O Relato (1) é representativo dessa percepção apontada pelos/as professores/as em formação que participaram das atividades supervisionadas de estágio:

Relato (1)

A oportunidade de um curso fora da escola favoreceu uma melhor segurança e real prática docente, *diante das situações que passam os alunos quando vão procurar uma escola para estagiar*. O curso foi de intensa produção e reflexão, cujo material de apoio possui excelente qualidade. *Contudo, alunos de escolas particulares dominaram as salas. Havia muito poucos alunos carentes*. Talvez a divulgação tivesse sido imbele, ou o deslocamento implicasse em dificuldade para esses alunos. *Percebo, portanto, que cursos como estes deveriam ter prioridade para com a população carente, que tem menos acesso a práticas de letramento, visto que sua exposição interfere na aquisição das competências*.

Outra dificuldade é que, por um lado, os/as professores/as em formação não são muito bem recebidos em escolas regulares, conforme Relato 1; por outro lado, os/as professores/as em formação apontam, com razão, que os cursos de extensão não oferecem uma visão “real” da vida escolar, como ilustramos com o Relato (2):

Relato (2)

Em relação à minha aprendizagem, o curso funcionou como uma ferramenta de auto-conhecimento. Pude reafirmar meu gosto por dar aula e minha paixão pelo português. *Por ter se tratado de um curso de extensão, entendo que o perfil dos alunos não é o que se costuma encontrar em uma sala de aula comum*.

Mais um impasse levantado com frequência pelos/as futuros/as professores/as é o choque com uma realidade em que o ensino de língua portuguesa está todo orientado para a “aprovação no vestibular” na universidade pública, conforme ilustra o Relato (3):

Relato (3)

Por causa da dinâmica [de apresentação], pude ter uma noção melhor sobre a realidade da turma, e o primeiro ponto com que me deparei foi o fato de eles estarem muito preocupados com o vestibular e com o futuro deles, pois muitos desenharam um livro, ou algo similar, para representar a fase da vida em que estão. Esse ponto não havia sido levado em consideração quando preparei as aulas (tanto que na apresentação não perguntei qual curso queriam fazer) e não tinha como foco ajudá-los nesse ponto específico, mas em um aspecto mais geral das quatro habilidades: ler, escrever, falar, escutar e refletir sobre a língua.

Mas isso foi uma falha que busquei remediar nas aulas seguintes. *Claro que de nenhuma forma o curso se tornou preparatório para o vestibular, mas esse aspecto passou a ser parte da aula. Aliás, quando disse que o curso não visava o vestibular, houve uma certa decepção por parte dos alunos.*

Essa é uma queixa apontada recorrentemente nas oficinas e relatórios de estágio: os constrangimentos vindos da instituição, dos familiares, que dificultam práticas inovadoras de ensino de língua materna; muito embora, devemos lembrar, os processos seletivos para ingresso em universidades tenham sofrido mudanças importantes nos anos recentes para atender à perspectiva discursiva das diretrizes nacionais de educação.

As recorrências de dificuldades de cunho mais pedagógico dizem respeito aos obstáculos impostos por uma tradição de aulas expositivas que “seguem o livro didático”, como ilustra o Relato (4):

Relato (4)

Um aspecto que me desagradou foi que as aulas pareceram meio repetitivas, com uma estrutura similar, e até textos de gêneros bem parecidos. Não sei como eu poderia preparar as aulas de tal forma que correspondessem aos objetivos do curso, mas a maneira como tudo aconteceu me pareceu um tanto superficial e não sei se saímos do esquema canônico das aulas em colégio.

O livrinho didático [preparado como material de apoio pelos/as professores/as em formação] ajuda, mas, de certa forma, restringe, pois se não fazemos tudo o que é proposto, causa uma sensação ruim. *Parecia que tinha muita coisa programada, e por isso, não dava para aprofundar tanto, “mastigar” bem os textos e ideias.*

Mesmo podendo organizar suas aulas, preparar e utilizar materiais de apoio como bem planejassem, os/as futuros/as professores/as acabavam, como eles/as mesmos/as constatarem, elaborando “um livrinho didático” que seguiam do início ao fim das aulas, e que não lhes oferecia muita diversidade de dinâmicas, leituras, gêneros discursivos.

4. Considerações finais

Ao contrário de indicar de antemão os projetos de letramento (“conjunto de atividades que se origina de um interesse real na vida dos alunos e cuja realização envolve o uso da leitura-escrita”, conforme Kleiman, 2008, p. 509) como a solução (quase) pronta, as atividades de estágio conduzem o estudante a reconhecer reflexivamente que a ação, a prática social real, deve preceder o ‘conteúdo’. A percepção de que a prática de estágio faz sentido e os envolve de maneira calorosa porque estão imersos/as e engajados/as em um projeto de pesquisa-ação, mostra aos/às futuros/as professores/as que um caminho para sua própria prática docente é partir de projetos de uso-reflexão-uso reais da linguagem, e não de “livrinhos didáticos” repetitivos e disciplinadores.

Nesse espaço de reflexão proporcionado pelas atividades de estágio, orientadas por uma perspectiva discursiva e transformadora, os/as professores/as em formação percebem que não há “receita pronta”, como eles/as avaliam; que a docência é um trabalho de pesquisa, de crítica, de discussão, de dúvida, de formulação e reformulação de propostas de intervenção que se mostrem efetivas para o desenvolvimento da consciência de que a linguagem não serve apenas para comunicar, mas também para segregar, legitimar diferenças, universalizar interesses que favorecem uma minoria e penalizam a maioria, não-consciente desse poder.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002[1929].

_____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997[1953].

CHOULIARAKI, Lilie & FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University, 1999.

COX, Maria Inês Pagliarini. Quem tem medo de sacrificar o latim? In: BARROS, S. M. & ASSIS-PETERSON, A. A. (Orgs.). *Formação crítica de professores de línguas: desejos e possibilidades*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010, p. 177-183.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. London: Longman, 1989.

_____. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. London: Longman, 1995.

_____. *Discurso e mudança social*. Trad./org. Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

_____. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London; New York: Routledge, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2003[1971].

_____. What is Enlightenment?. In: RABINOW, P. (Ed.). *The Foucault reader*. New York: Pantheon Books, 1984, p. 32-50.

_____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009[1969].

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOWLER, Roger et al. *Language and Control*. London: Routledge, 1979.

GERALDI, W. J. Concepções de linguagem e ensino de português. In: _____. *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 2004[1984], p. 39-46.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, Beth. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 33-52.

HODGE, Robert. & KRESS, Gunther. *Language as ideology*. London: Routledge, 1993.

KLEIMAN, Angela. Os estudos de Letramento e a formação do professor de língua materna. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 8, n. 3, 2008, p. 487-517.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Trad. (Coord.) Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.

LEAL, Maria Cristina D. Consciência linguística crítica e mudança nas características da identidade docente. In: SILVA, D. E. G.; LEAL, M. C. D.; PACHECO, M. C. N. (Org.) *Discurso em questão: representação, gênero, identidade, discriminação*. Goiânia: Cãnone, 2009, p. 139-158.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

RAMALHO, Viviane. Ensino de língua materna e Análise de Discurso Crítica. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, v. 7, p. 178-198, 2012.

_____. *Análise de discurso crítica na teoria e na prática: percursos latino-americanos*. 1. ed. Saarbrücken/Alemanha: Novas Edições Acadêmicas - NEA, 2013a.

_____. 'Viva sem menstruar': representações da saúde na mídia. In: Denise Tamaê Sato; José Ribamar Lopes B. Júnior. (Org.). *Contribuições da Análise de Discurso Crítica no Brasil: uma homenagem à Izabel Magalhães*. Campinas: Pontes, 2013b, p. 231-255.

_____ & RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.

RESENDE, Viviane de Melo & RAMALHO, Viviane. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

ROGERS, Rebecca (org.). *An introduction to Critical Discourse Analysis in education*. New York; London: Routledge, 2011.

STREET, Brian. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

SUASSUNA, Livia. Avaliação e reescrita de textos escolares: a mediação do professor. In: ELIAS, Vanda Maria (org.). *Ensino de língua portuguesa: oralidade, escrita, leitura*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 119-134.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Pedrinho A. Guareschi (Trad./org.). Petrópolis: Vozes, 2002.

Abstract: *In this paper, we intend to reflect on possible contributions of Critical Discourse Analysis for teaching-learning Portuguese as a native language (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE & RAMALHO, 2006; RAMALHO & RESENDE, 2011). Considering a research-action experience with Supervised Internship students of Portuguese language at the University of Brasilia, we discussed some of the paths taken in the training of educators who are capable of critically analyzing discourses that circulate in society; promoting critical linguistic awareness and, above all, reflectively analyzing their own docent practices.*

Keywords: *discourse; power; ideology; native language teaching; supervised internship practices.*

4. A TRILOGIA RETÓRICA ASSOCIADA À MELOS: ANÁLISE DISCURSIVA DE CANÇÕES BUARQUIANAS SOB O ENFOQUE DA TENSIVIDADE

Adriano Dantas de Oliveira²⁰

Resumo: Teremos, como exposição neste artigo, a apresentação de duas perspectivas de análise de canções: uma sob o enfoque da melos no que tange à harmonia e outra sob o enfoque da melos no que tange às unidades entoativas e a exploração das alturas. A fim de obter uma apropriação de categorias de análise para associá-las a conceitos da Retórica Clássica utilizaremos, como arcabouço teórico, conceitos da Semiótica em três vertentes: discursiva, tensiva e da canção. Como corpus, teremos a análise de trechos das canções “Fado Tropical” de 1972-73 e “Acorda, amor” de 1974. Abordaremos, assim, as estratégias e os recursos discursivos utilizados para alcançar determinados efeitos de sentido e a forma pela qual as referidas canções podem ser associadas a um ato retórico tipificado com propósitos comunicativos específicos: a mobilização de paixões em relação aos objetos discursivos opressão x liberdade.

Palavras-chave: Retórica; Semiótica; paixões; discurso; melos.

1. Introdução

Com o intuito de fazer uma breve contextualização, consideramos pertinente abordar alguns aspectos históricos do contexto da ditadura militar. Julgamos importante retomar tais aspectos para revisitarmos, mesmo que de maneira rápida, as relações de tensão e o embate de ideias e de ideais do contexto de produção dos discursos aqui analisados, espaço e tempo delineados por tensões e por controvérsias.

Vale destacar que as canções buarquianas, como é sabido, ganham extrema relevância, visto que se engajam no contexto sócio-político durante o regime militar. Dessa forma, nos interessa analisar os procedimentos discursivos e as paixões suscitadas por meio

²⁰ Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, tendo sido orientado pela Prof. Dra. Lineide do Lago Salvador Mosca. adriano.oliveira@usp.br.

dessas canções, que consideramos atuarem como uma ação retórica, tendo em vista que o compositor se instala como um orador frente a um auditório, tratando de questões sócio-políticas. Procedemos, então, no momento de nossa análise, à exposição de aspectos sociais, políticos e históricos das canções em referência para que revisitemos o contexto de produção do *corpus* ora analisado.

Consideramos, em nossa análise, o gênero canção como uma manifestação artística popular, uma prática artística associada a um projeto final, manifestação que, segundo Tatit, possui em sua constituição elementos da fala. A canção, assim, tem sua letra organizada musicalmente, considerando a *melos*, que padroniza e estabiliza as entoações – as alturas em que são exprimidas oralmente as sílabas dos versos da canção – e, também as entonações – a tonalidade, o timbre, enfim, aspectos harmônicos da modulação vocal. Dessa forma, na constituição da canção concorrem diversos elementos que se sincretizam, podemos citar elementos rítmicos, timbrísticos, entoativos, harmônicos, de densidade, altura etc., fator que dá ao *corpus* de análise (canção) certa complexidade de abordagem. Assim, ao analisar uma canção devemos atentar para elementos que vão além da letra e considerar também os elementos relacionados à *melos*, uma vez que se trata de um texto sincrético. No que tange a esse aspecto, a Semiótica, então, se mostra extremamente relevante para a nossa análise.

Segmentamos, o desenvolvimento de nosso trabalho, fundamentando-o teoricamente, expondo conceitos utilizados no âmbito da Retórica e da Semiótica na primeira e na seção respectivamente. A partir dessa fundamentação, na seção três, iniciamos nosso trabalho de análise com a exposição do *corpus*, dividindo-o em proposições que categorizamos como movimentos retóricos. Aplicamos, então, os conceitos de análise às proposições em um quadro teórico-metodológico. Por fim, em nossas considerações finais, elencamos alguns resultados de nossa análise.

Buscamos, assim, compreender em que medida o compositor instala uma situação Retórica em que ele se coloca e se constitui como um orador (*ethos*); diante de um auditório a fim de mobilizar paixões (*pathos*); utilizando o discurso - recursos verbais e racionais para tratar aquilo que está em questão (*logos*); tendo na referida situação Retórica o suporte e parte da cena enunciativa a melodia e outros elementos musicais (*melos*).

2. A Retórica: perspectiva histórica

Apesar de seu caráter universal, a Retórica e a Argumentação passam por transformações e concepções diferentes na sociedade devido a ideologias e interesses contrários à possibilidade de argumentação. Temos, na história da Retórica, períodos, como, por exemplo, a Idade Média e Moderna, em que a Retórica é tratada como disciplina e área de conhecimento secundárias e de simples sistema de ornamento discursivo. Porém, no século XX, ela ressurgiu com força total como disciplina e como ciência, uma vez que a Retórica e a Argumentação sempre estiveram presentes nas atividades sociais, a despeito do desprestígio acadêmico imposto à sua história. Historicamente, percebemos, então, que a Retórica passa por uma oscilação entre uma concepção social, arte da argumentação, e uma concepção formalista, estudo dos ornamentos (Klinkenberg, 1990). Vale destacar que a Retórica, originariamente, tem sua origem na oralidade, em que exposições ocorriam em locais amplos e com auditórios irrestritos. Posteriormente, a Retórica amplia seu domínio para o texto escrito em diversos gêneros retóricos. Reboul (2004) postula que: “A Retórica não nasceu em Atenas, mas na Sicília grega por volta de 465, após a expulsão dos tiranos”, ainda sobre o surgimento da Retórica, o autor afirma que “sua origem não é literária, mas judiciária” (REBOUL, 2004, p. 2).

Apesar de diferentes concepções históricas, as ideias aristotélicas acerca da Retórica não permitem que a assimilamos com caráter meramente formal, uma vez que foi concebida e está presente nas relações sociais. Segundo Mosca (1997, p. 17), “a argumentatividade está presente em toda e qualquer atividade discursiva, argumentar significa qualificar o outro como capaz de reagir e interagir diante das propostas e teses que lhe são apresentadas.”

Para Meyer (2007), a Retórica Clássica está fundamentada em três filósofos: Platão, Quintiliano e Aristóteles, e a Nova Retórica tem como primeiro representante Chaim Perelman, com a publicação do “Tratado da Argumentação” (1958). Temos, então, (1) A Retórica é uma manipulação do auditório (Platão); (2) a Retórica é a arte de bem falar (*ars bene dicendi*), de Quintiliano; (3) a Retórica é a exposição de argumentos ou de discursos que devem ou visam persuadir (Aristóteles). (MEYER, 2007, p. 21). Acerca da (4) Nova

Retórica, a partir do Tratado da Argumentação, podemos dizer que está centrada no uso e no “estudo das técnicas discursivas para provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento”. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 4). Essas concepções distintas mostram que a Retórica é o terreno da disputa, da controvérsia, do conflito.

2.1. Retórica: conceitos abordados

Segundo Reboul (2004, p.62), as principais funções de um discurso persuasivo são: o *docere* – instruir; o *movere* – que busca sensibilizar; o *delectare* – que toca ao agradar ao prazer.

Quanto às possibilidades de gênero, segundo Meyer (2007, p. 28-29), em Retórica Clássica, destacam-se três gêneros do discurso: o *jurídico* - que se atém ao passado com intenção de julgar o justo ou o injusto; o *deliberativo* – que procura discernir o que é útil ou nocivo à coletividade e o *epidíctico* - que se presta a homenagens e também a críticas ou censuras. Destacamos em Retórica Clássica, ainda, as partes do edifício retórico, conforme Meyer (2007, p. 46), a elaboração de uma produção textual bem estruturada passa pelas seguintes etapas: a **invenção** – dada pelo repertório temático em que se busca e se seleciona as provas e os materiais necessários aos propósitos do produtor; a **disposição** - o arranjo e a hierarquização do material e do repertório selecionado; a **elocução** – que resulta do manejo e dos procedimentos e mecanismos do plano de expressão, da adequação do estilo utilizado e das figuras de Retórica que assumem um poder de persuasão etc; a **ação** – que envolve as circunstâncias em que se dá o ato comunicativo envolvendo dimensões proxêmicas, gestualidade, tom de voz, timbre, ritmo de fala, enfim, elementos que agem de forma sincrética no discurso, elementos não-verbais que incidem para um efeito de sentido; e a **memória** - último elemento, introduzido pelos romanos aos estudos de Retórica e que perpassa todas as etapas anteriores.

Os elementos citados possuem como base uma tríplice formação Retórica: o **Ethos** – de onde partem as escolhas e atitudes e que levam ao sujeito, ao orador; o **Pathos** - a plateia ou audiência e as paixões presentes e suscitadas; e o **Logos** - que reúne o saber e o discurso.

Sobre essa relação *ethos, logos e pathos*, podemos dizer que se estabelece uma relação mútua entre eles, que pode ser isolada apenas para reconhecimento e análise, pois em uma situação Retórica os elementos dessa trilogia funcionam imbricados, aquele que fala constitui e é constituído por aquele que ouve por meio de representações na situação Retórica. Segundo Meyer (2007, p. 46), podemos estudar os seguintes elementos essenciais em Retórica Clássica: (a) o exórdio – o início do discurso, a preparação do espírito do ouvinte para escutar o que se vai tratar; (b) a narração – expõe o desenrolar dos fatos ou como podem acontecer; (c) a argumentação e a demonstração – o primeiro elemento se refere à verossimilhança e à possibilidade de aderência dos argumentos à realidade, a passagem do racional ao não racional, o segundo elemento, a demonstração, se prende à realidade não parte para possibilidades mais abstratas, expõe com base em provas, os argumentos, a refutação, a dedução de tópicos básicos da conclusão adversa de maneira puramente racional; e (d) conclusão ou peroração – fechamento ponto de chegada da argumentação. Ainda sobre a distinção entre a argumentação e a demonstração, segundo Mosca: “A argumentação movimenta-se, pois, das evidências racionais ao não-racional (crenças, paixões, preferências), podendo-se falar em racionalidade argumentativa, uma vez que ela transita na junção desses dois pólos.” (MOSCA, 2007, p. 295). Segundo Oliver Reboul (2004, p. 92) a argumentação distingue-se da demonstração por cinco características essenciais: dirige-se a um auditório, expressa-se em língua natural, suas premissas são verossímeis, sua progressão depende do orador e suas conclusões são sempre contestáveis. Podemos destacar, ainda, sobre a configuração da situação argumentativa a possibilidade de uma argumentação tripolar em que dois oradores debatem perante um auditório.

A argumentação constitui uma ação pelo discurso, na intenção de mudança ou reforço, conforme já foi exposto, e propõe agir sobre um auditório, seja ele uma só pessoa ou um público, ou ainda sobre aquele que a constrói, isto é, sobre si mesmo no caso da deliberação íntima. Estende-se ela do próprio argumentador consigo mesmo, passando pela argumentação bipolar, havendo ainda situações argumentativas tripolares, quando os protagonistas dialogam ou se defrontam perante um público, caso comum dos debates e painéis de mídia. [...] (MOSCA, 2007, p. 296)

Sobre a argumentação e as condições de produção das canções buarquianas no período da ditadura, percebemos que temos delineado um espaço de tensão e de controvérsias, intensificado, pela falta de liberdade de expressão e de conflitos de interesses nas mais variadas esferas da sociedade. Segundo Mosca:

A argumentação está ligada à ideia de liberdade: liberdade de pensar, de exprimir o pensamento de contradizer o pensamento do outro. Fato é que a primeira coisa a ser suprimida num regime totalitário é a faculdade de argumentar. [...]

[...] Pode-se exemplificar com o que ocorre nos regimes políticos autoritários, no interior dos vários setores da população conservam seus pontos de vista num movimento de resistência ao que se lhes quer impor. (MOSCA, 2007, p. 297)

2.2 A trilogia Retórica

O *ethos* se refere ao orador e sua constituição como tal perante um auditório, que se caracteriza pelo *pathos*, alvo do orador que tem o intuito de convencê-lo ou de persuadi-lo, a relação entre *ethos* e *pathos* é realizada por meio do *logos*, aquilo que está em questão na situação Retórica. Sobre o *ethos*, Aristóteles conceitua que: “[...] persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé [...] é, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador.” (ARISTÓTELES, 1998, p.49). Segundo Mosca (2002, p.23), o orador assume um caráter para chamar a atenção e conseguir credibilidade do auditório a fim de mover o *pathos* do auditório, suas tendências e emoções e conduzir o destinatário a uma determinada perspectiva do assunto, colocando seu próprio ponto de vista com o objetivo de obter a adesão. Ainda sobre o *ethos*, Meyer conceitua que:

O *ethos* é uma excelência que não tem objeto próprio, mas se liga à pessoa, à imagem que o orador passa de si mesmo, e que o torna exemplar aos olhos do auditório, que então se dispõe a ouvi-lo e a segui-lo. As virtudes morais, a boa conduta, a confiança que tanto umas quanto as outras suscitam, conferem ao orador uma *autoridade*. (MEYER, 2007, p.34)

O *pathos*, componente fundamental da Retórica, se refere às paixões, às fontes das questões do auditório, uma vez que o *ethos* se refere às fontes das respostas. Aristóteles postula catorze grandes paixões: a cólera, a calma, o temor, a segurança, a inveja, a impudência, o amor, o ódio, a vergonha, a emulação, a compaixão, o favor (obsequiosidade), a indignação e o desprezo. Tais paixões servem como uma fonte de questões em que o orador se apoia a fim de convencer ou persuadir o auditório por meio do *logos* e do *ethos*. Segundo Meyer (2007, p. 38), a paixão é um reservatório para mobilizar o auditório em favor de uma tese. Isso reforça a identidade dos pontos de vista, ou a diferença em relação à tese

que procuramos afastar. Encontrar as questões implicadas no *pathos* é tirar partido dos valores do auditório, da hierarquia do preferível.

É o que o enraivece, o que ele aprecia, o que ele detesta, o que ele despreza, ou contra o que se indigna, o que ele deseja, e assim por diante, que fazem do *pathos* do auditório a dimensão Retórica do interlocutor. E todos esses interrogativos remetem a valores que dão conta daquilo que Descartes teria chamado de “movimentos da alma”. (MEYER, 2007, p. 39)

Além do que já citamos sobre o *logos* nas explicitações anteriores, acrescentamos ainda a esse conceito a noção de Meyer (2007, p. 45) de que o *logos*, é tudo aquilo que está em questão na situação Retórica, não se refere apenas ao texto, mas ao discurso, ou seja, fatores subjacentes à superfície textual. Aquilo que o texto diz e também as questões a que o texto responde, suscita ou trata de alguma forma. Dessa forma: “Para que haja Retórica, é preciso que uma questão seja levantada e permaneça, a despeito do que soluciona, ou em razão da resposta que soluciona” (MEYER, 2007, p. 62).

Acerca da *doxa*, importante conceito quando se trata de Retórica, podemos entendê-la como a crença comum ou a opinião partilhada. O conceito é bastante complexo, havendo diversos posicionamentos entre os filósofos gregos. Platão, no *Górgias*, estabelece a distinção oposta entre o saber e a *doxa*, conforme o pensamento do filósofo a *doxa* se relaciona contrariamente à *episteme* (saber que é verdadeiro). *Doxa*, ou “opinião comum”, nesse caso tem o significado próximo a “senso-comum”. Assim a *doxa* estaria relacionada a uma conotação de conhecimento falso, mal acabado, ou inconsistente; seria uma não verdade, apenas um ponto de vista parcial. Essa condenação à *doxa* está relacionada à constante busca pela verdade. Vale ressaltar que Sócrates questionava, submetendo a sua própria *doxa*, as opiniões dos atenienses, talvez por essa razão Platão busque em sua filosofia estatutos de verdade. Assim, Platão condena inclusive a Retórica, tendo em vista que por meio dela pode se gerar a persuasão, ocupando-se em fundamentar-se ou em gerar um sistema de crenças e de opiniões que não teriam relações verdadeiras com o conhecimento.

Aristóteles, por sua vez, utilizou o termo *endoxa*, crenças comuns sustentadas, provadas e testadas. *Endoxa* para Aristóteles é uma crença mais estável que a *doxa*. Para Aristóteles, a *doxa* não é aquilo que é falso, mas aquilo que é aceito como verdadeiro, razoável por determinado auditório. Assim, um orador, a fim de obter adesão, procura adequar-se ao(s) auditório(s) que pretende alcançar, busca adaptar-se aos juízos de valores

reconhecidos, à *doxa* aceita, apóia os seus argumentos sobre esse conjunto reconhecido e partilhado de valores, constitui, assim, o seu *ethos* de acordo com as representações coletivas pré-existentes.

Podemos observar que é em relação ao auditório que os discursos deverão ser ajustados, pois “o importante... não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ela (argumentação) se dirige” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 26-7).

O orador apóia seus argumentos sobre a *doxa* que toma emprestada de seu público do mesmo modo que modela seu *ethos* com as representações coletivas que assumem, aos olhos dos interlocutores, um valor positivo e são suscetíveis de produzir neles a impressão apropriada às circunstâncias. O orador constrói sua própria imagem em função da imagem que ele faz de seu auditório, isto é, das representações do orador confiável e competente que ele crê ser as do público. (AMOSSY, 2005, p. 124)

Dessa forma, as partes envolvidas no processo comunicativo projetam imagens de si e do outro a partir de um acervo: a *doxa*. Podemos, então, entender por *doxa*, conforme a tradição Clássica, e o pensamento filosófico a convergência e o compartilhamento de ideias, paixões, opiniões, modos de pensar etc.

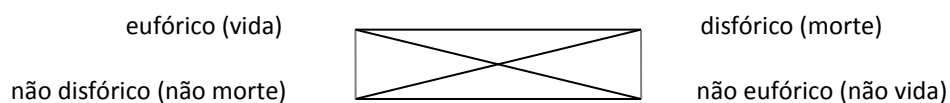
3. Semiótica e Retórica: conceitos e aplicabilidade

Na perspectiva da Semiótica, abordamos, inicialmente, a constituição dos atores e de suas actâncias. O modelo actancial de Greimas (1966, p. 225), é utilizado na abordagem das actâncias dos atores dentro de uma narrativa em que os atores se desdobram em papéis actanciais: ações e qualificações em uma narrativa e, em papéis temáticos, temas que são representados pelos atores. Segundo Greimas (1966) os atores exercem actâncias, que são unidades discretas, cujos predicados se subdividem em dinâmicos (esfera de ação - fazer) e estáticos (esfera qualificacional - ser). Podemos inventariar as actâncias da seguinte forma: adjuvante x oponente; sujeito x objeto; Destinador x destinatário.

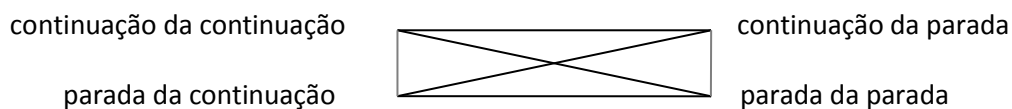
A Semiótica Discursiva aborda o texto em três níveis distintos - o nível discursivo que compreende a narrativa como uma combinatória de enunciados narrativos, compostos por atores e por predicados. A sintaxe do nível discursivo busca regulamentar e gramaticalizar a instância da enunciação, e o faz pelo processo de actorialização, de temporalização e de

especialização, cujos traços recursivos constroem os atores da narrativa, as marcas que delimitam o tempo, o espaço e o tipo da enunciação: debreagem e embreagem (enunciativa e enunciva). Subjacente ao nível discursivo, temos o nível Narrativo, que configura o fazer dos atores: as manipulações; as modalizações; os programas narrativos (de base e de uso); as performances e as sanções.

Por fim, temos o nível fundamental que é caracterizado pelas categorias semânticas mínimas em que se estrutura a narrativa. Refere-se aos temas fundamentais tratados no texto. Para Pietroforte: “Se o sentido é estabelecido em uma rede de relações, no nível fundamental, busca-se determinar não uma relação fundamental, mas uma rede fundamental de relações.” (PIETROFORTE, 2004, p. 11). O percurso gerativo de sentido, dessa forma, se estrutura nas relações fundamentais de sentido, orientadas por uma categoria semântica mínima: o nível fundamental. Vale ressaltar que o nível fundamental no modelo greimasiano traz oposições rigorosas. Como, por exemplo, vida x morte; liberdade x opressão; euforia x disforia etc. O quadrado semiótico expõe essas relações da seguinte forma:



Zilberberg (2006, p. 129 – 147) propõe uma sintaxe mais dinâmica do que a simples oposição de elementos, essa proposição traduz de maneira mais tensiva as relações estabelecidas entre os temas fundamentais, o autor propõe o nível tensivo que, para a análise de canção se torna mais interessante como forma de descrição. Podemos exemplificar a proposta do autor no seguinte quadro:



Segundo esse modelo, podemos ainda abordar esses regimes de valores como remissivo (fechamento, desaceleração). Valores referentes à parada; e emissivo (abertura, aceleração). Valores referentes à continuação. Dessa forma, a continuidade é uma continuidade da descontinuidade e a descontinuidade é uma continuidade da descontinuidade. A transitividade é inerente aos estados do sujeito e à narrativa. Assim, o início da narrativa é a “parada da parada”. Cabe ao Destinator, então, persuadir o

destinatário a fim de iniciar a “parada da parada”, ou seja, a “não inanição”, transformando o destinatário em sujeito, que sai em busca de seu objeto.

3.1 A canção

Segundo os postulados de Tatit (1996, p. 11-12) a melodia cantada possivelmente tem sua origem na gestualidade da fala, ou seja, em aspectos da fala cotidiana em uso, considerando as entoações – ascendentes ou descendentes; as pausas; as modulações etc.. Destaca, ainda, que a canção popular possui uma espontaneidade enunciativa que faz com que a letra da canção se submeta aos contornos melódicos. Podemos, assim, assimilar que, na canção, ocorre uma articulação entre princípios prosódicos e melódicos, sendo essa relação o elemento central da Semiótica aplicada à canção.

Dessa forma, é necessário assimilar, na canção, aspectos típicos da fala e da prosódia, uma vez que mesmo havendo um modelo de previsibilidade e de estabilização melódica não há a necessidade de uma padronização coerciva em relação à construção das frases, versos ou das unidades entoativas (células do nível das alturas da entoação) em uma canção.

A letra de canção pertence a uma esfera de valores muito particular, altamente comprometida com a melodia e todo aparato musical circundante, de tal modo que sua avaliação à luz de critérios unicamente poéticos redundaria, quase sempre, em julgamento desastroso. A fixação da sonoridade na canção é basicamente um problema musical. A desestabilização da sonoridade, fenômeno a ser analisado mais adiante, já se configura como questão entoativa. (TATIT, 1994, p. 237)

Assim sendo, o gênero canção, em sua constituição, é bastante complexo, considerando aspectos literários, poéticos, rítmicos, melódicos, prosódicos, harmônicos, de densidade, timbrísticos etc. De maneira que todos esses aspectos devem ser considerados em uma análise. Sobre a articulação entre letra e melodia na canção e os pressupostos para a análise de ambos, podemos destacar a seguinte citação:

É suficiente, para nossa finalidade, atribuímos à organização melódica a função de elemento estruturador do plano de expressão e à organização lingüística a incumbência de conformar o plano do conteúdo. Os aspectos sonoros da letra – rimas, aliterações, assonâncias -, que pertencem certamente ao plano da expressão, tendem a ocupar, na canção, uma posição secundária diante da exuberância do componente melódico, a menos que o autor lhes dispense algum tratamento especial. (TATIT e LOPES, 2003, p. 88)

Em relação à melodia (do grego *melos*) assimilamos, aqui, como aspectos: rítmicos, prosódicos, entoativos, harmônicos e tonais elementos que, em uma canção, incidem sobre

os efeitos de sentido. Assim, devemos, primeiramente, considerar duas categorias distintas que estão imbricadas no processo de significação: a extensidade e a intensidade. Essas grandezas existem em relação de dependência em que o princípio da intensidade rege a extensidade pela maneira em que os elementos como os acontecimentos se distribuem sobre a extensidade.

Sobre a entoação (unidades entoativas), Tatit (1994) propõe que são unidades do nível da célula na melodia. O nível superior é o nível da frase que é distribuída ao longo da tessitura o que pode gerar o efeito de passionalização, tematização ou figurativização. Segundo o modelo do autor, as curvas descendentes (do agudo para o grave) remetem figurativamente à asseveração da fala cotidiana, geralmente associada a um procedimento de distensão, relaxamento. Já o movimento ascendente (do grave para o agudo) pode gerar um efeito de tensão.

Outro fator relevante nesse modelo, segundo Tatit (1997) se refere aos modelos de construção melódica na canção: a) tematização da expressão – que se refere ao processo de aceleração e regularização da pulsação rítmica, engendrando motivos melódicos bem definidos; b) passionalização – que se refere ao investimento tensivo em relação ao uso da tessitura melódica, das durações das vogais e das pausas entre as frases. Assim, a tensividade e a passionalização são criadas pela ampliação das alturas e das durações; c) figurativização - essa construção é o processo inverso da tensão ou distensão, trata-se de um desinvestimento do percurso melódico, buscando um grau zero de significação. Apesar de uma melodia de canção não poder ser completamente entoativa, indicar essa tendência já revela um processo que podemos chamar de figurativização enunciativa de expressão.

O autor destaca, ainda, outra forma de integração entre letra e melodia, que se dá pela harmonia. Articulação na qual a tensão nas frases pode ser modulada a partir do uso de acordes, do encadeamento deles e de escolhas em suas configurações harmônicas. Podemos destacar a escolha de acordes maiores ou menores, dissonantes ou não etc. Enfim, acordes que produzem efeito de tensão e de expectativa (alteridade) e outros que geram efeito de distensão e de resolução (identidade).

4. Análise de *corpus*

4.1 Análise sob o enfoque da harmonia – “Fado Tropical” (Chico Buarque & Ruy Guerra 1972-73)

“Fado tropical” composta entre 1972 e 73, faz menção mais especificamente à movimentação social e política que ocorria em Portugal nesse mesmo período. Movimentação que culminou na Revolução dos Cravos e que pôs fim ao regime salazarista em 25 de abril de 1974, retirando do poder Marcelo Caetano, sucessor de Salazar. A revolução acabou estabelecendo liberdades democráticas, promovendo transformações sociais no país.

O primeiro movimento retórico dessa canção é a introdução, somada ao título da canção “Fado Tropical” (no latim fado significa destino). Assim, o exórdio é realizado na introdução com uma guitarra portuguesa, instrumento típico do fado, gênero musical associado à cultura portuguesa e o título da canção. É o início de duas isotopias numa relação de contiguidade Brasil e Portugal, instaurando dois isotopantes.

Sol **Dó -**

Oh, musa do meu fado Oh, minha mãe gentil

Em um primeiro movimento retórico destacamos, na primeira proposição, o vocativo “musa” em uma estratégia que conota a inspiração do orador, acompanhado de uma figura de comunhão “meu” “minha” (debreagem enunciativa). Observamos também nesse movimento retórico o intertexto com o hino nacional brasileiro “mãe gentil” é a continuação de uma isotopia de elementos brasileiros (*tropical – musa do meu fado - mãe gentil*). Destaquemos também a instalação do orador no discurso pela colocação de marcas lingüísticas de primeira pessoa no texto: os pronomes possessivos de primeira pessoa (ator destinador) na relação com a “musa” (ator destinatário). Temos, nesse segundo ator o recurso da ambiguidade instaurado (Brasil ou Portugal?). Acerca da *melos* destacamos o andamento lento na relação do eixo da intensidade para com a extensidade; a pouca exploração da tessitura musical pelas unidades entoativas e a harmonia colocada em acorde menor no final da frase musical, dado pelo acorde de *Dó* menor, o que enseja uma tensão

em relação à tonalidade musical da canção que está na tonalidade de *Sol* o acorde mais natural e mais usual para esse tom seria um *Dó maior*. O mesmo procedimento de tensão harmônica é realizado a seguir:

Lá#

Ré#

Te deixo consternado No primeiro abril

Neste movimento retórico, observamos a exposição de uma dimensão interoceptiva (passional) do orador, e a dupla direção figurativa expressa pelo lexema “abril” que remonta tanto a chegada dos portugueses ao Brasil, quanto à chegada dos militares ao poder no Brasil. Vale destacar que posteriormente à composição da canção ocorre a Revolução dos Cravos em Portugal, também em abril, elemento que intensificou a proibição da execução desta canção. Ainda sobre a *melos* destaquemos nesse trecho a harmonia que é realizada com acordes que pertencem a escala menor da tonalidade da canção (*Sol*), procedimento que gera um efeito de tensão e de expectativa, procedimento já anunciado no movimento retórico anterior com o uso do acorde de *Dó menor*. Tal procedimento gera um desconforto no encadeamento da harmonia, encadeamento que na sua sucessão necessita de uma solução harmônica. Porém em vez de uma solução harmônica que neutralize o efeito de “tensão” temos uma intensificação desse procedimento com a utilização dos acordes de *Lá #* e *Re#*, acordes com meio tom aumentado em relação aos acordes naturais da escala maior da tonalidade.

Dó (7)

Lá (b)

Mas não sê tão ingrata Não esquece quem te amou

Ré (7)

Sol (7)

E em tua densa mata Se perdeu e se encontrou

O orador apela à memória de seu destinatário (Musa - Portugal/ Brasil) a fim de que não esqueça seus filhos (os exilados brasileiros pela ditadura ou os exilados portugueses que se negaram a participar da Guerra Colonial Portuguesa). Temos, nesse trecho da canção, a manutenção e a consolidação de uma dupla isotopia, com dois isotopantes: Brasil e Portugal

– respectivamente. Destaquemos o lexema “mata” referindo-se ao Brasil. Sobre a *melos*, destaca-se ainda o andamento compassado (considerando-se a extensidade e a intensidade), a pouca exploração da tessitura pelas unidades entoativas; e os acordes que geram tensão na configuração harmônica. Vale destacar, assim, a manutenção ao apelo à alteridade na harmonia da canção, ou por acordes alheios à tonalidade maior da canção, que está em *Sol*, ou pelo uso de modificações nos acordes que fazem parte dessa tonalidade.

Lá (b)

Sol

Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal

Lá (b)

Sol

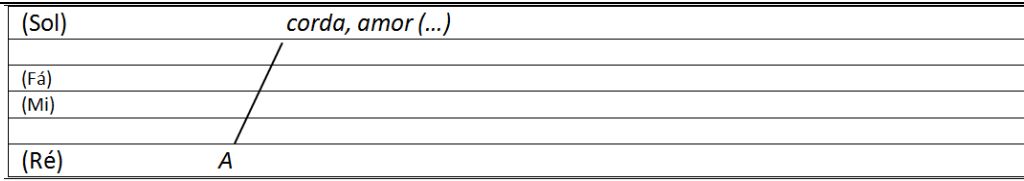
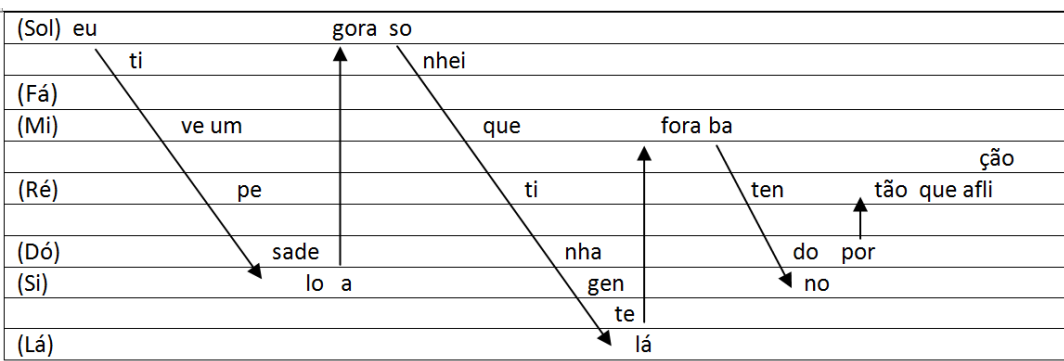
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal

Neste movimento retórico, destaca-se o enunciado performativo, e a exposição da contiguidade das isotopias, sugeridas anteriormente, na performatividade dos dois isotopantes (Brasil x Portugal). Percebemos a relação de contigüidade que, figurativamente, se assenta na temporalidade, ou seja, o Brasil também chegaria a uma movimentação social a fim de derrubar um regime ditatorial tal qual Portugal. Sobre a *melos*, observemos que os versos são iniciados em uma harmonia com acordes de tensão (alteridade), *Lá bemol*, quando o comum seria o uso de um *Lá maior*, natural ao campo harmônico da canção em *Sol*. Procedimento que mais uma vez reitera e intensifica a necessidade de um procedimento de resolução já anunciado nos versos anteriores, uma identidade na relação de toda a alteridade construída até o momento na harmonia. Esse procedimento é realizado no final do verso pelo acorde que é próprio da tonalidade da canção *Sol* – a identidade maior que poderíamos conseguir em um Campo Harmônico: o acorde dominante.

4.2. Análise sob o enfoque da entoação - “Acorda, amor” (Leonel Paiva e Julinho da Adelaide, 1974)

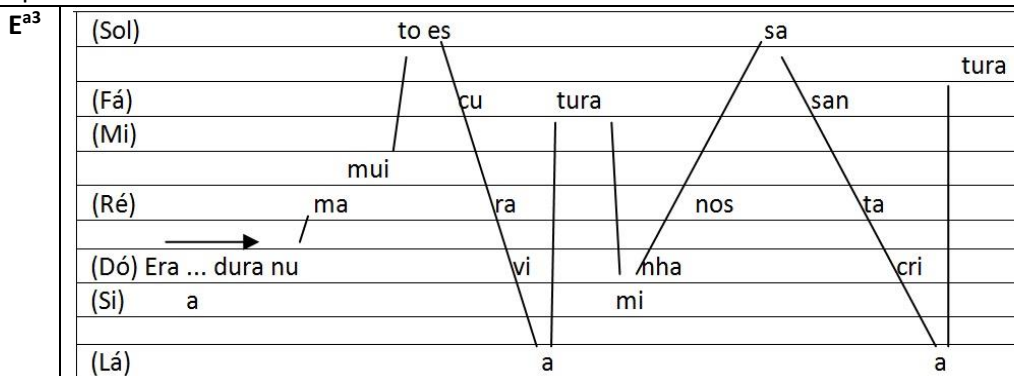
A seguir, apresentamos um modelo de análise em um quadro analítico composto pela enunciação; pelas unidades entoativas e respectivas frases e modelos melódicos; pelas

categorizações e descrições no âmbito da Semiótica e, por fim, pelos movimentos retóricos realizados a partir das proposições expostas.

Introdução		Sons ambientalizando a cena: Sirenes + musicalização	
Sem.	- Espacialização: configuração do Englobante da situação enunciativa. (presença do oponente). A introdução é realizada por meio de sirenes, acordes e notas dissonantes, de maneira a cernar a enunciação de forma tensiva. Temos aqui a preparação para o conteúdo emissivo, a parada da parada, ou seja, a preparação do ouvinte para as teses que serão apresentadas.		
M. R.	- Exórdio – cernarização: instauração da tensividade argumentativa		
E ^{a1}			
Semiótica	<ul style="list-style-type: none"> - Debreagem Enunciativa: Imperativo + Instalação do ator “amor” – Configuração - actancial – destinatário - Contrato Injuntivo: Destinador (orador) x destinatário (amor). - Início do programa narrativo de uso - Programa narrativo de base - Modalização – ator “amor”: dever - Na primeira enunciação da primeira estrofe, o orador (Destinador) entoia uma frase que termina com um tonema extremamente ascendente. Percebemos, na segunda unidade entoativa, que encerra a frase musical três graus acima da primeira unidade entoativa. Temos aqui o início da busca, o salto, acompanhado da pausa, após o tonema. Percebemos uma configuração passional, dada a surpresa do salto na segunda unidade entoativa e a pausa após essa segunda unidade. Temos também um motivo melódico diferenciado, que não se repete nas próximas frases (figurativização). A entoação ascendente, configura também uma espera pela resposta do destinatário, corroborada pela pausa posterior à frase. 		
M. R.	<ul style="list-style-type: none"> - Narração (a) - Gênero Deliberativo buscando a função persuasiva: <i>movere</i>/ Acordo prévio – imperativo “acorda” direcionado ao auditório caracterizado pelo ator “amor”. 		
E ^{a2}			
Semiótica	<ul style="list-style-type: none"> - Instalação dos atores “eu” (orador) configuração actancial “adjuvante” e do ator “gente” configuração actancial “opponente”. - Espacialização e temporalização: Dimensão real – aqui/ agora (onde ocorre a enunciação) X Dimensão onírica (sonho) lá/ então. - Configuração actancial qualificacional - dimensão interoceptiva – aflição. - Modalização do ator “amor” por meio do saber - dado pelo Destinador/ (eu) 		

Temos nas unidades entoativas das frases acima um encadeamento descendente configurando uma asseveração, temos uma asserção de informações que modalizam o destinatário (saber). Temos, assim, nas frases e unidades entoativas em referência uma tematização, percebemos a identidade das unidades entoativas e a asseveração de forma descendente sem saltos, com quedas intervalares e notas curtas. Destacamos também os saltos ascendentes nos tonemas finais de cada descendência, que caracterizam uma prossecação. Temos na canção, dessa forma a sequência asseveração x prossecação. No final, temos o vocábulo “aflição” que é entoado por meio de duas unidades entoativas, a última delas em ascendência dissonante, em uma entoação ainda não realizada, temos, então, uma configuração figurativa (temor na sincretização letra x melodia).

M. R.
 - Narração – o orador se instala na situação argumentativa (eu) e inicia a narrativa em um plano onírico “sonho” em oposição à realidade.
 - Gênero Judiciário – volta-se ao passado/ Função *docere* – o ator informa sobre os acontecimentos em seu pesadelo.
 - *Logos* focalizando o *pathos* do “temor” por meio do vocábulo “aflição”/ Constituição do *ethos* do orador temeroso perante a cenarização. O auditório é caracterizado pelo ator “amor” como recurso da ambigüidade este significante pode apontar para dois significados: cônjuge ou algo equivalente ou um auditório universal.



Sem.
 - Embreagem enunciativa: isotopia figurativa com a reiteração do ator “gente” atualizado como a “dura”, “escura” e “viatura”. Configuração: actancial oponente. Segue, então, para uma debreagem enunciativa: dupla invocação – “santa”; “criatura” com a reiteração do ator “amor”
 - Dimensão interoceptiva (surpresa) do ator “eu” por meio da interjeição enunciada (Minha Nossa)
 - Temos nas unidades entoativas saltos ascendentes repentinos, gerando o efeito de sentido de prossecação e de surpresa, seguida de uma gradação descendente, gerando o efeito de sentido de asseveração. Destacamos também a articulação entre a tematização (notas curtas e ritmo acelerado, associada aos saltos intervalares, caracterizando a presença do oponente)

M. R.
 - Demonstração: configuração do oponente que é figurativizado metaforicamente – pela isotopia “viatura” “escura” sujeitos a recção semântica de “dura”.
 - Isotopia – “minha nossa santa criatura” dupla invocação “auditório” e “santa” reiteração do *páthos* – temor.

E^{a4}

(Mi)	o ladrão, chame o ladrão
(Ré)	
(Dó)	
(Si)	
(Lá)	
(Sol)	
(Fá)	
(Mi) Chame, chame, chame lá/ Chame, chame	

Sem.

-Instalação do ator “ladrão” configuração actancial adjuvante./ Explicitação da dimensão interoceptiva (reiteração do fonema “x” representado pelo dígrafo nos grafemas “ch”
 - Manipulação – intimidação – temor da “dura”.
 - Unidades entoativas repetidas produzindo um efeito de tematização, culminando num tonema extremamente ascendente, uma oitava acima (fuga da previsão entoativa, produzindo, então, um efeito de figurativização do temor)

M.R.

-Conclusão: gênero deliberativo (proposição de intervenção)/ Recurso retórico (figura da ironia na inversão “ladrão x policia”)
 - Função: movere - *pathos* do temor – reiteração do “ch” - aliteração em “x”
 - Entoação de voz alterada drasticamente do grave para o agudo, demonstrando alteração no estados de ânimo do orador.

Apresentamos, a seguir, um diagrama em que buscamos representar as relações em ambos os modelos de análise descritas no que tange às relações retórico-discursivas que buscamos descrever anteriormente.

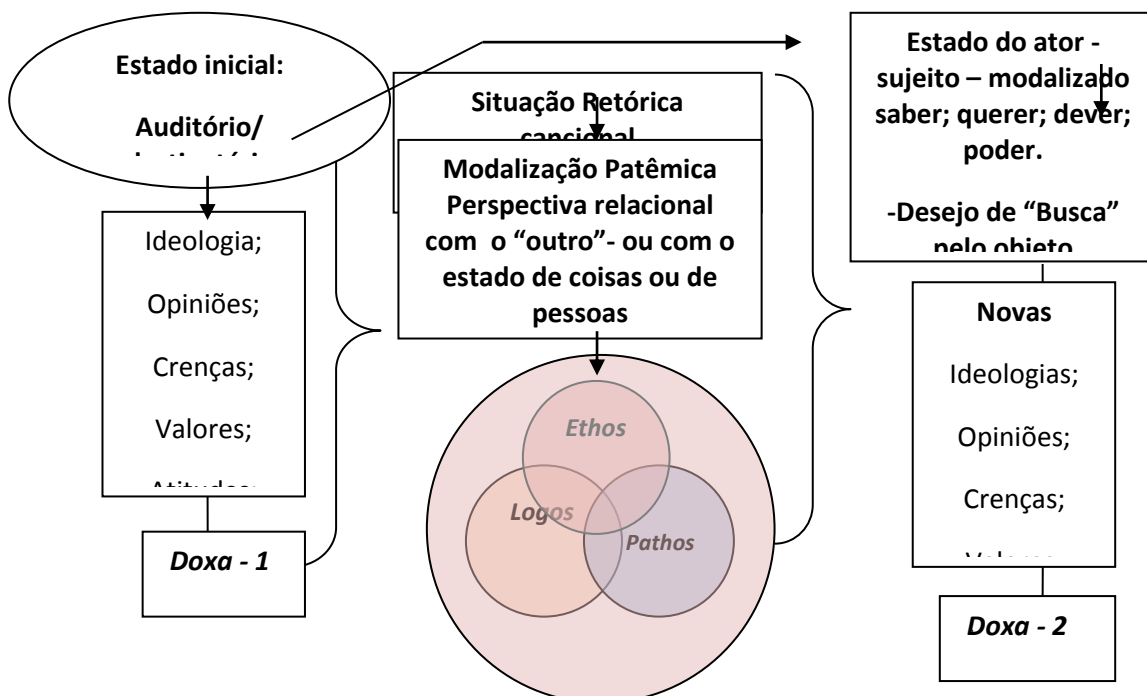
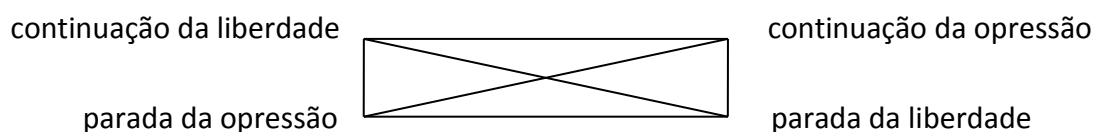


Figura 1. Representação da situação Retórica cancional - articulação da trilogia retórica associada à Melos

Podemos inferir, nesse breve recorte de nossa análise, que o orador nas canções analisadas busca configurar um *ethos* que preencha condições de credibilidade para a aceitação do público. Podemos destacar figuras de comunhão que configuram uma identidade entre orador (destinador) e auditório (destinatário) como “minha gente”, o objeto de valor “Liberdade” como tema fundamental, como objeto de valor e como, por fim, um “Bem comum”. Da mesma forma, coloca-se a “Opressão” como um tema fundamental oposto à Liberdade. Outro fator importante evidenciado em nossa análise é a negociação de sentido que, na canção, fica aberta a uma leitura polissêmica, instaurada a partir da instalação de atores (interlocutores) como “amor” no início da canção, ou “musa” tal recurso cria modelos cognitivos pela ativação do conhecimento prévio típico em canções populares. Normalmente, um “amor” ou “musa” no gênero popular da canção, é interpretado como uma pessoa amada a quem um eu-lírico se refere. Em nosso caso, essa leitura é feita por uma negociação de sentido e que dá suporte à inferência do ouvinte e, conseqüentemente, ao sentido dado a canção. Pudemos notar, também, que o orador perpassa os gêneros retóricos *epidítico*, *judiciário* e *deliberativo*, além das funções *movere*, *docere* e *delectare*, a fim de alcançar seus objetivos comunicativos na situação Retórica em questão. Por meio de figuras, forma isotopias figurativas que compõem percursos gerativos de sentido, recobrando os temas fundamentais tratados nas canções, percursos que são utilizados para a movimentação Retórica na canção, e, por conseguinte, para a articulação da trilogia Retórica. Dessa forma, propomos o seguinte inventário no quadrado semiótico:



A partir dos temas fundamentais, o compositor configura um *ethos* que mobiliza diversas paixões, por meio do *logos*. No caso da canção “Acorda, amor”, destacamos o *pathos* do temor e da compaixão; no caso da canção “Fado tropical” podemos destacar o *pathos* da segurança, da calma e da esperança. Para alcançar esses objetivos destacam-se estratégias que têm o objetivo de conduzir o auditório a uma perspectiva assumida pelo orador em relação ao tema Liberdade x Opressão. Em relação ao *logos*, podemos inferir que é exatamente o que está em questão, colocado por meio das proposições (provas proposicionais): a “liberdade” e a “opressão”, tratados figurativamente. Destacamos, ainda,

a *melos*, que dá suporte à *elocutio* e à *actio*, e, serve como princípio estruturador e estabilizador do *logos*, instaura os saltos, as gradações, configura um regime de passionalização, de figurativização e de tematização sincretizando os efeitos de sentido que convergem para uma dada perspectiva de consciência de estados de coisas e, conseqüentemente, novos estados de consciência.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [s/d].

CARMO JR., José Roberto do. A voz: entre a palavra e a melodia. In: *Teresa: Revista de literatura brasileira*. Vol. 4/5. São Paulo: Editora 34, 2003.

FONTANILLE, Jacques. *Sémiotique du Discours*. Limoges: Pulim, 1998.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.

_____. *Semântica estrutural*. São Paulo, Cultrix, 1966.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

MEYER, Michel. *A Retórica*. São Paulo: Ática, 2007.

_____. *Questões de Retórica: linguagem razão e sedução*. Trad. António Hall. Lisboa: Edições 70, 1993.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. *Retóricas de ontem e de hoje*. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 2004.

_____. O espaço tensivo da controvérsia: uma abordagem discursivo-argumentativa. *Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH, 2007, p. 293-310.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova Retórica*. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. Ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIETROFORTE, Antonio Vicente. *Semiótica Visual: os percursos do olhar*. São Paulo: Contexto, 2004.

TATIT, Luiz. *Semiótica da canção: melodia e letra*. São Paulo: Escuta, 1994.

_____. *O cancionista – composição de canções no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *Musicando a Semiótica – ensaios*. São Paulo, Annablume, 1997.

_____. *O século da canção*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

LOPES, Ivã Carlos; TATIT, Luiz. Ordem e desordem em fora de ordem. In: *Teresa: revista de literatura brasileira*. Vol. 4/5. São Paulo: Editora 34, 2003.

TATIT, Luiz ; LOPES, Ivã Carlos. Terra a vista: aportando na canção. *Gragoatá*: Revista do Instituto de Letras da UFF, v. 16. Niterói: 2004.

ZILBERBERG, Claude. *Razão e poética do sentido*. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. *Elementos de Semiótica Tensiva*. Trad. Ivã Lopes; Luiz Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

Abstract: *We have, as work proposal, the exposure of the perspective of a analysis interdisciplinary model of Songs, addressing the articulation of the rhetorical trilogy. We use as theoretical framework for this exhibition, concepts of Semiotics, applying studies of Greimas, Tatit and Carmo Jr. and concepts of Classical Rhetoric and the New Rhetoric. As a corpus for this exhibition, we will use the song "Acorda, amor", 1974, written by Chico Buarque. Through this exhibition, we also aim to use the analysis model proposed to unveiling ideological traits and passions raised through that song, addressing the discursive strategies and resources used to achieve certain meaning effects and how the song can be associated to an act rhetorical specific with specifics communicative purposes.*

Keywords: *discourse; rhetoric; semiotics; passions; sense.*

Anexo I - Canções analisadas

Fado Tropical

Chico Buarque - Ruy Guerra/1972-1973

Para a peça Calabarr de Chico Buarque e Ruy Guerra

Oh, musa do meu fado
Oh, minha mãe gentil
Te deixo consternado
No primeiro abril
Mas não sê tão ingrata
Não esquece quem te amou
E em tua densa mata
Se perdeu e se encontrou
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal

"Sabe, no fundo eu sou um sentimental
Todos nós herdamos no sangue lusitano uma boa dosagem de lirismo...(além da sífilis, é claro)*
Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar
Meu coração fecha os olhos e sinceramente chora..."

Com avencas na caatinga
Alecrins no canavial
Licores na moringa
Um vinho tropical
E a linda mulata
Com rendas do Alentejo
De quem numa bravata
Arrebato um beijo
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal

"Meu coração tem um sereno jeito
E as minhas mãos o golpe duro e presto
De tal maneira que, depois de feito

Desencontrado, eu mesmo me contesto

Se trago as mãos distantes do meu peito
É que há distância entre intenção e gesto
E se o meu coração nas mãos estreito
Me assombra a súbita impressão de incesto

Quando me encontro no calor da luta
Ostento a aguda empunhadura à proa
Mas o meu peito se desabotoa

E se a sentença se anuncia bruta
Mais que depressa a mão cega executa
Pois que senão o coração perdoa..."

Guitarras e sanfonas
Jasmins, coqueiros, fontes
Sardinhas, mandioca
Num suave azulejo
E o rio Amazonas
Que corre Trás-os-Montes
E numa pororoca
Deságua no Tejo
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um império colonial

* trecho original, vetado pela censura

1972 © by Cara Nova Editora Musical Ltda. Av. Rebouças, 1700CEP 057402-200 - São Paulo - SP, Marola Edições Musicais

Acorda Amor

Leonel Paiva - Julinho da Adelaide/1974

Acorda, amor
Eu tive um pesadelo agora
Sonhei que tinha gente lá fora
Batendo no portão, que aflição
Era a dura, numa muito escura viatura
Minha nossa santa criatura
Chame, chame, chame lá
Chame, chame o ladrão,
chame o ladrão

Acorda, amor
Não é mais pesadelo nada
Tem gente já no vão de escada
Fazendo confusão, que aflição
São os homens
E eu aqui parado de pijama
Eu não gosto de passar vexame
Chame, chame, chame
Chame o ladrão, chame o ladrão

Se eu demorar uns meses convém, às vezes, você sofrer
Mas depois de um ano eu não vindo
Ponha a roupa de domingo e pode me esquecer
Acorda, amor
Que o bicho é brabo e não sossega
Se você corre o bicho pega
Se fica não sei não
Atenção
Não demora
Dia desses chega a sua hora
Não discuta à toa, não reclame
Clame, chame lá, clame, chame
Chame o ladrão, chame o ladrão, chame o ladrão
(Não esqueça a escova, o sabonete e o violão)

1974 © Marola Edições Musicais
Todos os direitos reservados.
Copyright Internacional
Assegurado. Impresso no Brasil

5. SIMULAÇÃO DO TURNO CONVERSACIONAL EM NARRATIVAS FICCIONAIS – O CASO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Aginaldo dos Santos Holanda Lopes²¹

Resumo: *Este trabalho centra-se em um dos elementos típicos da conversação, o turno conversacional, porém para sua simulação no texto ficcional, especificamente nas histórias em quadrinhos (HQ), considerada aqui um subtipo da literatura. Sabe-se que a linguagem “pode ser criada e recriada parcialmente dentro do texto literário, com valores e funções vinculados à intenção estética do autor” (URBANO, 2000, p. 128). Utilizando como base a tipologia dos turnos proposta por Sacks, Schegloff e Jefferson (1974, p. 15, passim), bem como a discussão teórica sobre quadrinhos levada a cabo por Ramos (2007, p. 51, passim), faz-se uma breve análise de quatro trechos de diálogo entre personagens de diferentes HQ, para verificar como se dá o uso dos turnos conversacionais nos quadrinhos. Conclui-se, entre outros pontos, que as HQ refletem de fato os fenômenos da conversação real e os problemas da gestão do turno. Existem, no entanto, limitações para essa representação nos quadrinhos, cujo meio de expressão mescla o escrito e o visual. Ainda assim, trazem inovações na gestão do turno só passíveis de aplicação nesse gênero, ante o que se propõe uma breve descrição do turno conversacional simulado em HQ.*

Palavras-chave: *turno conversacional; fala de personagens; ficção; quadrinhos; HQ.*

1. Introdução

Língua falada e língua escrita foram vistas dissociadas até o início do século XX, com a primeira quase monopolizando a atenção dos estudiosos da língua, e a segunda sendo considerada a simples atualização da primeira.

A produção científica estrangeira e nacional sobre língua e linguagem foi aos poucos evidenciando a relação intrínseca entre língua falada e língua escrita, e hoje se tem como quase indiscutível o fato de que as duas modalidades não são estanques – existe um

²⁰ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Hudinilson Urbano. agnaldoholanda@usp.br.

continuum de uso da língua, tendo num extremo a língua falada e no outro a língua escrita, e os falantes procuram se adequar ao contexto comunicacional, tendendo para um lado ou outro, seja na escrita ou na fala.

Tal ponto de vista motivou e tem motivado os pesquisadores a realizar levantamentos da presença dos traços da língua falada na língua escrita, e vice-versa. Em diversos estudos, constatou-se que a literatura escrita, seja ela ficcional ou não, apresenta traços de oralidade, que podem ser posicionados ao longo do *continuum* fala-escrita proposto por Koch e Oesterreicher (1990, p. 34), posteriormente adotado por Marcuschi (2010, p. 41) e também por outros; a tendência a um ou outro polo depende de múltiplos fatores, por exemplo, o contexto e a intencionalidade; e a oralidade e a escrituralidade – uma vez que utilizam o mesmo sistema linguístico – se entrecruzam, seja quando observados na perspectiva do “meio” seja na da concepção, critérios estabelecidos por Koch e Oesterreicher para estudo e análise dessa questão. Na realidade o *continuum*, em princípio, ao nível do critério da concepção. Nas palavras de Marcuschi (2010, p. 42),

O contínuo dos gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o contínuo das características que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num contínuo de variações, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de contínuos de sobrepostos.

Neste artigo, parte-se do pressuposto de que a oralidade está presente na escrita e também nos textos narrativos que se valem da escrita em conjunto com a linguagem visual: as histórias em quadrinhos, ou HQ. A proposta é fazer um levantamento em trechos de diálogos em três diferentes HQ, para constatar se nesses textos haveria evidências da representação ou simulação de um mecanismo frequente e notório da língua falada: a gestão de turnos conversacionais.

O presente trabalho, contudo, inscreve-se em uma pesquisa maior, que consiste na pesquisa do turno conversacional simulado em diferentes textos ficcionais. Urbano (2000), por exemplo, já procedeu ao levantamento dos inúmeros vestígios da oralidade em alguns contos de Rubem Fonseca. Outra autora estudou uma peça teatral, apontando ao final as improvisações com reflexo no encadeamento dos turnos, por exemplo, atribuindo-lhes traço amenizador ou gerando novos turnos de simples acompanhamento do interlocutor (FISCHER, 2002, p. 85-92). Preti, organizador de diversos volumes de referência para estudos sobre

língua falada e escrita, no trabalho da sua tese de doutoramento sobre níveis de fala na literatura não tratou do turno conversacional em específico, atendo-se a patamares da língua, suas variantes e variedades.²²

Assim, não se tem notícia, até o momento, de estudo específico de profundidade *stricto sensu* de turnos conversacionais na literatura, quanto menos de sua representação em quadrinhos. Mas afinal, o que seriam propriamente histórias em quadrinhos, as HQ?

2. HQ – um subtipo da literatura

Nas palavras de Massaud Moisés (2011, p. 54) “Desde a origem das coisas e o aparecimento do tempo identificamos nosso ser com o diálogo, com o mútuo ato de ouvir e de falar. [...] Compreende-se, assim, por que a arte literária se organiza em torno do diálogo”. A arte literária, por sua vez, seria quase um sinônimo de narrativa na interpretação de D’Onofrio (2002, p. 53), para o qual uma narrativa constituiria em

todo discurso que nos apresenta uma história imaginária como se fosse real, constituída por uma pluralidade de personagens, cujos episódios de vida se entrelaçam num tempo e num espaço determinados. [...] Nesse sentido amplo, o conceito de narrativa não se restringe apenas ao romance, ao conto e à novela, mas abrange o poema épico, alegórico e outras formas menores de literatura.

Compreende-se, assim, a importância do turno conversacional simulado na literatura. As histórias em quadrinhos seriam um gênero da narrativa e, deste modo, um subtipo da literatura; como afirma Ramos (2007, p. 253):

A história em quadrinhos é um texto do tipo narrativo, que usa elementos de diferentes signos para representar a oralidade, uma de suas características constituintes. [...] Em termos sógnicos, o processo de leitura envolve muito mais informação do que um texto estritamente escrito. [...] Salta aos olhos uma série de mecanismos da linguagem, com diferentes cargas expressivas. Há uma ampla gama de recursos e possibilidades de representação da oralidade, até agora pouco estudadas e percebidas linguisticamente.

Diferenciar o que é *cartoon*, charge, tira, quadrinho e história em quadrinho não parece ser tarefa fácil, até este momento com a bibliografia compulsada, nem seria o propósito neste espaço. No entanto, cumpre salientar que de acordo com Silveira (2003, p. 122),

²² Referimo-nos ao clássico livro *Sociolinguística – os níveis de fala*, de 1977.

os quadrinhos têm personagens e elenco fixos, narrativa sequencial em quadros numa ordem de tempo em que um fato se desenrola por meio de legendas e balões com texto pertinente à imagem de cada quadrinho. A história pode desenvolver-se numa tira, numa página ou em duas ou em várias páginas (revista ou álbum). É óbvio que para uma história ser em quadrinhos, ela precisa ter, no mínimo, dois quadrinhos (ou cenas).

Optaremos por entender aqui História em Quadrinhos (HQ) como uma narrativa de no mínimo uma página, integrante de revista em quadrinhos (do termo inglês *comic books*), ao final da qual se encontre indicativo de “fim” ou de “continua”, típico dessas publicações.

O intuito é levantar subsídios para o estudo do turno conversacional, aplicando, em trechos de algumas histórias em quadrinhos, o construto teórico sobre o turno conversacional para averiguar se tais textos (ainda que no *continuum* fala-escrita eles tendam mais para a última) refletem traços da gestão de turnos típicos da conversa espontânea. Vale mencionar que Leite (2009, p. 75), em um artigo sobre oralidade em textos escritos, ressalva que

mesmo reconhecendo a desigualdade, todavia, podemos falar de semelhanças existentes entre as duas modalidades de diálogo – o real e o ficcional – sendo que no ficcional tudo é um simulacro da realidade, já que aquele é um mundo de linguagem e não de realidade, como o do diálogo espontâneo que tem lugar no universo natural.

Comprovada nossa hipótese, pretendemos levantar as características em comum entre turnos conversacionais reais e aqueles simulados na literatura, eventuais divergências, e sugerir alguns aspectos que, acreditamos, possam constituir um princípio de modelo específico para os turnos conversacionais simulados na literatura.

A fala de cada personagem, nas HQ, aparece por tradição indicadas dentro de balões – os balões de fala –, que assumem diversas formas – a depender do espaço disponível em cada quadro e também o conteúdo da fala. Ainda de acordo com Ramos, que detalhou as diversas maneiras de representação gráfica dos diálogos (*op. cit.*, p. 254),

Há estratégias próprias para representar a fala, a entonação, o turno conversacional (simétrico ou assimétrico), o tópico, sobreposição de vozes (e de pensamento), silabação, pausas. O balão é um elemento central. [...] Há balões de pensamento, apresentados em geral com um contorno em forma de fumaça ou nuvem. Os demais indicam a fala do personagem. O signo de contorno utilizado alteraria a carga expressiva do balão e, por consequência, da fala representada.

Surgiriam então alguns questionamentos, resumidamente: Há de falar em “gestão do turno” nos textos ficcionais? Quais os recursos materiais e da escrita para simular a

alternância de turnos entre personagens? Quais “eventos” inerentes à gestão de turnos podem ser representados no texto ficcional, e como?

Fundamental, antes de procurar responder a essas perguntas, será delimitar em que constituiria o turno conversacional simulado na narrativa, ou no texto literário e seus subtipos. É que procuraremos fazer a seguir.

3. Turno conversacional e turno conversacional simulado na narrativa

A troca de turnos entre falantes em uma conversa constitui regra fundamental na comunicação humana, e os indivíduos vão aprendendo desde cedo que, para se manifestar, é preciso esperar *sua vez* de falar – é preciso esperar seu *turno*. A respeito do turno conversacional nos esclarece Galembeck (1993, p. 60), em um de seus estudos sobre o tema:

A ideia de turno – de acordo com o senso comum – está ligada às várias situações em que os membros de um grupo se alternam ou se sucedem na consecução de um objetivo comum [...] na conversação também ocorre alternância na consecução do objetivo comum: os participantes do diálogo revezam-se nos papéis de falante e ouvinte. Nesse sentido, pode-se caracterizar a conversação como uma série de turnos, entendendo-se por turno qualquer intervenção dos interlocutores (participantes do diálogo), de qualquer extensão.

A gestão de turnos, então, pressupõe a interação entre um mínimo de dois falantes envolvidos em um contexto de conversa. É como ensina Urbano (2000, p. 91):

Nas formas de interação alternantes e sucessivas, os participantes se revezam em sua qualidade de agentes das ações consecutivas. Denomina-se turno a unidade estrutural que se define como aquela em que um falante diz alguma coisa durante uma abordagem interativa continuada.

Ou, ainda, de modo mais simplificado, diz este mesmo autor (*op. cit.*, p. 62) que nos diálogos,

[...] a regra básica, cultural e universal, é fala um de cada vez, sendo a vez entendida como turno de fala ou turno conversacional ou simplesmente turno, representado pela produção de um falante enquanto está com a palavra.

Neste trabalho, adotamos o conceito de turno em conformidade com esses dois autores, qual seja, de que o turno conversacional é a unidade estrutural de fala elaborada por um falante, num contexto comunicativo em que exista minimamente um par conversacional, estabelecido entre ele e seu interlocutor, independentemente da extensão da sua fala.

Na sequência, apresentamos as linhas gerais estabelecidas por três autores em um texto fundador para os estudos de turno conversacional. Utilizamos esse aparato teórico para a posterior análise.

4. O modelo SSJ²³ para gestão de turnos

Harvey Sacks, Emanuel Schegloff e Gail Jefferson (doravante, SSJ) fizeram publicar, ainda na década de 1970, um artigo extenso e minucioso sobre os turnos conversacionais.²⁴ O trabalho foi utilizado como referência em diversos outros estudos sobre o tema, alguns deles no Brasil; somente em 2003 foi vertido para o vernáculo.²⁵ Nesse trabalho, SSJ descreveram as características do turno conversacional, enumerando também diversos aspectos, possíveis regras e a práxis ligadas ao fenômeno. É o que iremos sintetizar aqui, para melhor acompanhamento da nossa análise ulterior.

Para SSJ, as principais características do turno é que ele é gerenciado localmente (turno por turno); administrado pelas partes; controlado interacionalmente; sensível ao ajuste do interlocutor. Aspectos importantes na organização das falas: Fala um de cada vez? Há sobreposições? A extensão dos turnos também precisa ser avaliada, bem como as transições e as técnicas para a distribuição dos turnos.

Os principais elementos que influenciam o fenômeno seriam a situação da conversação; a identidade das partes; a especificidade dos conteúdos; a especificidade do local. Um componente básico da construção dos turnos é o lugar relevante para a transição (LRT), ou seja, o ponto em que o ouvinte entende que o turno do falante está completo ou concluído. Nas palavras dos próprios autores (SSJ, 2003, p. 16):

Quanto aos tipos de unidade que um falante emprega ao começar a construção da fala de um turno, o falante tem inicialmente o direito, quando de posse do turno, a uma tal unidade. A primeira finalização possível de uma primeira unidade desse tipo constitui um primeiro lugar relevante para a transição. A transferência da vez de falar é coordenada em relação a tais lugares relevantes para a transição, aos quais chegará qualquer ocorrência de qualquer tipo de unidade.

²³ A sigla advém dos sobrenomes dos autores do modelo proposto, Sacks, Schegloff e Jefferson, todos norte-americanos e de orientação etnolinguística.

²⁴ No original inglês, *A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation*. Vide referências.

²⁵ Em português, recebeu o título "Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa" (vide Referências).

Ainda segundo eles, há duas modalidades de alocação do turno: o falante corrente seleciona o próximo (modalidade 1, ou m.1); autosseleção (m.2). Essas modalidades podem ser aplicadas, porém há que se obedecer a certas “regras” para alocação do turno: se adotada a m.1 – o falante “escolhido” tem o direito e é obrigado a falar, na ocorrência de LRT; se adotada a m.2 – quem inicia a fala, adquire o turno e o mantém, ou quem inicia pode manter ou não o turno; se inicialmente não vigorar a m.1 nem a m2, o falante mantém o turno até outro LRT.

Do mesmo modo parece pensar Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 43), que menciona a possibilidade de arranjo dessas regras em “esquemas”. Afirmo a autora:

Todas as práticas comunicativas – e mesmo as conversações, a despeito de seu aparente descompromisso – são condutas ordenadas, que se desenvolvem segundo alguns esquemas preestabelecidos e obedecem a algumas regras de procedimento.

4.1. Constatações gerais da pesquisa de Sacks, Schegloff e Jefferson

Embora sejam constatações que hoje possam nos parecer óbvias, cumpre mencionar que do estudo em tela os autores puderam estabelecer que, na conversação: 1. A troca de falantes ocorre e às vezes mais de uma vez; 2. Na maioria dos casos, fala um por vez; 3. Predominantemente, a troca se dá nos LRT; 4. Sobreposições são comuns, mas breves; 5. Sobreposições comumente ocorrem nos LRT; 6. Há transições sem intervalo e sem sobreposição;²⁶ 7. A ordem dos turnos não é fixa, e sim variável; 8. A extensão da conversa não é previamente determinada; 9. O que cada um diz não é previamente especificado; 10. A distribuição relativa dos turnos não é previamente delimitada; 11. O número de participantes pode variar.²⁷

4.2 Principais críticas ao modelo SSJ

²⁶ O(s) interlocutor(es) fazem uma “projeção” do tipo de unidade conversacional, para conseguir essa sincronia.

²⁷ Em conversas envolvendo mais de 2 falantes, outras opções de gestão de turno se somam a essas, como será visto no tópico a seguir.

Algumas críticas ao modelo SSJ foram compiladas por Galembeck e outros (1990: 65, *passim*), com base nos estudos de diversos autores. Segundo eles, falta nesse estudo a consideração dos sinais paralinguísticos e cinésicos, que também são fundamentais para a captação dos sinais da interatividade do interlocutor.

Outro ponto débil da teoria SSJ: um turno não se encerra em uma fala, como pregam os três autores: “pode estar distribuído em várias falas ou unidades construcionais” (GALEMBECK et al., 1990, p. 69). Além disso, não haveria como estabelecer com precisão um LRT – a noção de completude do turno é muito subjetiva; ao contrário, para tomar o turno, um falante se valeria de diversos sinais emitidos pelo falante corrente. Ao analisar esse aspecto do LRT, Marcuschi (1986, p. 19) afirma que

o mais difícil não é definir quando há ou não uma mudança de turno, e sim saber o que determina essa mudança e qual é o momento propício para ela ocorrer. A mudança de turno nem sempre coocorre com a conclusão de uma sentença, pois é comum deixarmos nosso interlocutor de ‘boca aberta’.

A técnica apontada por SSJ para seleção do próximo falante ou autosseleção, segundo os mesmos críticos, vale mais para conversa entre dois falantes, que entre múltiplos participantes.

Neste trabalho, iremos optar por entender que “o turno [...] técnica e estruturalmente é a produção de um falante enquanto ele está com a palavra, incluindo a possibilidade de silêncio” (MARCUSCHI, 1986, p. 15). Nossa sugestão é que o turno conversacional literário seria toda emissão verbal, ainda que mínima e não constitutiva de vocábulo, registrada no texto, proveniente diretamente da fala da personagem ou indiretamente, por menção do narrador. E também devemos concordar com Urbano (2011, p. 62), quando diz que “o turno é, pois, uma unidade estrutural básica da conversação, mas a unidade mínima conversacional é na realidade um par conversacional”.

4.3 Algumas adições ao modelo SSJ

As críticas ao modelo não vieram desacompanhadas de boas sugestões que pudessem complementá-lo. Os detratores recomendam o entendimento de que a passagem de turno se dá mediante “pistas de LRT”, as quais, percebidas pelo interlocutor, podem motivá-lo ou

não à tomada do turno. Tal passagem pode ser *requerida pelo falante* ou *consentida pelo falante*.

Outro esclarecimento que prestam é sobre o assalto ao turno, isto é, a tomada brusca da fala do outro, interrompendo-lhe o turno. Tal evento poderia ocorrer *com deixas* (silêncios, pausas ou hesitações) ou *sem deixas* (nesse caso, há sobreposição de vozes). A sequência do estudo esmiúça ainda mais os turnos, classificados então quanto a vários outros aspectos e níveis.²⁸

Mas o quadro exposto já nos basta. Façamos, agora, a análise.

5. Breve análise de trechos de diálogos em HQ

Passaremos a seguir à análise propriamente dita dos trechos de quadrinhos. Procuramos fazer primeiramente, em cada texto, uma rápida contextualização, a fim de que se possa entender melhor o contexto de comunicação. A preocupação foi de fornecer cópia fidedigna de cada página em questão.

Ramos (2007, p. 94), ao comentar a natureza específica dos quadrinhos, chama atenção para os demais recursos comunicativos para além do texto escrito. Diz ele:

Resumindo: a parte verbal é um dos elementos dos textos escritos. Há também signos visuais (vistos num sentido amplo), que se subdividem em signos próprios: icônico, plástico e de contorno. Cada um possui um significante imagético, percebido cognitivamente, e um significado apreendido pelo contexto sociointeracional. Todos possuem diferentes graus de expressividade.

5.1 Turma da Mônica

O trecho em questão constitui a metade superior da segunda página da história de abertura da revista. A personagem Mônica interpela sua amiga, Magali, dizendo que precisa aprender a dançar lambada, ritmo típico dos anos 1980, donde também se nota que a

²⁸ Tal classificação, que aprofunda o estudo da natureza intrínseca dos turnos conversacionais, não será explorada neste trabalho.

história, embora contida em publicação do ano de 2013, é mero aproveitamento de publicações anteriores, mais antigas, e compendiadas em um novo volume.



Como a leitura dos quadrinhos ocidentais é feita, normalmente, na ordem da esquerda para a direita, e de cima para baixo (tanto na sequência dos quadros como na ordem de aparição dos balões), observa-se no primeiro quadro uma réplica de Magali à última pergunta de sua amiga (não explicitada no recorte). No segundo quadro, a fala de Mônica é “quebrada” em dois balões, o primeiro deles constituindo uma espécie de pré-sequência de seu turno. É de se destacar também o recurso gráfico de **negrito + itálico**, empregado no termo “dança” do seu segundo balão de fala, constituindo uma espécie de ênfase que a garota teria dado no seu enunciado. Percebe-se que cada falante se manifesta por balões de fala, delimitado pelo contorno que separa sua fala da do interlocutor.

As reticências, da resposta de Magali, constituiriam, talvez, uma pausa após o marcador conversacional (“ah...”), menor que a simbolizada pela quebra da fala em dois balões; talvez haja ainda algum de início de turno [“mas”, e dependendo da leitura que se faça]. O mesmo recurso de reticências é utilizado depois ainda por três vezes. Quando

notada ao final da fala da personagem Mônica do quarto quadro (“bem...”), pode simbolizar tanto um indicativo prosódico de “deixa”, como também o turno assaltado por sua interlocutora.

Tal tipo de deixa é merecedor de destaque, pois, como diremos com Marcuschi (1986, p. 27),

também as pausas, os silêncios e as hesitações são organizadores locais importantes, podendo configurar lugares relevantes para a transição de um turno a outro. Uma hesitação, por exemplo, pode ser um convite à tomada de turno, e, por vezes, o ouvinte chega mesmo a concluir o turno do falante numa espécie de coautoria.

É importante ressaltar que o diálogo é construído sobretudo com os pares adjacentes pergunta-resposta; e o balão-composto, na terminologia cunhada por Ramos (2007: 51), para rebatizar o que antes era denominado “balão-duplo”.

5.2 Tex

O mesmo recurso de balão-composto, simbolizando pausa entre falas, é recorrente no trecho a seguir. Trata-se de uma história em quadrinhos de uma revista considerada clássica: Tex. Nela, três parceiros inseparáveis (tendo à frente o líder e mocinho Tex) no velho oeste norte-americano se deparam incansavelmente com as mazelas da colonização do Oeste – e, apesar da formação do trio (dois brancos e um indígena), isso sempre significa matar inúmeros indígenas. Na página em questão, dois personagens secundários dialogam em um intervalo de calma, dos constantes tiroteios.



Neste trecho, nada de novo pudemos notar, exceto a voz do narrador, delimitada por um balão quadrado no topo do segundo quadro (“Pouco depois...”). E também que o diálogo se estrutura nos pares pergunta-resposta e asserções e réplicas, pois, como indicou Urbano (2011, p. 64):

Em geral, os turnos de fala encerram estruturalmente perguntas e respectivas respostas, asserções e réplicas, bem como outros pares conversacionais, como comentário-comentário, ordem-execução, convite-aceitação/recusa, cumprimento-cumprimento etc. [...] Nessa questão dos pares conversacionais, cabe considerar a questão da relevância conversacional, representada pela obrigação de o parceiro executar a segunda parte do par. Em outras palavras, dada a primeira parte, uma segunda é esperável. [...]

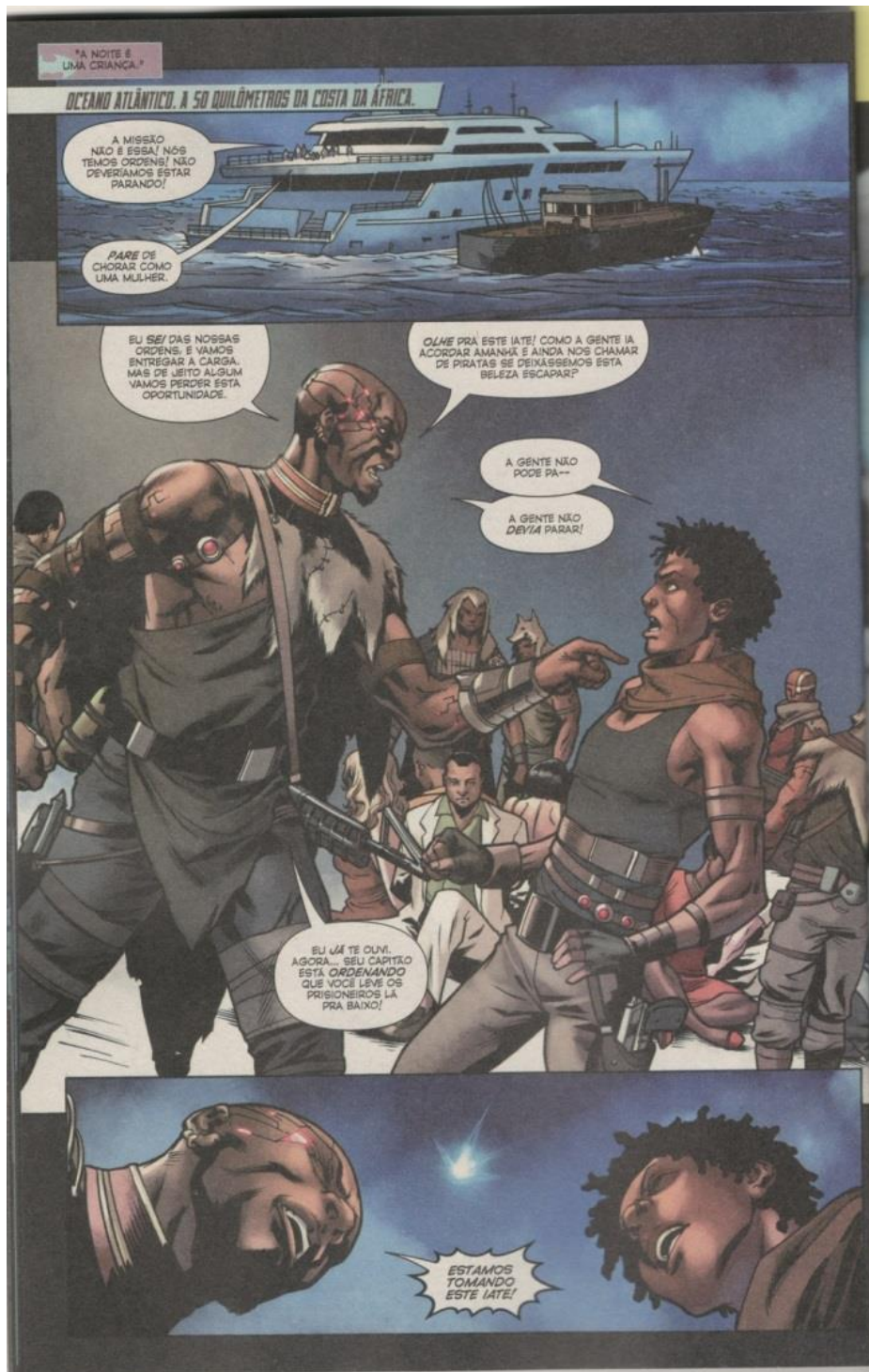
Outro aspecto é a ausência de marcadores conversacionais, que marca a linguagem utilizada aqui pelos *cowboys*. Diferentemente do que ocorre nos textos literários, nos quadrinhos, o narrador não interfere nos turnos – não há intermediação da fala do narrador entre as dos personagens, já que os diálogos são apresentados todos no discurso direto.

Nota-se ainda que predomina a simetria dos turnos. Por *simetria* adotamos o conceito fornecido por Galembeck, segundo o qual *turno simétrico* é aquele em que “ambos os interlocutores contribuem efetivamente para o desenvolvimento do tópico conversacional do fragmento” (1993, p. 57). Diferentemente ocorre no trecho a seguir, como veremos.

5.3 Batman

O próximo trecho de HQ a ser analisado foi extraído da revista em quadrinhos Batman,²⁹ super-herói que está sempre a serviço da humanidade (diríamos mais a humanidade londrina), e o diálogo em tela transcorre em um iate em alto-mar, recém-tomado de assalto por um bando de piratas.

(²⁹) *A sombra do Batman*, n. 10, s/p.



Antes de serem surpreendidos por um indivíduo com superpoderes, porém, o líder do grupo faz questão de demonstrar sua primazia sobre os demais e escolhe um dos descontentes com a decisão de interromper a missão inicial para capturar o iate.

Recursos como **negrito + itálico** servem para destacar alguns dos termos, notadamente para destacar a ênfase do falante emitindo ameaças e ordens.

Uma inovação surge neste trecho em relação aos anteriores: registra-se a ocorrência do que parece representar um assalto brusco ao turno, descortesia efetuada pelo líder durante a fala de seu subordinado (“a gente não pode pa--”). Segundo Marcuschi e outros (1990, p. 78) no assalto ao turno

um dos interlocutores invade o turno do outro, sem que a sua intervenção tenha sido solicitada ou consentida; em termos funcionais, verifica-se que a transição de um turno a outro turno ocorre sem que haja pistas de LRT.

A estratégia comentário-comentário é utilizada no primeiro quadro, e a de pergunta-resposta opera como organizadora de um dos pares conversacionais (segundo quadro). Porém, neste caso tem-se uma notável assimetria dos turnos, tanto no sentido quantitativo (uma vez que o chefe quase monopoliza a fala) quanto qualitativo (ambos não falam de igual para igual).

O último balão apresenta contorno diferenciado dos demais, evidenciando a elevação do tom (grito) do chefe, ideia essa reforçada, também, pelo aumento do corpo das letras no balão.

5.4 Os mangás

O mangá é produto de consumo e produção nacional recente. São as histórias em quadrinhos japonesas, que passaram a ser lidas no Brasil por japoneses migrados e seus descendentes, na língua oriental, e, depois, começaram a ser traduzidas para o português e produzidas eventualmente também aqui. Sua leitura, portanto, obedece aos critérios orientais: da direita para a esquerda e de cima para baixo (tanto na ordenação das páginas como dos quadrinhos).

Na história em quadrinhos do mangá, que analisamos a seguir,³⁰ o trecho escolhido representa a chegada de um novo estudante, adolescente, à nova escola. Trata-se de uma espécie de “série”, em que cada história se completa ao longo de 4 ou 5 volumes; o excerto, aqui, pertence ao capítulo 15.

³⁰ TAKASHIMA, Kazusa. *Mad Love Chase*, n. 38, p. 14.

A euforia de vozes em torno do tímido estudante constitui também uma pluralidade antes não registrada – nas HQ anteriores predominou o diálogo entre dois interlocutores, embora houvesse outro número de "espectadores" presenciando a interação.



A diferença, em relação aos quadrinhos ocidentais, parece residir sobretudo no formato dos balões – nos mangás preferencialmente ovais; há também falas soltas, desbalonadas, onomatopeias (“brr, brr”) e diferentes formatos tipológicos e corpo para indicar, provavelmente, diferentes tons de fala. Em seu trabalho sobre a oralidade nos textos de Rubem Fonseca, Urbano (2000, p. 245) chama atenção para o componente entonacional, em um conto:

Em termos de expressividade entonacional, ‘O caso de F. A.’ parece fecundo. Nem se poderia esperar o contrário, em se tratando de conto quase todo dramatizado por diálogos. A grande frequência dos recursos gráficos da exclamação, interrogação, reticências, mais os elementos fáticos, interjeições, vocábulos obscenos, são indicadores dessa expressividade pela entonação.

O emprego de recursos gráfico-tipológicos, portanto, parece mais explorado nesses quadrinhos de origem oriental.

6. A descrição cinésica possibilitada pelas imagens, nas HQ

Em narrativas em que se dispõe apenas do texto escrito como ferramenta para transmitir ao leitor toda a ideia do que se passa no ato comunicacional, todo e qualquer evento requer o registro – embora o leitor possa projetar eventualmente alguns subentendidos, já que de certo modo ele “imagina” a cena, durante a leitura. Conforme preceitua Urbano (2000, p. 20),

Na comunicação escrita, literária ou não, os elementos contextuais, não-verbais, necessários à compreensão da mensagem precisam ser verbalizados, residindo na presença do contexto na fala e na verbalização dele na escrita uma diferença básica entre as duas modalidades linguísticas. Na língua falada, a enunciação, dependente do contexto, se realiza pelo enunciado, preso e auxiliado por aquele; na língua escrita, a enunciação, carente do contexto, recria-o na própria expressão verbal do enunciado.

Não é este, então, o caso das HQ, nas quais as reações, emoções e gestos dos personagens podem ser informados ao leitor, como complemento da leitura do balão de fala e para entendimento completo da expressão. Isso fica evidente nos quadrinhos da Turma da Mônica, em que a movimentação de braços, gesticulação de mãos e expressão facial comportam ora concordância, ora desdém; também nos quadrinhos do Batman, em que a

gesticulação de ameaça (apontando o dedo para o interlocutor) fica tão ressaltado no segundo quadrinho; etc.

Nesse sentido, o papel das interjeições, tão presentes nos textos literários, perde relativa importância nas histórias em quadrinhos.

A representação cinésica, nas HQ, é possibilitada pelo recurso visual, de modo muito mais econômico e expressivo, parece-nos.

7. Considerações finais

Mediante a breve análise dos quadrinhos escolhidos, pudemos constatar que as HQs, em geral, ao simular as conversas entre os personagens deixam entrever os mesmos mecanismos de gestão de turno típicas das conversas espontâneas, quais sejam: estratégia para gestão dos turnos, sobretudo de pergunta-resposta e comentário-comentário; assalto ao turno; uso de marcadores conversacionais; hesitações; pausas ou silêncios; outros indícios de LRTs e de deixas; etc.

Não há de se falar em gerenciamento local, nem nas demais características da interação face a face. O desígnio do narrador orienta a gestão do turno, percebida no entanto pelo leitor como fruto da negociação entre as personagens. Na literatura de ficção a gestão do turno entre personagens é também um simulacro – o narrador é de fato o gestor, é ele quem distribui o turno. Porque, afirmemos com Urbano (2000, p. 131), para lembrar que “por mais real e natural que pareça a fala dos personagens [...] não se pode jamais esquecer de que se trata de uma ilusão, como, aliás, todos os demais elementos na obra de ficção”.

Com efeito, sobreposições são de difícil representação nesse tipo de literatura, prevalecendo, por isso, maior aparência de harmonia. Assaltos, tomadas e deixas são representadas, contudo, mediante emprego de sinais gráficos. No que respeita à alocação do turno, bem como sua manutenção, seria possível afirmar que os LRT mais explícitos são indicados tanto por reticências quanto por interrogações. Na maioria dos casos, no entanto, o ponto final decreta a LRT.

Tem-se, portanto, que praticamente todos os eventos inerentes à “conversação real e espontânea” podem ocorrer e ser representados no texto ficcional, com o uso de recursos gráficos, visuais – o intra e o extralinguístico da modalidade escrita. Alguns deles são observados notadamente nos quadrinhos, a exemplo do tamanho maior das letras (corpo maior), artifício raro de se ver em outro tipo de literatura, que se além aos parâmetros de entrelinha e visual da página – em textos literários, os recursos se concentram em grifos, negritos, aspas.

Novos estudos podem contribuir para formular uma tipologia dos turnos na ficção; esta, porém, estará sempre em processo de inovação. Conforme notou Candido (2006, p. 42), vaticinando também algumas transformações nos gêneros ficcionais:

Todos sabem [...] a influência decisiva do jornal sobre a literatura, criando gêneros novos, como a chamada crônica, ou modificando outros já existentes, como o romance. Com a invenção do folhetim romanesco [...] houve uma alteração não só nos personagens, mas no estilo e técnica narrativa. É o clássico “romance de folhetim”, com linguagem acessível, temas vibrantes, suspensões para nutrir a expectativa, diálogo abundante com réplicas breves. Por sua vez, este gênero veio a influir poderosamente, quase um século depois, sobre a nova arte do cinema, que se difundiu em grande parte, na fase muda, graças aos seriados, que obedeciam mais ou menos aos mesmos princípios, ajustados à tela.

Sendo assim, considera-se que a simulação do turno conversacional em histórias em quadrinhos constitui um campo vasto para pesquisas – e ainda a explorar, pois pudemos verificar a escassez de estudos sobre o tema –, com a possibilidade de delimitação de diversos aspectos desse fenômeno.

Referências Bibliográficas

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

FISCHER, Mariza. *A improvisação linguística em Pérola, de Mauro Rasi*. 2002. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GALEMBECK, Paulo de Tarso (1993). “O turno conversacional”. In: PRETI, Dino (1993). *Análise de textos orais*. Série Projetos Paralelos, v. 1. São Paulo: FFLCH/USP. pp. 55-79.

_____.; SILVA, Luis Antônio da; ROSA, Margareth de M. (1990). “O turno conversacional”. In: PRETI, Dino; URBANO, Hudinilson (orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. Vol. IV – Estudos. São Paulo: T. A. Queiroz/ Fapesp, 1990. pp. 59-98.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Análise da conversação* – princípios e métodos. Trad. Carlos Piovesani Filho. São Paulo, Parábola, 2006.

KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf. *Lengua hablada em la românia: espanhol, francês, italiano*. Madri: Editorial Gredos, 2007. (Título original em alemão: *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch* [1990]).

LEITE, Marli Quadros. “Do falado ao escrito e vice-versa”. In: PRETI, Dino (org.). *Oralidade em textos escritos*. Série Projetos paralelos – NURC/SP. São Paulo, Humanitas 2009, pp. 73-94.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. Séries Princípios. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Da fala para a escrita – atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2010.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária – Prosa I*. 23. ed.. São Paulo: Cultrix, 2011 [1977].

PRETI, Dino. *Sociolinguística – os níveis de fala*. 3. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

RAMOS, Paulo Eduardo. *Tiras cômicas e piadas – duas leituras, um efeito de humor*. 2002. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel A.; JEFFERSON, Gail. “Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa”. *Veredas – revista de estudos linguísticos*, v. 7, ns. 1 e 2, jan/dez 2003. Juiz de Fora: UFJF, 2003 [1974], pp. 11-73. (Título original: “A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation”. *Language*, nº 50. pp. 696-735.)

SILVA, Luiz Antonio. “Estratégias de gestão de turnos”. *Boletim da Abralim São Paulo*, n. 14, 1993, pp. 435-41.

URBANO, Hudinilson. *Oralidade na literatura (o caso Rubem Fonseca)*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *A frase na boca do povo*. São Paulo: Contexto, 2011.

Histórias em quadrinhos – base para a análise

A SOMBRA DO BATMAN, n. 10, mar. 2013. São Paulo, Panini Comics. s/p. (“Robins em guerra – quem vencerá?”, com páginas não numeradas).

ALMANAQUE DA MÔNICA, n. 38, mar. 2013. São Paulo, Panini Comics. p. 5. (“Mônica em ‘Lambada’”, pp. 3-19).

COLEÇÃO TEX, n. 324, jan. 2013. São Paulo, Mythos editora. p. 51 (recorte). (“Bandoleiros”, pp. 5-74).

MAD LOVE CHASE, n. 38, mar. 2013. TAKASHIMA, Kazusa. São Paulo, Panini Comics. p. 14. (“Capítulo 15”, pp. 5-34).

Abstract: *This paper focuses on one of the typical elements of the conversation: the conversational turn, its simulation in fictional text, specifically in the comic books (CB), here considered a literature subtype. It is known that the language "can be created and recreated partially within the literary text, with values and functions linked to the author's aesthetic purpose" (URBAN, 2000: 128). By using as a base the conversational turn typology proposed by Sacks, Schegloff and Jefferson (1974: 15, passim), as well as a theoretical discussion about comic books promoted by Ramos (2007: 51, passim), we bring here a brief analysis of four snippets of dialogue between characters of different CB, to check how conversational turns are represented in comics. We conclude, among other things, that the CB actually reflect the phenomena of real conversation and turn management problems. However, there are some limitations to this representation in comics, whose means of expression is both visual and textual. Still, comics certainly bring innovations in the turn management that could be applied only in that genre. Finally, a suggestion is made to build up a brief description of the conversational turn simulated in comic books.*

Keywords: *conversational turn; character's speak; fiction; comic books; CB.*

6. AS ESTRATÉGIAS DE (DES/RE)CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA E DISCURSIVA NA TRADUÇÃO LITERÁRIA

André Luiz Ming Garcia³¹

Resumo: *Este trabalho circunscreve especificamente o âmbito da tradução dos culturemas, lexemas altamente polissêmicos que apontam elementos próprios da cultura de origem comumente desconhecidos do público decodificador. Pretendem-se analisar traduções ao espanhol e ao catalão de Gabriela, cravo e canela, de Jorge Amado, numa investigação da recriação discursiva dos culturemas que evidenciará as imagens e (pré)conceitos acerca da cultura baiana e brasileira difundidos na Espanha. Privilegiaram-se, como critério para a elaboração do corpus, os culturemas pertencentes ao universo da religião, identificados, durante o desenvolvimento do trabalho, como aqueles mais frutíferos sob a perspectiva da recriação discursiva e da (re)projeção de marcas culturais e visões a respeito da cultura alheia. Os resultados, tendo como pressupostos teóricos trabalhos de MENDES (2004), TODOROV (1993), CARBONELL (1997), MARTÍNEZ (2001), NORD (1989) e KATAN (1996), demonstrarão que as escolhas dos tradutores diante de dificuldades geradas pela intensa presença de culturemas no texto-origem contribuíram com a manutenção e expansão de preconceitos acerca de aspectos da cultura baiana e brasileira já pouco conhecidos na Espanha.*

Palavras-chave: *Gabriela, cravo e canela; tradução literária; culturemas; alteridade; semiótica aplicada.*

1. Introdução

Atribuir sentidos e inculcar valores ao que é novo, estranho ou inusitado são dons humanos, ações próprias dos seres de língua, de múltiplas linguagens, de representação e, portanto, de inevitável e incansável semiose que somos. O olhar perfeito pela alteridade é especialmente criativo, e consiste em característica primordial sua a ressignificação de símbolos aos quais correspondem imagens e conceitos assentados, no seio da cultura em que se originam, pelo hábito, pela convenção e pela regra. É frequente, no seio de uma dada

³¹ Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Alemã da Universidade de São Paulo, tendo sido orientado pelo Prof. Dr. Helmut Paul Erich Galle. andrelunar@gmail.com.

comunidade linguístico-cultural, em seu logos e tempo, a recriação significativa de elementos próprios de outra, com a (des/re)construção, nos ideários dos falantes da segunda, de elementos caros aos membros da primeira, num processo que varia entre o enriquecimento e o esvaziamento significativos de entes icônicos e simbólicos que, num primeiro momento, desempenham funções mais ou menos estabelecidas dentro de seu sistema sociossemiótico de origem. Adentramos, assim, o universo das identidades e interações, de sociedades, história(s) e culturas, da busca da compreensão “[da] língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2000, p. 15).

A reatribuição de sentidos a que nos referimos é uma empresa de empenho coletivo, com ressignificações padronizadas no âmbito de um *horizonte cultural compartilhado*³². Assim, observa-se, não sem frequência, entre os integrantes de dada cultura, que conceitos previamente nela assentados são, de forma sistemática, aplicados aos *signos do outro*, que deixam de ser apenas do outro (cultura de origem) e se instalam na cultura estranha (meta). Por isso falamos, aqui, de preconceitos, pré-conceitos, arremedos de conceituação que antecedem a experiência com a alteridade e a verificação dos fatos.

A vida de um brasileiro no exterior permite-lhe verificar quais novos sentidos, nuances de sentido, valores e tendências assumem seus referentes culturais mais basilares (culturemas³³) na mente e na boca do outro. O que são, para o estrangeiro, o samba, o acarajé, o pai-de-santo, a micareta, a Xuxa? Todos eles signos³⁴ que, se por um lado ostentam uma origem que pode ser mais ou menos nebulosa, por outro são entes sem dono, passíveis de transformação por parte de qualquer indivíduo decodificador oriundo de qualquer localidade no mundo – ou, em outras palavras, falamos da emulação de novas

³² Termo extraído dos escritos tradutológicos de Golden, (2003, p. 4), que o emprestou dos teóricos alemães da recepção. Segundo o autor, esses teóricos “propõem o conceito de um horizonte cultural que é comum a todas as pessoas que formam parte do mesmo grupo sociocultural no mesmo lugar e no mesmo momento histórico. Todas essas pessoas compartilham referências do mundo material e do mundo sociocultural. Por compartilharem as mesmas referências, participam na intertextualidade dos textos ou de outras manifestações culturais (...) e na intersubjetividade da compreensão dos textos ou das outras manifestações culturais. (...) O conceito da intersubjetividade sugere que há muitas referências culturais que todos os membros do mesmo grupo sociocultural compartilham.” (Tradução nossa)

³³ Os *culturemas* surgem, aqui, como conceito de Vermeer & Nord com base em Oksaar, *apud* Martínez, 2001, p. 77. Trata-se de “um fenômeno social de uma cultura X que é entendido como relevante pelos membros dessa cultura e que, comparado a um fenômeno correspondente de uma cultura Y, é percebido como específico da cultura X” (tradução nossa). Utilizamos também as expressões “referentes culturais” e “marcas culturais” com o mesmo sentido, por questões estilísticas.

³⁴ Já asseverava Charles S. Peirce (5.310) que o homem, ele mesmo, consiste num signo. (referência bibliográfica seguindo os padrões universais dos estudos peirceanos, indicando, antes do ponto, o volume e, depois do ponto, o parágrafo citado de seus *Collected Papers*).

semioses, portanto com a projeção de novos interpretantes nas mentes de novos intérpretes, a partir dos mesmos objetos, e mediadas pelo mesmo representâmen³⁵. A verificação, por parte do (e/i)migrante, dos novos significados atribuídos ao que pensa ser seu por parte do outro, se dá de forma paulatina, conforme as semioses se repitam e as astúcias e estratégias da significação sejam confirmadas na recorrência discursiva. É nesse ínterim que, eventualmente, o brasileiro – já que este texto trata de nós – descobre que sua religião foi transformada num culto de feitiçaria, que seu bolinho frito de feijão-fradinho passou a ser envolto por folha de bananeira, que ao seu país se associam estigmas que não vão mais além de pobreza, violência, futebol e carnaval³⁶. O estudioso dedicado à inter e à transculturalidade, *i.e.*, ao xenológico, necessita encontrar meios de verificar os sentidos que se atribuem, em outro país, aos elementos próprios de uma dada cultura estranha. É neste ponto que retomamos a hipótese que guiou Martínez (2001) na condução da pesquisa que deu origem à sua tese doutoral: a tradução literária consiste num parâmetro para a verificação da imagem que, no seio de uma cultura, se faz da outra, ou dos elementos que a compõem. Isso porque, ao deparar-se com os culturemas, o tradutor literário terá de decifrá-los, resolvê-los como dificuldades que representam, revesti-los para sua apresentação aos membros do horizonte cultural receptor da obra reconstruída. Convém, por isso, verificar de onde vêm, para em seguida imaginar aonde vão, num plano ideológico, as escolhas do tradutor no momento de re-presentar aquilo que é do outro.

No presente texto, relataremos alguns resultados obtidos por meio da análise do tratamento concedido a culturemas em duas traduções espanholas de *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado, uma ao castelhano e outra ao catalão, encaradas como novos discursos que, embora em situação de evidente e intensa intertextualidade com o texto-origem, ultrapassam os limites da mera busca de equivalência e se impõem como obras nova, inseridas num contexto sócio-histórico-cultural distinto daquele de origem e impregnadas de novos sentidos, valores, conteúdos ideológicos e astúcias enunciativas de sorte vária. Optamos por proceder a uma verificação das imagens que se tem, na Espanha, do Brasil e de sua(s) cultura(s), mediante a análise da tradução do texto amadiano, devido à

³⁵ Para um esclarecimento esmiuçado da terminologia peirceana acerca da estrutura sígnica, estimula-se a consulta a Santaella (1995), uma vez que a autora, nessa obra, oferece informações oriundas de manuscritos ainda hoje não-publicados do pensador e, assim, passeia entre diversas etapas do pensamento peirceano, contrastando trechos e passagens em que o autor revisou as próprias ideias e ofertou uma visão renovada dos mesmos temas.

³⁶ Antecipação de elementos da análise da tradução de culturemas de que trataremos mais adiante, neste artigo.

intensa proliferação de culturemas que tanto caracterizam sua literatura, apontando constantemente na direção de elementos próprios do imaginário simbólico da Bahia e do Brasil³⁷. Trata-se de verificar as imagens do Brasil que habitam as visões que os espanhóis médios têm de nós, para então investigar seu reflexo na tradução literária do texto semiosicamente rico e abarrotado de signos estranhos aos receptores da cultura-meta. Para levar a cabo a tarefa que nos propomos, exporemos brevemente os pressupostos teóricos que guiam a confecção deste trabalho para, em seguida, proceder à análise de culturemas selecionados (análise esta que não se pretende exaustiva) e, finalmente, tecer nossas considerações finais acerca do tema. É aí que circunscreveremos a questão que denominamos *responsabilidade social do tradutor*, e que leva em conta não apenas como se traduz, mas também que efeitos as imagens projetadas pela recriação discursiva própria do texto-meta podem surtir *entre os outros*, ou a comunidade linguístico-cultural receptora da produção discursivo-imagética.

2. A experiência da alteridade: Bahia, Brasil e Catalunha, Espanha

Mendes (2004, p. 1), docente de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira na Facultat de Traducció i d'Interpretació da Universitat Autònoma de Barcelona, assim comentou os resultados de uma pesquisa que conduziu junto aos seus alunos nessa instituição, com vistas a averiguar as crenças³⁸ acerca de nossa língua e cultura que traziam consigo ao ingressar na habilitação Português:

No geral, os alunos que começam a graduação e que optam pelo português como segunda língua estrangeira costumam ter um conhecimento muito escasso e muitas vezes reproduzem muitos estereótipos dos países de língua oficial portuguesa. A respeito do Brasil, têm a imagem típica de “país de futebol, carnaval e violência” que se transmite na Europa pelos meios de comunicação de massas.

para logo propor que

é de grande importância sensibilizar o aluno para que possa adquirir uma visão mais completa e realista da cultura brasileira, assim como capacitá-lo para que entenda, assimile e interiorize a língua portuguesa dentro de um contexto

³⁷ Verifique-se que, em Ming & Freitas (2013), trabalhamos com outras duas traduções espanholas do mesmo texto ao castelhano peninsular.

³⁸ Emprestamos este conceito do âmbito da Linguística Aplicada, no qual se insere a pesquisa de Mendes. Adotamos, como esclarecimento, a definição de Barcelos (2004, p. 73) para o tema, segundo quem as *crenças* consistem em “ideias, opiniões e pressupostos que alunos e professores têm [acerca de quaisquer aspectos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem] e que os mesmos formulam a partir de suas próprias experiências” – intervenção inserida entre colchetes de nossa autoria.

cultural, adquirindo os conhecimentos básicos imprescindíveis para a atividade do tradutor do português em distintos tipos de textos³⁹.

Os resultados da investigação de Mendes se fazem especialmente relevantes para este contexto, uma vez que têm sua origem em depoimentos de estudantes que optaram livremente pela habilitação Português em sua formação acadêmica. Trata-se de um público especialmente interessado em desvelar as teias sógnicas de que se compõem as culturas dos países lusófonos, de nível universitário e, portanto, que se pretende mais bem informado. A posição que assumem diante do que é nosso e que, obviamente, lhes é estranho, perfaz as etapas da toma de contato com *o outro* previstas por Todorov (1993). Trata-se dos planos axiológico, praxiológico e epistêmico da experiência da alteridade, correspondentes, respectivamente, a

- a) um julgamento de valor ou uma determinação do que se sente pelo outro (se se gosta dele ou não...) e de qual é a posição de importância por ele ocupada em relação a mim (igual ou inferior),
- b) a uma aproximação ou distanciamento dele, implicando a adoção de seus valores ou sua imposição e, por fim,
- c) ao conhecimento ou ignorância da cultura alheia.

No caso dos universitários em questão, pretende-se, naturalmente, que atinjam o plano epistêmico da experiência da alteridade.

Por havermos mencionado brevemente a questão do ensino de línguas e culturas estrangeiras, adentramos a esfera da mediação cultural. Katan (1996) considera o tradutor literário como um mediador intercultural, aquele que intermedeia o acesso dos membros de uma cultura aos elementos que são próprios a outra. Consideramos que, do mesmo modo, e por questões que se pretendem óbvias, o professor de língua e cultura estrangeira desempenha essa mesma função mediadora.

Carbonell, por sua vez, se refere a uma ponte que o tradutor estabelece entre duas culturas:

Tradicionalmente, considerou-se a tradução uma atividade mimética. Embora a tradução linguística, relacionada com a questão tão abordada da equivalência, pareça aspirar a uma redefinição do significado de um texto no outro, à reconstrução de um contexto linguístico e semântico equivalente, na verdade, aquela transcende a circularidade fechada da mera imitação rumo à abertura e expansão da esfera cultural. (CARBONELL, 1997, p. 147)

Assim, trata-se de “[uma] ponte criada desde nossa própria cultura e com nossos próprios materiais [que] compartilha as mesmas estratégias de representação com as quais se ‘pinta’ a ‘outra

³⁹ Tradução nossa do castelhano.

cultura”⁴⁰ (*Idem*).

Ao analisar a tradução literária da obra amadiana na Espanha como indício da imagem que, no seio da cultura espanhola, se faz da cultura brasileira, verificaremos, numa investigação do novo discurso composto pelo tradutor durante a composição do texto-meta, em que etapa da experiência da alteridade se encontra a relação dos membros dessa cultura com a nossa e, ademais, observaremos as estratégias de representação da cultura baiana e brasileira no país europeu.

3. Análise exemplificativa de culturemas traduzidos

Neste ponto, emergem algumas questões: com que cores se pinta(m) a(s) cultura(s) do Brasil em territórios ibéricos de fala castelhana e catalã? A Espanha é um país onde residem, oficialmente e em média, 46.000⁴¹ brasileiros, cuja presença se faz cada vez mais notória nas metrópoles do país. A experiência cotidiana de contato com os espanhóis oferece claros indícios de que numerosos preconceitos a respeito do Brasil e dos brasileiros estão fortemente enraizados em seu imaginário compartilhado. Utilizando as traduções de *Gabriela* empreendidas no país, procedemos, no entanto, a uma análise textual que pretende confrontar-nos com evidências linguístico-discursivas da imagem que *eles* fazem de *nós*.

Delimitamos o campo dos culturemas a serem analisados à esfera da religiosidade, especialmente propícia para este tipo de investigação, uma vez que as manifestações religiosas próprias da Bahia, de herança sincrética afro-brasileira, em nada se assemelham às manifestações religiosas nativas do sul da Europa, tratando-se, assim, de campo propício para um analista das estratégias do tradutor literário e suas implicações socioeconômicas-históricas-culturais. Trata-se de um amálgama dos *realia* de Florin (1993), que classifica as referências culturais no texto nas categorias geográfica/etnográfica, mitológica/folclórica, de objetos cotidianos e social/histórica⁴². Destacam-se, no texto, os seguintes culturemas, levantados por Mendes (2004), que recebem seu tratamento em Amado, 1985, p. 341, e cujas estratégias de tradução nos propomos a analisar:

⁴⁰ São nossas as traduções dos trechos citados de Carbonell, 1997.

⁴¹ Fonte: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/noticias/censo-ibge-estima-brasileiros-no-exterior-em-cerca-de-500-mil/impressao>, acessado em 19-07-2013.

⁴² Verifique-se a análise dos culturemas pertencentes ao âmbito da gastronomia presentes em *Gabriela* em MING, A. & FREITAS, E. S. S. *A Bahia de Jorge Amado e as dos tradutores literários: encontros e desencontros*. No prelo da Revista Caderno Seminal Digital, publicação prevista para 2013.

éguas da noite
montaria dos santos
filhas de santo
iaôs de lansã
lansã
Candomblé

Dentre esses termos, os sintagmáticos “éguas da noite” e “montaria dos santos” foram mantidos, na tradução de Barroso (AMADO, 1985), em sua forma original em português brasileiro. Essa estratégia, num primeiro momento, costuma visar a manter a cor local da protocultura, assim como retratada no texto-origem. Trata-se daquilo que Nord (1989) veio a denominar “tradução exotizante”, ou aquela onde os elementos estranhos preservam-se intencionalmente como tais, de modo a gerar estranhamento aos olhos do leitor, que os reconhece como pertencentes à cultura do outro e, a partir de sua perspectiva de fruição, exóticos. Semioticamente, consideramos estes signos como sendo de interpretantes livres, uma vez que, junto a cada leitor, aludirão a sentidos e imagens diferentes, numa estratégia de construção imagética embasada nos pré-conhecimentos de que os receptores disponham acerca da cultura-origem mas, também, em seu próprio desconhecimento de tais referências, observando-se, então, um caso em que a imaginação trabalha mais que informações e imagens precisas acerca da cultura alheia arquivadas na retina mental. Eis um espaço privilegiado que se abre ao receptor criativo da obra de arte.

Ainda em Amado 1985, p. 341, as “iaôs de lansã” são apresentadas ao leitor como aquelas “*que rinden culto a lansa, deidad femenina que gobierna los vientos y las tempestades, según el culto afro-brasileño*”, o que não explica com exatidão o termo, uma vez que as iaôs, filhas de santo (segundo o iDicionário Aulete⁴³) já iniciadas na feitura de santo que ainda se encontram aquém dos sete anos de iniciação, desempenham funções que vão muito além do render culto ao orixá. Em catalão (AMADO, 1997), as iaôs se tornam “*núvies*” (noivas) de lansã, numa possível confusão com o termo “*noviças*”, também associado às iaôs, já que estas últimas ainda não atingiram a maturidade representada pelos sete anos de feitura.

Até este momento, nos deparamos com situações em que as tradutoras optaram por manter

⁴³ <http://aulete.uol.com.br/nossoaulete/ia%C3%B4>

ou projetar o exotismo da obra-origem e outras nas quais demonstraram pouco rigor investigativo no momento de resolução das dificuldades apresentadas pelos culturemas em questão. Entretanto, se prosseguimos com as análises, e se nos dedicarmos, principalmente, à verificação do que se fez do hiperônimo “Candomblé” no texto-meta Amado, 1997, em catalão, adentraremos com mais profundidade as veredas da resignificação e, assim, da revalorização e da atribuição de novos conteúdos de natureza ideológica ao culturema. Ali, o Candomblé é definido, em glossário ao final do livro, como “*sessió de fetilleria de la tradició afrobrasileira o lloc on es realitza*”.⁴⁴ O sema “feitiçaria” consiste, aqui, na chave da questão: sua conotação, nas culturas espanhola e catalã, é fortemente negativa. O dicionário online *Diccionari de La Llengua Catalana* de l’Institut d’Estudis Catalans define “*fetilleria*” como “*art de fetillar*” e “*fetillar*”, por sua vez, como “*sotmetre a la influència d’un malefici, d’un sortilegi*”⁴⁵ ⁴⁶. O dicionário HyperDic⁴⁷ associa a “*fetilleria*” os (paras)sinônimos “*bruixeria*”, “*màgia negra*” e “*nigromància*”, todos eles visivelmente impregnados de conotações negativas. É bem verdade que essa imputação de sentidos negativos a elementos próprios da cultura afro-brasileira, relativos ao hibridismo religioso África-Brasil, não se restringem à alteridade, ou à visão do outro (no caso, do espanhol/catalão) dedicada à nossa cultura. A ligação entre “candomblé” e “feitiçaria” também ocorre, entretanto, no seio da própria cultura brasileira. Assim sendo, as fontes da tradutora da obra de Amado também poderiam entrecruzar-se com vozes brasileiras que se alçam, sobre o assunto, também munidas desses preconceitos. Apesar desta consideração, não pertence ao escopo deste trabalho o estudo intra-linguístico-cultural da recepção do candomblé no Brasil e das visões/recepções dessa parte de nossa cultura registradas em nosso território linguístico e sócio-histórico-cultural. Entretanto, consideramos a possibilidade de que, durante suas pesquisas, o tradutor possa haver encontrado essas imagens do candomblé e da religiosidade afro-brasileira e suas manifestações entre fontes informadoras nacionais.

Na tradução castelhana, o sema “feitiçaria” ressurge com a definição, em nota de rodapé, de “filhas de santo” como sendo “*devotas del culto fetichista afro-brasileño*” (AMADO 1985, p. 341), advindo “*fetichista*”, no castelhano, do latim “*facticius*”, “fictício”, e dando origem ao castelhano “*hechizo*” (e ao português “feitiço” pelo étimo francês “*fétiche*”).

A carga semântica e semiótica de termos escolhidos como “*fetilleria*” e “*fetichista*” denuncia a presença dos estereótipos comumente associados aos cultos africanos e afro-brasileiros na concepção que o tradutor tem dessa manifestação cultural tão significativa para grande parte dos nativos da Bahia (e, por extensão, de outras regiões do Brasil, da África e das Américas). Essa carga

⁴⁴ Tradução nossa: “sessão de feitiçaria da tradição afro-brasileira ou lugar em que se realiza”.

⁴⁵ <http://dlc.iec.cat/>

⁴⁶ Tradução nossa: “submeter à influência de um malefício, de um sortilégio”.

⁴⁷ <http://www.hyperdic.net/ca/fetilleria>

significativa traz consigo traços de preconceitos alimentados desde a conquista europeia do Novo Mundo, quando, em sua tentativa de atrair e incluir os povos ameríndios e africanos ao *orbis christianus*, tornou-se praxe subjugar a validade de outras crenças de origem não-cristã e não-ocidental e, inclusive, a tentativa sistemática de aniquilar sua existência e culto. Não obstante, o Candomblé consiste numa religião professada por milhares de baianos e brasileiros, que de modo algum a associam com magia negra. Dá-se ainda a tendência, na cultura musical e literária brasileira produzida por adeptos e não-adeptos dessa religião, a respeitar as manifestações culturais próprias do hibridismo e sincretismo África-Bahia-Brasil como construtos multifacetados das identidades culturais baiana e brasileira.

Elementos indissociáveis do patrimônio cultural afro-brasileiro se vêem, assim, reduzidos e estigmatizados através dos exemplos mencionados de traduções de referentes da cultura religiosa da Bahia e do Brasil. Afirmamos, neste caso, que as tradutoras, além de reforçar estereótipos e ideologias de exclusão e rejeição à alteridade no que se refere às crenças que aparentemente desconhecem e não respeitam, promovem potencialmente o medo ou o receio daquilo que se denominou feitiçaria, dadas as cargas semântico-semióticas dos termos “*fetilleria*” e “*fetichista*” nas línguas catalã e castelhana, respectivamente.

O medo daquilo que é estranho ou estrangeiro, como se sabe, identifica-se como ocorrência de xenofobia. Por esse motivo, é fundamental reconhecer que ao tradutor, enquanto mediador cultural, se atribui uma relevante responsabilidade social, já que seu trabalho tem o poder de reforçar preconceitos ou auxiliar na construção de conceitos, de desinformar (ou manter a desinformação) e de informar, de manter ou promover a exclusão social e de lançar sementes para que brote, no seio de uma sociedade, a boa-vontade no que diz respeito à inclusão do outro, do estranho, do estrangeiro.

4. Considerações finais

O leque de possibilidades de que dispõe o tradutor no momento de definir as normas, o estilo e as demais características do texto-meta que pretende produzir é muito vasto. Esse fato não diminui nem neutraliza as dificuldades inerentes à tradução de textos literários em que proliferam grandes quantidades de marcas culturais que, como tal, são desconhecidas pela grande maioria do público receptor da tradução. Apesar disso, neste trabalho insistimos na questão da responsabilidade social do tradutor que, como asseveramos anteriormente, assume a função de mediador cultural (KATAN,

1996) e de apresentador, aos membros de uma dada cultura, de manifestações próprias de outra, a qual deveria conhecer ou tentar conhecer através de pesquisa. Desse modo, é fundamental que o tradutor assuma essa responsabilidade de modo ético, apesar das liberdades de que deve dispor no momento de escrever seu texto, de modo que suas escolhas tradutológicas não disseminem desinformação, medo, receios, não reforcem prejuízos e, assim, não distanciem seus leitores da comunidade linguístico-cultural representada no texto traduzido.

Retomando uma hipótese formulada por Martínez (2001, p. 3) em sua tese doutoral, segundo quem “as obras literárias são um parâmetro indicativo da imagem que a cultura receptora tem da cultura à que pertence o texto original”⁴⁸, observamos a necessidade de adicionar a essa asserção a consideração de tais obras, num plano de projeção, como igualmente constituintes de fontes de propagação e formação em potencial da imagem que a cultura receptora tenha da cultura à qual pertence o texto original.

Compete ao tradutor, portanto, atuar como ponte de comunicação entre diferentes culturas, ao disseminar conhecimento real, e não reforçar preconceitos e dificuldades de convivência geradas por deturpações nos conceitos de identidade, auto-imagem e imagem do outro. Trata-se de auxiliar o leitor, em seu caminho na experiência com a alteridade, a explorar o *continuum* de Todorov, superando os planos axiológico e praxiológico dessa experiência e atingindo, com satisfação, o plano axiológico, da construção de conceitos e de conhecimento. Eis o nível desejado de ressignificação, aquele em que o leitor exerce sua função de leitor-receptor criativo, porém a partir de conhecimento assentado nas realidades sócio-histórico-culturais, tanto na sua como na dos membros da cultura do texto-origem. É evidente, porém, que não encaramos o tradutor como o portador de uma verdade absoluta e inquestionável, não desconsideramos o papel criativo do receptor durante a leitura da obra (embora não corresponda, essa questão, ao escopo de nosso trabalho) e tampouco consideramos a tradução literária como sendo a única fonte de propagação de conceitos e preconceitos acerca de uma dada cultura no seio de uma outra comunidade linguístico-cultural. Entretanto, e estando alinhados com a linha de pesquisa Tradução e Estudos Interculturais, da Universidade Autônoma de Barcelona, no marco da qual este trabalho foi desenvolvido, optamos por dedicar esta pesquisa à análise das imagens do outro (no caso, da nossa cultura) projetadas pelo tradutor literário estrangeiro na tradução da obra estudada. Trata-se de uma linha de pesquisa que não exclui a possibilidade de condução de outros trabalhos sobre projeções de imagens de uma cultura no seio de outra; entretanto, atemo-nos ao nosso recorte fenomenológico específico e à metodologia de investigação da suprarreferida linha de pesquisa. Não se trata, portanto, de idealizar o papel do tradutor literário na propagação de imagens a respeito de uma dada cultura, mas de

⁴⁸ Tradução nossa do castelhano.

estudar especificamente seu papel no processo mais amplo de diálogo intercultural.

Um trabalho desta natureza, dado o seu perfil interdisciplinar, pretende oferecer contribuições às áreas da tradutologia, dos estudos interculturais aplicados à tradução e da tradução literária como um todo, ao passo em que optamos por observar os fenômenos do mundo, incluídos os discursos, como construções de sentido no seio de contextos socioeconômicos e culturais e de nossa historicidade – daí sua vocação semiótica aplicada. Espera-se, ainda, ter contribuído com a proposta de uma discussão, que não se pretende encerrar com este artigo, acerca da (des/re)construção de imagens acerca de nosso povo em países que concentram grandes comunidades de brasileiros imigrantes, de modo a observar em que condições são integrados às culturas de acolhida (se o são) e de que modo a tradução pode se tornar uma ferramenta útil na reversão de processos de assentamento de preconceitos e fobias.

Referências Bibliográficas

AMADO, Jorge. *Gabriela, clavo y canela*. Trad. Haudée Jofré Barroso. Barcelona: Seix Barral, 1985.

_____. *Gabriela, clau i canyella*. Trad. Anna Alsina Keith. Barcelona: Edicions 62, 1997.

BARCELOS, Ana Maria Ferreira. Crenças sobre aprendizagem de línguas, linguística aplicada e ensino de línguas. *Linguagem & Ensino*, vol. 7, nº 1, p. 123-156, 2004.

CARBONELL, Ovidi. *Traducir al otro; traducción, exotismo, poscolonialismo*. Toledo: Escuela de Traductores de Toledo, 1997.

GOLDEN, Séan. Un model·l teòric del procés de la interculturalitat: els estudis interculturals. In: VILATARSANA, Maria T. (Org.). *Benvinguts! Identitat Nacional i Diversitat Cultural: El rept·e de la immigració als països catalans*, Barcelona: Fundació Congr·es de Cultura Catalana, 2003, p. 1-17.

FLORIN, Sider. Realia in translation, In: ZLATEVA, Palma. (Org.). *Translation as Social Action*. Londres/Nueva York: Routledge, 1993, p. 122-128.

KATAN, David. "The translator as cultural mediator". *Programma Sociologia Internazionale, Sezione Relazione Internazionale*, Cuaderno n. 96-2, Gorizia: Istituto di Sociologia Internazionale, 1996.

MARTÍNEZ, Lucía. *Análisis descriptivo de la traducción de los culturemas árabe-español*. Bellaterra, 2001. 454f. Tese (Doutorado em Tradução e Estudos Interculturais) – Universitat Autònoma de Barcelona.

MENDES, Regina. *La traducción de las marcas culturales: la Bahía de Jorge Amado en español y catalán*. Trad. Laia Beltrán. Bellaterra: UAB, 2004.

MING, André & FREITAS, Érica. *A Bahia de Jorge Amado e as dos tradutores literários: encontros e desencontros*. No prelo da Revista Caderno Seminal Digital, publicação prevista para 2013.

NORD, Christiane. *Loyalität statt Treue: Vorschläge zu einer funktionalen Übersetzungstypologie. Lebende Sprachen*, nr. 3, 1989.

ORLANDI, Eni Puccinelli . *Análise de discurso*. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

PEIRCE, Charles Sanders. *Collected papers of Charles Sanders Peirce, volumes V and VI: Pragmatism and Pragmaticism and scientific metaphysics*. Cambridge: Harvard University Press, 1931-58.

SANTAELLA, Lucia. *A teoria geral dos signos*. Semiose e autogeração. São Paulo: Ática, 1995.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Abstract: *In this paper we analyze of the translation of cultural references, highly polysemous lexemes that link elements of the culture of origin of a literary text (in the case of our work) often unknown to the reading public. We intend to analyze translations into Spanish and Catalan of Gabriela, Clove and Cinnamon by Jorge Amado, an investigation of the recreation of discursive culturemes that will reveal the pictures and (pre) concepts about the Brazilian culture and specifically that of Bahia in Spain. Preferred were, as a criterion for the preparation of the corpus, the references belonging to the world of religion, identified during the development of the work, as those most fruitful from the standpoint of recreation and discursive (re) projection of cultural visions about the “culture of the other”. The results, based on theoretical works by MENDES (2004), TODOROV (1993), CARBONELL (1997), MARTÍNEZ (2001), NORD (1989) and KATAN (1996), demonstrate that the choices of the translators faced with severe difficulties caused by the presence of culturemes in the text-source contributed to the maintenance and expansion of prejudices about aspects of Brazilian culture and that of Bahia which are little known in Spain.*

Keywords: *Gabriela, Clove and Cinnamon; literary translation; culturemes; otherness; applied semiotics.*

7. DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO *FACEBOOK*: RELAÇÕES DIALÓGICAS ENTRE ENUNCIADOS CIENTÍFICOS E OS DAS DEMAIS ESFERAS IDEOLÓGICAS

Artur Daniel Ramos Modolo⁴⁹

Resumo: *O objetivo deste artigo é abordar a expansão da divulgação científica na Internet por um viés dialógico. O perímetro do corpus analisado engloba enunciados postados no Facebook e na internet pela Scientific American Brasil e Pesquisa Fapesp. Pretende-se observar como os enunciados científicos têm sido divulgados no âmbito das mídias sociais como os blogs, sites oficiais e principalmente nas páginas do Facebook. Empregaremos como base teórico-metodológica os conceitos elaborados pelo Círculo de Bakhtin, em especial: gêneros discursivos, esferas de atividade humana, autor e ideologia. Espera-se como resultado que haja uma alternância de conteúdo, estilo e forma similar a ocorrida nas revistas dessas três instituições. Pretende-se, por fim, observar questões relativas ao âmbito dos gêneros como a autoria, a forma composicional e o estilo dos enunciados divulgados.*

Palavras-chave: *divulgação científica; gêneros digitais; ideologia; hipertextualidade; teoria dialógica*

1. Introdução

Um voyageur ne connaît d'ordinaire que très imparfaitement le pays où il se trouve. Il ne voit que la façade du bâtiment; presque tous les dedans lui sont inconnus.
(VOLTAIRE)⁵⁰

A palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em

⁴⁹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Prof. Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo. a.d.r.modolo@gmail.com.

⁵⁰ Um viajante só conhece imperfeitamente o país onde se encontra. Ele vê apenas a fachada do edifício, quase tudo o que está no interior lhe é desconhecido.

todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p.42)

A reflexão artística feita por Voltaire (1910) permite abrir uma janela de diálogo com o próprio momento em que passamos na contemporaneidade, início do século XXI. A velocidade das inesgotáveis descobertas e das mudanças na história do cotidiano possuem poucos paralelos na história da humanidade. Dessa forma, somos todos viajantes em uma viagem que sempre produz novos cenários e muitas vezes não tem o tempo e possibilidade de conhecê-lo melhor, sequer de refletir detidamente sobre ele. O número de inovações tecnológicas que invadem nossas vidas é um dos maiores expoentes dessa nova realidade. Esses novos passos dados pela humanidade possuem um ritmo acelerado em que muitos detalhes se perdem ao caminhar. Entretanto, essa caminhada tem sido desempenhada com tanta naturalidade que boa parte das pessoas, principalmente os mais jovens, não se dão conta da magnitude das mudanças. A partir do momento que se perde o primeiro impacto, tais mudanças são tidas como naturais e se deixa de pensar nelas como algo alheio ou distante do ordinário. A esfera científica, assim como a divulgação científica (instâncias que em determinada medida se tangenciam, mas não se coincidem por completo), podem fornecer exemplos de como nos afetam tais mudanças e sequer sabemos como eram operacionalizadas por completo ou temos clareza de como funcionavam exatamente no passado próximo.

A esfera acadêmica necessita da Internet para que possa submeter artigos, divulgar e se inscrever em congressos. Dentro dessa esfera, tais ações são tão banais que já se age com muita naturalidade e desenvoltura em relação a isso. São raros os casos em que se empregam correspondências por carta, ou até mesmo presenciais, para que se possa concretizar uma inscrição em um simpósio. De forma similar, a divulgação científica cada vez mais depende da Internet, havendo sites oficiais de veículos de divulgação científica como a *Revista Fapesp*, a *Scientific American Brasil*, entre outras. Além disso, verifica-se que nas chamadas mídias sociais, também conhecidas como redes sociais (*Facebook*, *Twitter*, *Orkut*), cada vez mais há possibilidade de interlocução com o grande público de tais redes. Os veículos de divulgação científica, assim como outros braços da imprensa, estão atentos ao

uso das redes sociais na Internet, principalmente por suas vantagens na propagação do material postado.

Uma rede é um conjunto de nós interconectados. A formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas as redes ganharam vida nova em nosso tempo transformando-se em redes de informação energizadas pela Internet. As redes têm vantagens extraordinárias como ferramentas de organização em virtude de sua flexibilidade e adaptabilidade inerentes, características essenciais para se sobreviver e prosperar num ambiente em rápida mutação. (CASTELLS, 2003, p.7)

Por fim, destacamos que até mesmo a Internet possui alguns desdobramentos que possibilitaram que ela mesma pudesse desenvolver algumas formas particulares de divulgação científica com blogs e páginas que existem exclusivamente na Internet: a página no *Facebook* Interessante⁵¹, muito popular na rede, ou o *blog* de divulgação científica ScienceBlogs (Ciência, Cultura e Política)⁵².

Esse preâmbulo apenas ilustra como alguns setores do campo acadêmico-científico estão, aos poucos, seguindo mudanças correlatas com outras esferas de atividades humanas. A agilidade e a rapidez na propagação de informações muito debatidas por jornalistas podem ser observadas na esfera científica, por exemplo, com o desenvolvimento de redes, como o Scielo⁵³, *Google Books*⁵⁴ e *Google Acadêmico*⁵⁵ que ampliam e facilitam a difusão de diversos tipos de produções científicas e acadêmicas, agilizando o contato com o trabalho de pesquisadores de diversas regiões do mundo, contato que muitas vezes seria inviável por outras formas mais tradicionais de produção e divulgação como artigos, anais de congressos em versões impressas, livros etc.

A popularização da Internet e dos diversos aparatos eletrônicos de uso pessoal (computadores, *smartphones*, *tablets*) propiciaram uma série de novas discussões no âmbito da linguística, assim como reanimaram antigos debates que encontraram um novo vigor com o intenso uso das novas tecnologias e a relevância de tais ferramentas para a humanidade no cenário contemporâneo. Dentre esses inúmeros pontos possíveis de serem estudados a partir do prisma linguístico e discursivo, certamente um dos que causa maiores divergências e pluralidade de pontos de vista é a questão acerca dos gêneros na Internet e nos novos aparatos digitais.

⁵¹ <https://www.facebook.com/interessante>

⁵² <http://scienceblogs.com.br/>

⁵³ <http://www.scielo.org/php/index.php>

⁵⁴ <http://books.google.com.br/>

⁵⁵ <http://scholar.google.com.br/>

O debate sobre os gêneros é prolífico por uma série de vertentes: i) a dificuldade de se chegar a um consenso sobre se são novos gêneros ou se são apenas releituras ou evolução dos mesmos gêneros que já existiam antes da popularização da Internet e dos aparelhos eletrônicos que empregam a linguagem e, conseqüentemente, os gêneros do discurso de uma forma ou de outra; ii) como trabalhar com gêneros que aparentemente possuem inúmeras semelhanças e, contraditoriamente, inúmeras diferenças; iii) problemas terminológicos em relação às fronteiras entre gênero, suporte, meio etc.; iv) qual a especificidade da linguagem nesses aparatos digitais, afinal, embora haja a discussão sobre a diferenciação dos gêneros, parece ocorrer consenso de que há diferenças sensíveis em relação ao uso da linguagem na Internet e em produções verbais e visuais fora do perímetro digital.

2. Metodologia

Adotamos a perspectiva e os conceitos advindos das contribuições do Círculo de Bakhtin como base teórico-metodológica dessa pesquisa. Tal opção contempla os aspectos sócio-históricos e ideológicos que estão envolvidos intimamente com a materialidade linguística e as relações dialógicas. Pretendemos dessa forma, analisar não somente as propriedades linguísticas dos enunciados que compõem o *corpus*, mas também o contexto social mais amplo que se inter-relacionam com tais enunciados. Ao elegermos essa metodologia, abre-se espaço para que não se faça um estudo exclusivamente linguístico do tema, pois há importantes fatores históricos e culturais que estão submersos na própria linguagem e no discurso. Portanto, defende-se que tais tópicos devam integrar nossa análise, uma vez que caminham conjuntamente. Esse modo de análise vai ao encontro dos planos da nossa pesquisa, pois os textos extraídos para compor o material analisado apresentarão ângulos discursivos distintos sobre o mesmo tópico. Sendo assim, é presumível que a *Revista Fapesp* adote uma abordagem completamente distinta do mesmo fenômeno de que a *SuperInteressante*. Determinados componentes da metodologia bakhtiniana em relação aos gêneros, interlocutor presumido e diálogo fornecerão o arcabouço teórico básico para sustentar nossa análise.

Bakhtin reconhece que há um diálogo – uma comunicação dialógica – entre os distintos enunciados oriundos de uma mesma esfera da cultura, o que resulta em uma inegável pluralidade de discursos que incorporam estas ideias. Os estudos do Círculo de Bakhtin nos habilitam, sobretudo, a traçar significativas demarcações entre as formas de discursos, diferenciando e opondo as relações entre concordância, réplica, polêmica em relação a outros tipos de discurso.

A adoção de tais proposições visa a análise dos fatores ideológicos que subjazem os enunciados que compõem o *corpus*. Estes estão profundamente marcados, nas palavras de Bakhtin/Volochínov, pelo *horizonte social de uma época e de um grupo social determinado*. Ao assumir uma orientação bakhtiniana, a metodologia contempla o aspecto evolutivo da língua e concebe as formas de interação verbal em comunhão com as condições concretas em que se realiza, bem como estabelece “as categorias dos atos de falas” e das distintas formas de enunciação. Por fim, reconhece-se a necessidade de contemplar, além da dimensão ideológica e discursiva, um exame que aprecie as “formas linguísticas” de maneira *habitual* (BAKHTIN, 2008, p.128-129). No que tange às questões referentes aos tipos de discurso, é válido ressaltar as valiosas contribuições metodológicas advindas da obra *Problemas da poética de Dostoiévski*, em que Bakhtin organiza procedimentos de análise dos diversos tipos de discurso (direto, objetificado, bivocal) e que serão necessários para cumprir todos os objetivos de nossa análise.

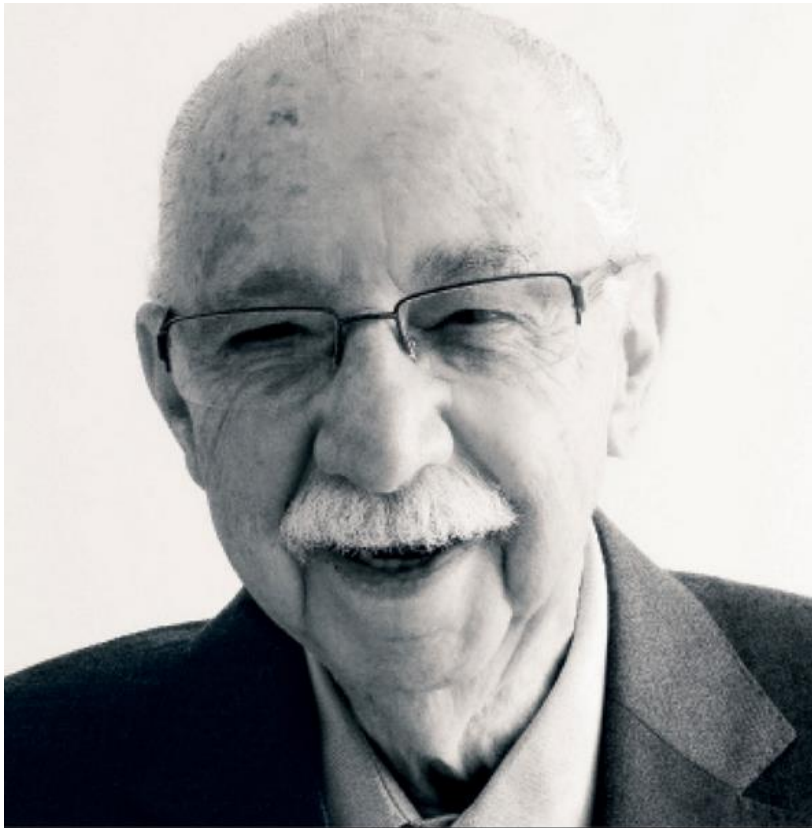
3. A divulgação científica na Internet

Com base na enumeração de tais importantes querelas referentes ao debate lingüístico e discursivo, tentaremos refletir de que maneira os tópicos supramencionados podem ser abordados para se pensar a divulgação científica na Internet. Deve-se esclarecer que a magnitude dos tópicos e dos problemas advindos de tais questões, farão com que boa parte das questões ainda persistam no final deste artigo. Entretanto, é importante a tentativa de lançar um olhar sob o prisma bakhtiniano em relação a tais polêmicas e extrair as possíveis contribuições que podem, no futuro, apontar algumas soluções ou, ao menos, possibilidades de compreensão dos discursos, dos gêneros e das esferas na Internet.

O primeiro ponto destacado na introdução era referente à “dificuldade de se chegar a um consenso sobre se são novos gêneros”, em razão de que muitos defendem que se trata apenas de “releituras ou evolução dos mesmos gêneros que já existiam antes da popularização da Internet e dos aparelhos eletrônicos que empregam a linguagem e, conseqüentemente, os gêneros do discurso de uma forma ou de outra”. Deve-se ressaltar que segundo a reflexão bakhtiniana, “falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de *construção do todo*” (BAKHTIN, 2010c, p.282), portanto, dentro dessa leitura, é inegável que tenhamos gêneros envolvidos na divulgação científica na Internet, o que impede que a leitura seja feita exclusivamente pelo prisma do suporte, ou até mesmo do meio.

Prosseguindo o nosso debate sobre os gêneros, é possível traçar um paralelo com a segunda questão proposta por nós no início do presente trabalho, “como trabalhar com gêneros que aparentemente possuem inúmeras semelhanças e, contraditoriamente, inúmeras diferenças?”. Podemos tomar uma série de exemplos: os *chats* que podem ser utilizados desde o uso mais cotidiano, com conversas corriqueiras que versam sobre amenidades com até mesmo *chats* de atendimento ao cliente, em que se pode tirar dúvidas sobre um produto. Há ainda muitas possibilidades, até para fins pedagógicos. De forma semelhante, os *e-mails*, os *blogs*, entre outros, possuem a mesma versatilidade, o que faz com que haja sempre possibilidade de serem empregados para diversos temas, empregando os mais variados estilos, elementos que dificultam sua apreensão sob o mesmo gênero.

Um dos desdobramentos de tal debate pode ser exatamente a divulgação científica nas redes sociais, afinal, os comentários, os *posts* e todo material compartilhado nas mídias sociais podem possuir os temas mais variados possíveis, debruçando-se sobre temas como a renúncia papal, a descoberta de uma partícula subatômica, política, ou até mesmo sobre trivialidades da vida cotidiano de alguém, algo que se aproxima em determinados aspectos do diário e de outras formas autobiográficas.



Liked · August 14

Em entrevista à Pesquisa FAPESP, o fundador da Sociedade Brasileira de Bioética fala sobre a criação da FAPESP, os desafios da pesquisa no Brasil durante a ditadura militar e a importância dos comitês de ética para o futuro da ciência médica. Conheça William Saad Hossne: <http://bit.ly/Entre210>



ads not by facebook

Like · Comment · Share

60 people like this.

22 shares

 Eliana Curvelo Professor William Saad Hossne é encantador!...
August 14 at 5:08pm · Like · 2

Imagem 1: Entrevista da Pesquisa Fapesp com William Saad Hossne

Verificamos na imagem acima que há uma série de gêneros envolvidos na imagem. A parte imagética com uma fotografia de William Saad Hossne e um anúncio publicitário da *Clinton Foundation* para auxiliar a África (adicionada de conteúdo verbal). Assim como um setor verbal em que há a data, uma breve explicação de quem é William Saad Hossne, comentários do internauta, os “likes” em que os usuários/internautas podem curtir a mensagem e um hipertexto que direciona para a entrevista propriamente dita. Percebe-se, portanto, que do ponto de vista do gênero, eles se somam e podem sempre apontar para outros gêneros, como é o caso do hipertexto. Dessa forma, podemos acessar a entrevista que está presente no site oficial da Pesquisa Fapesp mediante um *click* no hipertexto. Salientamos a importância dos comentários que adicionam a possibilidade de interação com o usuário, algo que não era uma marca de Internet na sua gênese.

Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *resposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais

amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subtende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. (BAKHTIN, 2010b, p.297)

Sobre essa noção (a de hipertexto), verifiquemos por hora a proposta sugerida por Marcuschi (2010), segundo a qual “o hipertexto não pode ser tratado como um gênero e sim como um modo de produção textual que pode estender-se a todos os gêneros dando-lhes neste caso algumas propriedades específicas” (p.31). Embora Marcuschi não conceda o estatuto de gênero ao hipertexto, acreditamos que apenas negar essa categoria ao hipertexto não seja o bastante. Deve-se esclarecer, desde o princípio, que os hipertextos, do nosso ponto de vista, transcendem e superam a categoria de gênero. O hipertexto vai muito além do tipo textual, assim como não distingue esferas de atuação humana. O emprego da hipertextualidade é uma das marcas desde o início da Internet. Ainda assim, já é possível verificar algumas mudanças no decorrer de sua história; a passagem da *web* 1.0 para 2.0 é uma delas. Apesar da importância dessa superação de paradigma, poucos internautas tiveram consciência dessa transformação. “Muitos utilizadores devido à rapidez do processo da mudança, nem se deram conta que a Internet mudou o seu paradigma” (BOTTENTUIT JR., COUTINHO, 2008, p.1862).

SCIENTIFIC AMERICAN Brasil

Gosto 1,6 mil Tweet 131

Aula Aberta Blog Multimídia Artigos Reportagens Notícias Agenda Índice Remissivo

Destaques

Ameaça a tubarões desestabiliza ecossistemas
Tubarões-tigre inibem consumo de algas que absorvem gás carbônico e fornecem abrigo para peixes e mariscos

+Lidos

O Paradoxo dos Gêmeos
Cometa pode se chocar com Marte em 2014
Do Instantâneo ao Eterno

BIOVÊA
Equilibra os hormônios e estimula a sua memória com
Pregnenolona! 50 mg
SAIBA MAIS »

Imagem II – Home Page da Scientific American Brasil

A *Scientific American*, por exemplo, possui uma página oficial, embora também tenha uma página oficial no *Facebook*. Verificamos, portanto, a coexistência de ambas formas no presente momento da Internet. Bakhtin assinala, em sua conclusão de *Problemas da Poética de Dostoiévski*, que a evolução dos gêneros não faz com que os gêneros antigos sejam substituídos ou eliminados. O romance polifônico de Dostoiévski, por exemplo, não fez com que os romances todos mudassem para nova forma; romances monológicos continuaram a existir. Da mesma maneira, a alteração da web 1.0 para a web 2.0 não fez com que toda a Internet mudasse para esse novo formato; portais, páginas pagas, conteúdo privado seguem existindo. Uma prova disso é a própria existência de páginas como a da *SuperInteressante* que segue o modelo de web 1.0, embora com pequenas mudanças. Essas alterações permitem delinear o caminho percorrido na história da divulgação científica até atingir o atual estágio. Deve-se destacar que a divulgação científica possui uma variedade significativa e que a ampliação para novos meios não resulta no apagamento de formas tradicionais de divulgação científica.

Bakhtin, ao analisar a evolução do romance tradicional para o romance polifônico, afirmou que as formas monológicas não desapareceriam, mas que haveria uma coexistência (2010, p.340). De maneira homóloga, nota-se que a divulgação científica coexiste com diversas variações. Essa diversidade se deve não apenas ao emprego de novas tecnologias como a Internet, mas pelo enfoque editorial de cada grupo de divulgação (*Pesquisa FAPESP*, *SuperInteressante* e *Scientific American Brasil*) que certamente adotarão leituras distintas em relação a um tema em comum, como o uso de células tronco ou a variação hormonal em adolescentes etc. É desse fator que deriva a importância do leitor presumido que influenciará cabalmente o perfil editorial de cada uma dessas revistas. Da mesma forma, todas as outras esferas que empregarem a Internet e as mídias sociais como recurso, passarão por semelhantes processos, embora sempre com especificidades.

No domínio dos signos, isto é, na esfera ideológica, existem diferenças profundas, pois este domínio é, ao mesmo tempo, o da representação, do símbolo religioso, da fórmula científica, da forma jurídica, etc. Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social. É seu caráter semiótico que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p.33)

Por fim, voltamo-nos para as questões dos problemas terminológicos de estabelecimento de fronteiras entre “gênero, suporte, meio” e “qual a especificidade da linguagem nesses aparatos digitais, afinal, embora haja a discussão sobre a diferenciação dos gêneros”. Nossa compreensão de gênero como uma forma estável de enunciado já ficou evidente pelo emprego que tivemos da noção. Do nosso ponto de vista, é um erro classificar o suporte como o principal elemento de diferenciação entre gêneros. O suporte é importante, principalmente porque ele influencia no aspecto material da linguagem no âmbito digital, pois se trata de bites que podem ser apagados ou enviados com muita velocidade. Entretanto, não se deve confundir o suporte com o gênero, embora haja uma relação intrínseca entre ambos. Da mesma forma que o meio digital é algo extremamente relevante, não se deve confundir-lo com o suporte (revista, jornal) e nem com o gênero (notícia, entrevista). O meio digital possui características distintas, sublinhamos a importância do hipertexto que confere fluidez tanto no que tange aos gêneros, quanto em relação às semioses empregadas.

Por trazerem em sua textura, marcas indelévels de riqueza plural da linguagem do hipertexto, de modo que os elementos sonoros, imagéticos e escritos se fundem para compor o texto. (ARAÚJO, 2010, p.125).

De qualquer modo, o hipertexto certamente não é a única marca que merece ser destacada. Há muitos fatores linguísticos e discursivos que podem ser e já estão sendo estudados por linguistas, analistas do discurso, semioticistas etc. Verifica-se principalmente em relação aos comentários de internautas, presentes não só em redes sociais como também em alguns veículos oficiais da imprensa na Internet, um grau de coerção muito pequeno, o que faz com que opiniões polêmicas e até ofensivas sejam muito recorrentes nos gêneros digitais que possuem a possibilidade de comentários.

4. Considerações finais

Tal processo de mudanças e evoluções históricas que já se percebiam nas publicações impressas de divulgação científica devem, hipoteticamente, ser ainda mais acentuadas nas divulgações feitas via *Facebook*. Atualmente, verifica-se uma demanda de duas vias: a necessidade que a sociedade tem de informações científicas e, por outro lado, a necessidade

que a ciência tem de se comunicar com a sociedade como um todo. O número crescente de internautas em redes sociais fomenta o solo propício para que essa relação entre sociedade e produção científica ocorra. A publicação feita em uma rede social como o *Facebook* proporciona a possibilidade de haver maior interação entre os leitores e os veículos de divulgação por meio de comentários instantâneos – agregando dinamicidade que não havia nas chamadas “cartas do leitor” – e do compartilhamento das mensagens para os amigos desse leitor que, em um primeiro momento, poderiam não estar tão interessados em ler tais matérias.

Evidencia-se que o mundo sofreu uma série de mudanças desde a chegada da internet. Em um segundo momento, a própria internet passou por mudanças e alterações dos seus moldes, o que afetou igualmente os gêneros. A divulgação científica é um dos caminhos em que se pode constatar tais mudanças. Para verificar as mudanças que a divulgação científica passou desde o seu início, é muito eficaz para perceber que vários gêneros já a emolduraram, deram forma, estilos e coloridos distintos, fator que demonstra que a divulgação científica não é um gênero específico, pelo contrário, há uma série de gêneros que podem ser recrutados para que a divulgação científica ocorra. Como tendência, podemos sugerir que tal evolução continue a ocorrer no futuro, da mesma forma que ocorreu até hoje.

Destacamos a diferenciação entre as noções de suporte, meio e gênero, que são reiteradamente confundidas e que devem ser mais bem debatidas em futuros trabalhos que se dediquem exclusivamente a esse tópico. Tais reflexões devem ter como intuito central delimitar as fronteiras desses conceitos mais claramente. Apontamos, por fim, as mudanças sofridas no âmbito da linguagem e da divulgação científica a partir do advento da Internet. Esta produziu consequências inesgotáveis para vida humana e, conseqüentemente, para a maneira como organizamos os enunciados e discursos.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Júlio César Rosa de. Trasmutação de gêneros na web: a emergência do chat. In: MARCUSCHI, Luiz Antonio; XAVIER, Antonio Carlos (org.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. 3. ed. São Paulo: Cortez, p. 109 – 134, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. de Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2010a.

_____. Os gêneros do discurso in: *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. de F. Bernardini et al. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1986.

BAKHTIN, Mikhail/VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BOTTENTUIT JR., João Batista; COUTINHO, Clara Pereira. Comunicação educacional: do modelo unidireccional para a comunicação multi-direccional na sociedade do conhecimento. In MARTINS, M. L., PINTO, M. (Orgs.). *Comunicação e Cidadania*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, p.1858 -1879, 2008.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antonio; XAVIER, Antonio Castro (orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais*. São Paulo: Cortez, 2010.

VOGT, Carlos (org.). *Cultura científica: desafios*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2006

VOLTAIRE, François Marie Arouet. *Lettres Philosophiques*. Paris: Delagrave, 1910.

YAGUELLO, Marina. Introdução. In: BAKHTIN, Mikhail/VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 14. ed. São Paulo: Hucitec, p. 11-19, 2010.

Abstract: *The aim of this article is to discuss the expansion of popular science publications on the Internet by a dialogical point of view. The scope of this research corpus previously archived, includes the utterances posted on Facebook by Scientific American Brazil, Pesquisa FAPESP. We intend to see how scientific statements have been disclosed in the context of*

social media such as blogs, official sites and especially on Facebook pages. We will use, as a theoretical and methodological basis, concepts elaborated by Bakhtin Circle, in particular: genres, spheres of human activity, author and ideology. It is expected, as a result, that there is an alternation of content, style and form, similar to which occurred in these three magazines. It is intended, finally, to note issues regarding the scope of genres such as authorship, compositional form and style of these statements published.

Keywords: *science communication; digital genres; ideology; hypertextuality; dialogic theory*

8. DA ESCRITA PARA A FALA E DA FALA PARA A ESCRITA: UMA PESQUISA SOBRE SEUS CAMINHOS

Fabiane de Oliveira Alves⁵⁶

Resumo: *A pesquisa que se desenvolve e cujos resultados preliminares apresentamos neste artigo, tem como propósito primeiro contribuir para o estudo da oralidade e escrita no que tange à transposição, bem como investigar o que ocorre no trânsito de uma para outra modalidade. Embora apresentem tipicidades que as caracterizam, no sentido estrito, oralidade e escrita não devem ser alocadas em extremos incomunicáveis. Ao invés de dicotomias, tais modalidades constituem um continuum cujas características misturam-se, à medida que a língua passa a ser observada em uso. Por meio do corpus selecionado – ata, relatoria escrita e áudio de sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do ABC – tem sido possível observar que existe uma tendência à proximidade entre realizações cujo meio tem mesma origem. Contudo, tal trânsito incorpora elementos outros que não os do meio comum. No que tange ao quadro teórico, esta pesquisa tem por pilares autores que tratam da relação fala/escrita, como Wulf Oesterreicher, Luiz Antônio Marcuschi e Hudinilson Urbano, dentre outros.*

Palavras-chave: *fala; escrita; meio; concepção; transposição.*

1. Introdução

O presente artigo⁵⁷ pretende lançar luz sobre alguns aspectos no que tange às relações entre oralidade e escrituralidade, contudo, não colocando tais manifestações da língua em polos opostos dicotômicos, mas averiguando, além de suas especificidades, o modo como se movimentam e também os pontos em que fala e escrita se tocam, se fundem (e até mesmo se confundem).

⁵⁶ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Hudinilson Urbano. fabicatarse@yahoo.com.br

⁵⁷ Este artigo compila algumas inferências prévias a que se pôde chegar até o momento e que farão parte de nossa dissertação de mestrado, orientada pelo professor doutor Hudinilson Urbano, do Programa de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP), do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV).

Nesse sentido, entre os extremos prototípicos da oralidade e escrituralidade, há um *continuum* que se constitui entre essas “pontas”, um espaço onde os textos trazem em si características da fala e da escrita e do qual emergem textos híbridos, ora pendendo para um, ora pendendo para o outro lado, aproximando ou distanciando essas duas modalidades, permeadas de tipicidades de uma e de outra, por uma e por outra. Para este artigo, utilizaremos os estudos de Koch e Oesterreicher (1985; 2013), Marcuschi (2010) e Urbano (2006) acerca desse tema.

Se, portanto, no uso, a língua pode mesclar tipicidades da fala na escrita e da escrita na fala, isso indica que o trânsito de uma para outra é possível. Sendo possível tal movimentação de características, é também factível a passagem de um para outro meio. Assim, aquilo que foi concebido no meio fônico pode ser transposto para o meio gráfico e vice-versa.

Após perpassarmos teorias e conceitos, na seção a seguir, em que serão expandidas as ideias apresentadas superficialmente nesta introdução, passaremos a uma etapa prática de investigação, na terceira seção. Para tanto, verificaremos, valendo-nos de materiais de uma das sessões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE) da Universidade Federal do ABC (UFABC), de que maneira a movimentação de um meio para outro ocorre. Por fim, apresentaremos algumas considerações acerca do cruzamento entre as teorias e a prática e o que, daí, pode surgir.

2. Oralidade e escrituralidade: conceitos

Consideradas em condições prototípicas, fala (oralidade) e escrita (escrituralidade) possuem tipicidades que as caracterizam. Assim, quando dispostas nos polos extremos da imediatez (fala estritamente espontânea) e da distância (escrita estritamente planejada), do ponto de vista da concepção, um texto pode ser oral ou escrito e, do ponto de vista do meio, pode ser sonoro ou gráfico (URBANO, 2006; 2011; MARCUSCHI, 2010; HENNIG, 2011).

Desse modo, a depender dos diversos fatores que constituem o contexto de produção do discurso, um texto pode ter concepção oral, contudo, ser produzido graficamente ou ter

concepção escrita e ser produzido fonicamente. Há, em vista disso, uma combinação entre as perspectivas do meio e da concepção (OESTERREICHER, 1996 *apud* URBANO, 2006).

Quanto ao meio, Urbano (2006) pontua que a comunicação é:

- a) produzida e transmitida “sonoramente” pela boca e recebida “acusticamente” pelo ouvido, de forma mais ou menos natural;
- b) produzida e transmitida “graficamente” pelas mãos, sobre “suporte” físico do papel ou similar, e recebida visualmente pelos olhos.

Além do meio, portanto, há, como já adiantamos, outro aspecto a ser considerado. Trata-se da concepção do texto. De modo simplificado, pode-se dizer que a concepção diz respeito ao fim a que se destina o texto: um texto falado que é oralizado e um texto escrito que é grafado. De acordo com Hilgert (2000, p. 19 *apud* URBANO, 2006), “a noção de concepção, nesta abordagem, é definida com base (a) nas condições de comunicação do texto e (b) nas estratégias adotadas para sua formulação”.

Língua em uso, porém, não é estática. Move-se e presta-se ao que lhe é demandado. Dessa feita, como afirma Marcuschi (2010, p. 43), “a determinação da relação entre fala-escrita torna-se mais congruente levando-se em consideração não o código, mas os usos do código”. Desse modo, torna-se central, conforme esse autor “a eliminação da dicotomia estrita e a sugestão de uma diferenciação gradual ou escalar”. Nesse sentido, Marcuschi, estabelece um cruzamento entre meio de produção (sonoro *versus* gráfico) e concepção discursiva (oral *versus* escrita), de maneira que esses possam inter-relacionar-se.

Na mesma direção, Urbano (2006, p. 19), referindo-se às marcas ou traços propostos como sendo próprios da natureza de textos orais e escritos (conforme o caso), destaca que “são muitos os estudiosos que contestam a simples discussão sobre as diferenças entre língua falada e língua escrita e sobre as chamadas ‘marcas ou signos de oralidade’ e suas denominações paralelas ‘marcas ou signos da escrita’”, ficando de fora, portanto, abordagens que tratam de intercâmbios e aproximações.

Ainda, acrescenta o referido autor, “que eles [marcas ou signos] ‘não são característicos’ das modalidades, mas ‘sim produto das condições de produção de um determinado texto’”. O que significa que as características de um texto relacionam-se mais com sua finalidade, com aquilo que se pretende atingir (com aquilo que se pretende dizer), do que, necessariamente, com sua concepção.

Exemplifique-se para que possam ficar mais claras as ideias expostas. Tome-se o seguinte bilhete, escrito, deixado pendurado na geladeira, que traz os seguintes dizeres: “Esqueci de comprar leite/ Compra hoje, tá/ Bjim”. Quanto ao meio, é gráfico. Contudo, são evidentes as marcas da oralidade. Isso porque sua concepção é marcadamente oral, haja vista, por exemplo, sua informalidade e ausência de pontuação. Embora escrito, quase é possível ouvir o autor dizendo tal recado, tamanha é a proximidade do texto com a oralidade. Trata-se, assim, de um texto cuja produção se deu em meio gráfico, mas que tem concepção oral.

De outro lado, lembre-se a posse da presidência do Superior Tribunal de Federal (STF) pelo Excelentíssimo Ministro Joaquim Barbosa, de cujo discurso proferido à ocasião reproduz-se trecho a seguir:

Excelentíssima Senhora Presidente Dilma Roussef, em nome de quem cumprimento todas as autoridades aqui presentes. Excelentíssimos Senhores Ministros do Supremo Tribunal Federal. Minhas senhoras, meus senhores.

O Brasil é um país em franca e constante evolução. Um olhar retrospectivo e generoso sobre o nosso pacto sócio-político e sobre a nossa história como nação nas últimas cinco ou seis décadas, revelará sem dúvida a trajetória vitoriosa de um povo que soube desvencilhar-se da nada confortável posição de quase pária no concerto das nações livres. Esta posição, evidentemente, decorrente das graves iniquidades pelas quais éramos caracterizados. E passou a ingressar no seletivo grupo das nações respeitáveis cujas instituições políticas podem, sem a menor sombra de dúvida, servir de modelo a diversos Estados cuja institucionalidade ainda está em vias de construção [...]. (BARBOSA, 2012)

Note-se, por exemplo, o evidente cuidado com o arranjo das palavras (planejamento – em oposição à falta de planejamento do exemplo anterior), o formalismo nos tratamentos e a escolha vocabular. Tais traços, típicos da escrituralidade (quando considerada no modelo dicotômico), demonstram sua concepção marcadamente escrita, embora tenha sido apresentado oralmente (meio fônico), na forma de discurso. Vale ainda pontuar esse é um pronunciamento não espontâneo, ou seja, houve uma formulação prévia. Assim, foi escrito e, posteriormente, lido.

Apresentada ao mundo por Peter Koch e Wulf Oesterreicher (1985; 2013), o modelo da imediatez e da distância⁵⁸ relaciona o espaço e as relações sociais quanto à concepção. Por imediatez (extrema) e distância (extrema), entenda-se uma combinação tal de

⁵⁸ Urbano (2006) adota os termos “imediatez” e “escrituralidade” por, segundo ele, “[serem] mais fiéis a sua [dos autores Koch e Oesterreicher] teoria, embora não estejam dicionarizadas em português”.

características comunicacionais (proximidade nas relações, nível de privacidade do ato de comunicação, fatores extralinguísticos etc.) que implicam no resultado daquilo que se produz, podendo estar (se prototípico) num extremo ou outro dos polos comunicativos (oralidade extrema ou escrituralidade extrema).

Assim sendo, de acordo com tal modelo, de modo geral, pode-se dizer que se consideram, em uma realização comunicacional, os aspectos de concepção e meio, sendo, por isso, possível, pelo menos, quatro combinações: (i) oral+fônico; (ii) escrito+gráfico; (iii) oral+gráfico; (iv) escrito+fônico. Tem-se, por exemplo, (i) uma conversa descontraída entre amigos, (ii) uma resolução normativa, (iii) uma entrevista transcrita e (iv) uma palestra (KOCH; OESTERREICHER, 1985; 2013).

Marcuschi (2010, p. 9) declara que “as proximidades entre fala e escrita são tão estreitas que parece haver uma mescla, quase uma fusão de ambas, numa sobreposição bastante grande tanto nas estratégias textuais como nos contextos de realização” e também ressalta que em certos momentos é possível identificar uma distância marcada “mas não a ponto de se ter dois sistemas linguísticos ou duas línguas, como se disse por muito tempo”. Eis que é, por conseguinte, possível compreender que entre os extremos haja um entremeio comunicacional a que se denomina *continuum*, ou seja, entre as realizações prototípicas (oralidade, escrituralidade) estão aqueles textos que trazem em si parâmetros tanto de uma quanto de outra realização, em maior ou menor escala.

Dessa forma, da produção emergente do *continuum* resultam os chamados textos híbridos. Urbano (2011, p. 45) pontua que “tanto os textos produzidos oralmente podem estar matizados de oralidade, quanto os produzidos graficamente podem estar matizados de escrituralidade”, assim como aqueles produzidos oralmente podem trazer gradações da escrituralidade e vice-versa. Compreende-se o exposto pensando-se, por exemplo, nas crônicas. Embora sua apresentação seja gráfica, quanto ao meio, é matizado de traços orais, marcando sua concepção. Esses são textos produzidos e difundidos graficamente, mas que se valem de artifícios da oralidade para criar o ambiente linguístico favorável ao gênero.

Ora, se, como visto, fala e escrita não estão em polos comunicáveis (muito pelo contrário), se textos produzidos no meio gráfico pode trazer traços (mais ou menos acentuados) de oralidade – e vice-versa – e se é uma combinação de parâmetros que irá determinar o maior ou menor grau de imediatez ou distância comunicacional, é de supor-se

que seja possível a transposição de um meio para o outro, do fônico para o gráfico ou do gráfico para o fônico.

Marcuschi (2010, p. 46), tratando desse tipo de transposição menciona que

a passagem da fala para escrita não se dá naturalmente nos processos de textualização. Trata-se de um processo que envolve operações complexas que interferem tanto no código como no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem-compreendidos da relação oralidade-escrita.

Assim, diferentemente da transcrição, quando, a depender dos critérios adotados, abarcam-se elementos vários da fala, esse procedimento busca transpor o texto produzido em um meio para outro fazendo as adequações que um e outro requerem. Dessa feita, um texto oral (fônico), permeado de marcadores discursivos, repetições, pausas, alongamentos, cortes, reformulações (dentre outros), quando transposto para um texto escrito (gráfico) deve suprimir tais elementos, contudo, mantendo a essência das informações. É o que ocorre, por exemplo, no caso das atas que registram (graficamente), de modo organizado, coerente e coeso, os fatos ocorridos durante uma reunião (realizada fonicamente), suprimindo tipicidades da fala.

Vale mencionar que Urbano, já em 1990, tratava dessas questões, ainda que não utilizasse a terminologia adotada mais tarde por Marcuschi. Em artigo publicado nos Anais do Grupo de Estudos Linguísticos (GEL), aquele autor, ao referir-se aos caminhos do oral para o escrito menciona que “o texto oral em questão sofreu, aqui, uma série de processos mantenedores e transformadores, como a cópia, apagamento, substituição, inserção, reordenação e adaptação de nível linguístico” (URBANO, 1990).

Além daquilo que foi previsto por Marcuschi (2010) e Urbano (1990) – no que se refere à transposição do oral para o escrito – ao analisar o *corpus* de nossa pesquisa, deparamo-nos com outro caminho possível: a transposição do escrito para o oral; não simplesmente como uma leitura daquilo que foi produzido graficamente, mas como um processo inverso daquilo que os dois autores supracitados verificaram. Ou seja, ao passo que o primeiro tipo apaga elementos da fala, o segundo insere-os de modo a emprestar àquele original a fluidez e naturalidade da fala, ainda que simulados, ainda que tais elementos da fala não estivessem previstos no texto escrito – diferentemente dos textos produzidos para serem encenados (ISSACHAROFF, 1985) ou os textos literários que simulam a fala (URBANO, 2000).

Na próxima seção, será realizada uma exploração prática dos conceitos por aqui perpassados.

3. Oralidade e escrituralidade: verificação de conceitos na prática

Para que seja possível uma melhor compreensão desta seção, faz-se necessária uma breve explicação acerca do *corpus* de análise, composto por três tipos de materiais: (i) relatoria escrita, (ii) relatoria oralizada (áudio) e (iii) ata, todos referentes à VI sessão ordinária de 2011 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsePE) da Universidade Federal do ABC (UFABC), realizada no dia 5 de julho daquele ano. Os materiais gráficos são de acesso público e o áudio da sessão foi fornecido pela UFABC mediante autorização da Chefia de Gabinete da Reitoria dessa instituição. Vale mencionar que a gravação do áudio das sessões do ConsePE é de conhecimento de todos os conselheiros, tendo em vista que sua realização atende a um disposto no regimento que disciplina essa Instância⁵⁹.

A relatoria escrita é um texto escrito que emite uma avaliação acerca de determinado assunto a ser deliberado pelo ConsePE. Tal documento é elaborado, antecipadamente, por um dos membros que compõe o referido Conselho (doravante, relator autor) e enviado eletronicamente à Divisão de Conselhos⁶⁰ da Secretaria-Geral, a quem cabe a distribuição (também antecipada, via de regra) aos demais Conselheiros, que devem ter ciência do parecer antes da sessão na qual o assunto será votado.

A relatoria oral é o áudio da sessão quando a mencionada relatoria escrita é apresentada oralmente por seu autor. Há, para isso, um ritual que consiste em o presidente do Conselho anunciar o assunto a ser tratado e passar a palavra ao relator que tem a exclusividade da palavra durante seu relato.

Finalmente, a terceira parte do *corpus* é o trecho da ata referente à apresentação da relatoria. Vale ressaltar que esse texto é produzido por autor diferente (doravante redator) daquele das primeira e segunda partes, contudo, é mister que seu conteúdo seja o retrato o

⁵⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Regimento Interno do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/images/stories/pdfs/administracao/SecGeral/21-01-11_regimento-interno-consep.pdf . Acesso em: 12 de fevereiro de 2014.

⁶⁰ Área responsável pela organização e suporte administrativos dos Conselhos Superiores da UFABC (Conselho Universitário – ConsUni e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – ConsePE)

mais fiel possível daquilo que ocorreu durante a sessão e, ainda, que obedeça às regras intrínsecas à produção desse tipo de atas. Nadólskis (2004, p. 107) elenca algumas dessas características “título; introdução: data, local e hora; presenças; composição da mesa; publicações: indicação das publicações relacionadas com a reunião, como relatórios, editais; deliberações; encerramento”.

Tendo em vista, porém, os propósitos e os limites deste artigo, serão utilizados tão somente dois trechos de cada um dos documentos que compõem o *corpus*, com intuito de que sejam verificadas as aplicações dos conceitos apresentados na seção anterior. Um estudo abrangente de tais questões pretende-se apresentar em nossa dissertação de mestrado cuja elaboração encontra-se em curso.

No quadro a seguir, apresentam-se os mesmos trechos⁶¹ nas três formas: relatoria escrita, (transcrição da) relatoria oralizada e ata. Na sequência, a análise.

<p>a) Relatoria escrita</p>	<p>1 Conceitos e notas. Na página 11 é feita uma menção ao uso de “notas 2 numéricas”. Como as avaliações são realizadas por conceitos da UFABC, não há 3 razão para explicitar o possível uso de notas numéricas para atividades das 4 disciplinas. Sugere-se remover esse tipo de discussão.</p> <p>5 Docentes Credenciados. Faz sentido explicitar quais docentes estão 6 credenciados no curso no projeto pedagógico? Essa é uma situação temporária 7 e dinâmica e o projeto pedagógico é um documento com caráter mais 8 atemporal.</p>
<p>b) Relatoria oral⁶²</p>	<p>9 <i>ã: conceitos e notas aí:: o:: projeto pedagógico em um determinado momento</i> 10 <i>faz menção específica às notas notas numéricas... veja, a ufabc não tem notas</i> 11 <i>numéricas só tem conceitos. se os professores querem porque se sentem mais</i> 12 <i>confortáveis de dar notas e depois converter pra conceito mas é só uma coi/</i> 13 <i>uma questão de cada professor eu mesmo desde que entrei na ufabc nunca</i> 14 <i>mais dei nenhuma nota, tudo é por conceito... então, mas não é que todo</i> 15 <i>mundo é obrigado a fazer assim mas não existem notas na ufabc, então, se</i> 16 <i>colocar referência à nota no projeto pedagógico me parece inadequado.</i></p>

⁶¹ Analisa-se o Projeto Pedagógico de um novo curso.

⁶² Nesta transcrição não se utilizou o critério fonético. Porém, foram destacadas aquelas ocorrências que marcam tipicidades da fala como repetições e prolongamentos. Foram utilizados “:” para marcar pequeno alongamento vocálico; “::” para maior alongamento vocálico; “/” para corte de palavra; “.” para finalização de sentença; “...” para pausas de maneira geral.

	<p>17 ã:: e outro comentário:: é que ã se explici/ se explicita no projeto pedagógico 18 quais são os docentes credenciados no curso, isso é algo que eu já tinha feito 19 no relato do bacharelado em políticas públicas e não tinha me me::: apercebido 20 disso, não tinha comentado nada, mas, veja, o projeto pedagógico é algo que 21 deve ficar por mais tempo, né? e os docentes credenciados são aquele::s é::: é a 22 foto, é o instantâneo agora, quer dizer você colocar isso lá eu acho que fica... 23 são é uma informação que tem uma sobrevida muito pequena, né? amanhã 24 entra um novo professor e se credencia já aquele não vale mais então eu acho 25 que não seria muito adequado, enfim... é um comentário só no no caso do 26 bacharelado em políticas públicas passou desse jeito, né? mas enfim, seria só 27 um comentário.</p>
<p>c) Ata</p>	<p>28 é feita uma menção ao uso de “notas numéricas”, tendo em vista que as 29 avaliações são realizadas por conceitos da UFABC, não há razão para explicitar 30 o possível uso de notas numéricas para atividades das disciplinas, portanto, 31 sugere remover esse tipo de discussão;</p>
	<p>32 Por fim questiona a necessidade de explicitar, no Projeto Pedagógico, quais 33 docentes estão credenciados no curso, uma vez que o credenciamento é uma 34 situação dinâmica e o projeto pedagógico em si deve ser um documento de 35 caráter atemporal.</p>

Uma primeira análise que se faz é de ordem visual. Ao passo que na relatoria escrita e na relatoria oral, textos que possuem meio comuns (gráfico) têm extensão similar (quatro e quatro linhas), a ata (meio fônico) apresenta o dobro de linhas (oito e onze linhas). Isso porque, ao oralizar seu texto, o autor, no primeiro trecho, cria todo um preâmbulo para dizer, de maneira implícita, que aquele tipo de menção deveria ser suprimido do Projeto Pedagógico; já no segundo, o relator justifica o questionamento realizado na relatoria escrita valendo-se de exemplos e situações que validariam a supressão do item em questão, retomando, até mesmo, caso anterior, quando o ponto em foco passou despercebido. Todo esse trecho não foi mencionado na relatoria escrita, mas também não foi abarcado na ata.

Do ponto de vista lexical, é possível notar a aproximação da seleção utilizada nas primeiras e terceiras formas (relatoria escrita e ata), tanto dos primeiros, quanto dos segundos trechos de cada caso. Enquanto a relatoria oral traz, por vezes, léxico bastante diferenciado – especialmente no segundo trecho – fato que se justifica pela quantidade de inserções que o autor relator utiliza para explicar e justificar suas sugestões e apontamentos.

No tocante aos conceitos de meio e concepção, temos a relatoria escrita de concepção escrita e de meio gráfico; a relatoria oral, de concepção escrita e de meio fônico; e a ata, de concepção escrita e de meio gráfico. Daí tem-se a relatoria escrita mais próxima do polo da distância, uma vez que meio e concepção aproximam-se. Quando apresentada oralmente, a concepção mantém-se escrita, contudo, o meio passa a ser oral, localizando-se, assim, entre os polos da distância e da imediatez – *continuum* – podendo ser classificado como um texto híbrido, isto é, um texto permeado por características tanto da oralidade quanto da escrituralidade – até porque, em certos pontos, a leitura literal de trechos da relatoria escrita. Por fim, a ata, embora seja confeccionada considerando as relatorias escrita e oral, não apenas retoma o meio gráfico, uma vez que se presta à documentação escrita do que ocorreu durante a reunião, mas também, vale-se da supressão de elementos da fala, tende, portanto, ao polo da distância uma vez que sua concepção é escrita. Exemplos disso são as supressões de marcadores conversacionais como “então” (linhas 14 e 15) e “veja” (linha 20).

Tal como mencionamos na seção que tratou da teoria, embora apresentadas gráfica e sonoramente, as ideias contidas nos conteúdos de cada documento mantém sua essência, tendo em vista que os três tipos de material trazem as mesmas informações que, pelos processos de transposição, sofreram as adaptações necessárias à exposição.

No que tange à transposição, é importante destacar que, embora se tenha uma nítida proximidade entre os textos da relatoria escrita e da ata, não se pode afirmar que se trata de uma simples cópia de uma para outra forma. Isso porque não é possível desconsiderar que o redator da ata, que esteve presente na sessão quando o assunto foi discutido, compreendeu a essência daquilo que o relator pontuava, levando em consideração elementos extralinguísticos como o tom utilizado pelo relator autor (quando da apresentação oral) e a reação da plateia, sendo possível, no momento de elaboração da ata incorporar essa atmosfera ao documento. Trata-se, portanto, de um texto que traz em si elementos de da relatoria escrita e da oral, direta ou indiretamente. Desse modo, a ata é o produto que resulta das duas etapas anteriores, não sendo a simples reprodução da primeira forma, cujo meio lhe é comum – gráfico.

Os segundos trechos de cada tipo de texto apresentam valiosas informações que contribuem para a verificação de alguns pontos mencionados na exposição teórica. Fica evidente que a ata não é uma reprodução da relatoria escrita observando-se a

transformação da frase interrogativa direta nas linhas 5 e 6 em uma interrogativa indireta linhas 32 a 35. Também se pode perceber o deslocamento de termos em um e outro texto como o uso de “projeto pedagógico” no fim da frase interrogativa direta na relatoria escrita e no meio da frase interrogativa indireta na ata. Em ambos os casos, mantêm-se o sentido, porém, modifica-se o modo de apresentação.

Confrontando-se a relatoria escrita e a ata, nota-se que, de fato, não há grandes alterações de conteúdo, ficando essas mais limitadas à forma, sendo originalmente apresentadas em tópicos e em ata, colocadas como sequência contínua típica desse tipo de documento. Não obstante, entre a relatoria oral e a ata – transposição da fala para escrita – a modificação que se destaca é a supressão das inserções que não constavam no texto original, mantendo-se, entretanto, sua essência. São eliminadas repetições (presentes nas linhas 10, 19 e 25), pausas (linhas 10, 14 e 25), marcadores conversacionais (linhas 10, 14, 15, 20 e 25), descontinuidades (linhas 12 e 17) e alongamentos (linhas 9, 17 e 19).

Diante do exposto, é possível verificar a grande mobilidade a que a língua se presta, seja por processos de transposição, seja mesclando características de meio e concepção diversos. Fica evidente, portanto, neste breve averiguar prático, que, ressalvados os casos prototípicos, oralidade e escrituralidade frequentam-se naturalmente.

4. Considerações finais

O presente artigo trouxe alguns resultados preliminares da pesquisa que se desenvolve e que virá a compor nossa dissertação de mestrado. Desse modo, ainda que em fase de elaboração, é possível inferir que entre a dupla fala e escrita, consideradas em seus polos prototípicos, existe um entremeio preenchido por representações tais que trazem matizes tanto de uma quanto de outra manifestação comunicacional, como foi possível verificar na exposição prática.

À medida que avançam as análises, surgem algumas evidências que corroboram a hipótese de haver um *continuum* entre fala e escrita, assim como a da possibilidade de estabelecer-se um cruzamento entre meio (gráfico e fônico) e concepção (oral e escrita), de

modo que os produtos daí resultantes sejam senão aquilo que se observa da língua quando em uso.

A relevância da pesquisa em curso centra-se na perspectiva de que, dos resultados, possam emergir novas ideias acerca da transposição do oral para o escrito (e vice-versa) – especialmente no tocante às atas – e conceitos que se integrem àqueles já existentes ou mesmo que preencham lacunas, tendo em vista o dinamismo da língua, especialmente quando considerada em uso.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Joaquim. A Justiça por si só, e só por si, não existe. *Revista Justiça & Cidadania*, Edição nº 148, dez. 2012, p. 10. Disponível em: <<http://www.editoraic.com.br/edicao/148/>>, acesso em: 30 de agosto de 2013.

HILGERT, José Gaston. A construção do “falado” na internet. In: PRETI, Dino. *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas, v.4, 2000.

HENNIG, Mathilde. The notion of “immediacy” and “distance”. In: FRANCO, M.; SIEBERG, B. (coord.). *Proximidade e Distância: estudos sobre a língua e a cultura*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011.

ISSACHAROFF, Michél. *Le spectacle du discours*. Paris: Corti, 1985.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NADÓLSKIS, Hendricas. *Comunicação redacional*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf. Sprache der Nähe – Sprache der distanz. Mündlichkeit und Schriftlichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte. In: *Romanistisches Jahrbuch*. Berlin/ New York: Walter de Gruyter, 1985.

KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf. Linguagem da imediatez – linguagem da distância: oralidade e escrituralidade entre a teoria da linguagem e a história da língua. Tradução: Hudinilson Urbano e Raoni Caldas. *Revista Linha D'Água*, n. 26, v.1, p. 153-174, 2013.

URBANO, Hudinilson. *A frase na boca do povo*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Do oral para o escrito. In: GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS – GEL. Edição XIX, 1990. Disponível em:

<http://www.gel.org.br/arquivo/artigo_anais/1306417192_87.urbano_hudinilson2.pdf >.
Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. *Oralidade na literatura: o caso Rubem Fonseca*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. "Usos da linguagem verbal". In: PRETI, D. (org.). *Oralidade em diferentes discursos*. São Paulo: Humanitas, v. 8, p. 19-55, 2006.

Abstract: *The research that develops and preliminary results presented in this article aims to contribute to the study of orality and writing in regard to the transposition of the oral environment for writing and for writing to the oral. Although present typicalities that characterize the strict sense, orality and writing should not be allocated in extreme incommunicable. Instead of dichotomies, such arrangements are a continuum whose characteristics are mixed, as the tongue comes to be observed in use. Through the selected corpus – minutes of meeting, written report and the audio session of the Board of Education and Research of the Federal University of ABC - has been observed that there is a tendency for proximity between achievements which means they have the same origin. However, this transit incorporates elements other than those of the common medium. Regarding the theoretical framework, this research has the pillars authors who deal with speech / writing, as Wulf Oesterreicher, Luiz Antônio Marcuschi and Hudinilson Urban, and others.*

Keywords: *speech, writing, middle; conception; transposition.*

9. O CORPO POLIFÔNICO: A ACTORIALIZAÇÃO EM HERÓIS DOSTOIEVSKIANOS*

Marcos Rogério Martins Costa⁶³

Resumo: *Este estudo busca discutir o herói polifônico em sua relação com o autor-criador. Para isso, utilizamos a semiótica discursiva (GREIMAS; COURTÉS, 2008) e a tensiva (ZILBERBERG, 2011; 2006), de um lado, e, de outro, os estudos do filósofo russo Bakhtin (1997). A partir desses recursos teóricos, problematizamos o corpo polifônico do herói dostoievskiano. Como corpus de análise, selecionamos trechos de três personagens: Raskólnikov, de Crime e Castigo; Ivan Karamázov, de Os irmãos Karamázov; e Aleksiéi, de Um jogador. Partimos de duas hipóteses: os recursos discursivos sustentam um corpo uno constituído de vozes submissas a uma voz soberana (hipótese 1) ou um corpo múltiplo que é habitado por vozes em equipolência (hipótese 2). Após a análise do processo de actorialização, compreendemos que as vozes dos atores, principalmente as de Raskólnikov e Ivan, estão em uma interação equipolente, ou seja, uma voz não domina a outra - isto apóia a segunda hipótese.*

Palavras-chave: polifonia; semiótica; corpo; romance; percepção.

1. Introdução

O sentido do romance de início só é perceptível, também ele, como uma 'deformação coerente' imposta ao visível. E será sempre assim. [...] É essencial ao verdadeiro apresentar-se inicialmente e sempre num movimento que descentraliza, distende, solicita para um maior sentido a nossa imagem do mundo. (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 82)

Á semelhança do Prometeu de Goethe, Dostoiévski não cria escravos mudos (como Zeus) mas pessoas livres, capazes de colocar-se lado a lado com seu criador, de discordar dele e até rebelar-se contra ele. (BAKHTIN, 1997, p. 4)

* Este trabalho é um dos temas desenvolvidos em minha pesquisa de mestrado sob a orientação da Profa. Dra. Norma Discini e que apresentei no V Encontro de Pós-graduandos em Estudos do Discurso da USP. Agradecemos às contribuições que os interlocutores presentes naquela mesa trouxeram à pesquisa.

⁶³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Prof. Dra. Norma Discini de Campos. Bolsista CNPQ. marcosrmcosta15@gmail.com.

O corpo no discurso e seus desdobramentos são tópicos discutidos nos estudos contemporâneos das ciências humanas. Seja na história ou na sociologia, seja em poética ou em antropologia, as ciências humanas estão *se encarnando*, conforme aponta Fontanille (2004). Isso porque os trabalhos científicos dessa área atentaram para a linguagem e seus diversos usos em uma abordagem discursiva que, por sua vez, não compreende a língua(gem) como uma mera possibilidade de representação, mas como um sistema de relações com o qual se monta um universo de possibilidades de (re)construção do mundo.

O corpo adquire importância para as ciências humanas, porque ele deixa de ser apenas um objeto biológico ou exterior, oposto ao que é interior; os estudiosos da poética e grande parte dos semioticistas consideram-no sob outra perspectiva, a saber: “o lugar da experiência sensível e da relação com o mundo enquanto fenômeno, na medida em que essa experiência pode se prolongar em práticas significantes e/ou em experiências estéticas” (FONTANILLE, 2004, p. 90).

Para discutirmos essa relação entre o corpo e a significação, propomos investigar o conceito bakhtiniano de polifonia – uma multiplicidade de vozes imiscíveis, independentes e equipolentes (cf. BAKHTIN, 1997, p. 5) – nos romances do autor Fiódor Dostoiévski (1821-1881). O interesse por esse *corpus* se justifica porque, dentro do plano artístico desse autor russo, segundo a proposta bakhtiniana, suas principais personagens, como Raskólnikov (*Crime e castigo*), Ivan Karamázov (*Os irmãos Karamázov*) e Aleksiéi (*Um jogador*), são donos de suas próprias vozes – em diferentes graus –, não agindo meramente como marionetes da voz de um autor onipotente. Diante dessa conjuntura discursiva e a partir dessa proposta bakhtiniana, esta pesquisa examina a relação entre o autor-criador e o herói polifônico, para encontrar o corpo discursivo deste último.

Para tanto, utilizamos, de um lado, a semiótica discursiva, proposta por Greimas e Courtés (2008), e de outro, os desdobramentos tensivos, desenvolvidos por Fontanille e Zilberberg (2001). Emparelhamos, ainda, a filosofia bakhtiniana à semiótica da Escola de Paris, dois domínios teóricos distintos, mas que se aproximam. Esse conjunto de recursos teórico-metodológicos se justapõem, porque este estudo visa aprofundar a concepção do ator, em especial o do enunciado (herói, na perspectiva bakhtiniana).⁶⁴

⁶⁴ Na terminologia semiótica, ator é reunião de pelo menos um papel actancial e um papel temático (cf. GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 44).

Assim sendo, por meio da análise de três trechos das personagens dostoiévskianas supracitados (Raskólnikov, Ivan Karamázov e Aleksiéi), verificamos se os recursos discursivos sustentam no enunciado um corpo uno ou um corpo múltiplo, isto é, constituído por vozes dominadas e submissas a uma voz soberana (hipótese 1) ou habitado por uma multiplicidade de vozes em equipolência (hipótese 2). Para isso, examinamos a presença sensível apreendida do enunciado pelas marcas da enunciação, recuperadas principalmente pela análise do processo de actorialização nos trechos selecionados.

Essa discussão, ressaltamos, constitui os resultados parciais de uma pesquisa de mestrado ainda em andamento sob a orientação da Profa. Dra. Norma Discini, na Universidade de São Paulo. Portanto, este estudo vem abrir a discussão sobre a constituição do ator no gênero romance polifônico, considerando, para isso, os desdobramentos tensivos de seu campo de presença, o qual, por sua vez, instiga e impõe impreterivelmente a importância do corpo, como participante da semiose dos dois planos da linguagem, como propõe Discini (2013).

2. A polifonia como efeito de sentido

O conceito de polifonia é interessante para os estudos do discurso porque ele coloca em discussão as diferentes instâncias enunciativas instauradas no texto, bem como a identidade do enunciador, instância pressuposta da enunciação, em relação a dos atores do enunciado (narrador/ narratário; (inter)locutor/(inter)locutário), vozes intrínsecas à enunciação enunciada. Essa discussão dos níveis da enunciação e de suas instâncias justificam o nosso interesse por esse conceito e o seu estudo no âmbito da semiótica que estuda os processos de significação.

Ressaltamos, de imediato, que a polifonia não pode ser confundida com o dialogismo, nem com a bivocalidade, conforme distinguem Barros (2011) e Fiorin (2010). Conforme explica Bakhtin (1997), o dialogismo é um princípio constitutivo da linguagem, presente em todo discurso, já a bivocalidade é o enunciado em que se encontram duas vozes em interação. A polifonia caracteriza um tipo de texto em que se deixam entrever uma

multiplicidade de vozes que estão em interação equipolente, isto é, em um grande diálogo, uma voz não domina a outra.

Investigamos o conceito de polifonia, entendendo-o, de um lado, como um efeito de sentido que não escapa de um campo de presença⁶⁵. Para estudar essa acepção semiótica do conceito bakhtiniano, concentramos nossos esforços, de um lado, na captura das marcas da enunciação deixadas no processo de actorialização, e de outro, na compreensão desse campo de presença sensível manifestado por pelos atores do enunciado Raskólnikov, Ivan Karamázov e Aleksíei – *corpus* deste estudo⁶⁶.

A actorialização, segundo Fiorin (2010, p. 59), baseado nos pressupostos de Greimas e Courtés (2008, p. 22-23), é:

[...] um dos componentes da discursivização e constitui-se por operações combinadas que se dão tanto no componente sintático quanto no semântico do discurso. Os mecanismos de sintaxe discursiva, debreagem e embreagem, instalam-se no enunciado a pessoa. Tematizada e figuratizada, esta converte-se em ator do discurso.

Bakhtin propõe que a configuração das personagens dostoievskianas definem-nas como ideólogas, ou seja, *personas* que defendem as próprias vozes, as quais não correspondem necessariamente às do autor. “O herói dostoievskiano não é apenas um discurso sobre si mesmo e sobre seu ambiente imediato, mas também um discurso sobre o mundo: ele é apenas um ser consciente, é um ideólogo” (BAKHTIN, 1997, p. 77).

Partindo desse pensamento bakhtiniano e tendo em vista o processo de actorialização, propomos que as personagens Raskólnikov, Ivan Karamázov e Aleksíei possuem independência e espaço para a realização de seus próprios discursos, isto é, voz discursiva e presença sensível. Esses personagens tornam-se polifônicos quando suas vozes são imiscíveis, independentes e equipolentes à do enunciador, no caso Dostoiévski. Quando isso ocorre, essas personagens se entrelaçam na escrita do romance, produzindo distintos modos de presença, os quais pretendemos investigar neste estudo. Salientamos, ainda, que a

⁶⁵ Segundo Greimas e Courtés (2008, p. 155, grifo dos autores), “efeito de sentido (expressão tomada a G. Guillaume) é a impressão de ‘realidade’ produzida pelos nossos sentidos, quando entram em contato com o sentido, isto é, com uma semiótica subjacente”. Dessa maneira, quando situado na instância da recepção, o efeito de sentido corresponde à semiose, já quando situado no nível da enunciação, diz respeito à sua manifestação, que é o enunciado-discurso. Além disso, também desenvolvemos essa concepção de polifonia como efeito de sentido em Costa (2013).

⁶⁶ A noção de presença sensível, como proposto por Zilberberg (2011), sem fazer calar o sujeito discursivo, judicativo e ético, conforme Discini (2013), entendido como aquele responsável por avaliações axiológicas presentes na enunciação enunciada, contempla o sujeito nas profundidades figurais de todo e qualquer discurso, o que, como propõe Discini (2010), possibilita confrontar o estilo autoral com o estilo dos gêneros. Por isso, o interesse deste estudo nesses desenvolvimentos teóricos para o estudo da actorialização.

mesma inclinação pode ser observada entre os modos de presença do autor com relação aos de suas personagens, se cotejados, pois tanto o autor como elas, em uma manifestação do efeito de polifonia, se encontram em interação equipolente na arquitetônica romanesca. Essa distinção na configuração romanesca, como já atesta Bakhtin (1997), preanuncia um método singular de criação estética.

Observada essa conjuntura romanesca peculiar, pretendemos estudar a tensividade fórica que constitui a percepção do sujeito, visto que a semiótica – principalmente a partir dos desdobramentos da década de 1980 – tem como “meta a incorporação teórica de um sujeito que percebe, sente e utiliza essas faculdades para promover uma reorganização do mundo com o qual se relaciona” (TATIT, 2008, p. 37).

Para tanto, acoplamos, em acordo com Zilberberg (2011), dois conceitos operacionais para inserirmos a noção de corpo em nossa análise: a foria e a tensividade. A foria representa a dimensão contínua (e hipotética) do sentido anterior à intervenção enunciativa do sujeito. Em outros termos, ela designa o sujeito integrado plenamente ao objeto. Ao se fraturar essa unidade sujeito-objeto, temos o primeiro ato disfórico que, por sua vez, instaura o processo narrativo (busca do elo eufórico perdido). De acordo com Tatit (2008, p. 91), “por conter em si a noção de transporte (phoros) esse conceito atribui ao sujeito um estatuo temporal”, o que nos motiva a pensar o sujeito em sua relação com o tempo, em específico nas subdimensões tensivas andamento e tonicidade.

A tensividade, por sua vez, advém dos aprimoramentos técnicos e epistemológicos de Zilberberg e Fontanille (2001). Esses autores, juntos e também separadamente (ZILBERBERG 2011; FONTANILLE, 2008), em busca da semiotização completa do percurso gerativo, propõem novos patamares de abstração, em que as oscilações tensivas são tratadas como valores primordiais selecionados pelo sujeito da enunciação nas etapas mais profundas da configuração do sentido.

Partindo desses pressupostos teóricos, uma oscilação tensiva privilegia ora os limites e as contrações, ora as progressões e as expansões do fluxo fórico. De acordo com Zilberberg (2006), o regulador dessa alternância, *per se* rítmica (visto que constrói um sistema de relações), é o *eu* em posição de sujeito enunciadador. Assim, podemos dizer que só conhecemos quais são os valores fóricos a partir dessas manobras rítmicas do sujeito

manifestadas no enunciado enunciado – daí a importância do estudo das marcas da enunciação no processo de discursivização.

Portanto, a foria, como hipótese, e a tensividade, como relação dos valores tensivos, sustentam um princípio teórico necessário para o desenvolvimento das etapas mais fundamentais às mais concretas do percurso gerativo do sentido. Além disso, “ao promover uma verdadeira intersecção da protensividade, que define a função do sujeito, com o poder de atratividade, que define o actante objeto, a noção de corpo circunscreve um espaço teórico de junção, de onde emana o sentido de unidade do ser” (TATIT, 2008, p. 14). Em outras palavras, uma epistemologia que compreende a percepção da presença sensível do sujeito requer uma tensividade original que assegure a identidade do sujeito em sua preservação de elemento *uno* ($S \cap Ov$), e que, em sua partição dessa unidade ($S \cup Ov$), crie a alteridade e o próprio sentido de busca, que, por sua vez, constitui a recuperação da integridade do ser. Portanto, as imagens de integração e cisão constituem as articulações de base desse modelo teórico, em acordo com Zilberberg (2011; 2006), que ajudam a representar, desde os níveis mais profundos, as manobras de descontinuidade (parada) e de continuidade (parada da parada) dos discursos.

Aplicamos esses recursos em trechos selecionados dos personagens supracitados. Cada excerto trará definições necessárias e gerais das condições de sua produção, visto que os critérios formais apreendidos são capturados, como propõem Greimas e Courtés (2008, p. 166-168), pelas marcas de enunciação deixadas no enunciado enunciado, isto é, no texto e pela sua própria técnica de construção semiótica. Compreendida nossa postura teórica, avancemos para a análise.

3. A actorialização em heróis dostoiévskianos

O romance *Crime e castigo* apresenta o protagonista Raskólnikov, um ex-estudante de direito que passa por dificuldades financeiras e resolve reverter essa situação, diante de uma ideia que há muito tempo o atormentava. Ele vive como um miserável em um quatinho alugado, sendo explorado pela velha Ivánovna, que cobra juros altos pelas minguidas moedas que lhe dá sob a penhora de objetos familiares. Afligido pelos problemas financeiros

e por leituras mal digeridas, uma teoria (a dos seres extraordinários, que para o bem de sua ideia e do progresso da humanidade pode até verter sangue) o impele a cometer o assassinato da agiota Ivánovna. No trecho abaixo, o jovem já cometeu o delito e, estando em diálogo interno, discute as rotas possíveis para sua fuga:

Trecho 1. *Crime e castigo* - Raskólnikov

“Caramba, Zamiótov!... a delegacia!... E por que é que estão me intimando à delegacia? Cadê a intimação? Caramba!... eu confundi: a intimação foi da outra vez! Naquele momento eu também examinei a meia, mas agora... agora eu estava doente. E o que Zamiótov veio fazer aqui? Para que Razumíkhin o trouxe aqui?... – resmungava ele impotente, voltando a sentar-se no sofá. – O que é mesmo isso? Será que eu continuo delirando ou isso é verdade? Parece que é verdade... Ah, me lembrei: fugir! Fugir logo, sem falta, sem falta fugir! Sim... mas para onde? E onde está minha roupa? Não tenho botas! Recolheram! Esconderam! Compreendo! Mas, e o sobretudo – não distinguiram! Eis o dinheiro na mesa, graças a Deus! E eis a letra... Pego o dinheiro e vou embora, alugo outro quarto, eles não vão me achar!... É, mas e o serviço de informações de endereços? Vão achar! Razumíkhin acha. O melhor é fugir de vez... para longe... para a América, e me lixar para eles! E levar a letra... lá ela vai servir. Levar mais o quê? Eles pensam que estou doente! Eles nem sabem que estou podendo andar, he-he-he!... Pelo olhar deles percebi que estão sabendo de tudo! Eu só precisava descer a escada! Mas lá estão os guardas deles, os policiais! O que é isso, chá? Ah, olha sobrou cerveja, meia garrafa, fresca!” (DOSTOIÉVSKI, 2009a, p. 140).

Diante desse trecho, observemos primeiro como as instâncias enunciativas do sujeito discursivo estão manifestas. O simulacro do autor e do leitor é um ponto importante. Segundo Fiorin (2010, p. 63), “o autor implícito é produto (da leitura do texto)”, portanto, ele é construído não pelas intervenções explícitas do narrador, mas pela leitura da obra toda, isto é, ele está fundado na rede de índices pontuais e localizados que se espalham pelo discurso inteiro. Além disso, ressaltamos que “o autor e o leitor reais pertencem não ao texto mas ao mundo. O autor e o leitor implícitos pertencem ao texto” (FIORIN, 2010, p. 63).

Essas considerações constroem o primeiro nível das instâncias enunciativas, nele encontramos os actantes enunciator (autor implícito) e o enunciatário (leitor implícito). De acordo com Greimas e Courtés (2008), é o nível da enunciação que é considerado como um quadro implícito e logicamente pressuposto pela própria existência do enunciado. O enunciator é o destinador implícito da enunciação, ao passo que o enunciatário é o destinatário implícito da enunciação. Ambos são sujeitos produtores do discurso, por isso o termo “sujeito da enunciação”, como previsto por Greimas e Courtés (2008, p. 166- 168), recobre duas posições actanciais, a do enunciator e a do enunciatário. Em nosso caso, o enunciator é Dostoiévski e o enunciatário é o leitor implícito pela sua escritura.

O modo como a totalidade *Dostoiévski* desenvolve seu discurso constrói a sua identidade como enunciador implícito, a qual é recuperada pela análise de suas marcas de enunciação evidenciadas pelo seu modo de dizer. O discurso literário dostoiévskiano, ao operacionalizar a dimensão cognitiva e estética, apresenta a seu leitor implícito um discurso inacabado e, ao mesmo tempo, verossímil. Isso porque ele executa um fazer persuasivo, ou seja, por meio da proposição de um crer ao destinatário-leitor (*e. g.* Em *Crime e castigo*, temos o dado verossímil: assassinato cometido por um jovem que é condenado), ele vai arquitetando o seu método de criação estética (*e. g.* Em *Crime e castigo*, observamos o seguinte inacabamento: um herói inconcluso e confuso, pois sua ideia-teoria o faz oscilar entre os extremos da lucidez e da insanidade).

Temos, assim, um sistema de modalidades de crença com a instalação da certeza (crer-ser) e da incerteza (não-crer-ser). Essas modalidades são comprovadas pelo efeito de inacabamento manifestado pela imprevisibilidade do devir, visto que, como veremos adiante, não temos um narrador que completa, julga e define os rumos do narrado. O leitor-implícito, ao aceitar esse acordo fiduciário modalizado tacitamente por esse discurso, apresenta um fazer interpretativo sobre esse enunciado. Esse julgamento se refere às estruturas modais éticas e estéticas que sobredeterminam os enunciados literários e estão sobre a avaliação constante do leitor – pressuposto teórico que apoiamos mas que não aprofundaremos neste estudo.

O segundo nível das instâncias enunciativas é o do destinador e do destinatário instalados no enunciado por uma debreagem do primeiro grau. Há, então, actantes da enunciação enunciada, conhecidos como narrador e narratário. Segundo Greimas e Courtés (2008, p. 327), “são eles sujeitos diretamente delegados do enunciador e do enunciatário, e podem encontrar-se em sincretismo com um dos actantes do enunciado (ou da narração), tal como o sujeito do fazer pragmático ou o sujeito cognitivo, por exemplo”.

O terceiro nível da hierarquia enunciativa instala-se, no momento em que o narrador dá voz a um actante do enunciado, operando uma debreagem de segundo grau. Assim, por meio de uma debreagem interna, surgem no enunciado actantes de enunciação que instauram diálogos. Como esse é um simulacro da estrutura da comunicação engendrado no interior do discurso, pressupõe-se os dois actantes da comunicação, o destinador e o

destinatário, que são chamados de interlocutor e interlocutário, conforme explica Fiorin (2010, p. 67).

Além disso, considerando o responsável pela enunciação, temos a instância do locutor e a do alocutário. Enquanto narrador e interlocutor são instâncias que tomam a palavra, portanto falam *eu* (explícita ou implicitamente), “o locutor é a fonte enunciativa responsável por um dado enunciado incorporado no enunciado de outrem. Dessa forma, o que será considerado locutor num dado nível foi narrador ou interlocutor noutra” (FIORIN, 2010, p. 70)⁶⁷.

Definidos essas referências teóricas, podemos apreender uma espacialização característica do discurso literário dostoievskiano: *o simulacro da cena do embate de vozes discursivas* – consideramos voz discursiva como um ponto de vista sobre determinado tema, assunto ou esfera de atividade humana. Observamos ainda que a reversibilidade de posições enunciativas é definidora nesse discurso, o que auxilia a criar essa cena de embate e polêmica.

Como podemos observar no trecho em exame, o narrador dá voz ao interlocutor Raskólnikov (“– resmungava ele impotente, voltando a sentar-se no sofá. –”) e este, por sua vez, chama a voz de Zamiótov, Razumíkhin (ora locutores, ora interlocutários), além de aludir à presença de um sujeito coletivo, os policiais. Todos estão em diálogo constante. O enunciado, desse modo, constrói, por meio da ilusão da reversibilidade, uma proxêmica da ordem da instabilidade com o cruzamento dessas vozes que, embora sejam polêmicas, são imiscíveis e independentes.

Imiscíveis e independentes porque são demarcadas dentro do enunciado do outro, seja pelas aspas e pelos travessões, seja pelo uso de outros recursos gráficos ou discursivos. Com as aspas e o travessão, tanto o narrador quanto Raskólnikov (interlocutor) deixam claro a imagem que fazem do outro e reforçam a imagem que constroem de si. Com efeito, no caso do interlocutor Raskólnikov, ao convocar Zamiótov e Razumíkhin, e fazê-los (inter)locutores, mostra que sabe quais são seus posicionamentos discursivos (Porfíri: “Caramba, Zamiótov!... a delegacia!...”; Razumíkhin: “ Vão achar! Razumíkhin acha”) e os

⁶⁷ O termo *locutor* pode lembrar a teoria de Ducrot, mas, como salienta Fiorin (2010, p. 70), “nosso ponto de vista é bem diferente do de Ducrot”.

presentifica em seu discurso. Com isso, ele divide seu corpo discursivo, tornando-se múltiplo à medida que vai dialogando com esses outros pontos de vista.

A espacialização determinada pelo confronto de pontos de vista distintos determina uma *horizontalidade*, visto que não há uma hierarquia dominante entre essas instâncias enunciativas. Isto é, o enunciador Dostoiévski continua a delegar voz ao narrador e este ao interlocutor, contudo Dostoiévski, no seu modo dizer e ao delegar essas vozes, não as define, nem antecipa ou fecha a ação.

Por isso, quando o narrador diz que Raskólnikov está impotente no sofá, isso não define o personagem como *estático, fraco, etc.* já que este está *ativo e alerta* em seus pensamentos, na busca de uma rota de fuga. Assim, a polifonia coloca em xeque a delegação de vozes, visto que, embora elas mantenham a hierarquia das instâncias enunciativas (enunciador/enunciatário; narrador/ narratário; interlocutor/interlocutário), a polifonia demonstra que essas instâncias podem existir em um estado de equipolência, isto é, as instâncias estão em uma horizontalidade, em questão de poder. Uma precisa da outra, mas uma voz não manda necessariamente na outra – o que reforça a hipótese 2 (um corpo múltiplo) em detrimento da hipótese 1 (um corpo uno).

Essa consideração sobre os mecanismos enunciativos comprova as palavras de Bakhtin (1997, p. 208):

A própria orientação do homem em relação ao discurso do outro e à consciência do outro é essencialmente o tema fundamental de todas as obras de Dostoiévski. A atitude do herói face a si mesmo é inseparável da atitude do outro em relação a ele. A consciência de si mesmo fá-lo sentir-se constantemente no fundo da consciência que o outro tem dele, o “o eu para si” no fundo do “eu para o outro”. Por isso o discurso do herói sobre si mesmo se constrói sob a influência direta do discurso do outro sobre ele.

Esse “eu para o outro” é manifestado no nível discursivo pela inserção do (inter)locutor que atravessa a voz do interlocutor. Esse atravessamento do “eu para o outro” como fundo das discussões do “eu para si” é recorrente na estética dostoiévskiana, como podemos apreender no trecho abaixo de Ivan Karamázov que dialoga com seu duplo, considerado por ele uma assombração, um demônio:

Trecho 2. *Os irmãos Karamázov* – Ivan Karamázov

– Cala-te, senão te encho de pontapés! [disse Ivan Karamázov]
– Em parte eu ficaria contente, porque teria atingido meu objetivo: se recorres a pontapés, quer dizer que crês no meu realismo, porque não se dá pontapés em

fantasma. Mas deixemos as brincadeiras de lado: por mim podes dizer os desaforos que quiseres, no entanto seria melhor um tiquinho de cortesia, até mesmo comigo. Porque só me chamas de imbecil, de laçao: que linguajar!

– Ao te insultar, insulto a mim mesmo! – Ivan tornou a rir –, tu és eu, eu mesmo, apenas com outra cara. Tu falas justamente o que eu já estou pensando... e não és capaz de me dizer nada de novo.

– Se nossos pensamentos se afinam, isso só me honra – disse o *gentleman* com delicadeza e dignidade. (DOSTOIÉVSKI, 2009b, p. 825)

Nesse excerto, vemos novamente o narrador dando voz ao interlocutor para que ele exponha seu ponto de vista; de novo o discurso é demarcado, agora pelo sistema usual de paragrafação e uso de travessão. A independência e a imiscibilidade se sustentam nos dois trechos analisados até aqui. Ou seja, uma voz não diz o que a outra quer dizer, ambas dialogam: cada um tem voz e vez.

Desse diálogo, podemos depreender do enunciado a presença do corpo de cada um, já que temos os limites dados, na maioria das vezes, pelas demarcações das aspas, dos travessões e de outros recursos do plano da expressão, quanto do plano do conteúdo (inserção do locutor, construção da imagem do interlocutário, discurso bivocal, etc.).

Além da independência e da imiscibilidade das vozes, elas são equipolentes, isto é, “plenas de valor, que mantêm com as outras vozes do discurso uma relação de absoluta igualdade como participantes do grande diálogo” (BEZERRA, 1997, p. 4). Como observamos nos dois trechos, os dois atores Raskólnikov e Ivan Karamázov mantêm uma posição discursiva, mas para isso não abafam o dizer do outro. Diferentemente disso, no caso de Raskólnikov, ele os resgata e os põem em discurso. Ivan Karamázov tenta a todo custo não dar crédito à voz do outro, por isso o insulta; contudo, quando diz estar prestes ao confronto direto, o outro o agradece, pois isso confirma que este existe para aquele e que sua presença foi notada. Ou seja, que seu corpo foi percebido pelo outro. Assim sendo, nos dois trechos, o corpo do interlocutor (“o eu para si”) é invadido pela voz do outro (“o eu para o outro”).

Considerando, então, o corpo não mais como uma instância apenas fisiológica ou biológica, mas construída *no* e *pelo* discurso, podemos reconstruí-lo pelos recursos da enunciação enunciada, ou seja, pelo vocabulário, pelo modo de dizer, pelas marcas deixadas pelo sujeito da enunciação no enunciado. Estando, portanto, a materialidade do corpo derramada pelo texto, o discurso o constrói e o transpassa, visto que o corpo pode ser

apreendido, em acordo com Merleau-Ponty (1994), como, ao mesmo tempo, consciência e matéria, sujeito observador e objeto observado.

Além disso, se compreendermos, como propõe Deleuze (2001, p. 62) a partir dos estudos de Nietzsche, que “qualquer relação de forças constituem um corpo: químico, biológico, social, político”; e se como Greimas e Courtés (2008, p. 502) definem “toda semiótica não é senão uma rede de relações”, o estudo do corpo como uma rede de relações torna-se adequado ao quadro epistemológico da semiótica, já como sustenta a proposta de Discini (2013).

Por isso também as contribuições de Merleau-Ponty são bem-vindas, visto que o filósofo, ao superar a distância teórica entre sujeito e objeto e diluir as dicotomias que reproduziam a oposição entre subjetivismo e objetivismo – em grupos como idealismo filosófico *versus* empirismo científico, de um lado, e de outro, metafísica *versus* positivismo –, acumulou no corpo as funções ora atribuídas à consciência, pela reflexividade, ora ao objeto, pela visualidade. Conforme Discini (2013), esse corpo torna-se depreensível dentro da teoria semiótica se observarmos a rede de relações tensivas que envolvem, permeiam e constituem o enunciado desde os níveis mais profundos até a sua manifestação discursiva. Observemos o nível tensivo.

Nos dois primeiros trechos, o corpo do herói polifônico pode ser explicado pela foria apreendida sob a forma predominante da *concentração*, conforme Zilberberg (2006, p. 97-113), o que resulta numa contenção do fluxo e, conseqüentemente, numa valorização das saliências (limites e demarcações, as quais fomos evidenciando pela imiscibilidade e independência das vozes). Nos dois primeiros personagens (Raskólnikov e Ivan Karamázov), a seleção dos valores tensivos privilegia os valores remissivos, isto é, cuja formulação figurativa é a parada, a descontinuidade. Assim sendo, os próprios elementos remissivos vão instaurando, no enunciado enunciado, os estados de disjunção, as interações éticas e o conflito entre os posicionamentos, o que sustenta e amplifica o simulacro da cena do embate de vozes.

No primeiro trecho, Raskólnikov convoca pessoas (Zamiótov, Razumíkhin, os policiais, etc.) e objetos (intimação, letras, chá, etc.) para dialogarem com ele, o que forma uma cena de encontro de vozes; também observamos que, no plano da expressão, temos uma sintaxe de frases curtas, na maioria, coordenadas e de pontuação diversificada (reticências,

exclamações, interrogações, etc.). O modo de enunciar essas vozes remete a um corpo oscilante, com um fluxo de pensamento em andamento célere e tônico. No caso de Ivan Karamázov, também apreendemos um corpo enervado (mais tonicidade) em velocidade (mais andamento), o que se percebe, no plano da expressão, pela pontuação exclamativa, os períodos curtos, que contrastam com os períodos longos e subordinados de seu interlocutor, que tem um andamento mais moroso e menos tônico.

Esses corpos, no fazer remissivo, se contrapõem aos corpos em fazer emissivo. Como podemos observar no trecho abaixo em que Aleksíei, durante o jogo, dá dinheiro a uma desconhecida, contudo esse gesto inesperado se contrasta com o modo emissivo que sente a presença dessa dama:

Trecho 3. *Um jogador* - Aleksíei

- Vá embora, pelo amor de Deus! – murmurou outra voz, junto ao meu ouvido esquerdo. Lancei um olhar de relance. Era uma senhora vestida com muita modéstia e correção, tendo perto de trinta anos, cujo rosto fatigado, de certa palidez doentia, ainda lembrava uma maior e magnífica beleza. Nesse momento, eu enchia os bolsos de notas, que simplesmente amassava, e reunia o outro que sobrava sobre a mesa. Apanhando o último rolo de cinquenta *friedrichsdors*, consegui passá-los, às ocultas, para as mãos da senhora pálida; senti uma vontade louca de fazer isso, e aqueles dedinhos finos, lembro-me, apertaram-me fortemente a mão, em sinal do mais vivo reconhecimento. Tudo isso aconteceu num átimo. (DOSTOIÉVSKI, 2008, p.170).

Aleksíei, como narrador, ao retratar um átimo (“Tudo isso aconteceu num átimo.”), demonstra ter o corpo mais moroso dentre os três personagens analisados, visto que ele interrompe seu fluxo fórico para contemplar a mulher de trinta anos e, por isso, temos uma parada da parada, o que não ocorre nos outros dois trechos em que Raskólnikov e Ivan Karamázov estão em confronto intenso com seus interlocutores e, por isso, há o atravessamento constante do outro em seu enunciado. Já Aleksíei parece parado no instante e capturado pela beleza da senhora, com isso a experiência do sujeito vai se alongando à medida que o andamento decresce. Como salienta Ramos-Silva (2009, p. 9):

A experiência do sujeito vai se alongando à medida que o andamento decresce. Teremos assim, experiências conjuntivas pautadas pela extensão, duração e apreensão do percurso; ou experiências construídas por mediação do instante, pautadas pela transição imediata, sem a experiência do percurso e sem duração que apresente uma continuidade possível, o que pode remeter à práxis semiótica apreendida em suas dimensões: a intensidade (sensível) e a extensidade (o inteligível).

Os atores Raskólnikov e Ivan Karamázov, ao apresentarem-se como uma voz dentro de uma multiplicidade de vozes equipolentes, imiscíveis e independentes, tem uma série de

comportamentos reflexivos e altamente dialógicos, os quais, por sua vez, são corroborados discursivamente pelos efeitos de sentido de simultaneidade e de inacabamento.

Do enunciador para o narrador, e seus respectivos pares (enunciatório; narratário), temos um saber maior na primeira instância do que na segunda, no entanto, no fazer persuasivo do enunciador com o enunciatório, ele faz crer que os fatos narrados pelo narrador acontecem simultaneamente ao fazer do interlocutor. Para isso, como vimos, na delegação de vozes, do narrador para o interlocutor, o narrador não conta o que o interlocutor disse, diferentemente disso, o deixa dizer com suas próprias palavras. Esse procedimento produz o efeito de sentido de simultaneidade. No caso de Aleksíei, há duas vozes, a do narrador admirador e a da senhora, contudo a dama é um objeto de desejo e cortejo na perspectiva do jogador e não um interlocutor. Por isso, ela não possui independência suficiente ou superior a do narrador. Seu pedido não é atendido, o jovem continua seu jogo. Ele apenas atende a seu próprio desejo. Temos, então, um actante sujeito e um actante objeto.

Nos dois primeiros trechos, por causa desse efeito de simultaneidade, que é atravessado pelos discursos de diferentes (inter)locutores, temos um outro efeito de sentido: o de inacabamento. O inacabamento é da ordem da imprevisibilidade do devir, como não temos um narrador que completa, julga e define os rumos do narrado, as atitudes dos interlocutores são potencializadas, o que é corroborado pelo embate das vozes que constitui o plano de fundo do discurso do enunciador Dostoiévski. Isso porque, ele vai mobilizando as certezas (crer-ser) e as incertezas (não-crer-ser) de tal modo para arquitetar o seu método de criação estética. Temos, assim, uma mobilidade fórica, ora temos euforizada a certeza, ora a incerteza, o que potencializa o efeito de inacabamento do narrado e dos atores do enunciado, em especial dos protagonistas Raskólnikov e Ivan Karamázov. No caso de Aleksíei, essa mobilidade fórica também se observa, contudo em menor grau e pouco desenvolvida se cotejada com a trama dos outros dois personagens. Por isso, esse efeito de inacabamento é presente nos três romances, mas em diferentes graus.

A experiência e o andamento dos dois primeiros atores são da ordem do mais célere e do mais tônico, portanto a experiência é construída, como disse Ramos-Silva (2009), por mediação do instante, pautadas pela transição imediata, sem a experiência do percurso e sem duração que apresente uma continuidade possível. Por isso, os percursos narrativos dos

sujeitos Raskólnikov e Ivan Karamázov têm seus valores no fazer remissivo, que poderíamos denominar como da ordem do descontínuo, visto que há a todo instante a parada de uma continuidade. Nos dois primeiros trechos que trouxemos à luz, temos um excesso de reticências, de períodos curtos, de objetos e personagens que invadem o discurso do protagonista. Portanto, não vemos fluidez em suas falas, pois temos locutores que ora invadem o seu dito, ora povoam o seu dizer. Assim sendo, temos programa e anti-programa no mesmo enunciado, ora de modo implícito, ora de modo explícito.

No terceiro trecho, por sua vez, a seleção dos valores tensivos privilegia os valores do fazer emissivo, isto é, predomina-se as distensões e as formas de expansão do fluxo (gradações e segmentações). Por exemplo, o narrador lembra da quantidade exata que deu a senhora (“Apanhando o último rolo de cinquenta *friedrichsdors*, consegui passá-los, às ocultas, para as mãos da senhora pálida [...]”), da forma como a senhora tocou-lhe e tantos outros detalhes, que demonstram que esse átimo foi *uma parada da parada*, isto é, constituiu uma continuidade – um período temporal importante em sua lembrança –, pois, como explica Tatit (2008, p. 16-17, grifo do autor), “a formulação figurativa *parada da parada* auxilia na compreensão sintática da relação entre os valores escolhidos pois define a noção de continuidade como negação de uma descontinuidade”.

Assim sendo, o efeito de polifonia se manifesta com maior predominância em trechos em que há o fazer remissivo, que instaura um estado disjuntivo que impulsiona e sustenta o simulacro da cena de embate de vozes, principalmente em relação ao romance dostoiévskiano. Essa trama fica prejudicada, quando a percepção do outro é tão atrativa que o sujeito não consegue se desvencilhar dela e procura o estado conjuntivo, instaurando um fazer emissivo, como podemos observar no trecho de *Um jogador* em que o protagonista não consegue deixar de recompensar aquele rosto que “ainda lembrava uma maior e magnífica beleza” (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 170).

Quando ocorre a exacerbação do fazer emissivo, o corpo múltiplo projetado pelo efeito de polifonia se desmancha, visto que o fazer emissivo constrói um corpo uno, dado o estado conjuntivo promovido entre o sujeito e o objeto. Em consequência disso, a descontinuidade (parada) promovida pelos efeitos de inacabamento e simultaneidade é interrompida. Há, portanto, a parada da parada, gerando uma continuidade que não é propícia para o efeito de polifonia, visto que não garante a imiscibilidade, a independência e

a equipolência das vozes discursivas. Isso porque, estando o sujeito em plena conjunção com o objeto de valor não se pode distinguir os posicionamentos (não há imiscibilidade), nem se pode ter vez para cada lado, já que há um corpo uno (não há independência das vozes, mas uma espécie de dogma que as reúne) e, menos ainda, possibilidade de equipolência, pois, na narrativa subjacente, o sujeito detém o objeto, criando uma hierarquia entre esses actantes.

Comprendemos, portanto, que o efeito de polifonia se constrói, no nível discursivo, no processo de actorialização, pela independência, pela imiscibilidade e pela equipolência das vozes discursivas que são corroborados, no simulacro da cena de embate, pelos efeitos de sentido de simultaneidade e de inacabamento – eis o contributo do exame da semiótica discursiva. Efeitos de sentido que se sustentam, nos níveis mais profundos, em uma foria que predomina o fazer remissivo, isto é, a descontinuidade – eis o contributo da reflexão trazida pela semiótica tensiva. Por conseguinte, este estudo comprova a hipótese 2: o efeito de polifonia se encarna em um corpo múltiplo permeado e constituído por vozes imiscíveis, independentes e equipolentes.

4. Considerações finais

O que o texto dostoiévskiano reflete é a consciência das personagens e os universos respectivos de cada uma, que não se concluem, nem estão acabados, mas sim em construção – por isso a predominância da descontinuidade, do fazer remissivo. Conforme disse Bakhtin (1997, p. 4) em nossa epígrafe, é preciso haver personagens “livres, capazes de colocar-se lado a lado com seu criador, de discordar dele e até rebelar-se contra ele”, ou seja, corpos múltiplos capazes de se contraporem entre si e até contra o próprio corpo enunciador que as engendrou.

Assim sendo, se pensarmos em narratividade subjacente, na performance do actante do enunciado, percebemos a singularidade discursiva que sustenta o romance dito polifônico – como disse Merleau-Ponty, em nossa epígrafe, é preciso observarmos, no romance, a *deformação coerente imposta ao visível*. Por isso, a importância de associarmos o estudo do corpo discursivo ao estudo do herói polifônico e trazermos à luz as

contribuições da semiótica tensiva para a operacionalização do conceito bakhtiniano de polifonia.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1997.

BARROS, Diana Luz Pessoa de Barros. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: _____.; FIORIN, José Luiz. (Orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. p. 1-10.

BEZERRA, Paulo. Notas de tradutor. In: BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1997.

COSTA, Marcos Rogério Martins. A polifonia como efeito de sentido: desdobramentos semióticos. *CASA. Cadernos de Semiótica Aplicada*. Araraquara, v. 11 (1), p. 71-84, 2013.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Trad. Antônio M. Magalhães. Porto: Rés-Editora, 2001.

DISCINI, Norma. Da presença sensível. *Cadernos de semiótica aplicada*, v. 8, n. 2, p. 1-27, dez. 2010.

_____. *Estilo e corpo*. São Paulo, 2013. 387f. Tese (Livre-docência em Teoria e Análise Semiótica do Texto) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Tese de livre-docência.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor Mikháilovitch. *Um jogador: apontamentos de um homem moço*. Trad. Boris Schnaiderman. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2008.

_____. *Crime e castigo*. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora 34, 2009a.

_____. *Os irmãos Karamázov*. Trad. Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009b.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2 ed. 6. impressão. São Paulo: Ática, 2010.

FONTANILLE, Jacques. A semiótica do corpo: entre psicanálise, fenomenologia e antropologia. In: CORTINA, Arnaldo; MARCHEZAN, Renata Coelho. *Razões e sensibilidades. A semiótica em foco*. Araraquara: Laboratório Editorial/ FCL/ UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2004. p. 89-116.

_____. *Semiótica do discurso*. Trad. Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2008.

FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. *Tensão e significação*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2001.

GREIMAS, Algirdas Julian; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 2008.

MERLEAU-PONTY, Maurice. A linguagem indireta e as vozes do silêncio. In: _____. *Signos*. Trad. de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p.39-88.

_____. *Fenomenologia da percepção*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

RAMOS-SILVA, Sueli Maria. Aspectualização do ator da enunciação no discurso de divulgação religiosa. In: Anais do XI ENAPOL: Caminhos do linguista: manual de sobrevivência. São Paulo: XI ENAPOL, 2009. p. 1-12. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dl/xienapol/anais/RAMOS-SILVA_Sueli.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2013.

TATIT, Luiz. *Musicando a semiótica: ensaios*. 2. ed. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

ZILBERBERG, Claude. *Razão e poética do sentido*. Trad. Ivã Carlos Lopes; Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. *Elementos da gramática tensiva*. Trad. Ivã Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

Abstract: *This paper aims to discuss the polyphonic hero in its relationship with the author-creator. At one hand, we use framework of the discursive semiotics (Greimas; Courtes, 2008) and the tensive semiotics (Zilberberg, 2011, 2006). At other hand, the studies of the Russian philosopher Bakhtin (1997), in order to problematize the polyphonic body of the Dostoevsky's hero. As corpus of analysis, we selected excerpts from three characters: Raskolnikov from Crime and punishment, Ivan Karamazov from The brothers Karamazov, and Alexei from The gambler. We have two hypotheses: the discursive resources sustain a one body is formed by the submissive voices to a sovereign voice (hypothesis 1) or a multiple body is inhabited by a voices in equipollence (hypothesis 2). After the analysis of the actorialization process, we found that the voices of the actors, especially Raskolnikov and Ivan, are in a equipollent interaction, i.e., the voices don't dominate each other – it's supports the second hypothesis.*

Keywords: *polyphony; semiotics; body; novel; perception.*

10. NOTÍCIAS DE/DO CRIME: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO DO JORNALISMO ONLINE SOBREPUESTO AO DISCURSO JURÍDICO

Margibel Adriana de Oliveira⁶⁸

Resumo: *O objetivo deste artigo é identificar notícias de crimes, de jornais online. Nesse sentido, entendemos por notícias de crime, os textos divulgados no Jornal Folha de São Paulo. Já as notícias do crime (notitia criminis) são aquelas apresentadas no Boletim de Ocorrência. Os principais teóricos que fundamentam o estudo são: Mosca (2004; 2005), Charaudeau (2006), Meyer (2007), Albaladejo (2009), Copez (2011), dentre outros. Alguns conceitos são fundamentais como a tríade éthos, pathos e logos. Conforme os fundamentos teóricos será apresentada uma notícia de crime, para identificar em quais circunstâncias são feitas as sobreposições pelo enunciador/jornalista. O discurso jornalístico ao investigar, apurar fatos, na maioria das vezes, expõe pessoas, sentenciando em caráter definitivo. Como instigadora da opinião pública, a imprensa identifica provas, apresenta suspeitos, transformando-os em acusados. Assim, o objetivo é observar e revelar quais efeitos de sentidos as manchetes podem provocar, com base na utilização ou não de modalizadores.*

Palavras-chave: *retórica; argumentação; discurso jurídico; discurso jornalístico; notícias de/do crime.*

1. Introdução

Notícias **de** crimes são veiculadas por intermédio da televisão, rádio, jornal impresso e internet. Nesse último meio, as informações são atualizadas, diuturnamente, uma vez que não há um horário definido para *fechar* a redação, como é o caso da tiragem do jornal impresso. Em virtude da rapidez com que *fluem os discursos* nas notícias, via *mundo online*, parece que o discurso jornalístico não *hesita* em prejudicar, mesmo sem ter um posicionamento de uma *autoridade* do discurso jurídico⁶⁹.

⁶⁸ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Prof. Dra. Lineide do Lago Salvador Mosca. margibel@usp.br

⁶⁹ Entendemos que o conceito de Discurso Jurídico, sob o seguinte aspecto: "(...) em que o enunciado de direito é linguisticamente específico. De toda evidência, esta especificidade não se prende aos termos do enunciado, pois ela se

Por isso, determinadas notícias podem causar, na população em geral, uma espécie de *comoção*, uma vez que, dependendo da maneira como as informações são transmitidas, o público é levado a *crer* em determinado *veredicto*⁷⁰. Isso ocorre, mesmo quando ainda não há uma sentença, um posicionamento e/ou julgamento pelas autoridades da área jurídica. Desse modo, quando a autoridade policial recebe a notícia **do** crime e essa é acolhida e registrada no boletim de ocorrência, para que seja instaurado o inquérito policial⁷¹, o fato encontra-se em fase de investigação; portanto, o discurso nesse período deveria ser ainda o de relato e não o de julgamento.

Nesse sentido, é necessário estabelecer o seguinte: notícias **de** crimes e notícia **do** crime não podem ser confundidas. Cabe especificar que, ao tratarmos da expressão **notícias de crimes**, referimo-nos àquelas divulgadas pelo discurso jornalístico. Já a **notícia do crime** refere-se à *notitia criminis*:

Do Latim: *Notitia criminis* – comunicação feita a uma autoridade da prática de um crime, de maneira informal. Pode ser levada ao juiz, ao órgão do Ministério Público ou à autoridade policial. Essa, conhecido o fato, dá início imediato ao inquérito, se o crime for de ação pública incondicionada, com aquiescência ou não da vítima ou de seu representante legal; se for de ação pública condicionada, a instauração de inquérito depende de representação da vítima ou de quem a represente. Se for crime de ação penal privada, a autoridade instaurará o inquérito policial se assim o requererem, igualmente, a vítima ou seu representante legal (GUIMARÃES, 2007, p. 422).

Assim, a notícia de crime, seja este um homicídio, estupro, latrocínio ou qualquer um de natureza hedionda - delitos repugnantes, sórdidos, decorrentes de condutas, pela forma de execução - geralmente pode causar comoção e repulsa nas pessoas, principalmente, porque o público em geral recebe da imprensa notícias que apresentam um *veredicto*⁷², mesmo sem o pronunciamento de um operador do direito⁷³. Dessa maneira, observamos

remeterá àquela do vocabulário. A juridicidade do discurso refere-se à sua finalidade. **É jurídico todo discurso que tem por objeto a criação ou a realização do direito**". (PETRI, 2008, p. 31) Grifos nossos.

⁷⁰ DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2010. **1) Do Direito Processual Penal**. Decisão do Conselho de Sentença do Júri, no que atina à inocência ou à culpabilidade do acusado. **2) Na Linguagem jurídica**. a) ato judicial terminativo do processo; b) decisão judicial; c) opinião autorizada; d) pronunciamento sobre qualquer matéria; e) o que se declara como verdade; f) parecer.

⁷¹ Vale destacar que no Inquérito Policial, em resumo: a polícia **investiga** as circunstâncias e motivos do crime, **identifica** o possível autor e testemunhas e **elabora** o laudo (relatório) com a causa da morte. BRASIL, Código de Processo Penal. Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em: 15 fev. 2013

⁷² Como exemplo, temos o caso Escola Base ficou como um símbolo da inexactidão e julgamento açodado da mídia. Talvez seja o caso em que houve maior autocrítica da imprensa, embora a causa do erro jamais tenha sido atacada: a relação promiscua entre repórteres e policiais. A imprensa continuou a divulgar como verdades as deduções precipitadas da polícia, que investiga pouco e julga muito. Fonte: <http://www.igutenberg.org/esbase.html>

⁷³ Escrivão, delegado, promotor, advogado, juiz, etc.

que o discurso jornalístico, ao antecipar a *sentença*, e essa ao ser interpretada por um auditório universal⁷⁴ e *leigo* pode desencadear uma *comoção social*.

Nesse caso, questiona-se: pode o discurso jornalístico apresentar tal percepção para a sociedade, e então a notícia também tem por obrigação satisfazer o *mercado* com mercadorias vendáveis? Outra pergunta cabível: o discurso jornalístico, ao utilizar as diversas técnicas de convencimento, não estaria *preocupado* muito mais com a Retórica para o convencimento do que para a “verdade” dos fatos? Por falar em verdades dos fatos: será possível uma exposição discursiva de informação técnica no caso das notícias de crimes que causam grande repercussão na mídia? Nesse sentido, Delmanto Jr. (2008), sobre a exposição que a mídia faz, no transcorrer dos processos criminais, afirma o seguinte:

Trata-se do julgamento pela mídia, transformando-se os processos criminais em verdadeiros *reality shows*, novelas da vida real com capítulos diários, havendo forte contaminação da opinião pública de um País inteiro. O julgamento acaba sendo realizado pela sociedade, fora do plenário do Júri.

Por isso, cabe destacar que trataremos da observação e análise de crimes de ação pública e que, no caso, o processo “inicia-se com a denúncia, uma petição inicial, que com base nas apurações realizadas pelo inquérito policial, é subscrita pelo promotor público, promotor de justiça ou procurador de justiça” (PETRI, 2005 [2000], p. 139-140).⁷⁵

Assim, para desenvolver o tema em questão, no item 2 apresentaremos a fundamentação teórica. No caso, em linhas gerais, será tratado do contexto histórico da retórica, conforme referencial teórico da Teoria da Retórica e da Argumentação.

No item 3 será apresentado o discurso jurídico, mais especificamente questões relativas ao inquérito policial, ou seja, trataremos da notícia do crime. Por ser este o tema central do estudo, serão apresentadas as ponderações enunciadas no Código de Processo Penal, bem como dos teóricos que se dedicam à área de estudo.

Além disso, no item 4, o discurso jornalístico será o destaque do estudo, em especial, o jornalismo *online*, com vistas a tecer comentários e apresentar contribuições para os estudos discursivos.

⁷⁴ Tomamos o conceito com base em PERELMAN & TYTECA, 2005.

⁷⁵ Todavia, destacamos que um dos documentos analisados na pesquisa é o Boletim de Ocorrência (BO), por tratar-se do primeiro registro formal, após o cometimento de um crime. Não o faremos neste artigo, em virtude da delimitação do tema.

2. Retórica: caminhos possíveis

Ao observarmos o caminho percorrido pela Retórica podemos dizer que, a princípio, essa é de *filiação* à oralidade. Essa modalidade ocorria em locais amplos e com públicos não delimitados, o que demonstra que as *disputas*, ocorridas entre os retores⁷⁶, eram de alguma forma, *abertas* ao auditório⁷⁷. Posteriormente, a Retórica amplia seu domínio para o texto escrito nos mais variados gêneros discursivos. Neste sentido, nas palavras de Mosca (2005, p. 2) “Destes, talvez os mais legítimos representantes na atualidade sejam o discurso jurídico, herdeiro direto das primeiras ocorrências em que se defendia a posse das terras na Sicília contra os invasores”. Nesta mesma linha de pensamento, Meyer (2007, p. 19) enuncia que: “os primeiros advogados foram os intelectuais chamados de sofistas, pois professavam o emprego da sabedoria para intervir em favor do destino das vítimas espoliadas”.

Como é possível notar, ao ocupar várias áreas de atuação, em que prevalece o terreno da disputa, da controvérsia, do conflito, a retórica estabelece condições, em certo sentido, subjacentes ao seu domínio, o que é demonstrado na contemporaneidade, pela Nova Retórica que “superpõe-se à Teoria da Argumentação, dado o espaço de conflito e de confronto em que é convocada a atuar. Seu campo propício é este, com base no verossímil, naquilo que é razoável e provável, diferentemente das demonstrações lógicas e matemáticas” (MOSCA, 2005, p. 2).

Assim, como se observa, a área é vasta e nos fornece subsídios para trabalharmos com a Retórica e a Argumentação num sentido que nos permite direcionar a investigação, apresentando os gêneros da retórica. De acordo com Meyer (2007, p. 28-29) temos: a) o jurídico: visa ater-se a questões do passado, com intenção de julgar o justo ou o injusto; b) o deliberativo: procura discernir o que é útil ou nocivo à coletividade e, c) o epidíctico: presta homenagens e também críticas ou censuras. Além disso, existem as funções da retórica: o *docere* (instruir), o *movere* (comover) e o *delectare* (agradar) (MOSCA, 2004, p. 22), com vistas a trabalhar a tríade *éthos*, *pathos* e *lógos*. Estes devem estar em “pé de igualdade”

⁷⁶ HOUAISS, Antônio; e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. Rétor: Aquele que é versado em retórica; mestre de retórica. ETIM. lat. *rhétor*, ‘retórico’, décor. do Gr. *rhéthór*, orador, orador público, professor de eloquência, retórico.

⁷⁷ Tomamos por base o conceito de PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA sobre auditório: conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação. p. 22.

para não cairmos em concepções que excluam as dimensões da retórica (MEYER, 2007, p. 25).

Necessário dizer também que, o *éthos* está ligado ao conceito da imagem do orador, e ainda:

(...) é alguém que deve ser capaz de responder às perguntas *que* suscitam debate e que são aquilo *sobre o que* negociamos. Essa capacidade é um saber específico: o médico deve responder às perguntas médicas, **o advogado, às perguntas jurídicas e assim por diante**⁷⁸ (...) O *éthos* é uma excelência que não tem objeto próprio, mas se liga à pessoa, à imagem que o orador passa de si mesmo (...) O *éthos* é o orador como princípio (e também como argumento) de autoridade. (MEYER, 2007, p. 34-35)

Já o *pathos* refere-se ao auditório, a fonte das questões cujas respostas podem direcionar a interesses múltiplos, seja para dar prova às paixões, às emoções ou às opiniões (MEYER, 2007, p. 36). Ainda neste sentido, Meyer (2007) menciona que para “tirar partido dos valores do auditório” é necessário “encontrar as questões implicadas no *pathos*”, ou seja, para o autor, enquanto poderoso reservatório são as paixões que mobilizam “um auditório em favor de uma tese” (MEYER, 2007, p. 38).

E por fim, apresentamos o *logos* que “subordina a suas regras próprias o orador e o auditório: ele persuade um auditório pela força de seus argumentos” (MEYER, 2007, p. 22).

Desse modo, temos que “o homem coloca para si mesmo desde sempre: o eu com *éthos*, o mundo com o *logos* e o outro com o *pathos*. Com a retórica, o eu, o outro e o mundo são implicados em uma interrogação em que o outro é solicitado como auditório, como juiz e como interlocutor, posto que é instado a responder e a negociar” (MEYER, 2007, p. 30-31).

Assim, a partir da apresentação dos conceitos e do estabelecimento das *fronteiras* que nos propomos a discutir, no item anterior, na próxima seção, trataremos do discurso jurídico porque queremos observar como se dá a construção do *éthos* do discurso jornalístico, tema do item 4, anteposto ao discurso jurídico, e ainda, observar *páthos* enquanto reflexo da construção do discurso jornalístico, na observação de enunciados *direcionados* ao auditório universal.

⁷⁸ Grifos nossos.

3. O Discurso Jurídico: Notícia do Crime

Todos os dias nos deparamos com notícias de crimes, seja por intermédio da televisão, jornal impresso, via internet, etc., e neste sentido, parece que, em sua grande maioria, estas causam, na população em geral, uma espécie de *desconforto*, uma vez que, dependendo da maneira como as notícias são transmitidas, o público é levado a *crer* em determinado *veredicto*.

Neste sentido, o discurso jurídico, nas suas diferentes áreas, apresenta características que lhes são peculiares. Como o tema central do estudo é tratar da notícia do crime, é oportuno observar este assunto sob a ótica do discurso jurídico, mais especificamente, da área de direito processual penal, em especial, o que nos ensina Fernando Capez (2011) sobre o tema: “Dá-se o nome de *notitia criminis* (notícia do crime) ao conhecimento espontâneo ou provocado, por parte da autoridade policial, de um fato aparentemente criminoso. É com base nesse conhecimento que a autoridade dá início às investigações (CAPEZ, 2011, p. 126)”.

No Código de Processo Penal, sobre o inquérito policial, Artigo 5º, é interessante apresentar o enunciado do inciso 5º: “Nos crimes de ação privada, **a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito**⁷⁹ a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la”. Como é possível perceber, o que dispõe o artigo, na utilização do advérbio **somente**, nos parece claro que ao tratar do inquérito, e pelo que está apresentado na lei, a autoridade policial **poderá**⁸⁰ dar continuidade ao inquérito, demonstrando assim que, em virtude do que é tratado, no caso de um crime, a polícia é a **autoridade**, para apurar/investigar dos fatos, para que em um momento oportuno, tais fatos sejam avaliados, julgados, ponderados pelos envolvidos no inquérito policial, no caso: o juiz, o Ministério Público e o advogado, já que, o artigo 20 do CPP estabelece o seguinte:

A autoridade assegurará no inquérito o **sigilo**⁸¹ necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade. Parágrafo único. Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes, salvo no caso de existir condenação anterior. (CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, Artigo 20)

⁷⁹ Grifos nossos.

⁸⁰ É interessante notar aqui também a presença do modalizador.

⁸¹ Grifos nossos.

Ao grifarmos acima o substantivo sigilo, chamamos atenção para o fato de que, em virtude da investigação de um crime, pode haver uma repercussão e esta, de algum modo, prejudique a condução do inquérito. Também é interessante avaliar o que Tourinho Filho (1997) menciona sobre o sigilo no inquérito policial:

Não se concebe investigação sem sigilação. **Sem o sigilo**, muitas e muitas vezes o indiciado procuraria criar obstáculos às investigações, escondendo produtos ou instrumentos do crime, afugentando testemunhas e, até, fugindo à ação policial. Embora não se trate de regra absoluta, como se entrevê da leitura do art. 20 deve a Autoridade Policial empreender as investigações sem alarde, **em absoluto sigilo, para evitar que a divulgação do fato criminoso possa levar desassossego à comunidade**. E assim deve proceder para que a investigação não seja prejudicada. Outras vezes o sigilo é mantido visando amparar e resguardar a sociedade, vale dizer, a paz social.⁸² (TOURINHO FILHO, 1997, p. 68)

Como visto, tanto o Código Penal quanto Tourinho Filho direcionam seus enunciados para que seja observado o inquérito do ponto de vista do sigilo e ainda, quando o autor menciona “em absoluto sigilo, para evitar que a divulgação do fato criminoso possa levar desassossego à comunidade”, claro está que tanto do ponto de vista legal quanto na visão do doutrinador, o discurso jurídico está direcionado para a *proteção* das informações, com vistas a não provocar na sociedade um *desconforto*, como mencionado no início deste item.

Desse modo, em virtude de estarmos investigando o *entrelaçamento* de dois discursos – durante a investigação de um crime - em que o discurso jurídico é *suplantado* pelo discurso jornalístico, esse assunto será observado no item a seguir.

4. Discurso Jornalístico ou *investigação policial*?

O jornal, como espaço público de representação simbólica, irá refletir esse estado de não-unanimidade, de cruzamento de influências e de forças diversas. Cabe, porém, distinguir, quando isso se cria artificialmente, dada a falsa impressão de **enfoques variados** e de respeito à opinião-discordante. Quanto mais preocupado estiver com a própria imagem, mais o jornal cria esse efeito de sentido.

(LINEIDE L. S. MOSCA)

O discurso jornalístico apresenta uma relação com a retórica, seja de maneira explícita ou implícita, uma vez que “a Retórica contribui para a produção e para análise do discurso

⁸² Grifos nossos.

jornalístico, do discurso radiofônico, do discurso televisivo, do discurso digital e do discurso digital de internet” (ALBALADEJO, 2009, p. 322).

Neste caso, é oportuno tecer comentários sobre os termos informação e notícia. Tomamos informação por:

s.f. ato ou efeito de informar(-se). 1. comunicação ou recepção de um conhecimento ou juízo. 2. o conhecimento obtido por meio de investigação ou instrução; esclarecimento, explicação, indicação, comunicação, informe. 3. acontecimento ou fato de interesse geral tornado do conhecimento público ao ser divulgado pelos meios de comunicação; notícia. 4. em âmbito burocrático, esclarecimento processual dado geralmente por funcionário de apoio à autoridade competente na solução ou despacho de requerimento, comunicação etc. (HOUAISS e VILLAR, 2004).

Observamos que notícia refere-se a:

1. informação a respeito de um acontecimento novo, de mudanças recentes em alguma situação, ou de estado em que se encontra algo; nova, novidade. 2. conhecimento do paradeiro ou da situação de alguém. 3. recordação, lembrança. 4. nota, apontamento. 5. escrito sintético de sobre um assunto qualquer. 6. nota histórica; biografia. 7. *Jor.* relato de fatos e acontecimentos, recentes ou atuais, ocorridos no país ou no mundo, veiculado em jornal, televisão, revista etc. (HOUAISS e VILLAR, 2004).

Como é possível observar, em linhas gerais, informação é o resultado de um processo investigativo e notícia é um *produto* que contém uma informação a respeito de determinado acontecimento.

Charaudeau (2006) destaca que o fenômeno humano e social que depende e é inerente à linguagem é a informação, que de forma simples (senso comum) seria definida como a “transmissão de um saber”. Observa-se, então que pode ser através da informação que se inicia o processo de produção do discurso. Nesse processo de produção que pode surgir a profissionalização da transmissão de informação, que atualmente é feita pela mídia.

Ao mencionarmos a mídia, nosso direcionamento deve ser para o discurso jornalístico digital, visto que tomaremos como exemplo a notícia do Caso Nardoni⁸³. Neste sentido, nossa análise será **das primeiras informações veiculadas**⁸⁴ pela mídia digital, na *Folha de São*

⁸³ O caso **Isabella Nardoni** refere-se à morte da menina brasileira Isabella de Oliveira Nardoni, de cinco anos, defenestrada do sexto andar do *Edifício London* no distrito da Vila Guilherme, em São Paulo, em 29 de março de 2008. Ressalta-se que o registro da *notitia criminis* ocorreu no dia 30 de março de 2008, no Boletim de Ocorrência n. 1985/2008. O término do Inquérito Policial (IP N. 0274/2008) ocorreu 10 dias após o início das investigações.

⁸⁴ Grifos nossos.

Paulo⁸⁵ porque estas apresentam algumas particularidades que nos chamam a atenção. Antes, porém, de partirmos para a análise dos enunciados da notícia, conforme Albaladejo (2009, p. 325) convém ressaltar o seguinte:

O jornalismo digital surgiu tanto na evolução do jornalismo quanto do desenvolvimento da tecnologia digital da internet; é um novo jornalismo no qual o meio constituído por um suporte ativo construído com tecnologia digital influencia na configuração do discurso e do próprio meio de comunicação (...) uma nova classe de leitores surgiu na raiz da construção digital dos textos ou discursos, leitores que dispõem de possibilidades de atuação na recepção e interpretação dos mesmos (ALBALADEJO, 2009, p. 325).

Percebe-se então que, diante da nova configuração do cenário midiático e pela rapidez com que as informações são apresentadas:

O enunciator-jornalista não é um simples mediador em relação ao leitor, aquele que ausculta a voz da coletividade para interceder por ela, para representar o seu universo. **A opinião pública**⁸⁶ torna-se, hoje, tão forte que cabe ao leitor grandemente o controle da situação. É ela que se torna um porta-voz e que desencadeia muitas decisões e atitudes, chegando a produzir resultados inesperados (MOSCA, 2002, p. 15).

É de opinião unívoca que temos um novo panorama no âmbito jornalístico, uma vez que o discurso jornalístico apresenta uma nova perspectiva de atuação/interação com seu auditório. E desta forma podendo despertar reações das mais diversificadas. Nesse sentido, convém lembrar que o objetivo deste artigo é apresentar uma notícia de crime, para identificar em quais circunstâncias são feitas as sobreposições pelo enunciator/jornalista. Desta maneira, convém observar, como destacado no anexo, a utilização pelo jornal, de enunciados como: “[...] Menina que caiu de prédio em SP **foi asfixiada**⁸⁷, indicam exames [...]” e “[...] **pode ter sido morta por asfixia**⁸⁸ antes de o seu corpo ter sido encontrado no jardim do prédio [...]”. Percebe-se que, na manchete da notícia, há um julgamento no enunciado que afirma a notícia **do** crime e essa é acolhida e registrada no boletim de ocorrência, para que seja instaurado o inquérito policial⁸⁹, **o fato encontra-se em fase de**

⁸⁵ Veja Anexo 1 uma das primeiras notícias apresentadas pela imprensa digital.

⁸⁶ Grifos da autora.

⁸⁷ Grifos nossos.

⁸⁸ Grifos nossos.

⁸⁹ Vale destacar que no Inquérito Policial, em resumo: a polícia **investiga** as circunstâncias e motivos do crime, **identifica** o possível autor e testemunhas e **elabora** o laudo (relatório) com a causa da morte. BRASIL, Código de Processo Penal. Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em: 15 fev. 2013

investigação⁹⁰; portanto, o discurso nesse período deveria ser ainda o de relato e não o de julgamento.

Nota-se que o primeiro destaque: “(...) foi asfixiada”, tal informação apresentada no título da notícia, poderia causar um impacto, devido à afirmação do enunciado, provocando *pathos* do auditório, em termos de comoção, já que notícia foi divulgada. Todavia, após o enunciado, segue-se: “indicam exames”, dessa forma, como se percebe, se há exames indicando, é possível dizer que a morte foi por asfixia. Contudo, no destaque do primeiro parágrafo: **pode ter sido** morta por asfixia, o uso da modalização causa certa contradição em relação ao que foi enunciado no título e o que está apresentado no primeiro parágrafo.

Nesse sentido, como observado no item 2, em relação ao *éthos* e a noção da imagem do orador, observa-se então que, conforme os enunciados: “foi asfixiada” e “pode ter sido asfixiada”, há uma *tendência* a levar o auditório a certa *distorção* da informação e desencadear no auditório o *pathos*, voltado para a comoção, uma vez que há uma contradição entre os dois enunciados. Ressalta-se ainda que, no dia em que foi veiculada a notícia, 01 de abril de 2008, o inquérito policial não estava encerrado, por isso, ousamos mencionar que talvez o discurso, deveria ser ainda o do relato.

Outro aspecto relevante deve ser observado nos enunciados: “A **Folha**⁹¹ **apurou que**⁹² os primeiros exames realizados pelo IML no corpo da vítima apontam indícios de asfixia. **Ela teria sido sufocada**”. É possível notar no enunciado acima, o papel de investigação que o jornal apresenta ao mostrar as investigações realizadas pela Polícia. Tal fato nos dá uma ideia de agilidade e precisão na investigação do caso⁹³. Porém, no enunciado seguinte: “ela teria sido sufocada”, mais uma vez corrobora o que apresentamos anteriormente em relação à contradição das informações.

Por outro lado, como destacado no anexo, são apresentados os enunciados: “[...] segundo legistas [...]”, “[...] segundo a polícia [...]”, “[...] de acordo com funcionários do prédio [...]” e “[...] segundo o delegado [...]”, nomeando os enunciadores. No entanto, nos dá a ideia de que, se *alguém* proferiu tal enunciado porque está explícito no texto, e no caso,

⁹⁰ Grifos nossos.

⁹¹ Grifo dos autores.

⁹² Grifos nossos.

⁹³ Como visto, no item 3, é a autoridade policial que durante as investigações policiais *teria* a incumbência de proceder na apuração e notificação dos fatos em relação ao inquérito policial.

há uma transferência de responsabilidade pela fonte da informação, foram outros enunciadores e, portanto, **eles** serão responsáveis pelo que foi dito. E ainda, tais enunciados, podem *transferir* a responsabilidade da informação coletada, para outra fonte que, como visto, é apresentada discursivamente, na forma de: *alguém* disse, talvez uma *entidade onisciente/onipresente*, possa ser *responsabilizada* por tal discurso/informação, mas não o enunciador (jornalista ou repórter) central da notícia.

Os fatos pontuados acima não seriam relevantes, se não estivéssemos tratando do tema *notitia criminis*. Por isso, a notícia do crime seja um homicídio, estupro, latrocínio ou qualquer um de natureza hedionda - delitos repugnantes, sórdidos, decorrentes de condutas, pela forma de execução - geralmente provocam comoção e repulsa nas pessoas, principalmente, porque o público em geral recebe da imprensa, notícias que apresentam um *veredicto*, mesmo sem o pronunciamento de um enunciador do discurso jurídico. Desta maneira, observamos que o discurso jornalístico, ao antecipar a *sentença*, a qual, ao ser interpretada por um auditório universal, pode desencadear em uma *comoção social*.

Como questionamos na introdução: pode o discurso jornalístico oportunizar tal percepção por parte da sociedade ou será que a notícia só tem por obrigação satisfazer o mercado de notícias com mercadorias vendáveis? E ainda: o discurso jornalístico, ao utilizar as diversas técnicas de convencimento, não estaria apresentando uma exposição discursiva de informação técnica? Assim, trataremos destes questionamentos a seguir.

5. Considerações finais

Ao delinear a problemática do estudo questionamos se seria possível uma exposição discursiva com informação técnica. No caso, nota-se que o discurso jornalístico utiliza enunciados como: *de acordo com* ou *segundo informações de*, ou seja, faz o papel de somente de *transmissor* de informações, e, no caso, *apropria-se* de outra área do conhecimento, qual seja, o discurso jurídico.

Por isso, o discurso jornalístico ao propagar a notícia do crime, no meio digital, provoca, quase que instantaneamente - devido à rapidez da divulgação das informações - o *pathos* do auditório universal, com vistas a instigar uma comoção social.

Referências Bibliográficas

ALABALADEJO, Tomás. *Configuração retórica do discurso jornalístico digital*. Florianópolis: Insular, 2009.

BRASIL, *Código de Processo Penal*. Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941.

CAPEZ, Fernando. *Curso de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

DELMANTO Jr., Roberto. O fim do protesto por novo júri e o julgamento pela mídia. *Boletim IBCCRIM*, Ano 16, N. 188, Julho 2008. Disponível em: <http://www.delmanto.com/artigos/o_fim_do_protesto_por_novo_juri.pdf>. Acesso em: Fev. 2013.

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário Jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2010.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. *Dicionário Técnico Jurídico*. São Paulo: Editora Rideel, 2007.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MEYER, Michel. *Retórica*. São Paulo: Ática, 2007.

MOSCA, Lineide Salvador. A atualidade da Retórica e seus estudos: encontros e desencontros. In: *I Congresso virtual da Universidade de Lisboa, 2006*, Lisboa, DLR (Departamento de Literaturas Românicas).

_____ (org.). *Retóricas de Ontem e de Hoje*. São Paulo, Humanitas Publicações/FFLCH-USP, 2004.

_____. Subjetividade e formação de opinião na mídia impressa. In: BARZOTTO, V. H. e GUILARDI, M. I. *Nas telas da mídia*. Campinas: Alínea, 2002, p. 10-22.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1958].

PETRI, Maria José C. *Manual de Linguagem Jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. *Argumentação Linguística e Discurso Jurídico*. 2. ed. São Paulo: Plêiade, 2005 [2000].

REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1998].

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo Penal*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

Documento Eletrônico:

<http://www1.folha.uol.com.br/>

Anexos

Anexo I – Notícia de crime veiculada na *A Folha de SP* (01/04/2008 - 08h37)

Menina que caiu de prédio em SP foi asfixiada, indicam exames

KLEBER TOMAZ

LUÍS KAWAGUTI

ROGÉRIO PAGNAN

da *Folha de S.Paulo*

A menina Isabella Oliveira Nardoni, 5, pode ter sido morta por asfixia antes de o seu corpo ter sido encontrado no jardim do prédio onde mora seu pai, na região do Carandiru (zona norte de SP), no último sábado.

Peritos do IML (Instituto Médico Legal) suspeitam que ela nem sequer foi jogada do apartamento, no sexto andar.

A **Folha** apurou que os primeiros exames realizados pelo IML no corpo da vítima apontam indícios de asfixia. Ela teria sido sufocada (por um travesseiro, por exemplo) ou esganada (pelas mãos de um agressor). Para os médicos legistas, a probabilidade de a tese de asfixia estar correta é de 80%.

Isso porque foram encontradas manchas no coração e no pulmão da criança, indícios desse tipo de morte. Além disso, também foram detectados hematomas na nuca da criança --possivelmente causados pelos dedos do suposto agressor.

O pai de Isabella, o estagiário de direito Alexandre Alves Nardoni, 29, disse à polícia que deixou a menina no quarto dela por alguns minutos e, ao retornar ao apartamento, viu um rasgo na tela de proteção do outro quarto e o corpo da menina no chão do jardim. Ele disse acreditar que ela tenha sido atirada pela janela.

A suspeita de ela não ter sido jogada, ainda segundo a **Folha** apurou, é a quantidade de lesões identificadas pela perícia: só uma fratura no punho. Segundo os legistas, é muito improvável uma pessoa cair de quase 20 metros de altura e sofrer tão poucas fraturas.

O laudo conclusivo sobre a causa da morte de Isabella deverá ficar pronto em 30 dias. Para o delegado Calixto Calil Filho, do 9º DP, ele é fundamental para esclarecer o crime. O policial sustenta desde o primeiro momento que a morte da menina não foi acidental.

Antes de ser achada morta, Isabella estava com o pai, que diz tê-la deixado por alguns minutos sozinha no seu quarto enquanto buscava a mulher, a estudante Anna Carolina Trota Peixoto Jatobá, 24, que é madrastra da menina, e seus outros dois filhos que aguardavam no carro, na garagem.

As três crianças, diz o estagiário, estavam dormindo; por isso precisou deixar a menina no apartamento e voltar à garagem. A família retornava de Guarulhos, onde moram os pais de Anna Carolina.

Em depoimento, o estagiário disse ter notado, ao retornar ao apartamento, uma luz acesa no quarto onde havia deixado a menina e um rasgo na tela de proteção de um outro quarto, onde dormem as duas outras crianças. Havia marcas de sangue no corredor, no lençol do quarto dos meninos e na tela.

Nenhum pertence da casa foi levado e a porta também não foi arrombada, segundo a polícia. De acordo com funcionários do prédio, ninguém saiu ou entrou do edifício momentos antes ou depois de a menina ser encontrada no jardim.

O porteiro Valdomiro da Silva Veloso, 28, disse à polícia ter ouvido um barulho forte e, ao olhar no jardim, viu a menina.

Candidatos a suspeito

"Eles [Nardoni, Anna Carolina e Veloso] são candidatos a suspeitos", disse o delegado, que admite, porém, não possuir indícios que os incrimine. O casal foi submetido a exame toxicológico. Exames preliminares descartaram a possibilidade de a menina ter sido estuprada.

O delegado disse ter informado ao pai, à madrastra e ao porteiro que nenhum deles pode deixar a cidade até as conclusões da investigação. Além dos três, a polícia também ouviu o depoimento do pedreiro Misael dos Reis Santos, 31.

O pedreiro foi ouvido, já que o estagiário havia relatado a polícia terem discutido há cerca de um mês. Segundo o delegado, o pedreiro disse ter sido contratado para instalar uma antena de TV em um apartamento do 5º andar e teve dificuldade para obter autorização de Nardoni para entrar em seu apartamento -o que era necessário para a obra.

"Foi um depoimento de quem não estava ofendido com ele, não estava bravo com ele. A culpa do pedreiro está perdendo força", disse o delegado.

Abstract: *The objective of this article is to identify the news of crime, from online newspapers. In this way, the news of crime are the ones publicized in Folha de São Paulo Newspaper. On the other hand, the news from crimes (notitia criminis) are those presented in the Bulletin of Occurrence. This study is based on the main theoreticians, such as: Mosca (2004; 2005), Charaudeau (2006); Meyer (2007); Albaladejo (2009), Capez (2011), amongst others. Some concepts are essentials as the triad éthos, pathos e logos. According to the theoretical background it will be analyzed the one news of crimes, to identify in which circumstances are made the overlappings by the enunciador/journalist. The journalistic speech when investigating, selecting facts, most of the time, displays people, sentencing in definitive character. As fosterer of the public opinion, the press identifies evidences, presents suspicious, transforming them into indicted. Thus, the objective is to observe and to disclose which effect of meaning the news titles can provoke, based on the use or not of modal speech.*

Keywords: *Rhetoric; argumentation; law discourse; media discourse; news of/from crime.*

11. PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA: A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISA E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE UMA “REVOLUÇÃO CONCEITUAL”

Mariana Maíra Albuquerque Pesirani⁹⁴

Resumo: Neste trabalho, pretende-se observar como o status de “revolução conceitual” foi conferido à pesquisa psicogenética sobre a aquisição da língua escrita desenvolvida por Emília Ferreiro e colaboradores. Para isso, a introdução (capítulo 1) do livro *Psicogênese da língua escrita* (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985) será analisada. A análise pretende apontar a estratégia discursiva utilizada pelas autoras, por meio da qual levaram seu trabalho a ser tratado como uma revolução conceitual nas pesquisas sobre a alfabetização. Tal revolução estaria baseada no rompimento com a tradição nas pesquisas sobre o ensino da escrita e da leitura, que giravam em torno das disputas entre novos e antigos métodos de alfabetização, criando dessa forma, no que diz respeito ao discurso, uma polêmica.

Palavras-chave: polêmica discursiva; alfabetização; construtivismo; métodos de alfabetização; revolução conceitual.

1. Introdução

Neste trabalho, apontamos para a necessidade de observar a polêmica discursiva presente nas pesquisas no campo da alfabetização, pois ela tem sido a força motriz da produção nesse campo. O trabalho de Mortatti (2000) mostra-nos que, desde meados do século XIX, podemos encontrar a polêmica nas disputas entre os adeptos dos diferentes métodos de alfabetização e, no século XX, na década de 1980, manifesta-se na oposição que, por meio do discurso construtivista de alfabetização, se faz a estes métodos.

⁹⁴ Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, tendo sido orientada pelo Prof. Dr. Emerson di Pietri. maripesirani@hotmail.com.

Segundo Maingueneau (2010), para que haja polêmica, é necessário que certos enunciados sejam reconhecidos como intoleráveis do ponto de vista de sujeitos que ocupam determinados lugares discursivos, de modo que julguem necessário entrar em conflito com a fonte desses enunciados. Assim, ocorre a rejeição do universo semântico do outro discurso, sendo seus enunciados considerados incompatíveis com a verdade (MAINGUENEAU, 2008). De acordo com Pêcheux (2009), a construção da verdade é temporal e histórica, o que coloca para este trabalho a necessidade de um estudo histórico para que a polêmica discursiva possa ser observada. Sendo assim, procuraremos investigar a maneira como o discurso construtivista sobre alfabetização relaciona-se com a produção discursiva anterior, que chamaremos discurso tradicional.

Por fim, é importante colocar que, neste trabalho, o que se denomina como discurso construtivista diz respeito aos enunciados produzidos quando, a partir da década de 1980, no Brasil, se divulgou os resultados da pesquisa psicogenética sobre aquisição da escrita, realizada por Emília Ferreiro e colaboradores na década de 1970 no México. Essa pesquisa, ao rever as antigas concepções de alfabetização e propor uma nova maneira de compreender o que seja alfabetização, ficou conhecida como concepção construtivista de alfabetização ou, simplesmente, construtivismo. O construtivismo impactou a educação brasileira, de forma que houve uma revisão das maneiras de se pensar o processo de alfabetização das crianças.

Em especial, no estado de São Paulo, o conhecimento produzido pela investigação de Emília Ferreiro e colaboradores foi tomado como referencial teórico para a elaboração de documentos de referência curricular, nos quais a concepção construtivista de alfabetização fundamenta considerações em torno do ensino e da aprendizagem de língua portuguesa em suas fases iniciais. Nesses documentos, o construtivista é apresentado como uma “revolução conceitual”, ainda que de maneira direta Emília Ferreiro não tenham classificado assim sua pesquisa em *Psicogênese da Língua Escrita*, seu livro mais representativo. Entretanto, há elementos em seu texto que parecem ter favorecido tal interpretação e parece-nos que a polêmica com a produção anterior do campo tem esse papel.

No tópico a seguir, observaremos um pouco da história da alfabetização para compreender a maneira como os enunciados produzidos a partir do discurso construtivista

polemizam com os enunciados produzidos a partir do discurso tradicional sobre alfabetização.

2. Uma breve história da alfabetização

A preocupação com a iniciação das crianças no mundo da leitura e da escrita diz respeito a como levá-las a dominarem a escrita alfabética, bem como sobre qual seria a melhor maneira de evitar fracassos nesse processo. A grande variedade de perspectivas na pesquisa sobre alfabetização⁹⁵ aponta para a relevância desse tema para a sociedade, mas aponta também para as disputas ideológicas presentes nesse campo de pesquisa.

Ao olharmos para história da alfabetização no Brasil, especialmente no estado de São Paulo, podemos observar as referidas disputas ideológicas. Desde o final do século XIX, quando a alfabetização foi apresentada como um dos instrumentos privilegiados de aquisição do saber, questões sobre como alfabetizar de maneira rápida e eficaz foram levantadas. Houve, então, uma grande busca pela resposta definitiva para a seguinte questão: Qual é o melhor método para alfabetizar crianças? Essa pergunta tornou-se central nos estudos sobre alfabetização. Funda-se então, com Silva Jardim (1860-1891), uma tradição nas propostas para alfabetização, a qual tratava o ensino da leitura como uma questão de método, aplicando-se aos estudos dos métodos de ensino o princípio de “consertar melhorando”. Surge, assim, a ideia de “revolução” no ensino, a qual foi entendida e praticada como substituição do antigo pelo novo (MORTATTI, 2000). Dessa forma, cada novo método que surgia tinha a finalidade de superar as dificuldades do método precedente e, assim, durante décadas, o problema crucial da alfabetização foi o método de ensino (SOARES, 2010).

Com a fundação da tradição de pesquisas voltadas para os métodos de ensino, iniciou-se uma busca por métodos cada vez mais eficazes para alfabetizar, o que originou uma disputa entre aqueles que diziam possuir métodos revolucionários de alfabetização e os

⁹⁵ A variedade de perspectivas nas pesquisas sobre alfabetização foi mapeada em dois trabalhos elaborados sob a forma de estado da arte: *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento*, o qual foi produzido por Magda Soares e publicado em 1989, e *O estado do conhecimento*, realizado por Magda Soares e Francisca Maciel, publicado em 2000. O segundo trabalho é apresentado pelas autoras como uma atualização do primeiro, pois novos dados foram inseridos e, conseqüentemente, a análise foi ampliada.

que se mantinham fiéis à tradição estabelecida. O primeiro grupo declarava-se moderno em relação ao segundo, considerado antiquado e ultrapassado. Como resultado dessa querela dos métodos, é possível dividir a história da alfabetização no Brasil, mais especificamente no estado de São Paulo, em quatro momentos, nos quais o processo de alfabetização é compreendido de uma forma singular (MORTATTI, 2000):

- 1º momento (1876 a 1890): disputa entre os defensores do “novo” método da palavração e os partidários dos “antigos” métodos sintéticos⁹⁶;
- 2º momento (1890 a meados da década de 1920): disputa entre os defensores do “novo” método analítico e os defensores dos “antigos” métodos sintéticos;
- 3º momento (de meados de 1920 ao final da década de 1970): disputas entre defensores dos “antigos” métodos de alfabetização (sintéticos e analíticos) e os defensores dos “novos” Testes ABC, com os quais era proposta a verificação da maturidade necessária ao aprendizado da leitura e da escrita. A introdução dos “novos” métodos mistos ocorreu nesse momento;
- 4º momento (meados da década de 1980 a 1994⁹⁷): disputas entre os defensores da “nova” perspectiva construtivista e os defensores dos “antigos” testes de maturidade e dos “antigos” métodos de alfabetização.

Este trabalho tem como foco o 4º momento descrito por Mortatti (2000), o qual comporta o período de divulgação e ascensão da concepção construtivista de alfabetização, vinculada ao discurso construtivista. Em especial, essa concepção distinguia-se da concepção de alfabetização anterior, vinculada ao discurso tradicional, por não considerar a alfabetização como um processo mecânico de reconhecimento de sons e letras, bem como por não enxergar a criança como um recipiente vazio no qual se deposita conhecimento, mas como um sujeito que tem papel ativo na sua aprendizagem. Sendo assim, no âmbito das práticas pedagógicas, o professor deixou de ser aquele que possui e domina os conhecimentos a serem transmitidos, tornando-se aquele que realiza a mediação entre a

⁹⁶ O método de marcha sintética organiza o ensino da leitura da parte para o todo, isto é, da letra, para a sílaba e da sílaba para a palavra. Esse método propõe partir dos elementos mais simples para chegar aos mais complexos. O Método de marcha Analítica concebe a leitura como um ato global. Esse método parte das unidades maiores para as unidades menores por meio de análise e decomposição. Os métodos mistos, ao contrário dos outros que são analíticos ou sintéticos, utilizam a síntese e a análise (analítico-sintético ou sintético-analítico).

⁹⁷ O ano de 1994 é apenas a indicação do recorte feito por Mortatti (2000), pois a autora considera que este quarto momento da história da alfabetização no Brasil ainda encontra-se em curso.

criança e o objeto de conhecimento. Assim, por contrastar com a concepção anterior de alfabetização, o construtivismo foi disseminado sob a bandeira de “revolução conceitual”:

Emília Ferreiro descobriu e descreveu a psicogênese da língua escrita e abriu espaço – agora sim – para um novo tipo de pesquisa em pedagogia. Uma pedagogia onde a compreensão do papel de cada um dos envolvidos no processo educativo muda radicalmente. Suas ideias, quando levadas à prática, produzem mudanças tão profundas na própria natureza das relações do poder pedagógico que, sonho ou não, é inevitável acalentar a ideia de que esta revolução conceitual sobre a alfabetização acabe levando a mudanças profundas na própria estrutura escolar. (FERREIRO, 1993, p. 4-5).

Quando ainda antes de sua tradução para o português, a divulgação boca a boca ou através de documentos produzidos por secretarias de educação começou a chamar a atenção dos professores para esta revolução conceitual na alfabetização, observamos dois tipos de reação – de um lado, a dos que, diante das novas ideias, foram experimentá-las na sala de aula e se tornaram seus entusiásticos divulgadores e, de outro, a dos que diziam em tom condescendente: “Isto é apenas mais um modismo, vai passar como todos os outros”. Pois não só não passou como produziu efeitos para além da alfabetização inicial. Contaremos, aqui, alguns dos fatos que permitem dimensionar o que foi essa revolução conceitual (...). (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 7).⁹⁸

A investigação realizada por Emília Ferreiro e seus colaboradores tinha como proposta observar o processo de alfabetização de uma forma diferente da linha tradicional dos trabalhos realizados nessa área, os quais, segundo Emília Ferreiro, poderiam ser divididos basicamente da seguinte maneira: *“os dedicados a difundir tal ou qual metodologia como sendo a solução para todos os problemas, e os trabalhos dedicados a estabelecer a lista de capacidades ou aptidões necessárias envolvidas nessa atividade”* (FERREIRO;TEBEROSKY, 1985, p. 25). Como o estudo realizado por Emília Ferreiro não pretendia propor nem uma nova metodologia da aprendizagem, nem uma nova classificação dos transtornos de aprendizagem, Ferreiro e Teberosky (1985) não o inseriram nessa divisão.

Depois da análise dos dados obtidos com a observação de crianças em fase de alfabetização, com idade entre quatro e seis anos, as conclusões resultantes da investigação apontaram para o fato de que aprender a ler e a escrever trata-se não da aquisição de uma técnica, mas sim de uma aprendizagem conceitual. A criança passou a ser vista como sujeito cognoscente, que constrói seu conhecimento por meio da interação com o objeto de conhecimento e de acordo com uma sequência ordenada. Além disso, abandonou-se a ideia de que é o método de ensino que alfabetiza e produz conhecimento, bem como o

⁹⁸ O primeiro fragmento foi retirado do prefácio escrito por Telma Weisz para o livro de Emília Ferreiro “Reflexões sobre alfabetização”. Já o segundo fragmento, escrito pela mesma autora, foi retirado da apresentação da edição comemorativa dos vinte anos de publicação do livro de Emília Ferreiro e Ana Teberosky “Psicogênese da língua escrita”.

pensamento de que o professor é a única fonte de transmissão de conhecimento, pois, a partir do estudo realizado, concluiu-se que a criança já chegaria à escola com hipóteses formuladas sobre a escrita alfabética.

Esse deslocamento nos estudos sobre alfabetização reconfigurou as disputas no campo, pois a questão crucial já não era “Como se ensina? Qual é o melhor método para alfabetizar?”; a pergunta relevante passou a ser “Como as crianças aprendem a ler e a escrever?”. Assim, a disputa entre antigos e novos métodos de alfabetização saiu de cena, reconfigurando-se por meio da polemica entre o discurso construtivista e o discurso tradicional. Do ponto de vista do discurso construtivista, as preocupações com os métodos de alfabetização eram um equívoco, pois sua preocupação central era com a melhor forma de alfabetizar, uma vez que a questão verdadeiramente relevante era compreender os mecanismos pelos quais as crianças aprendem a ler e a escrever. Dessa forma, o construtivismo apresentou-se como uma “revolução conceitual”, reclamando o abandono das teorias e práticas tradicionais no campo da alfabetização (MORTATTI, 2006).

Neste trabalho, pretende-se observar a polêmica como estratégia discursiva utilizada para conferir o status de “revolução conceitual” ao construtivismo. Para isso, observaremos a introdução do livro *A psicogênese da língua escrita* (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985).

2.1. O lugar da pesquisa psicogenética nos estudos sobre alfabetização

As reflexões e as teses contidas em *A psicogênese da língua escrita* dizem respeito ao trabalho experimental realizado durante os anos de 1974, 1975 e 1976, em Buenos Aires, por Emília Ferreiro e seus colaboradores. As autoras dizem ainda que o objetivo do livro é mostrar que a aprendizagem da leitura e da escrita é anterior ao período de escolarização pelo qual as crianças passam.

Como posto anteriormente, o centro das discussões sobre a alfabetização de crianças, durante muito tempo foi o método de ensino. Esse fato é apontado por Ferreiro e Teberosky (1985) como uma tradição na pesquisa sobre alfabetização:

Tradicionalmente, conforme uma perspectiva pedagógica, o problema da aprendizagem da leitura e da escrita tem sido exposto como uma questão de métodos. A preocupação dos educadores tem-se voltado para a busca do ‘melhor’

ou 'mais eficaz' deles, levantando-se, assim, uma polêmica em torno de dois tipos fundamentais: métodos sintéticos, que partem de elementos menores que a palavra, e métodos analíticos, que partem da palavra ou de unidades maiores (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985, p. 18).

A palavra-chave no fragmento acima parece ser “polêmica”, pois ela indica o mecanismo pelo qual os discursos sobre a alfabetização de crianças se relacionam, à medida que se entende que, *“frequentemente, só há polêmica retrospectivamente, quando um segundo locutor – tendo ouvido ou lido um enunciado – julga que há algo a responder, provocando, por sua vez, outras respostas”* (MAINGUENEAU, 2010, p. 192). Ora, foi dessa maneira que a querela dos métodos estabeleceu-se nas discussões das questões sobre a alfabetização; a polêmica foi a força motriz da produção sobre esse tema.

Ao olharmos para a história da alfabetização, podemos observar que as disputas entre os defensores destes ou daqueles métodos de ensino estabeleceram-se discursivamente por meio da polêmica, uma vez que polemizar é, sobretudo, apanhar o outro em erro, colocando o adversário em situação de infração em relação a uma lei que se põe como incontestável (MAINGUENEAU, 2008). Esse é o movimento que podemos observar nas disputas entre os adeptos dos diferentes métodos de alfabetização.

Entretanto, Maingueneau (2008) diz ainda que, contrariamente ao nosso pensamento espontâneo, a convergência possui um lugar importante na observação da polêmica discursiva, pois o desacordo supõe um acordo sobre um conjunto ideológico comum. Sendo assim, devemos colocar que o acordo que há entre o discurso construtivista e o tradicional sobre alfabetização é a verificação da péssima situação educacional brasileira e a urgente necessidade de melhorias. A divergência primeira entre esses discursos, portanto, diz respeito ao que, dentro do seu campo semântico, pode ser dito e realizado em relação a tais melhorias, sendo que, dentro do campo semântico do discurso tradicional, a discussão sobre os métodos de alfabetização é crucial, mas, dentro do campo semântico do discurso construtivista, discutir o processo de aprendizado da língua escrita é o ponto verdadeiramente relevante.

Ao olharmos para a convergência e para a divergência envolvida na construção dessa polêmica discursiva, encontramos, portanto, o lugar dos estudos psicogenéticos nesse espaço polêmico; é o lugar da oposição. Na introdução de *A psicogênese da língua escrita*, Ferreiro e Teberosky (1985) dizem o seguinte sobre a pesquisa que desenvolveram:

Por se tratar de um tema já tão debatido no campo da educação, é conveniente esclarecer que não pretendemos propor nem uma nova metodologia da aprendizagem nem uma nova classificação dos transtornos da aprendizagem. Nosso objetivo é o de apresentar a interpretação do processo do ponto de vista do sujeito que aprende, tendo, tal interpretação, seu embasamento nos dados obtidos no decorrer de dois anos de trabalho experimental com crianças entre quatro e seis anos (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985, p. 15).

No fragmento acima, fica claro o lugar de oposição que o discurso construtivista ocupa, pois aponta a necessidade do deslocamento do foco dos estudos sobre alfabetização, devendo ser o sujeito que aprende a preocupação do investigador, e não o método de ensino. Assim, encontramos um indicador da presença da polêmica discursiva, pois a legitimidade do discurso construtivista é constituída por meio da desvalorização do discurso tradicional sobre alfabetização, uma vez que seus enunciados são considerados incompatíveis com a verdade sobre as ações necessárias para a mudança na situação educacional brasileira.

Dentro de uma perspectiva de necessidade de mudança (tanto da educação quanto dos enunciados sobre a mudança), a importância da investigação psicogenética em um campo de pesquisa já tão explorado é justificada:

Abordar uma investigação no campo da aquisição da escrita e da leitura, no qual já existe uma grande quantidade de estudos e de publicações, pode não parecer uma novidade. Acrescentar mais um estudo aos já existentes se justifica, no entanto, na medida em que o duplo marco conceitual eleito – o da psicologia genética e o da psicolinguística contemporânea – permite-nos encarar questões até agora não resolvidas. [...] Tentar uma explicação sob outro ponto de vista epistemológico, encarar um antigo problema sob uma nova óptica: acreditamos que isso justifica a tentativa (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985, p. 32).

Dessa forma, nas bases epistemológicas da investigação psicogenética, também encontramos elementos que sustentam a polêmica discursiva entre o discurso construtivista e o discurso tradicional sobre alfabetização. Ao utilizar-se de conceitos exteriores à pedagogia e à psicologia, perspectivas dominantes até então nesse campo, a pesquisa psicogenética sobre a aquisição da língua escrita aponta para a insuficiência desses campos do conhecimento para dar conta de algumas questões sobre alfabetização. Sendo assim, quando a psicolinguística e psicologia genética são estabelecidas como bases epistemológicas para a investigação psicogenética do processo de alfabetização, mais do que oferecerem explicações para questões sobre alfabetização até então não resolvidas, possibilitam a elaboração dessas questões. Como dito anteriormente, dentro da produção discursiva construtivista, a grande questão a ser respondida era “como as crianças aprendem

a ler e escrever?”, a qual até então não fora respondida, uma vez que, dentro do campo semântico do discurso tradicional, não poderia ser produzida, pois “como se ensina a ler e a escrever?” era o enunciado possível para esse discurso.

A mudança da pergunta relevante para as investigações sobre alfabetização só é possível fora do discurso tradicional. Entretanto, a mudança desse enunciado possibilitada pelo advento do discurso construtivista só parece possível devido à possibilidade de mudança na escolha das bases epistemológicas. Assim essa mudança aponta para a polêmica discursiva, porque mostra a insuficiência do que se poderia saber sobre alfabetização por meio da pergunta “como se ensina a ler e a escrever?” e das bases epistemológicas possíveis dentro do discurso tradicional.

3. Psicogenética e psicolinguística: construindo uma nova epistemologia para os estudos sobre alfabetização

As principais teorias utilizadas por Ferreiro e Teberosky (1985) no decorrer da sua pesquisa são a psicologia genética de Jean Piaget e a psicolinguística de Noam Chomsky. Para explicar como se dá a aprendizagem da língua escrita por parte das crianças, as autoras apoiaram-se na teoria da construção do conhecimento elaborada por Piaget e buscaram, nas ideias de Chomsky, um modelo de aquisição da linguagem. Essas teorias são consideradas pelas referidas autoras como marcos conceituais, particularmente, devido ao lugar de sujeito ativo conferido às crianças no processo de seu aprendizado.

Ferreiro e Teberosky (1985) encontraram um núcleo comum de ancoragem em Piaget e Chomsky, o qual diz respeito ao lugar ocupado pelo sujeito, aproximando o sujeito da teoria chomskyana que, em condições normais, por meio do seu próprio trabalho com os dados linguísticos, adquire uma língua materna sem ser diretamente ensinado, ao sujeito da teoria piagetiana, o qual adquire conhecimento por meio de suas próprias ações sobre os objetos do mundo. Em seu trabalho, as referidas autoras apresentam a concepção piagetiana de sujeito que aprende, apontando para a pertinência da sua aplicação nos estudos sobre a alfabetização:

Algo que temos procurado em vão nesta literatura [literatura psicológica/associacionista] é o próprio sujeito: o sujeito cognoscente, o sujeito que busca adquirir conhecimento, o sujeito que a teoria de Piaget nos ensinou a descobrir. O que quer dizer isso? O sujeito que conhecemos através de Piaget é aquele que procura ativamente compreender o mundo que o rodeia e trata de resolver as interrogações que este mundo provoca. Não é um sujeito o qual espera que alguém que possui um conhecimento o transmita a ele por um ato de benevolência. É um sujeito que aprende basicamente através das suas próprias ações sobre os objetos do mundo e que constrói suas próprias categorias de pensamento ao mesmo tempo que organiza seu mundo. Podemos supor que esse sujeito cognoscente está também presente na aprendizagem da língua escrita? Nós achamos que a hipótese é válida (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985, p. 26).

E apresentam a psicolinguística chomskyana como uma “revolução”, contrastando seu modelo de aquisição da linguagem com o modelo tradicional condutista/associacionista, modelo teórico com quem polemizam:

No ano de 1962, começaram a surgir mudanças sumamente importantes a respeito da nossa maneira de compreender os processos de aquisição da língua oral na criança. De fato, acontece neste campo uma verdadeira revolução, até então dominado pelas concepções condutistas (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985, p. 21).

Ferreiro e Teberosky (1985) contrastam também a concepção de sujeito que adquire uma língua apresentada por esses modelos de aquisição da linguagem:

O modelo tradicional associacionista da aquisição da linguagem é simples: existe na criança uma tendência à imitação (tendência que as diferentes posições associacionistas justificarão de maneira variada), e no meio social que a cerca (os adultos que a cuidam) existe uma tendência a reforçar seletivamente as emissões vocálicas da criança que correspondem a sons ou pautas sonoras complexas (palavras) da linguagem própria desse meio social.

Em termos elementares: quando a criança produz um som que se assemelha a um som da fala dos pais, estes manifestam alegria, fazem gestos de aprovação, demonstrando carinho, etc. Desta maneira, o meio vai “selecionando” vasto repertório de sons iniciais saídos da boca da criança (...).

Nossa atual visão do processo é radicalmente diferente: no lugar de uma criança que espera passivamente o reforço externo de uma resposta produzida pouco menos que o acaso, aparece uma criança que procura ativamente compreender a natureza da linguagem que se fala à sua volta, e que, tratando de compreendê-la, formula hipóteses busca regularidades, coloca à prova suas antecipações e cria sua própria gramática (que não é simples cópia deformada do modelo adulto, mas criação original). (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985, p. 21-22).

Parece-nos, pois, ser a mudança nos fundamentos teóricos que permite à investigação psicogenética da língua escrita ocupar um lugar considerado novo nos estudos sobre a alfabetização. Com a psicolinguística chomskyana, Ferreiro e Teberosky (1985) pretendem dar conta da competência linguística da criança e, com o referencial teórico piagetiano, dar conta da sua capacidade cognitiva. Com relação ao uso do referencial teórico da psicolinguística, as autoras advertem que não são as primeiras a assinalar a necessidade

de proceder a uma revisão das ideias sobre a aprendizagem da língua escrita a partir da psicolinguística contemporânea, mas pontuam que a originalidade de seu trabalho reside no fato de ser o primeiro a fazer tal revisão em língua espanhola e o primeiro a vincular essa perspectiva com o desenvolvimento cognitivo, conforme o descreve a teoria da inteligência de Piaget.

Desta maneira, vemos que o discurso construtivista colocou-se como oposição ao discurso tradicional por meio da polêmica discursiva. Esses discursos operam com traços semânticos distintos, o discurso tradicional tem seus enunciados gerados a partir do sema positivo [+ ensinar] e o discurso construtivista opera com o sema positivo [+ aprender], não podendo os sujeitos filiados ao discurso construtivista aceitar os enunciados gerados sob as bases semânticas do discurso tradicional. Sendo assim, dentro do universo semântico do discurso construtivista, é intolerável que o foco das discussões sobre a alfabetização seja o método de ensino, é intolerável que a criança seja apresentada como uma tábula rasa e que o professor seja considerado como o detentor do conhecimento e responsável pela sua transmissão. Dentro do universo semântico desse discurso, só é aceitável que o foco das discussões seja o processo de aprendizado, que a criança seja concebida como agente de seu aprendizado e o professor seja considerado o mediador entre a criança e o objeto de conhecimento (no caso, a língua escrita).

4. Considerações finais

A pesquisa psicogenética sobre aquisição da língua escrita, divulgada especialmente por meio do livro *A psicogênese da língua escrita* (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985), foi apresentada como uma “revolução conceitual” no campo dos estudos sobre alfabetização (MORTATTI, 2000). Tal revolução estaria baseada no rompimento com a tradição nas pesquisas sobre o ensino da escrita e da leitura, as quais giravam em torno das disputas entre novos e antigos métodos de alfabetização. Esse rompimento diz respeito ao fato de a pesquisa psicogenética sobre aquisição da escrita não propor uma nova metodologia de ensino, mas inovar ao eleger como arcabouço teórico a psicologia genética piagetiana e a

psicolinguística chomskyana, apontando para o seu interesse no processo de aprendizagem da língua escrita.

A partir da divulgação da investigação de Emília Ferreiro e seus colaboradores, entra em circulação o discurso construtivista, o qual se põe ao discurso tradicional que coloca a discussão em termos de métodos de ensino. Do ponto de vista do discurso construtivista, é intolerável que o foco das discussões sobre a alfabetização seja o método, considerando, portanto, equivocados os enunciados produzidos a partir do universo semântico do discurso tradicional.

Entendendo que há polêmica discursiva quando sujeitos que ocupam certos lugares discursivos identificam determinados enunciados como intoleráveis do ponto de vista desse lugar, julgando ser preciso entrar em conflito com a fonte desses enunciados (MAINGUENEAU, 2010), observamos que o discurso construtivista, em especial, por meio do novo referencial teórico que apresenta, polemiza com o discurso tradicional, que tem como aporte teórico o condutismo/associacionismo, pois aponta para a ineficiência, no que diz respeito à resolução do problema do fracasso escolar, das ações e dos enunciados produzidos a partir do sema [+ ensinar], em consonância com o universo semântico desse discurso. Do ponto de vista do discurso construtivista, os enunciados pertinentes são produzidos a partir do sema [+ aprender].

A constituição da representação do discurso construtivista como uma “revolução conceitual”, portanto, é realizada por meio da polêmica discursiva. É através da polêmica que o discurso construtivista busca invalidar os enunciados produzidos a partir do universo semântico do discurso tradicional, tomando esses enunciados como equivocados, sendo os enunciados produzidos a partir do seu próprio universo semântico os únicos válidos e verdadeiros.

Referências Bibliográficas

FERREIRO, Emília. *Reflexões sobre a alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1986.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da Língua Escrita*. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco e Mário Corso. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. Registro: as três facetas do polêmico. In: *Doze conceitos em análise do discurso*. Organização Sírio Possenti, Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2010.

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. *Emília Ferreiro e a alfabetização no Brasil: um estudo sobre a psicogênese da língua escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

MORAES, Artur Gomes de. *Concepções e metodologias de alfabetização: por que é preciso ir além da discussão sobre velhos "métodos"?* 2006. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=669 >. Acesso em 15 jul. 2013.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização:(São Paulo/1876-1994)*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. História dos métodos de alfabetização no Brasil (conferência de abertura - Seminário Alfabetização e Letramento em Debate - MEC/SEB). In: *Seminário Alfabetização e Letramento em Debate - MEC/SEB*, 2006, Brasília-DF. v. 1. p. 1-14.

_____. *A 'querela dos métodos' de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate. Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa (USP)*, v. III, p. 91-114, 2008.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pucinelli Orlandi (et. al.). Campinas: Editora Unicamp, 2009.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2010.

Abstract: *In this paper, we intend to observe how the status of "conceptual revolution" was conferred to the psychogenic research on the acquisition of written language developed by Emília Ferreiro. For this, the introduction (Chapter 1) of the book Psicogênese da língua escrita (FERREIRO; TBEROSKY, 1985) will be analyzed. The analysis is intended to show the discursive strategy used by the authors, which led their work to be treated as a conceptual revolution in the research on the literacy. Such revolution would be based on breaking with tradition in research on the teaching of writing and reading, which revolved around disputes between new and old methods of literacy, thereby creating, in relation to discourse, a polemic.*

Keywords: *literacy; polemical discourse; constructivism; conceptual revolution; literacy methods.*

12. O LÉXICO NA FORMAÇÃO DA IMAGEM – POLÍCIA VS BANDIDO NO JORNAL *MEIA HORA DE NOTÍCIAS*: HUMOR COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Mayara Suellen de Sousa⁹⁹

Resumo: *Este trabalho tem o objetivo de analisar os campos lexicais utilizados na construção dos sujeitos: polícia e bandido em notícias de crimes cometidos por ambos, no jornal popular carioca Meia Hora de Notícias. A partir de tais construções verificaremos o uso do humor na construção do campo lexical como mecanismo de dominação do leitor do jornal, como estratégia para dissimular os leitores sobre os crimes cometidos pela polícia e ressaltar os feitos cometidos pelos criminosos. A mídia, aqui representada pelo jornal popular, é importante na organização da vida da sociedade, pois reproduz crenças, constrói e valida ideologias, garantindo, portanto, a dominação em seus espaços discursivos em favor dos controladores desse discurso. Tal escolha lexical gera a construção de uma ideologia que coloca a polícia carioca e os bandidos em lados opostos, o que dissimula a verdade, que a polícia também pode cometer crimes.*

Palavras-chave: *Análise Crítica do Discurso; campo lexical; jornal popular; ideologia; violência*

1. Introdução

É pela escolha vocabular que o enunciador busca expressar seu ponto de vista em relação ao mundo que o cerca, emitindo seus juízos de valor. Assim, na cadeia referencial do texto, o objeto vai sendo construído pela seleção lexical, pelas retomadas, por sinonímias e hiperonímias, e por caracterizações de cunho subjetivo, que expressam uma avaliação positiva ou não do objeto construído discursivamente.

A mídia, aqui representada pelo jornal popular, é importante na organização da vida da sociedade, pois reproduz crenças, constrói e valida ideologias, garantindo, portanto, a

⁹⁹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, sob a orientação do Prof. Dr. Hudinilson Urbano. mayarassousa@yahoo.com.br

dominação em seus espaços discursivos em favor dos controladores desse discurso. Por isso quando se estuda textos referentes à comunicação de massa – neste artigo: o jornal popular; pensa-se no controle exercido por esses órgãos na manutenção ou na formação de opinião o que, por conseguinte, pode pressupor controle ideológico. Tal hipótese é confirmada por Van Dijk, (2005, p.37) “o discurso midiático é a fonte principal do conhecimento, das atitudes e da ideologia das pessoas, tanto das elites como das classes populares”.

A interação social é uma das principais características da mídia que assume o papel de espelho da sociedade de veículo imparcial perante os fatos, porém também pode ser vista como mecanismo de manipulação. Essa discussão sobre o papel da mídia se dá por sua importância como mecanismo capaz de moldar o mundo em que vivemos e desempenhar uma atividade discursiva que na interação social tem a intenção de sustentar os discursos das instituições dominantes.

O artigo será desenvolvido do seguinte modo: a seção seguinte apresenta as concepções fundamentais utilizadas para o trabalho: Mecanismos de dominação e poder com embasamento em trabalhos de van Dijk (1999, 2003, 2005 e 2008) e uma breve apresentação da teoria sobre o humor para a qual utilizamos os estudos de Propp (1992) e Bergson (2001). A seção seguinte trata da apresentação do corpus e da análise das manchetes selecionadas do jornal *Meia Hora* de Notícias. Em seguida, apresentamos as conclusões obtidas a partir da análise efetuada.

2. A Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica do Discurso (ACD) vê a linguagem como uma prática discursiva. Assim, sua atenção é voltada a fenômenos como o poder e a dominação em temas como o racismo, a discriminação e a xenofobia. Deste modo a ACD pesquisa o papel da mídia, em especial das notícias, analisando as estratégias enunciativas e retóricas que contribuem para a construção ideológica daquilo que é noticiado pela mídia.

No que diz respeito ao conceito de poder, há diversas definições, mas de acordo com a perspectiva adotada, Dijk afirma poder como “poder social em termos de controle” (2008, p.17), o controle de um grupo sobre outro grupo, com especial enfoque para o abuso de

poder. O autor lembra que discurso e poder se relacionam na medida em que se têm atos que são controlados e tais atos envolvam processos comunicativos, daí a complexa relação entre poder e discurso.

A ACD configura-se como fundamental no plano da linguagem, considerando que o discurso pode ter o poder de provocar uma ação, por poder ser um mecanismo para influenciar as pessoas. É aceitável, então, o estabelecimento das relações de poder e de dominação que transcorrem o contexto discursivo e que podem chegar à prática social.

Segundo Van Dijk (2008, p.13), as relações entre as estruturas sociais e discursivas são muito complexas, já que na língua, do aspecto gramatical, não difere chamarmos uma pessoa de “terrorista” ou de “lutador pela liberdade”, porém em uma sentença, do ponto de vista das relações de poder que podem ser estabelecidas, há uma implicação em tal seleção lexical, ao entendermos que o posicionamento e a ideologia, manifestadas por mediação do discurso, podem interferir na prática social, ganhando novas significações.

Sobre ideologias podemos afirmar de acordo com Van Dijk (1997) que são crenças sociais compartilhadas e não opiniões individuais, as ideologias não se limitam a reproduzir a dominação social, por isso não é correto aceitar a ideologia como uma simples transcrição figurada das relações sociais de dominação. Além das suas funções negativas – reproduzir dominação e desigualdade – as ideologias também criam solidariedade e desencadear movimentos de oposição. De acordo com Van Dijk (2003) Há ideologias que esteiam e legitimam a oposição e a resistência contra o domínio e a resistência social.

3. Humor – o riso de zombaria como mecanismo de dominação

Nesta seção temos um breve histórico sobre o humor e o riso, destacando as teorias que podem comprovar nossa teoria de que o humor serve como mecanismo de dominação.

Uma das primeiras teorias que discorrem sobre o humor foi encontrada em Aristóteles (1969) que afirmava a comédia ser a imitação dos maus costumes dos homens, sempre os representando de uma forma pior do que realmente são. A representação da comédia era tida como inferior, pois era feita de modo a agradar o público.

Como na Odisséia, onde os desenlaces são opostos: há um para os bons, outro para os maus. Esta última categoria é devida à pobreza de espírito dos espectadores, pois os poetas limitam-se a seguir o gosto do público, propiciando o que ele prefere. Não é este o prazer que se espera da tragédia; ele é mais próprio da comédia, pois nesta as pessoas que são inimigas demais na fábula, como Orestes e Egisto, separam-se como amigos no desenlace, e nenhum recebe do outro o golpe mortal. (ARISTÓTELES, 1969. p.120).

Sendo assim, a comédia traria um olhar diferente sobre as ações humanas. Ao invés de dor e sofrimento, a comédia traz o inesperado e provoca o riso, atraindo o gosto popular. Aristóteles inaugura o “preconceito” contra o humor, por este ser considerado pertencente às classes inferiores.

O humor pode ser entendido como qualquer mensagem – expressa por ato, palavras, escritos, imagens ou músicas – cuja intenção é a de provocar o riso. (BREMNER; ROODENBURG, 2000). O riso provoca uma atitude do homem ante a vida e ante si próprio, pressupondo a consciência do seu caráter cômico, mas também sublime. Atualmente, o humor é basicamente a capacidade de demonstrar as excentricidades de determinada ação ou situação que são capazes de provocar o riso.

Apesar de afirmar ou denunciar aquilo que é potencialmente risível, o humor não é forçosamente alegre, mas pode ser decerto uma forte arma literária. (CASTRO, 2009)

Porém, para que o mecanismo motivador do humor funcione é preciso que seja comum, tanto ao que faz rir quanto ao que irá rir as regras sociais existentes. “O riso deve corresponder a certas exigências da vida em comum. O riso deve ter uma significação social” (BERGSON, 2001, p.6). Ambos os sujeitos discursivos devem ter essa consciência, pois será a quebra dessas regras que gerará o riso. Daí a função social em apontar o inapropriado.

O filósofo John Morreall (apud ALBERTI, 1999) resumiu diversas teorias sobre o humor em três teorias tradicionais: a da superioridade, a da incongruência e a do alívio. Nesse artigo discorreremos sobre a teoria da superioridade, que mais se aplica a análise posterior.

Na teoria da superioridade, que segundo Morreall (apud ALBERTI, 1999) seria composta pelas ideias de Platão, Aristóteles e Hobbes, o riso se faria quando em sua causa houvesse o sentimento de superioridade em relação ao objeto do riso. Pode aparecer em piadas que focam os erros, a ignorância ou a infelicidade de alguém. Comumente esse tipo de riso é provocado pelas pessoas que apresentam algum defeito, encontram-se em posição de desvantagem ou sofrem algum tipo de acidente. A teoria da superioridade explica que o

riso se dá naquele que vê o objeto do riso de um plano superior, sentindo-se então melhor do que ele. Uma das ideias que contribuíram com Morreall para a constituição da teoria da superioridade foi Thomas Hobbes (1994, p.54), ele afirma que: “A paixão no riso não é senão uma glória repentina”. (Tradução nossa)

O humor acontece pela contradição entre forma e conteúdo ou pela contraposição entre o ideal e o real (PROPP, 1992). Para Propp (1992), há duas condições para a comicidade, a primeira condição é que quem ri deve ter em si as concepções de justiça e moralidade, deve saber diferenciar o certo do errado. E a segunda condição para a construção do humor é a existência de quem ri e de quem faz rir, é que se consiga observar ao seu redor algo que contradiga o paradigma que possuímos em relação ao mundo. Precisamos encontrar os defeitos do mundo causados ou não pelo homem. Aliás, o humor provém da presunção de verdade dos fatos que provocam o riso. Mesmo que haja destinatários a quem isto aparentemente não interesse.

4. O corpus

Para efeito de análise, o escopo deste trabalho é composto por seis capas do jornal *Meia Hora de Notícias* coletadas no mês de setembro de 2012.

O *Meia Hora de Notícias* é um jornal do Rio de Janeiro e faz parte do grupo O Dia. Trata-se de um tabloide popular, com o custo de R\$0,70 (Setenta centavos de Real). Tem de 32 a 44 páginas, é matutino e tem como objetivo ser de fácil compreensão, utilizando linguagem acessível e coloquial. Inicialmente, apresentou-se como opção mais barata ao Jornal Extra, porém acabou atingindo outro nicho de público. Grande parte do noticiário é retirado do jornal O Dia. Os slogans do jornal são: "Nunca foi tão fácil ler jornal" e "Se tempo é dinheiro, meia hora é só R\$ 0,70" ¹⁰⁰. Informações obtidas no site da Associação Nacional de Jornais mostram uma média de 136.802¹⁰¹ leitores diários, aproximadamente. Destes,

¹⁰⁰ Dados obtidos em: <<http://www.ecosjr.com.br/2011/12/15/e-serio/>>. Último acesso: 08 de fevereiro de 2012 às 19:00.

¹⁰¹ Esses dados são referentes ao ano de 2011. Dados obtidos em: Associação Nacional de Jornais - ANJ. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>>. Último acesso: 08 de fevereiro de 2012 às 19:22.

segundo informações do site do departamento comercial do Grupo O Dia¹⁰², 2% são da classe A, 24% da classe B, 60% da classe C, 13% da D e 1% da E. Em um ranking nacional o jornal *Meia Hora* ocupa a 6ª posição com a média de publicação mensal de 214.768 exemplares.

As manchetes do *Meia Hora* são permeadas por gírias, expressões populares, expressões da oralidade, figuras de linguagem, simplificações, trocadilhos, neologismos. Tais manchetes rompem com o ideal de neutralidade fazendo juízos e escolhas lexicais que provocam o humor. Além disso, não se valem da norma escrita culta como o padrão linguístico dos jornais.

O jornal faz a imagem de um leitor ideal pouco intelectualizado, que precisa de uma já opinião formada, cujos interesses se reduzem a violência urbana, mídia e futebol. Soma-se a isso o fato de não dominarem a norma culta, como vemos, especialmente na primeira página, na qual não há um compromisso com a norma escrita culta ou seguimento de manuais de redação como nos demais jornais. O *Meia Hora* apresenta ao leitor uma leitura pronta, direcionada, monitorada, logo a leitura é manipulada, isto é, não permite ao leitor refletir, questionar, nem mesmo o deixa livre para criar as suas próprias opiniões como podemos ver no texto das manchetes analisadas.

Assim, consideramos que o jornal *Meia Hora* pode configurar-se como um mecanismo controlador da ideologia dominante, ajudando a manter uma mesma estrutura social por ser considerado um formador de opinião em massa. O poder que este veículo midiático acaba assumindo em nossa sociedade é extremamente preocupante, dado que o discurso, nas palavras de Fairclough (2001, p. 91), contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes.

Nas capas dos jornais o tema principal abordado é a violência. Em todas as trinta capas do mês de setembro somente uma¹⁰³ não abordava o tema violência.

¹⁰² Dados obtidos em: O DIA COMERCIAL. Disponível em: < <http://www.odiacomercial.com.br/ Porque/ meiahora.asp>>. Último acesso: 08 de fevereiro de 2012 às 20:43.

¹⁰³ Capa do dia 26 de setembro. Disponível em: <<http://www.meiahora.ig.com.br/public/uploads/printcovers/26092012.pdf>> Último acesso: 01 de outubro de 2012 às 08:00

4.1. Análise

Pudemos observar, nas capas, que o léxico escolhido para tratar de dois personagens – Polícia e bandido era escolhido de forma a ridicularizar o bandido, enquanto o tratamento dado à polícia pode ser considerado como padrão.

Em nossa análise colhemos as lexias que formam a imagem do policial e do bandido nas capas do Jornal *Meia Hora* do mês de setembro. A partir desse campo lexical podemos observar a diferença na construção da imagem do policial e do criminoso, em tais construções podemos observar como a construção da imagem do policial é feita de modo a fazer dele um personagem “neutro”, independentemente se o que é noticiado se refere há algo bom ou ruim cometido pelo sujeito “policial”. Quer dizer, ainda que a notícia seja sobre um crime cometido pela polícia o sujeito do enunciado é retratado sem termos que o depreciem ou tendam a gerar o riso.

Já no campo lexical do bandido encontramos diversos termos depreciativos e que podem causar o riso naqueles que leem o jornal, tal estratégia, causar o riso, diminui ainda mais o criminoso. Não que o correto fosse rirmos da polícia e exaltarmos os crimes cometidos pelos bandidos, porém ao se neutralizar os crimes cometidos pelos policiais enquanto ressaltamos os feitos dos criminosos, a ponto de gerar humor, percebemos um mecanismo de dominação, fazendo com que os leitores do jornal criem na imagem de bandido e polícia pretendida pelo editor do jornal.

Para a formação do campo lexical referente ao sujeito “polícia” escolhemos capas de jornal que noticiavam crimes cometidos pela polícia, essa escolha fez-se para que houvesse certa igualdade de cenários – crimes cometidos. A partir dessa escolha foi possível perceber o discurso tendencioso do jornal em amenizar os crimes cometidos pela polícia.

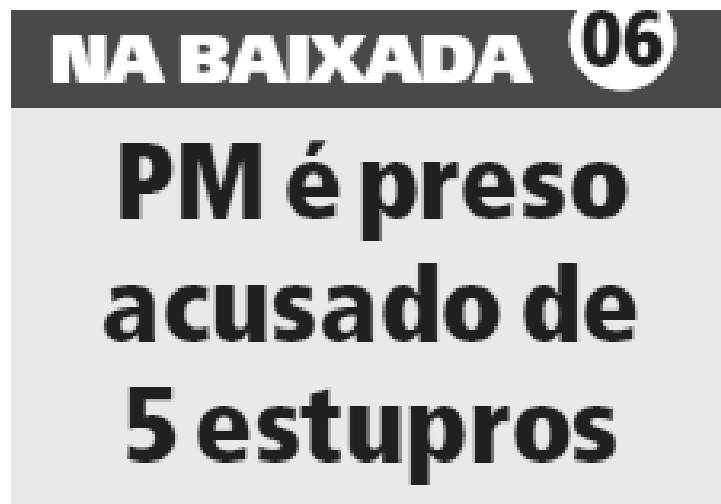


Figura 1. Capa de 28/09

Na capa de 28 de setembro observamos que a escolha lexical para se referir à polícia resumiu-se às lexias: PM e acusado. A primeira é a abreviação de Policial Militar, termo que considerando neutro, que não demonstra nenhuma opinião do jornal. Já a lexia “acusado”, quando em comparação com as lexias referentes aos bandidos, demonstra que o jornal ao noticiar o crime cometido pelo PM não o julga, como faz com o outro lado, por isso o termo acusado, que gera a imprecisão sobre se de fato o PM cometeu ou não o crime citado.

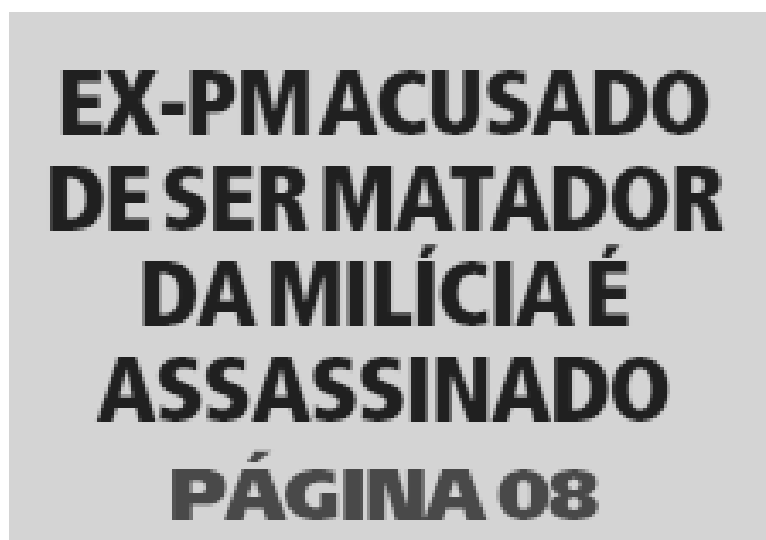


Figura 2. Capa de 30/09

Na segunda capa analisada ocorre a mesma escolha lexical observada na capa anterior, porém nela podemos ver que existência de três palavras que fazem parte do campo lexical

referente à polícia. Temos: Ex-PM e acusado e matador, as duas últimas estão ligadas, pois a lexia – “acusado” ameniza o termo posterior – matador, pois esta escolha gera imprecisão se o ex-PM seria ou não aquele que cometeu algum crime.



#FICADICA

ALÔ, POLÍCIA

**O MEIA TE AJUDA
A SE PREPARAR
MELHOR E A
EVITAR MORTES
DE INOCENTES!
RECORTE E COLE
ESSE ALVO NO
ESTANDE DE TIRO**

*Ah, um detalhe importante:
o bandido é o que está atrás*

Cláudia Lago de Souza,
que levou um tiro na
barriga enquanto era
feita de escudo por um
ladrão em fuga, no PAM
de Coelho Neto, morreu
ontem. A família culpa os
PMs envolvidos na ação,
que já foram afastados das
ruas e serão investigados

Figura 3. Capa de 06/09

Na capa de 06 de setembro observamos a escolha lexical dos seguintes termos: polícia, PMs. Nesta capa podemos observar certa ironia, a fim de gerar humor, sobre a notícia sobre a polícia, mas, ainda assim, nenhuma lexia que compõe o campo lexical sobre a polícia na notícia visa a degradar a imagem do policial. Observamos ainda que o jornal se exime de culpar os polícias ao declarar que “a família culpa” e novamente não expõe claramente se o crime noticiado foi cometido pelos policiais ou não ao usar o tempo futuro para afirmar que os mesmos ainda “serão investigados”.

Analisamos, nesta segunda parte, o campo lexical que envolve o bandido, observando o campo lexical e a notícia, podemos observar que, quando o jornal noticia crimes cometidos por bandidos o tratamento não é imparcial, usa termos pejorativos e gírias como estratégia de causar humor e fazer com que o leitor do bandido ali exposto.



Figura 4. Capa de 14/09

Na capa de 14 de setembro o jornal *Meia Hora* noticia um crime cometido por um menor de idade. O campo lexical referente ao bandido nessa capa é: Sementinha do mal, cara da morte, frio e cruel. O uso do diminutivo em “sementinha do mal” ao referir-se ao adolescente gera humor ao quebrar a lógica do uso do diminutivo não para a criação de uma palavra que recordasse afeto, mas para suscitar a ironia na associação do bandido ao termo no diminutivo. Observamos também que na notícia, diferente do que aconteceu nas notícias de crimes cometidos por policiais, há palavras que induzem o leitor a não ter dúvida sobre a autoria dos crimes citados pelo sujeito, na notícia o enunciador não utiliza modalizadores, mas verbos no presente do indicativo como na frase: “é apontado como um dos chefes [...] e

também um dos responsáveis pela chacina”, ao utilizar os termos: chefe e responsável enfatiza-se que o sujeito noticiado realmente é autor dos crimes noticiados pelo jornal.



Figura 5. Capa de 01/09

Na segunda capa escolhida, de primeiro de setembro, podemos formar o seguinte campo lexical envolvendo o bandido: Mamães bandidas, filhinhos pilantras, mamãe metralha e degenerada. Podemos perceber o humor na construção do texto da notícia a partir das escolhas lexicais feitas pelo autor, como ao utilizar: Mamãe e filhinho tentando reproduzir um cenário familiar gera o riso o fato de o cenário nada ter a ver com uma família feliz.



Figura 6. Capa de 16/09

Na última capa objeto de nossa análise temos o uso de vocábulos que se referem ao bandido com o uso de termos gírios que tendem a degradá-lo e ao diminuí-lo criar um ambiente propício ao riso através do humor de superioridade. O campo lexical utilizado para criar a imagem do bandido foi: “pela-saco” e “mané”. Estas gírias referem-se a alguém sem inteligência ou que não consegue realizar nenhuma atividade de modo satisfatório.

5. Considerações finais

Podemos afirmar que os sujeitos leitores do *Jornal Meia Hora de Notícias* estão presos a um sistema subjetivo de dominação que se dá a partir do uso do mecanismo do humor. Tal artifício funciona para atrair o leitor tornando a leitura menos pesada e dissimulando a dominação pretendida.

Tal dominação constitui-se da formação da imagem do policial versus a imagem do bandido, colocando-os em lados opostos, bem e mal, ainda que comprovado a partir das notícias analisadas que tanto a polícia quanto o bandido podem cometer crimes.

De tal forma podemos comprovar a diferença de tratamento dado pelo jornal à polícia e ao bandido, essa diferença pode ser observada através da escolha lexical na criação da imagem de um e de outro e do uso do humor quando do tratamento do bandido. O humor de superioridade, utilizado pelo jornal, visa diminuir o bandido, ridicularizando,

fazendo com que o sujeito-leitor que ri sinta-se superior ao bandido e não atente para a gravidade e importância da notícia dada.

Consideramos, assim, que a escolha lexical aliada ao uso do humor serve com um funcional mecanismo de dominação utilizado pelo jornal, que consegue criar a partir de um mesmo tema: o crime, dois sujeitos antagônicos: a polícia e o bandido. Tal escolha lexical e mecanismo de dominação gera a construção de uma ideologia que coloca a polícia carioca e os bandidos em lados totalmente opostos e que esconde a verdade, que a polícia também comete crimes, do leitor.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. *O riso e o risível: na história do pensamento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1969.

BERGSON, Henri. *O riso*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BREMMER, Jan e ROODENBURG, Herman. *Uma História Cultural do Humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CASTRO, Adriana de. Humor. In: *E-dicionário de termos literários*. [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/H/humor.htm>>. Acesso em: 20 Set. 2009.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Trad. I. Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

HOBBS, Thomas. *Human Nature and De Corpore Politico*. New York: Oxford, 1999.

PROPP, Vladimir. *Comichidade e Riso*. São Paulo: Ática, 1992

VAN DIJK, Teun. A. *Racismo y análisis crítico de los medios*. Barcelona: Paidós, 1997.

_____. *Ideologia y Discurso*. Barcelona: Ariel, 2003.

_____. *Nuevo racismo y noticias*. Un enfoque discursive. 2005. Disponível em: <<http://www.discourse.org>>. Acesso em: 05 de dez. 2012.

_____. *Discurso e poder*. Trad. Judith Hoffnagel, Ana Regina Vieira *et al.* São Paulo: Contexto, 2008.

Abstract: *This paper has the objective of analyze the lexical fields used in the construction of the subjects: Police and Thieves on news of crimes committed by both, on popular newspaper from Rio Meia Hora de Notícias. As from such constructions will verify the use of humor in the construction of the lexical field as a mechanism of domination of the newspaper reader, as a strategy to disguise the readers about the crimes committed by the police and highlight the achievements committed by criminals. The media, represented here by popular newspaper, is important in the organization of social life, because it reproduces beliefs, builds and validates ideologies, thereby ensuring the dominance in their discursive spaces in favor of the controllers of this discourse. Such lexical choice generates the construction of an ideology that puts the Rio police and bandits on opposite sides, which conceals the truth, that police may commit crimes.*

Keywords: *Critical Discourse Analysis; lexical field, popular newspaper, ideology, violence.*

13. LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA TIMORENSE: (RE)CONSTRUÇÃO DE UM PAÍS?

Patrícia Trindade Nakagome¹⁰⁴

Resumo: Neste trabalho, discutiremos como a língua portuguesa e a constituição de uma nova literatura atuam na (re)construção do jovem país Timor-Leste, país que esteve, em sua história recente, sob a colonização de Portugal e o domínio sangrento da Indonésia. Como fundamentação para nossa análise, recorreremos ao debate sobre a oficialidade da língua portuguesa e às poucas discussões em torno da existência de uma literatura timorense, pautando-nos especialmente no trabalho de Esperança (2005). Como contraponto a essas leituras, apresentamos nossa observação in loco do modo como a literatura e a língua portuguesa estão consolidadas no país. Discutiremos as dificuldades encontradas para o ensino de língua portuguesa e para o trabalho com literatura no âmbito universitário, contrastando-a com o discurso oficial, as políticas linguísticas e o ideário da Lusofonia.

Palavras-chave: Timor-Leste; língua portuguesa; literatura timorense; sistema literário; identidade.

1. Introdução

Timor-Leste é um país muito novo. Essa é uma frase que se escuta de tempos em tempos quando se está, de alguma forma, envolvido com a realidade do pequeno país asiático. Nos trabalhos acadêmicos que descrevem a realidade timorense, é constantemente reforçado o fato de o país ter sua autonomia garantida há pouco mais de uma década. E quando se tem a possibilidade de estar no país, também podemos ouvir com grande frequência a população fazer referência a essa história recente.

Sabemos, no entanto, que a história de uma nação não começa apenas a partir do momento em que foi oficializada sua independência. No caso de Timor-Leste, para nos determos em sua história recente, devemos recordar que em um breve intervalo de tempo o

¹⁰⁴ Doutoranda no Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, sob a orientação da Prof. Dra. Andrea Saad Hossne. patricia.nakagome@gmail.com.

país passou pela colonização de dois países com características muito diferentes, Portugal e Indonésia:

A questão timorense surgiu na agenda internacional com a transição portuguesa para a democracia, entre Abril de 1974 e Junho de 1976, e foi resolvida com a mudança de regime na Indonésia, entre Maio de 1998 e Outubro de 1999. Em segundo lugar, no que toca ao processo de transição para a democracia, as experiências de Portugal e da Indonésia não poderiam ser mais diferentes. A transição portuguesa ocorreu durante a guerra fria, nos anos 70, enquanto a transição indonésia teve lugar no período pós--guerra fria, durante a década de 90. Portugal é um país católico e a Indonésia, um país maioritariamente muçulmano. O primeiro é um Estado europeu e o segundo pertence ao Sudeste asiático. Em Portugal, a transição para a democracia ocorreu mediante um governo revolucionário provisório, ao passo que a Indonésia teve um governo *caretaker*. (GORJÃO, 2005, p. 8)

O autor destaca pontos de diferença entre Portugal e Indonésia, mas, por centrar sua exposição no período de transição democrática, não mostra de que forma essas diferenças se fizeram dolorosamente presentes no período em que os dois países tiveram a ilha de Timor sob seu domínio. Sem o objetivo de oferecer maior aprofundamento na História de Timor-Leste, destacamos apenas neste momento que, durante os anos de domínio indonésio, a ilha foi assolada por uma política de genocídio e destruição. No episódio conhecido como Massacre de Santa Cruz, que levou, finalmente, a comunidade internacional a voltar sua atenção para o que ocorria no país, cerca de duzentas pessoas foram assassinadas em um cemitério, após uma manifestação em honra de um estudante morto por aquele sistema repressivo.

Ao apontarmos os atos de barbárie indonésia, não aplacamos os malefícios também causados por Portugal. Por certo, o período de colonização portuguesa também foi marcado pela violência que acompanha o processo de choque entre duas culturas, algo que ocorreu em todas as suas ex-colônias, inclusive o Brasil. No caso específico de Timor, talvez a principal violência da metrópole tenha se dado pela via da omissão, algo que depois se reflete na sua demora em realizar qualquer esforço de intervenção contra a Indonésia. Como aponta o atual presidente de Timor, Taur Matan Ruak, a primeira escola oficial foi aberta pelo governo português apenas em 1915, de modo que “até 1975, apenas 5% da população se podia exprimir em português e talvez menos de metade se comunicava na mesma língua” (2001, p. 40).

Apesar de não ser uma língua franca no país, o português, especialmente em decorrência do movimento de resistência contra a Indonésia, se tornou o idioma da

resistência, algo que trataremos a seguir. Nesse sentido, veremos, ao longo deste artigo, de que maneira a língua portuguesa e a literatura escrita nesse idioma atuam como elementos da (re)construção de um país que, embora oficialmente novo, é, na realidade, velho em sua história de resistência. Assim, discutiremos em que medida o discurso em torno da cultura lusófona pode não estar inteiramente em acordo com a realidade atual de Timor, especialmente daquilo que nos foi possível observar da prática no ensino universitário.

2. Língua portuguesa em Timor-Leste e os desafios de seu ensino

A língua portuguesa teve papel importante na resistência de Timor contra a ocupação indonésia. Como indica Taur Matan Ruak, atual presidente do país e ex-combatente:

Quando nos debruçamos sobre as relações entre a língua portuguesa e a Frente Armada, em particular, veremos que quatro factores estiveram na base da manutenção dessa língua: primeiro, a presença da classe dirigente lusófona; segundo, por ser a única língua ortograficamente desenvolvida; terceiro, porque era nossa língua oficial definida desde sempre; por último, porque era uma das armas para contrapor à língua malaia no âmbito da luta cultural. (2001, p.41)

Precisamente por ter sido elemento de luta contra a dominação do Timor, a língua portuguesa teve seu uso proibido pela Indonésia. Aliado a isso, houve ampla campanha do governo desse país para difundir seu idioma, com a divulgação de diversos produtos culturais e a implementação de um rígido sistema educacional em *bahasa indonésia*. Dessa maneira, podemos dizer que os 24 anos de ocupação indonésia foram “mais eficientes” na difusão de seu idioma do que, como apontamos antes, havia sido os quatro séculos de colonização portuguesa. Por certo, é indispensável o uso de aspas para nos referirmos aos métodos “mais eficientes” da Indonésia na implementação de seu idioma, já que isso implicou, como reforçado antes, em elevada dose de violência.

O fato é que a língua malaia é uma das fortes marcas deixadas em Timor, sendo especialmente notada no âmbito que é o foco deste artigo: a educação. Como aponta Carneiro:

A maior parte dos professores de Timor-Leste não tem pleno domínio das línguas oficiais, tendo sido formados, no período da ocupação indonésia (1974-1999), principalmente a partir dos anos de 1980, quando a Indonésia passa a ter uma política mais explícita de dominação cultural. A formação, nesse período, era dada principalmente através de programas de formação específicos em Timor-Leste, em indonésio, para a formação de professores das séries iniciais (1° ao 6° ano). O corpo

docente do que era denominado pré-secundário (7º, 8º e 9º ano) e do secundário (10º, 11º e 12º) era composto, sobretudo, por transmigrantes, vindos das outras ilhas indonésias. A partir da década de 1990, muitos timorenses foram também estudar nas universidades indonésias, sendo diplomados para atuar nestes níveis de ensino, utilizando sempre a língua indonésia (CARNEIRO, 2010, p. 3168-9).

É possível ver o espaço contraditório ocupado pela língua e cultura indonésia em Timor-Leste: ainda que elas materializem a violenta história da ocupação, também carregam um aspecto da identidade timorense¹⁰⁵, que mantém sua força ainda hoje. Junto a ela, há no país também os diversos dialetos locais, duas línguas oficiais (português e tétum) e o inglês, com força crescente especialmente entre os jovens. Esse cenário é comumente encarado como uma “guerra de línguas”, em que os debates travados em torno do campo linguístico em muito o extrapolam, estando relacionado a questões políticas e econômicas mais amplas. Afinal, logo imaginamos quão vantajoso pode ser deixar sua influência linguística e cultural num país em que recentemente foram descobertas grandes fontes do petróleo.

Nesse cenário de grande complexidade, com interesses diversos em jogo, há grandes entraves para o ensino da língua portuguesa. As dificuldades encontradas na educação básica, como bem sinalizam Bassarewan e Silvestre (2010), são várias, incluindo desde a falta de professores com formação específica (ou mesmo um bom domínio do português) até a ausência de material didático adequado à realidade timorense, que possibilite, como propõem as autoras, a “promoção da leitura reflexiva” (2010, p. 503).

No nosso caso, após experiência na docência da língua portuguesa na única universidade pública do país, a Universidade Nacional Timor Lorosa’e, durante o ano letivo de 2012, pudemos notar que problemas reconhecidos na educação básica persistem ainda quando os estudantes já tiveram, em teoria, toda a formação básica em português, o que lhes permitiria acompanhar um curso universitário apenas neste idioma.

Os estudantes demonstravam grande receio para se comunicarem em português. Como apontam Brito e Bastos, a partir da análise de diversas fontes, o idioma na modalidade oral é “truncado, reticente, praticamente construído em uma base lexical, ou seja, os usuários parecem ‘traduzir’ diretamente palavras e categorias do tétum para as possíveis correspondentes portuguesas, sem preocupação com uma sistematização da estrutura morfosintática” (2007, p. 243). Tal estruturação levava, por vezes, a uma dificuldade de

¹⁰⁵ Como mostra Gunn: “Através da linguagem, especialmente, e em consequência do sistema escolar indonésio, os habitantes de Timor-Leste foram esclarecidos acerca de sua identidade indonésia. Escusado será dizer que a História de Timor foi, sem transição, incorporada na História nacional da Indonésia” (GUNN, 2001, p. 22)

compreender o que os alunos desejavam expressar, algo que foi gradualmente atenuado por estarmos mais familiarizados com aquele contexto linguístico.

Além disso, como decorrência de uma formação profundamente baseada em hierarquia, foi necessário bastante tempo para que os estudantes não tivessem tanta vergonha de se pronunciar em sala de aula, dando suas opiniões ou fazendo perguntas sobre o conteúdo. Dessa maneira, foi necessário reorganizar o planejamento das aulas de português em diversos momentos para buscar formas de que eles manifestassem sua voz e não apenas reproduzissem aquilo que lhes era dito.

A realidade educacional, portanto, está, ainda hoje, bastante distante do forte discurso feito em torno da importância da língua portuguesa na formação identitária e histórica do povo timorense. Com essa afirmação dura não negamos, por certo, o esforço do país e também da cooperação internacional, notadamente a portuguesa e a brasileira¹⁰⁶, em apoiar, em diversas frentes (formação de professores, projetos de cursos de pós-graduação etc) a maior difusão do idioma. Apenas consideramos importante destacar que os esforços ainda parecem estar distantes do resultado desejado ou, posto de outra forma, da dita importância que o país tem para a comunidade lusófona.

No modo como se vê hoje, o nível de letramento dos jovens timorenses, mesmo dentre o seleto grupo daqueles que chega à universidade, é ainda bastante precário para garantir, como discutiremos a seguir, a compreensão e interpretação de um livro, o que nos leva a questionar a validade do debate em torno de sua produção literária.

3. Literatura timorense e o desafio de sua circulação

Sempre houve grande dificuldade de delimitar o que seria a literatura, estando um dos marcos mais conhecidos desse questionamento materializado na obra de Sartre: *O que é a literatura?* (1989). Respostas diversas a essa questão são dadas de acordo com o momento

¹⁰⁶ Embora o governo brasileiro tenha um programa de cooperação há anos levado a cabo pela Capes, devemos observar que o apoio de Portugal é mais sistemático e amplo, fazendo parte, inclusive, de um discurso mais enfático sobre o importante papel do país na reconstrução de Timor, como podemos reconhecer, por exemplo, no texto de Bolina: “O Governo de Portugal tem assumido as suas responsabilidades nessa cooperação e solidariedade em diversas áreas mas, principalmente e, em larga escala, na formação de professores, na divulgação e consolidação da língua portuguesa e na formação de técnicos qualificados que possam assegurar a manutenção das estruturas do país após a saída das equipas internacionais.” (2005, p. 192)

histórico e a perspectiva daquele que busca respondê-la. Afinal, seguindo a linha de pensamento de Eagleton, a própria tentativa de identificar um texto como literário irá depender daquilo que se diz dele e do valor desfrutado por essa afirmação:

Alguns textos nascem literários, outros atingem a condição de literários, e a outros tal condição é imposta. Sob esse aspecto, a produção do texto é muito mais importante do que o seu nascimento. O que importa pode não ser a origem do texto, mas o modo pelo qual as pessoas o consideram. Se elas decidirem que se trata de literatura, então, ao que parece, o texto será literatura, a despeito do que o seu autor tenha pensado. (EAGLETON, 1997, p.12)

Ainda que concordemos que a definição de literatura em muito extrapola os limites do texto, atingindo o plano ideológico de disputa por poder e valor, não podemos negar o quanto permanece forte a consideração de que a literatura corresponde a um trabalho específico com a linguagem. Diante dessas duas formas de compreensão do objeto, seria necessário, dado o que apresentamos anteriormente sobre a realidade linguística de Timor-Leste, refletir sobre o modo como se constitui a sua literatura e, mais adiante, tendo em vista seu contexto educacional, questionar: como e qual o papel de se trabalhar com literatura no país?

Pouco se discute sobre a literatura relacionada ao Timor-Leste. Vejamos que não nos referimos à literatura timorense, pois ao fazê-lo, estaríamos adentrando na discussão mais desenvolvida nessa área. Esperança (2005) faz, em seu artigo “Um brevíssimo olhar sobre a literatura de Timor”, uma colocação que será o ponto de partida fundamental de muitas pesquisas voltadas à produção literária do país. O autor afirma que irá tratar da “literatura de Timor” e não da “timorense”, por não se limitar apenas a autores nacionais, mas sim tratar de autores de nacionalidades diversas que tenham tomado o país como tema literário. Retomando essa questão, vejamos como Antunes a relaciona ao contexto mais amplo de circulação possível da literatura:

[...] com uma administração externa, os sistemas de ensino foram canais privilegiados para a difusão de uma literatura estrangeira (portuguesa ou indonésia) que, tanto em tema como em forma, se apresentava [quase] completamente estranha aos timorenses. A esta situação junta-se a natural falta de produção literária escrita própria, resultado das altíssimas taxas de analfabetismo da população. Por esta razão, quando procuramos a literatura timorense, sentimos, como Esperança, a necessidade de incluir outras obras que não apenas as produzidas por autores timorenses. Para facilitar o entendimento, opto aqui pelas designações *de Timor* para aquelas produzidas por estrangeiros e – *timorense*, para aquela produzida por naturais (mesmo que no exílio). (ANTUNES, 2006, p139-140)

Podemos observar na citação que a distinção entre “literatura de Timor” e “literatura timorense” é retomada, num esforço de melhor explicar a diferenciação estabelecida por Esperança. Na perspectiva que adotamos neste artigo, parece-nos que tal debate acaba por ocultar as questões materiais que, de fato, determinam certa precariedade na literatura timorense, inviabilizando inclusive que ela seja tomada com autonomia em relação a outros países.

A esse respeito, consideramos pertinente estabelecer uma relação com a noção de sistema literário proposta por Candido em *A formação da literatura brasileira*. Nessa obra, o crítico diferencia “manifestações literárias” de “literatura propriamente dita”. No caso da literatura brasileira, tal diferenciação levou o crítico a não tratar, por exemplo, de Antônio Vieira ou Gregório de Matos, nomes bastante reconhecidos de nossa história literária. Não se tratava, como indica Candido, de desconsiderar o valor de suas produções, mas antes de entender que elas representam o esboço de um sistema literário, não um sistema formado, o qual exigiria: “a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel; um conjunto de receptores literários, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem traduzida em estilo), que liga uns a outros.” (CANDIDO, 2007, p. 25)

Quando retomamos o texto de Candido para pensar o contexto cultural de Timor-Leste, buscamos não estabelecer, como comumente se faz, uma relação de comparativismo que seja, de algum modo, injusta com a diversidade cultural da realidade colocada em comparação. Almejamos antes apontar que a noção de sistema proposta por Candido pode ser exemplar para revelar certas fragilidades ocultas no discurso corrente sobre a literatura do Timor.

A existência de literatura, pensada na chave do sistema literário, depende de fatores que garantem a sua continuidade, a manutenção de uma tradição. Não se trata, assim, de uma produção independente, que simplesmente verse sobre um tema comum, no caso, o Timor-Leste. Em relação às manifestações literárias desse país, vemos que ainda que seja possível encontrar um conjunto (restrito) de autores, isso está pouco acompanhado pelo desenvolvimento de um estilo específico, possivelmente limitado pelo complexo cenário linguístico indicado anteriormente, e, em especial pela ausência de um público leitor especializado, aquele capaz de formar outros leitores. Assim, a discussão em torno da

nomenclatura “literatura timorense” e “literatura de Timor” parece ocultar o problema real da ausência dos elementos fundamentais para a formação de um sistema literário, o qual se ressentente, de modo mais acentuado, da consolidação de um efetivo público leitor.

Em nossa experiência docente no país, como tratado no tópico anterior, lidamos com estudantes universitários que demonstravam grande dificuldade para compreender um texto e ainda mais para buscar uma interpretação própria, capaz de estabelecer relações entre aquilo que é lido e seu repertório e experiência. Uma atenção detida a sujeitos reais pode fazer com que a preocupação fundamental em torno da literatura se volte ao modo de preparar pessoas capazes de discutir criticamente aquilo que é lido, não apenas à busca por possibilidades de ampliar o leque de autores para comporem um sistema literário.

Curiosamente, como se vê na síntese sobre um trabalho com literatura junto a alunos universitários, ele envolve a construção da autoria antes da própria recepção:

o trabalho com literatura, embora fundamental, apenas poderia ser melhor desenvolvido em outra etapa do contato com os estudantes, quando a própria ação sobre o texto já tivesse sido trabalhada sob outro enfoque: não para a recepção, mas para a autoria. Nesse sentido, percebemos que a discussão da literatura em língua portuguesa por um grupo que tinha precário domínio do idioma já seria outra forma de atuação pedagógica autoritária. Afinal, não sendo possível discutir as leituras do grupo sobre uma determinada obra, a atividade estaria limitada a mostrar uma única leitura, a realizada pelo professor. (NAKAGOME, 2013, p. 94)

Independente de não se encontrar um ponto de consenso nas diferentes tentativas de definição do objeto literário, o fato é que a literatura, para além de um amontoado de livros, corresponde a uma prática cultural que envolve sujeitos reais e experiências significativas. Nesse sentido, o efetivo contato com a literatura apenas poderá ocorrer quando os sujeitos que a ela tiverem acesso não estejam sujeitados à força de uma única leitura, nesse caso, a realizada pelo professor.

A autoria é uma questão fundamental quando pensamos na relação entre literatura e Timor-Leste. No entanto, diferentemente do que se coloca no debate sobre o tema, a questão não está na autoria dos escritores que se dedicam a abordar o Timor em suas páginas. O que nos parece central é discutir a condição de autoria daqueles que, no momento, são apenas leitores potenciais dessas obras. Apenas com o desenvolvimento mais profundo das condições econômicas e educacionais para que os sujeitos tenham acesso ao

livro, ou seja, que possam tê-lo nas mãos para, em seguida, poderem lê-lo, teremos dado um passo significativo para a formação de um sistema literário timorense.

A formação de um sistema literário implica em condições que extrapolam os limites do literário, indicando o modo como uma nação se relaciona com seu passado e futuro. No caso de Timor-Leste, a escolha pela oficialidade da língua portuguesa marca um modo de compreender sua própria história e indica as bases do que se pretende construir. Nas palavras de Hull:

Se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á numa nação de amnésicos, e Timor-Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na gênese da cultura nacional. (HULL, 2001, p. 39)

A nosso ver, as discussões em torno da literatura e da língua portuguesa compartilham de uma relação semelhante em torno do modo como reconstroem o passado de Timor-Leste e constroem seu futuro. Trata-se da necessidade de manter aquilo que está arraigado na tradição e na história, ambas marcadas pela língua portuguesa, a qual é, em relação ao futuro, aliada na urgência em estabelecer a base de resistência de uma população que se encontra no centro de interesses complexos e que ainda sofre as consequências de uma violência bastante recente, cujas marcas podem ser percebidas, como enfocamos em nosso artigo, na educação.

4. Considerações finais

Tratar de língua e de literatura sempre quer dizer mais do que simplesmente tratar de língua e literatura. No caso específico de Timor-Leste, na sua condição de “país novo”, a própria adoção de uma língua como oficial representa a maneira como ali se compreende a identidade do povo, o que, como mostra Albuquerque, nem sempre está acompanhado das necessárias ações práticas:

O Timor Leste como está em fase de reconstrução e estabilização deve realizar esse processo de se reerguer juntamente com a língua portuguesa, mas isso não vem acontecendo na prática. Na realidade, a língua portuguesa vem perdendo espaço vertiginosamente na “guerra de línguas” que está ocorrendo nos últimos anos, principalmente para a língua inglesa, que é a língua mundial, sedutora e grande

ameaça às línguas autóctones, e para o *bahasa indonesia*, a língua do dominador recente. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 44)

Timor-Leste, país novo em termos oficiais, tem, na realidade, um longo passado. Seu projeto de futuro não pode se pautar apenas na discussão sobre o modo como a língua escolhida representa a resistência e a luta que marcaram sua independência. Trata-se de construir um futuro que faça jus a uma cultura de séculos, pouco conhecida e discutida pela própria população. Nesse contexto, a língua portuguesa e a cultura lusófona, mais especificamente a literatura, devem deixar suas marcas na construção desse novo país e também na reconstrução de uma história que se iniciou muito antes de ele se tornar uma nação autônoma.

O processo de (re)construção, em termos práticos, se constitui, a nosso ver, especialmente com uma forte ação voltada à educação, à formação das novas gerações. Ali está, de forma concreta, não apenas simbólica, a possibilidade real de essa pequena ilha se firmar em um contexto geopolítico de tamanha complexidade. No caso específico do ensino de língua e literatura, acreditamos que o trabalho se tornará mais eficiente e efetivo quando o debate for além de nomenclaturas e classificações para se tornar um processo de abertura a que os próprios timorenses sejam autores na construção também de novas nomenclaturas e classificações, adequadas aos anseios do país e sua população.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Davi Borges. O Ensino de Língua Portuguesa em Timor Leste: Variedades e Dificuldades. *Interdisciplinar*, v. 12, p. 31-47, 2010.

ANTUNES, Ricardo Jorge. O que é Timor? Língua e literatura em Timor-Leste. *Diversidade Cultural na Construção da Nação e do Estado em Timor-Leste*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

BASSAREWAN, Aicha Binte Umar; SILVESTRE, Simone Michelle. O ensino e a aprendizagem da leitura nos primeiros anos da escolaridade em Timor-Leste. *Educação e Pesquisa*, v.36 (2), p. 491-504, maio/ago 2010.

BOLINA, Mariette. Timor e a Língua Portuguesa no seu Projecto Educativo. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, v.6, p.179-193, 2005.

BRITO, Regina Helena Pires de e BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa. "Hello, mister", "Obrigadu barak" e "boa tarde": desafios da expressão linguística em Timor-Leste. *Revista ACOALFap/p: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa*, São Paulo, v. 3, 2007. Disponível em: <<http://www.mocambras.org>>. Acesso em 10. Jul. 2013.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.

CARNEIRO, Alan Silvio Ribeiro. Políticas Linguísticas em Timor-Leste: tensões no campo da formação docente. *Cadernos do CNLF*, Vol.14, p. 3167-3179, 2010.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: Uma Introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ESPERANÇA, João Paulo T. Um brevíssimo olhar sobre a Literatura de Timor. *O que é a lusofonia*. Dili: Instituto Camões, 2005.

GORJÃO, Paulo. Mudança de regime e política externa: Portugal, a Indonésia e o destino de Timor Leste. *Análise Social*, vol. 40, p. 7-35, 2005.

GUNN, Geoffrey. Língua e Cultura na construção da Identidade de Timor-Leste. *Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, vol. 14, p. 14-25, 2001.

HULL, Geoffrey. *Timór-Lorosa'e - Identidade, Lian no Polítika Edukasionál (Timor Leste - Identidade, Língua e Polística Educacional)*. Lisboa: Instituto Camões, 2001.

NAKAGOME, Patrícia Trindade. "A autoria antes da recepção: uma experiência de ensino de literatura em Timor-Leste." *Linha d'Água* vol. 26 (1), p. 83-100, 2013.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* São Paulo: Ática, 1989.

Abstract: *This paper aims at analyzing the role developed by Portuguese language and the formation of a new literature in the (re)construction of East Timor, whose recent history is marked by Portuguese colonization and Indonesian bloody political domain. As a basis for our analysis, it is considered the debate about taking Portuguese as a official language and the little discussion about the existence of a Timorese literature, especially the work by Esperança (2005). The difficulties of teaching Portuguese language and working with literature in the university are presented in order to show how the reality do not match with the official discourse, language policies and Lusophone ideals.*

Keywords: *East Timor; portuguese language; timorese literature; literary system.*

14. ESTUDO DA AUTORIA EM TEXTOS DO SÉCULO XVI: CONTRIBUIÇÕES DA ÁREA DISCURSIVA

Rejane Centurion¹⁰⁷

Resumo: *A partir deste artigo, pretendemos discutir, em relação à nossa pesquisa de doutorado, o recorte relacionado à contribuição de conceitos da área discursiva ao estudo da autoria, em torno da obra “Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil”, de Pero de Magalhães de Gândavo, publicada em 1576. Tal obra conserva manuscritos, os quais apontam o seu processo de elaboração, sendo três as versões anteriores à versão príncipe. Investigamos o histórico de cada uma das versões, e apresentamo-lo, brevemente, a partir dos pressupostos teóricos da Filologia, para, em seguida, discutirmos sobre o conceito de “ethos” e propormos um estudo da cena de enunciação. Na última seção, apresentaremos os resultados já alcançados e a forma como conceitos da área do discurso poderão contribuir para o estudo filológico.*

Palavras chave: *gândavo; versões; cena de enunciação; ethos; autoria.*

1. Introdução

A *Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil* apresenta um conteúdo lexical de fundamental importância aos estudos da linguagem, deixando entrever muitas possibilidades de recortes de investigação, tendo em vista a descrição que seu autor faz do Brasil abordando referentes como: fauna, flora, habitantes, capitanias, aspectos naturais, entre outros. Em nossa pesquisa de doutorado, propomo-nos, num primeiro momento, a apresentar uma descrição lexical da obra; depois, um estudo da cena da enunciação. Comparando a versão príncipe às versões manuscritas, pretendemos identificar marcas do autor e apresentar uma relação entre os estudos filológicos e os discursivos. Pelo discurso, acreditamos poder responder a algumas das questões da autoria, conceito este que, para Foucault (2001, p. 26), vem a ser um “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”. Assim, amparados

¹⁰⁷ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida. Bolsista FAPESP. rejanecenturion@usp.br

pela regularidade enunciativa do discurso, ao compararmos a versão príncipe a manuscritos anônimos, tentaremos mostrar marcas do autor, auxiliados por conceitos discursivos.

Desenvolver um trabalho de cotejo de textos do século XVI, como estamos propondo, será uma forma de retratar a sociedade brasileira do referido século, e tentar compreender aspectos culturais e sociais da atualidade relacionados ao da época descrita na obra, mobilizando, assim, as funções substantiva e transcendente da filologia. Segundo Santiago-Almeida (2007, p. 132):

(...) através de textos manuscritos e impressos de natureza variada, podemos trazer, para o presente, elementos da nossa história social em determinado momento passado e, no seu interior, rememorar nosso itinerário cultural e linguístico. Memórias capazes de desvendar o que, numa leitura apressada, pode parecer inteligível para muitos de nós, podendo também possibilitar a (re)interpretação de conceitos e preceitos que nos são ditados às vezes como dogmas ou verdades absolutas. No mínimo, as memórias registradas nesses textos nos fazem interrogar os tais ditos dogmáticos.

A proposta será a de reunir as quatro versões e realizar um cotejo lexical de forma a descrever o léxico e investigar marcas de autoria de Gândavo. O estudo do aspecto lexical, definido como recorte, justifica-se por acreditarmos que no léxico está a riqueza “livre” da língua. De acordo com Biderman (1998, p. 91),

o léxico de uma língua constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos referentes, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo.

Dessa forma, tal estudo será importante para a investigação acerca do processo de nomeação do colonizador frente ao novo mundo.

Uma das preocupações da filologia versa acerca da última vontade do autor. Como este não é o caso da obra em questão, já que, ao que tudo indica, fora encomendada por seu autor, procuraremos investigar marcas autorais, tentando responder à pergunta: “onde está Gândavo nos textos?”, questão esta que se torna mais relevante se considerarmos o fato de os manuscritos conservados serem considerados apógrafos anônimos.

Na etapa inicial da pesquisa, investigamos o histórico de elaboração da obra, o qual é apresentado na seção a seguir, tomando como referência pressupostos teóricos da área filológica.

2. A “Historia” tem uma história...

A história de elaboração de uma obra é envolta de curiosidades (e, por que não, mistérios?) e informações nem sempre conhecidas pelos seus leitores. Quando referimo-nos a obras antigas, a proporção se acentua. A obra pesquisada, publicada em 1576, disponibiliza ao leitor três versões manuscritas, oportunizando, assim, o conhecimento de parte do histórico de sua elaboração e, de certa forma, parte das suas condições de produção, sendo, pois, um diferencial dessa obra antiga e rara, já que não é uma regra as obras oferecerem ao leitor tal histórico.

Estamos, portanto, diante de um desses casos raríssimos de documentação integralmente conservada, de molde a permitir a reconstituição do roteiro, exato e ao vivo, de um caso de gênese literária. Um mundo de fascinantes curiosidades, não só históricas, como literárias e estilísticas, inclusive lingüístico-filológicas, palpita no seio desses quatro textos. Além do que, representam eles quatro monumentos preciosos do patrimônio cultural e afetivo de todos os brasileiros, quatro retratos vivos e de corpo inteiro das fases de elaboração de uma obra que havia de ser o marco da nossa Historiografia (PEREIRA FILHO, 1965, p. 12).

Gândavo teria dedicado em torno de dez anos de sua vida para elaborar a obra, escrevendo-a em três versões, até que a entregasse para impressão, havendo, portanto, quatro versões da obra em questão: os manuscritos *Tractado da prouinçia do Brasil* (ms1), *Tractado da terra do Brasil* (ms2) e *Historia da prouincia Sancta Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil* (ms3); e a edição príncipe *Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil*.

As diferentes redações não são excludentes, mas complementares. Segundo Pereira Filho (1965, p. 11),

de um ponto de vista estritamente ecdótico, só um texto contaria para uma edição crítica, porque só êle retrata a vontade definitiva do autor: é o da *História da Província*, conforme a ed. *princeps* de 1576; e todos os mais, está claro, seriam indispensáveis, sim, mas apenas como elementos auxiliares para o estabelecimento criterioso do outro.

A elaboração da “Historia” passou por duas fases: a primeira, nos moldes de tratado, e, depois, assumindo caráter de história. Na primeira fase, do ms1 ao ms2, o autor acrescentou um capítulo à parte final, entre outras alterações; na segunda fase, do ms2 ao ms3, temos um significativo diferencial, a partir do qual a obra ganha perspectiva historiográfica; do ms3 à edição príncipe, também há alterações, com um capítulo a mais, após o terceiro. A seguir, trataremos de informações específicas a cada uma das quatro versões.

2.1. *Tractado da prouinça do Brasil*

É conhecida a existência de duas cópias do *Tractado da prouinça do Brasil*. A mais autorizada delas, e a que estamos tomando como ms1, encontra-se arquivada na Coleção Sloaniana da Biblioteca do Museu Britânico, na Inglaterra, sob o número 2026, e fora publicada em 1965, pelo Instituto Nacional do Livro, em edição (fac-similada e anotada) preparada por Emmanuel Pereira Filho. É a versão que credita aos estudiosos a confirmação de que Gândavo esteve em terras brasileiras. Conta com dezessete capítulos: nove na primeira parte, e oito na segunda, distribuídos em quarenta e oito folhas. Como o autor dá notícia do Mosteiro dos Jesuítas, na capitania do Rio de Janeiro, cuja construção se iniciou em 1567, a elaboração da versão original deste texto pode ter se iniciado após tal ano, em meados de 1568, sendo muito provável que tenha sido, em parte, elaborada em território brasileiro.

A outra cópia encontra-se na Biblioteca da Ajuda, em Portugal, registrada sob o número 51, V.31. O que as diferencia e confere autoridade à cópia do Museu Britânico, de acordo com estudo de Pereira Filho (1965, p. 21-2), é, principalmente, que nesta, à página 39r, há uma nota em espanhol com letra cursiva do século XVI de um contemporâneo de D. Duarte da Costa, “da maior importância, porque não só identifica o cód., como é um dos elementos fundamentais para a sua datação”, vindo a diferir da mesma nota no exemplar da Biblioteca da Ajuda, tratando-se esta última “de cópia, mal feita e inçada de portuguesismos, da outra [...]”.

Além da expressiva nota, outros indícios revelam tratar-se de cópia do século XVI, como a caligrafia e hábitos ortográficos do copista.

Sobre o manuscrito estar sob posse da Inglaterra, resta uma hipótese. Para isso, recorreremos, a partir de Stetson Jr.¹⁰⁸ (1978, p. 32), ao período histórico no qual os ingleses agiam em torno da busca de informações sobre o Novo Mundo, com seus navios piratas frequentemente chegando à costa brasileira:

¹⁰⁸ John B. Stetson Jr., um dos mais reconhecidos estudiosos da obra de Gândavo, publicou, em 1922, a tradução da “Historia” à língua inglesa, junto ao seu fac-símile.

Between 1530 and 1540 the merchants of Southampton sent Englishmen to Spain to participate in the expeditions to the New World, with the object of receiving from them on their return information regarding far eastern trade. From an early period, about 1545, there are records of Englishmen who were established as traders in Brazil; and from 1580 on, British pirates regularly visited the coast of the country, destroying Spanish or Portuguese ships they encountered, and sacking the principal cities.

Em 1601, na viagem de volta do Brasil, a nau do jesuíta Fernão Cardim fora assaltada por um desses navios piratas e os seus manuscritos foram levados, sendo publicados em inglês no ano de 1625 sob a autoria de Manoel Tristão. É possível, portanto, que o manuscrito de Gândavo tenha sido “tomado” da mesma forma em meio ao jogo de interesses comerciais da época.

2.2. *Tractado da terra do Brasil*

Pouco tempo depois de elaborar o *Tractado da prouinça do Brasil*, Gândavo retomou-o, fez alterações e inseriu um novo capítulo à parte final, fazendo surgir o *Tractado da terra do Brasil*, estruturado em duas partes com nove capítulos em cada uma. Desta segunda versão do trabalho, de acordo com Pereira Filho (1965, p. 19-20), são conhecidas quatro cópias:

- a) manuscrito anônimo, de número 552, da Biblioteca Nacional de Lisboa;
- b) manuscrito número 165, da Série Vermelha, da Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, copiado por Fr. Vicente Salgado, em 19/02/1800;
- c) manuscrito anônimo, de número 937 (*sic*)¹⁰⁹, da Série Azul, da Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa;
- d) manuscrito anônimo, do século XIX, de número 597, da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Tomamos como referência para nossa pesquisa e o denominamos como ms2 o primeiro dos manuscritos listados, haja vista se tratar de cópia quinhentista (um dos indícios vem a ser a letra do copista, semelhante a da cópia do ms1, pertencente à Biblioteca do

¹⁰⁹ Apesar de Pereira Filho (1965, p. 20) informar essa numeração, a consulta ao arquivo referente à Série Azul de Manuscritos da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (p. 240-1), a partir da página eletrônica oficial, atestou que a numeração do manuscrito é a de 739. Disponível em:
<http://www2.acad-ciencias.pt/joomla/images/Documentos/Biblioteca/Cat%C3%A1logos/catalogoma.pdf>

Museu Britânico). O texto, constituído por 47 folhas, encontra-se disponível em formato digitalizado na página eletrônica da respectiva biblioteca.

Esta versão da obra é de extrema importância, pois representa de forma completa a primeira fase de elaboração do trabalho, sobre a qual Stetson Jr. (1978, p. 29) destaca o fato de trazer informações não presentes na edição príncipe: “This shorter work is a necessary complement to the *Historia* for the basis of an estimate of Magalhães’ acquaintance with Brazil, for in it he gives many details of information which are lacking in the *Historia*”.

O texto do “Tratado” fora publicado pela primeira vez em 1826, pela Academia Real das Ciências de Lisboa junto à *Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos Dominios Portuguezes, ou lhe são vizinhas*, tomando como referência um dos manuscritos da Academia, “sem critério seguro e, ao que parece, com má revisão tipográfica” (PEREIRA FILHO, 1965, p. 20).

2.3. *Historia da provincia Sancta Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil: o manuscrito*

Como já afirmamos, houve um grande diferencial na passagem da segunda versão à terceira. Apresentado por dois poemas de Luis de Camões, o texto é totalmente reelaborado a partir da retomada das duas redações anteriores ganhando caráter de história. Com nova disposição do texto, a terceira versão é organizada em treze capítulos, não mais distribuídos em duas partes. Surge, assim, a primeira História sobre o Brasil.

O manuscrito autógrafo entregue à tipografia provavelmente fora descartado, prática comum nas oficinas, na época, no entanto, há três cópias apógrafas, sendo que a mais autorizada entre elas, a qual tomamos como ms3, encontra-se conservada na Biblioteca do Mosteiro do Escorial, na Espanha, sob o registro b-IV-28. Considerada bela, comparada aos textos do gênero, traz duas ilustrações em cores: um monstro marinho e um mapa do Brasil. A primeira ilustração foi mantida na edição impressa, o que não aconteceu com a segunda.

De acordo com Hue (2004, p. 19):

O manuscrito chegou à Espanha junto com um lote de impressos e manuscritos trazidos de Portugal, em 1573, pelo florentino Giovanni Bautista Gesio, misto de emissário e espião de Felipe II em Lisboa, com a missão de adquirir, secretamente,

as obras mais significativas para as negociações dos disputados limites entre as terras espanholas e portuguesas no Novo Mundo.

Ao referir-se a esta cópia, Stetson Jr. (1978, p. 48-9) cita a carta de uma bibliotecária endereçada ao Visconde de Juromenha (publicada por este em *Obras de Camões*, Lisboa, 1860-70, vol. I):

As for the MS. of Magalhães de Gandavo, it is a volume in 4to, written on paper in a very good clear hand of the end of the XVI century, the title page adorned with a sketch in pen and ink painted in colours, as are also some of the headpieces at the beginnings of chapters, which contain the chapter headings. At the end of chapter VIII [...] there is a design of the monster. On f. 12 there is a map of the province of sãcta Cruz commonly called Brazil. There are no other indications as to where the MS. came from, nor for whom it was written, nor whether it is the author's copy.

A segunda cópia está arquivada sob o número 1780, na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, junto à Série Azul de manuscritos. A terceira, copiada no século XVIII, encontra-se arquivada na Biblioteca Nacional de Évora, e apresenta o seguinte registro: códice CXVI/1-32.

2.4. *Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil: a edição príncipe*

Em 1576, da oficina tipográfica de Antonio Gonsalvez, Gândavo finalmente publica a edição príncipe da obra que lhe tomou anos de dedicação. O referido tipógrafo produziu, em sua oficina, aproximadamente 38 livros e costumava preparar edições caprichadas e bonitas para a Igreja, o que não aconteceu com a “Historia”, que contou com uma edição bem modesta e descuidada, assim como a de *Os Lusíadas*, impressa na mesma oficina.

Ao compararmos o ms3 à edição príncipe, é possível visualizarmos ainda várias modificações, entre as quais, um capítulo a mais:

Ávido de perfeição como era, porém, quando teve ensejo de editar o livro, não se pôde limitar ao que já estava feito. Reescreveu-lhe todo o capítulo segundo, acrescentou-lhe um outro narrando a divisão do Govêrno Geral do Brasil, e, depois de repassar e corrigir todo o texto, entregou-o afinal à imprensa. Surgiu assim a edição de 1576 (PEREIRA FILHO, 1965, p. 11).

Stetson Jr. (1978) atestou a existência de oito exemplares da edição príncipe, classificados em dois tipos: os que têm duas licenças do Santo Ofício e os que têm três. Entre os primeiros, estavam as cópias de: Huntington Memorial Library, Stetson e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; e do segundo tipo estavam os exemplares de: John Carter Brown

Library, British Museum, New York Public Library, The Bodleian Library e Biblioteca Nacional de Lisboa. O estudioso inglês afirmara que o exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro era o mais interessante de todos os oito então conhecidos, haja vista o histórico lhe associado:

It belonged at one time to that great Portuguese historian and bibliographer, Diogo Barbosa Machado, who with much patience and discernment brought together a very important collection of Portuguese books, including among them some of the rarest in existence. In the collection were hundreds of pamphlets and separate sheets (*opusculos avulsos*), which, when finally bound, made up over one hundred volumes. After the destruction of the Library of the King of Portugal by the earthquake of 1755, Barbosa Machado offered his collection to King Dom Jose who accepted the gift and installed the collection in his palace. There it remained until King Dom João VI, under pressure from Napoleon, decided to move up his court from Lisbon to Rio de Janeiro in 1807. He took the entire library with him to Brazil. It remained the property to the subsequent emperors of Brazil until the republic was created, when the emperor's library became the nucleus of the Bibliotheca Nacional de Rio de Janeiro (STETSON JR., 1978, p. 51-2).

Atualmente, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui dois exemplares, ambos microfilmados. O primeiro, e ao qual se referiu Stetson Jr., encontra-se encadernado junto a outras obras num dos volumes da Coleção Barbosa Machado, sendo considerado como exemplar 2. O outro, classificado como exemplar principal, encontra-se arquivado no cofre e, de acordo com Pereira Filho (1965, p. 9), pertenceu à biblioteca particular de Stetson Jr. Os exemplares contêm 48 folhas, capitais ornamentadas, vinhetas e cercaduras. Sobre a folha de rosto, convém destacar que é gravada a buril contendo as armas dos Pereiras. A medida do exemplar 1 é de 20 centímetros; o 2, como foi aparado para ser encadernado junto a outras obras, mede 17,2 centímetros.

Apesar de a obra inaugurar a historiografia e geografia brasileiras, juntou-se aos impressos quinhentistas que se tornaram esquecidos. Um dos prováveis motivos teria sido o fato de a Coroa Portuguesa tentar impedir o conhecimento de informações a respeito das terras brasileiras, por interesses econômico-financeiros, intervindo junto à não propagação da obra. A hipótese parece proceder, pois ao preparar a terceira versão,

Gândavo suprime alguns dados que certamente julgava não ser de interesse português ver divulgados, tais como algumas coordenadas na descrição geográfica da costa brasileira, o número de engenhos em cada capitania, e a quantidade de cana-de-açúcar e algodão produzida anualmente (HUE, 2004, p. 22).

No século XIX, a obra é, então, redescoberta pelo historiador francês Henri Ternaux, tendo sido traduzida ao francês e publicada em 1837, junto ao volume II da coleção *Voyages, relations et mémoires originaux pour servir à l'histoire de la découverte de l'Amérique*. O

estudioso francês, no prefácio da tradução (1837 *apud* STETSON JR., 1978, p. 30-31), lamentava o fato de a indiferença de portugueses e espanhóis impedir que a obra fosse reimpressa sendo esta tão rara que não mais que três ou quatro cópias eram conhecidas, não podendo ser encontrada em nenhuma livraria pública de Paris e raramente citada por autores portugueses que escreviam a respeito do Brasil, enfatizando ainda que:

His (Magalhães) History of Brazil is certainly one of the most remarkable works which appeared in the XVI century on these distant countries: the style is simple, a rare merit among the writers of his nation [...]. I can, therefore, submit this work as one of the books on America, as the least known, and the most worthy to be.

A tradução francesa proporcionou o acesso à obra de Gândavo sendo que, de acordo com Stetson Jr. (1978, p. 31), a maioria dos bibliógrafos, após 1837, passou a fazer referência à tradução francesa. Tal tradução também provocou uma busca dos colecionadores aos raros exemplares da edição príncipe, tendo como consequência duas publicações em português, no ano de 1858, em Portugal e no Brasil. “Finalmente, vinte e um anos após o resgate de Terneaux, e quase trezentos anos depois da primeira edição, a primeira História do Brasil ganhava uma segunda edição em sua língua original” (HUE, 2004, p. 15). Depois disso, outras edições foram apresentadas aos leitores, mas vale ressaltar que, mesmo com as publicações supracitadas, Gândavo e sua “Historia” continua[ra]m pouco conhecidos no Brasil, um dos motivos pelos quais justificamos nossa pesquisa.

Gândavo (1576, p. 5r) fez questão de deixar claro ao leitor seu papel de historiador, registrando a história junto à “perpétua memória”, como assim faziam os antigos, os quais registraram feitos menores como histórias, cujo valor carregarão eternamente:

A cavsã principal que me obrigou a lançar mão da presente historia, e sair com ella a luz foy por nam aver ategora pessoa que a emprendesse, avendo já setenta e tantos anos que esta prouincia he descuberta. (...) E também ha nella cousas dignas de grande admiraçam, e tam notáveis, que parecera descuido e pouca curiosidade nossa, nam fazer mençam dellas em algum discurso, e dalas a perpetua memoria, como costumauam os Antiguos: aos quaes nam escapaua cousa algũa que por extenso nam reduzissem a historia, e fizessem mençam em suas escripturas de cousas menores que estas, as quaes hoje em dia viuem entre nós como sabemos, e viuerám eternamente.

Para Gândavo (1576, p. 5v), o conceito de história está ligado ao de memória, e esta à imortalidade: “Como pois a escriptura seja vida da memoria, e a memoria hũa semelhança da immortalidade a que todos devemos aspirar, pela parte que della nos cabe, quis mouido destas razões, fazer esta breue historia (...)”, o que nos leva considerar seu texto, sim, como uma obra historiográfica – a primeira, portanto, sobre o Brasil. Citamos, pois, Stetson Jr.

(1978, p. 47), o qual acredita que: “All things considered, Magalhães left behind him in his *Historia* an account which is worthy of a notable place among the many records made by European voyagers to the New World in the sixteenth century”.

Realizaremos¹¹⁰ um estudo lexical de forma a explorar as quatro versões, temática que não exploraremos neste momento já que nosso objetivo fora o de tratar primeiramente do histórico da obra e, a partir disto, mostrar como pretendemos mobilizar conceitos da área discursiva. Destacamos as funções da filologia, a partir de Spina (1994, p. 83-4), sendo a substantiva, a adjetiva e a transcendente. Relacionando-as ao nosso *corpus*, podemos afirmar que ao cotejá-lo lexicalmente, estaremos fazendo uso da função substantiva; já a função adjetiva não será mobilizada, pois se refere à dedução de informações as quais não estejam presentes na obra; finalmente, a partir da função transcendente, o material de análise deixará de ser tomado apenas como um fim filológico para permitir uma reconstituição da vida da sociedade brasileira do século XVI, estabelecendo um diálogo com a discursividade subjacente ao texto. O estabelecimento do diálogo entre a descrição lexical e a discursividade pode ser fundamentado por Dubois *et al* (2006, p. 377), os quais afirmam que:

Os progressos da análise de discurso, bem como da teoria da enunciação, levam a colocar em termos novos os problemas lexicológicos. O estudo da unidade léxica isolada não deve ser privilegiado, na única medida em que a análise do vocabulário não constitui senão uma parte da análise do discurso e não pode ser isolada desta.

Na seção seguinte, a partir da análise do discurso de orientação francesa, discutiremos o conceito de *ethos*, colocando em relevo o estudo da cena enunciativa.

3. Contribuições da área discursiva

Para o estudo da discursividade, analisaremos a cena de enunciação (a qual integra três cenas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia) e mobilizaremos o conceito de *ethos*. Considerado “uma das dimensões da cenografia” (MAINGUENEAU, 2012, p. 282), o conceito de *ethos*, apesar de pertencer à tradição retórica, é abordado a partir da análise do

¹¹⁰ A partir deste momento, justificamos a flexão de verbos no tempo verbal futuro do presente, pois tal enfoque ainda não fora iniciado. O que trazemos para discussão é a proposta de, num dos capítulos da tese, mobilizarmos conceitos da área discursiva para tentarmos responder a algumas questões filológicas.

discurso de orientação francesa. O *ethos*, sob esta perspectiva, liga-se à enunciação, e não a um saber extradiscursivo sobre o enunciador. Tem, dessa forma, uma ligação crucial com a reflexividade enunciativa, implicando uma ligação entre corpo e discurso. Envolve a enunciação sem ser explicitado no enunciado. Não é dito, mas mostrado. Segundo Barthes (*apud* Maingueneau, 2005, p. 70),

são os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão. [...] O orador enuncia uma informação e, ao mesmo tempo, ele diz: eu sou isto, eu não sou aquilo.

O sujeito enunciador efetua em seu discurso uma apresentação de si: “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si” (AMOSSY, 2005, p. 09). Sua imagem (*ethos*) é construída de tal forma que cause impacto e suscite a adesão de seu ouvinte. E como, de acordo com Maingueneau (2005, p. 73): “O texto não é para ser contemplado, ele é enunciação voltada para um coenunciador que é necessário mobilizar para fazê-lo aderir ‘fisicamente’ a um certo universo de sentido”, acredita-se que ao enunciar, o sujeito constrói, ao mesmo tempo, a imagem/*ethos* de seu destinatário.

Em relação ao nosso objeto de pesquisa, podemos afirmar, inicialmente, que seu enunciador, ao dedicá-lo, em suas duas primeiras versões, a membros da Realeza, constrói o *ethos* de alguém legitimado e digno para tal, não sendo um vassalo qualquer, como se autoapresenta, ainda o de conhecedor da nova terra à medida que a descreve (maravilhado) tentando incentivar a vinda de portugueses que vivem em pobreza, destacando que “a mesma terra he tam natural e fauorauei aos estranhos que a todos agazalha e conuida com Remedio por pobres e desamparados que seiaõ” (GÂNDAVO, ms2, p. 3). Assim, a construção do *ethos* possibilita e favorece um discurso de incentivo/apelo a portugueses que possam se aventurar à nova terra, enunciando em favor da Coroa, já que é do interesse desta colonizar para assegurar o território.

Maingueneau (2005, p. 72) vê no sujeito enunciador o papel de fiador, “cuja figura o leitor deve construir com base em indícios textuais de diversas ordens”. Tal fiador, por meio de um tom (vocalidade específica que indica quem o disse, constitutiva tanto do discurso oral quanto do escrito), se investe de um caráter (traços psicológicos) e de uma corporalidade (compleição corporal, forma de vestir-se e mover-se no espaço social):

O *ethos* implica assim um controle tácito do corpo, apreendido por meio de um comportamento global. Caráter e corporalidade do fiador apóiam-se, então, sobre um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de

estereótipos sobre os quais a enunciação se apóia e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar.

Assim, o poder de persuasão do discurso do enunciador vai decorrer do fato de “levar o leitor” a identificar-se com ele – “um corpo investido de valores historicamente especificados” – devendo sua fala ser compatível com o mundo que se supõe fazer parte. É constitutivo, portanto, do *ethos*, que o fiador legitime sua maneira de dizer a partir de seu próprio enunciado: “Por sua própria maneira de se enunciar, o discurso mostra uma regulação eufórica do sujeito que o sustenta e do leitor que ele pretende ter” (MAINGUENEAU, 2005, p. 91).

No processo de identificação do fiador, de acordo com Maingueneau (2008, p. 65), o destinatário apoia-se num conjunto difuso de representações sociais, estereótipos reforçados ou transformados pela enunciação, ressaltando que “a incorporação do leitor ultrapassa a simples identificação a uma personagem fiadora. Ela implica um ‘*mundo ético*’ do qual o fiador é parte prenante e ao qual ele dá acesso”, mundo este que é ativado pela leitura. Nesse sentido, define a incorporação como “a maneira pela qual o destinatário em posição de intérprete [...] se apropria desse *ethos*”, apontando, pois, três registros indissociáveis de sua atuação: a enunciação confere uma “corporalidade” ao fiador, dando-lhe corpo; o destinatário “incorpora” um conjunto de esquemas correspondentes a uma maneira específica de relacionar-se com o mundo habitando seu próprio corpo; as duas incorporações anteriores permitem a constituição de um “corpo”, da comunidade imaginária daqueles que aderem ao mesmo discurso.

Para Maingueneau (2012), apesar de o *ethos* estar ligado ao ato de enunciação, não se pode ignorar que o público construa representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale – é o *ethos* pré-discursivo: “mesmo que o destinatário nada saiba antes do *ethos* do locutor, o simples fato de um texto estar ligado a um dado gênero do discurso ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas no tocante ao *ethos*” (p. 269). Apesar de haver, segundo este autor, muitas circunstâncias nas quais isso não aconteça, como quando se abre o romance de um autor desconhecido, acreditamos que representações prévias do *ethos* de Gândavo puderam ser construídas pelos seus então leitores, estando estas relacionadas à sua procedência, instrução, publicação anterior, filiação ideológica, viagem à província, entre outras.

Além do *ethos* pré-discursivo e do *ethos* discursivo (*ethos* mostrado), Maingueneau (2008, p. 71) ressalta a importância do *ethos* dito, o qual vem a ser “fragmentos do texto em que o enunciador evoca sua própria enunciação [...]: diretamente (‘é um amigo que lhes fala’), ou indiretamente, por exemplo, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala [...]”. O gráfico a seguir pode representar as referidas instâncias:

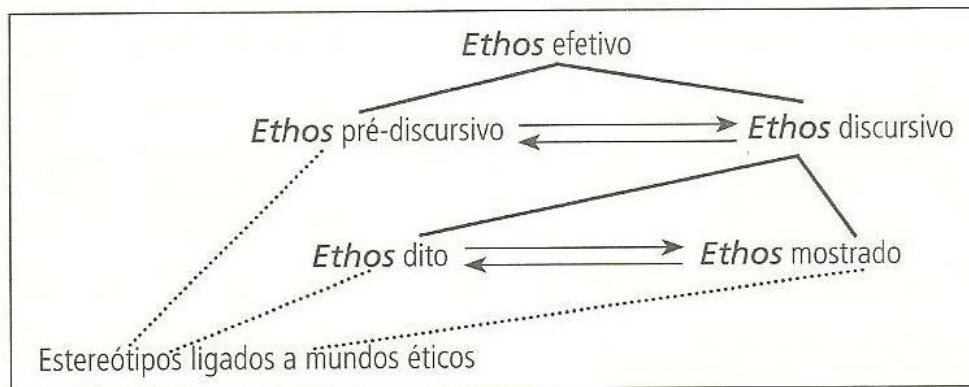


Gráfico 1 – Instâncias do *ethos* (MAINGUENEAU, 2008, p. 71)

Em relação ao *ethos* dito diretamente, podemos apontar, no *corpus*, algumas tomadas de si como as seguintes: “como logo a diante direy”; “*que* trato”; “como digo”; “como ja disse”; “*que* digo”; “de *que* atras fiz mēçam”; “como adiãte direy”; “cõtarey algūs casos”; “como ja tenho dito”; “por me parecer”. Tais fragmentos indicam ao mesmo tempo o efeito de conversa próxima e a autoafirmação relacionada ao conhecimento que se tem do objeto, os quais contribuem para que possamos estabelecer as cenografias mobilizadas.

Afirmamos que Gândavo falava em nome da Coroa, o que se sustenta a partir dos seguintes fragmentos (também exemplos de *ethos* dito de forma direta), a partir dos quais se coloca como um dos “donos da terra”, vindo, de certa forma, a validar a cena de onde fala:

razam | parece que demos aqui noticia dos natura= | es della: a qual posto *que* nam seja de todos | em geral, sera especialmente daquelles *que* | habitam pela costa, e em partes pelo sertã dentro mui= | tas legoas **com *que* temos cõmunicaçam** (1576, p. 33r);

seria | temeridade e falta de consideraçam escrever em histo= | ria tam verdadeira, cousas em que por ventura podia a= | uer falsas informações, pola

pouca noticia **que ainda te= | mos** da mais gentildade que habita pela terra dentro (1576, p. 45r);

e lo= | go se recolhem ao mato muy de pressa, onde sam tam li= | geiros e manhosos, que **quando cuidamos que vam fo= | gindo** ante quem os persegue, entam ficam atras escon= | didos atirando aos *que* passam descuidados (1576, p. 44r).

Nas primeiras citações, Gândavo se refere aos nativos com os quais os portugueses têm comunicação. No último, descreve uma situação na qual os nativos são espreitados pelos portugueses. Em ambas, se inclui como um dos que estão na terra, como um dos que têm comunicação, como um dos que estão a cuidar, enfim, ao se colocar como um dos que ocupam o lugar de “possuidor”, se permite a “convidar pobres e desamparados” para escolherem a nova terra “pera seu emparo”.

O estudo do *ethos* do sujeito enunciador poderá contribuir, ainda, além da compreensão das cenografias mobilizadas, para o conhecimento do perfil do escrevente dos primórdios da produção literária deste país. Estaremos, pois, disponibilizando à academia um estudo linguístico de *corpora* quinhentistas auxiliando-nos de conceitos da área discursiva. Nossa proposta, portanto, é a de apresentar à comunidade acadêmica um trabalho multidisciplinar, a partir do qual o objeto poderá ser analisado a partir de dois enfoques: o da Filologia, como ponto de partida, e o da Análise de Discurso de orientação francesa, como auxiliar junto às questões filológicas.

Para finalizar, na próxima seção, apresentaremos alguns dos resultados já alcançados e a contribuição da pesquisa aos estudos da linguagem, como também, os procedimentos metodológicos a serem adotados na continuidade do estudo da obra.

4. Considerações finais

Como a pesquisa encontra-se em desenvolvimento, sintetizaremos, nesta seção, as ações já realizadas, alguns dos resultados já alcançados e a sua importância para os estudos da linguagem.

Diante de um *corpus* elaborado no século XVI, a primeira etapa foi a de conhecer alguns de seus aspectos biobibliográficos, de forma a compreender o histórico de elaboração

da obra. Parte de tal histórico fora exposto na segunda seção deste, o qual corroborou sua importância junto aos escritos sobre o Brasil, elaborados no período colonial. Durante esta etapa de investigação, pudemos constatar que Gândavo continua pouco conhecido na academia, mesmo com um número maior de edições de sua obra, e sendo a primeira em Língua Portuguesa a abordar a história do Brasil, o que justifica a importância da pesquisa.

Antes de dar início à análise da cena enunciativa, o projeto prevê a edição semidiplomática das versões (etapa realizada) e o estudo do léxico (em desenvolvimento). Estas etapas já sinalizam que o diálogo multidisciplinar proposto tem muito a contribuir para os estudos da linguagem: teceremos comentários sobre marcas autorais, mobilizando a descrição do léxico e a análise da cena enunciativa, relacionando-os à filologia.

Como a autoria é caracterizada pela regularidade enunciativa do discurso, tentaremos identificar “onde está Gândavo nos textos”, disponibilizando à área filológica, um estudo multidisciplinar a partir das investigações lexical e discursiva.

Referências Bibliográficas

AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As dimensões da palavra. In: *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, Universidade de São Paulo, 1998, n.2, p. 81-118. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/flp/images/arquivos/FLP2/Biderman1998.pdf> Acesso em: 01.out.2012

DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de Lingüística*. 6.ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 7.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tractado da terra do Brasil no qual se cõ tem a informação das cousas que há nestas partes feito por P° de Magalhães* (ms2). Disponível em: http://purl.pt/211/3/cod-552_PDF/cod-552_PDF_24-C-R0300/cod-552_0000_1-47_t24-C-R0300.pdf Acesso em: jan.2012

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil*. Disponível em: http://purl.pt/121/3/res-365-p_PDF/res-365-p_PDF_08-G-R0072/res-365-p_0000_rosto-48_t08-G-R0072.pdf Acesso em: mar.2012

HUE, Sheila Moura. *Introdução: Peripécias de um livro*. In: GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *A primeira História do Brasil: História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* [Modernização do texto original de 1576 e notas, Sheila Moura Hue, Ronaldo Menegaz; revisão das notas botânicas e zoológicas, Ângelo Augusto dos Anjos; prefácio, Cleonice Berardinelli]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 13-25.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

PEREIRA FILHO, Emanuel. *Introdução*. In: GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da província do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Fontes manuscritas e impressas: reflexos da nossa base cultural e linguística. In: DIAS, Marieta Prata de Lima (org.). *Língua e literatura: discurso pedagógico*. São Paulo: Ensino Profissional, 2007.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. revisada e atualizada. São Paulo: Ars Poetica: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

STETSON JR., John B. Foreword and Introductory Notes. In: MAGALHÃES, Pero de. *The histories of Brazil*. [Translation of *Historia da provincia sãcta Cruz*. Reprint of the 1922 ed. published by the Cortes Society, New York, which was issued as no. 5 of Documents and narratives concerning the discovery and conquest of Latin America], Longwood Press, 1978.

Abstract: *In this article, we want to discuss about our doctoral research, the part related to contribution of concepts of the discursive area for the study of the authorship, around of the work “Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil”, by Pero de Magalhães de Gândavo, published in 1576. This work preserves manuscripts, which show its process of preparing written, being three versions before the version prince. We investigate the history of each one of the versions, and we present it, briefly, from the theoretical assumptions of Philology, for, then, treat on the concept of “ethos” and propose a study of enunciation. In the last section, we will present the results already achieved and the way in which concepts of discursive area can contribute to the philological study.*

Keywords: *gândavo; versions; scene of enunciation; ethos; authorship*

15. A CORRESPONDÊNCIA QUE “EM SI CONTÉM A MAIS EXATA INSTRUÇÃO QUE SE PODE REMETER” – ESTUDO DA LINGUAGEM EM DOCUMENTOS MANUSCRITOS OFICIAIS SETECENTISTAS

Renata Ferreira Munhoz¹¹¹

Resumo: *Este trabalho tem o intuito de estudar a construção da linguagem formal e suas estratégias de subjetividade em fontes manuscritas, a partir do cotejo de duas lições de um ofício enviado pelo Conde de Oeiras (posteriormente, o Marquês de Pombal) ao Morgado de Mateus em seu período de governo como capitão general da capitania de São Paulo, no final do século XVIII. Para tanto, serão observados os adjetivos, enquanto marcadores da subjetividade. Desse modo, este trabalho intenciona estudar a linguagem na instância do discurso em amostras da documentação oficial da época, com traços peculiares como a ausência de limites entre o público e o privado - característica do governo do período colonial brasileiro – e a interação social geradora e gerada pelo contexto de tais correspondências.*

Palavras-chave: *filologia; ofício; Morgado de Mateus; adjetivos; subjetividade.*

1. Introdução

Este artigo apresenta o estudo de dois testemunhos manuscritos de um ofício recebido pelo Morgado de Mateus (Dom Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão) em seu período de governo, de 1765 a 1775, como governador e capitão-general da capitania de São Paulo.

Trata-se de um ofício, redigido em fólio único, enviado pelo Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro Marquês de Pombal), à capitania de São Paulo, informando que seriam enviados documentos (reparos) sobre os negócios pertencentes às capitanias do Brasil.

¹¹¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto. renatamunhoz2000@yahoo.com.br.

O primeiro texto manuscrito apresentado em anexo é datado de 20 de junho de 1767. Trata-se de um testemunho original idiógrafo, ou seja, de uma versão do texto redigida por um escriba e controlada pelo autor intelectual (o Conde de Oeiras), apresentando a assinatura de seu próprio punho. Esse documento foi levado pelo Morgado de Mateus em seu retorno a Portugal, ao final de seu governo, tendo integrado posteriormente o acervo da Casa de Mateus em Vila Real. Em 1968, segundo Damasceno (2000, p. 17), o fundo privado de documentação referente ao Brasil colonial foi comprado dos descendentes de Morgado de Mateus, em comemoração aos 200 anos de sua morte, por Celso Cunha enquanto diretor da Biblioteca Nacional do Brasil. Desde então, esse testemunho encontra-se arquivado e disponível para consulta em sua versão microfilmada na Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro, como parte do Fundo Morgado de Mateus.

O segundo testemunho, apresentado em versão fac-similar no anexo desse artigo, é uma cópia produzida por amanuenses contratados por Morgado de Mateus na própria capitania de São Paulo. Observa-se, assim, que até mesmo a assinatura do remetente foi copiada pelo mesmo punho que reproduziu o documento. Essa cópia está atualmente encadernada em um cartulário (livro manuscrito organizado após a escrita de todos os documentos nele contidos), disponível para consulta no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Esses dois testemunhos foram transcritos segundo os critérios da edição semidiplomática, ou diplomático-interpretativa, que facilita a leitura por contar com as características da edição diplomática¹¹², com o acréscimo do desdobramento das abreviaturas. Como o trabalho do filólogo intenciona facilitar a compreensão do texto, a edição semidiplomática é bastante apropriada a estudos linguísticos por manter as marcas textuais da tradição manuscrita, tais como a pontuação, as abreviaturas, a segmentação e a junção de palavras.

Para a composição desse artigo, foram empregadas, como aporte metodológico, as seguintes etapas:

¹¹² A edição diplomática consiste na “reprodução tipográfica do original manuscrito como se fosse completa e perfeita cópia do mesmo na grafia, nas abreviações, nas ligaduras, em todos os seus sinais e lacunas, inclusive nos erros e nas passagens estropiadas”. (MARCOTULIO, 2008, p.107)

I. A produção da transcrição semidiplomática do documento em seus dois testemunhos;

II. A realização da colação, em que foram comparadas as duas lições;

III. A montagem do aparato de variantes;

IV. O estudo da linguagem por meio da observação dos adjetivos, tidos como as principais marcas de subjetividade.

O conceito de subjetividade é aqui entendido, a partir da definição de Benveniste (2005, p. 285), como a capacidade de o locutor definir-se como sujeito, estabelecendo seu *status* linguístico. Será observado, desse modo, em que medida a subjetividade interfere em documentos oficiais, a partir dos dois testemunhos empregados como *corpus*.

Entende-se “discurso” segundo o conceito proposto por Houaiss (2001, p. 1064), de “segmento contínuo de fala maior do que uma sentença” e de “enunciado escrito que supõe, numa situação de comunicação, locutor e interlocutor”.

Enquanto marcadores da subjetividade no discurso, optou-se pela análise dos adjetivos, conceituados por Mosca (1990, p. 70) como a classe de palavras que constitui o lexema preferencial para rotular os estados subjetivos, já que polarizam a escala desses estados subjetivos, devido ao diferencial semântico que apresentam.

Para fins de análise, os adjetivos foram divididos em *objetivos*, apenas classificadores, e *subjetivos*, pelos quais se apresenta uma avaliação ou posicionamento do locutor.

Por incluírem a subjetividade no discurso, os adjetivos, sobretudo os subjetivos, atuam como importante indício linguístico, ao fornecerem referenciais de avaliação ou de apreciação de seu locutor, sobretudo porque “o adjetivo é um elemento privilegiado de penetração do ideológico no discurso, como campo de investimento de valor.” (MOSCA, 1990, p. 117)

Desse modo, tanto o cotejo quanto a análise dos testemunhos visa a verificar em que medida a construção discursiva favorecia a manutenção da hegemonia baseada na ideologia do poder soberano inerente ao sistema sociopolítico do período. Para tanto, considerando “a historicidade dos textos, o procedimento foi o de seguir a trama discursiva que tem estabelecido sentidos.” (ORLANDI, 1990, p. 18)

2. Cotejo

De acordo com Silva (1987, p. 15), o *corpus* é sempre um corte intencional sobre a totalidade de uma língua, pois tais documentos, especialmente aqueles que retratam um estado de língua já passado, determinam os limites de observação sobre a documentação preexistente. Assim, o *corpus* aqui empregado é formado por um conjunto de dois testemunhos de um documento-informante a ser analisado como fragmento do período setecentista da Língua Portuguesa.

Por não se encontrarem ainda catalogados, organizou-se um verbete de apresentação a cada testemunho, conforme se apresenta nos boxes a seguir:

TESTEMUNHO IDIÓGRAFO

1767, Junho, 20. Lisboa.

OFÍCIO do [secretário do reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [governador e capitão-general da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, informando que seriam enviados reparos sobre os negócios pertencentes às capitanias do Brasil.

TESTEMUNHO CÓPIA

1768, Junho, 20. Lisboa.

OFÍCIO do [secretário do reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, informando que serão enviados reparos sobre os negócios pertencentes às capitanias do Brasil.

Um ofício é um documento não-diplomático, informativo, por meio do qual se mantém o intercâmbio de informações de forma padronizada e em caráter oficial entre subalternos e autoridades e entre órgãos públicos e particulares. De acordo com Kaspari (2004),

normalmente o conteúdo do ofício é a matéria administrativa propriamente dita. O autor afirma, em acréscimo, que esse tipo de correspondência possa também veicular matéria de caráter social, oriunda do relacionamento da autoridade em virtude do seu cargo. A linguagem, no entanto, costuma manter o padrão da formalidade e da objetividade.

As lições encontradas no testemunho idiógrafo e na respectiva cópia do ofício estudado apresentam divergências gráficas, conforme indica a colação e o consequente aparato de variantes.

A colação (*collatio codicum*), de acordo com Blecua (1983, p. 43), consiste no cotejo entre todos os testemunhos de uma tradição, permitindo o estabelecimento de uma edição rigorosamente crítica. Comparando-se os dois testemunhos, observam-se as seguintes trocas:

Aparato de variantes dos testemunhos	
Testemunho idiógrafo	Testemunho cópia
despois	depois
utteis	uteis
fez	fes
conteudo	contheudo
Luiz	Luis
Mouraõ	Mouram

Com exceção da variação de cunho fonético “despois > depois”, as demais alternâncias consistem em mudanças de ordem meramente gráfica. Comprova-se, com isso, a tese proposta por Fachin (2011) de que a língua do final do século XVIII, embora classificada como “pseudoetimológica”, apresenta certa regularidade.

Embora existam as intervenções voluntárias por parte dos copistas, a alteração das datas cronológicas, de 1767 na versão original para 1768 na cópia, pode ser entendida como um erro por substituição (*immutatio*). Como o copista lê um fragmento, memoriza-o, dita-o a si mesmo, transcreve-o e retorna ao modelo, podem ocorrer alternâncias. Deduz-se, dessa forma, que o amanuense responsável pela cópia tenha grafado o ano em que estava no momento da escrita, mantendo dia e mês. Pode-se, conceber, com isso, que o segundo testemunho da “tradição” aqui analisada contenha uma idiossincrasia capaz de acarretar danos a estudos relacionados à função adjetiva da Filologia, que leva em conta dados como a data cronológica.

3. Análises

Além do sucinto cotejo dos dois testemunhos, vale apresentar uma breve análise relativa ao discurso contido no ofício. Para tanto, optou-se pela escolha vocabular dos adjetivos. Comumente usada em textos literários, a adjetivação aparece em quantidade superior ao que normalmente se emprega em ofícios de cunho administrativo oficial, o que aponta a presença da subjetividade na esfera pública do período colonial. Por meio dessa classe de palavras, podem-se observar também traços da construção discursiva iluminista, em busca da legitimação da política pombalina.

Enquanto Estado absolutista, Portugal no final do século XVIII apresentava cenário de complexidade política e econômica, em que “coexistiam o velho (uma sociedade tradicional) e o novo (inúmeras reformas)” (FÁVERO, 1996, p. 57). Tais reformas ocorreram, sobretudo, pela atuação do Marquês de Pombal, autor do ofício em análise, considerado “o sustentáculo da aristocracia de mentalidade feudalizante ameaçada e, ao mesmo tempo, grande empresário, assumindo o papel decisivo na expansão comercial.” (FALCON, 1982, p. 173) Quanto à capitania de São Paulo, desde 1748 fora subordinada à do Rio de Janeiro, tendo em 1765 a sua autonomia restaurada com a nomeação do Morgado de Mateus para governador, recrutado com base nos padrões da lealdade e da confiança, critérios comuns à seleção de todos os funcionários da coroa.

Concebido nesse contexto histórico, o ofício menciona o “Conde da Cunha”, vice-rei do Brasil, como o destinatário primeiro de uma carta a que se faz referência. Além dele, é citado o marechal-de-campo do Corpo de Engenheiro, “Dom Miguel Ângelo Blasco”, de grande prestígio no governo do Marquês de Pombal por ter sido o responsável pela defesa do Rio Grande de São Pedro. Esse território fora invadido pelos espanhóis em 1763 e sua capital transferida para Viamão, fundada entre Laguna e a Colônia do Sacramento.

Como “a historicidade do texto é sua discursividade, que se constitui na própria tessitura da materialidade linguística” (ORLANDI, 1990, p. 29), o estudo da adjetivação aqui proposto visa a observar em que medida as marcas de personalidade interferem em uma documentação de caráter oficial, como a representada pelos testemunhos manuscritos em análise.

A subjetividade do autor revela-se desde a escolha lexical, diante das múltiplas possibilidades, até a organização desse léxico na construção dos argumentos como planos que refletem os seus propósitos. Assim, conforme Oliveira, Azevedo e Nascimento (2008, p. 130) postulam, a adjetivação pode ser usada como um recurso persuasivo a envolver de forma emocional o leitor, direcionando suas conclusões à proposta do autor.

De acordo com Mosca (1990, p. 70), o intento de neutralidade (objetividade) permeia-se da opinião e do posicionamento (subjetividade). Com isso, os adjetivos contribuem para a composição de “mensagens simbólicas muito importantes, com o fim de fixar e fazer constar/acontecer atos e fatos que respondem a atuações sujeitas à jurisdição administrativa.” (BELLOTTO, 2012, p. 3)

Para Gonçalves Segundo (2011, p. 153), “todo ato linguístico apresenta marcas subjetivas relativas a quem o enuncia, com maior ou menor comprometimento, com maior ou menor exposição de seus traços identitários.” Diante dessa asserção, considera-se que a objetividade em estado puro inexistente no processo de adjetivação, uma vez que o simples fato de ser mencionado faz do adjetivo um elemento de ordem subjetiva, uma vez que poderia ser omitido na construção do discurso.

Os adjetivos tidos como *objetivos*, que transmitem uma característica do objeto independente do posicionamento do locutor, foram empregados no ofício de modo a contribuir meramente para a pormenorização não valorativa de vocábulos relevantes à

construção discursiva. São exemplos disso os termos “pertencentes”, que caracteriza *negócios* e “últimos”, referente ao substantivo *despachos*. Além desses, observa-se o adjetivo “sobreditos”, empregado como elemento de coesão textual, indicando que *reparos* já fora citado.

Os adjetivos subjetivos são aqui analisados de acordo com a classificação de Kerbrat-Orecchioni (1980, pp. 73-131), que os divide em avaliativos (axiológicos e não axiológicos) e *afetivos* (que indicam uma reação emocional do locutor). Os adjetivos avaliativos axiológicos transmitem um julgamento de valor moral, enquanto os não axiológicos representam uma avaliação qualitativa ou quantitativa do substantivo que caracterizam.

O ofício é iniciado com a justificativa da falta de tempo para se escrever mais “A brevidade com que partem os navios, que devem transportar esta, me não permite que por eles possa agora exceder as poucas regras [...]” No contexto, o adjetivo “poucas” antecede o substantivo *regras* (que no contexto significa *linhas*), a ele atribuindo valoração negativa, uma vez pressupõe que o autor esperava poder escrever mais linhas.

Prossegue-se com a asserção de que a carta dirigida ao Conde da Cunha continha em si a “mais exata instrução”, para dar ao Morgado de Mateus uma “cabal noção” dos negócios das capitâneas. Apesar da tentativa de objetividade do ofício, os adjetivos “exata” e “cabal” determinam a valoração positiva atribuída ao documento por ele produzido. Demonstra-se, assim, a subjetividade empregada como argumento de reforço à importância do assunto.

Destacam-se os adjetivos “úteis e judiciosos”, usados em conjunto para classificar “reparos”. Por apresentarem caráter avaliativo axiológico, demonstram a subjetividade que encaminha a argumentação de forma tendenciosa, valorizando a administração portuguesa.

Soma-se a esses o adjetivo “supérfluo”, responsável por concluir a apresentação dos argumentos, determinando que embora as informações contidas possam não ser usadas no momento, seria importante que o Morgado de Mateus não as desconhecesse seu conteúdo.

TABELA DE ADJETIVOS		
	Subjetivos	
	Avaliativos	

Objetivos	Axiológicos		Não-axiológicos		Afetivos
	<i>Valoração positiva</i>	<i>Valoração negativa</i>	<i>Valoração positiva</i>	<i>Valoração negativa</i>	
pertencentes	exata	supérfluo		poucas	
últimos	cabal				
sobreditos	úteis				
	judiciosos				

A partir da tabela classificatória dos adjetivos mencionados na análise, observa-se que embora não haja os afetivos, a subjetividade pode ser verificada por meio da ocorrência dos adjetivos subjetivos em maior quantidade em relação aos objetivos. Verifica-se, assim, que a adjetivação subjetiva permeia o discurso oficial do período, comumente marcado pela suposição inicial da objetividade.

4. Considerações finais

Embora seja um documento de caráter oficial, o ofício recebido por Morgado de Mateus apresenta marcas textuais que comprovam a presença da subjetividade, tangenciando a pessoalidade. Esse trabalho intencionou, apresentar por meio de um registro conservado da época, o uso da linguagem na instância do discurso da documentação oficial setecentista, com seus traços peculiares, tais como a presença da subjetividade.

Distante da pretensão de estabelecer padronizações ao discurso político formulado pela língua escrita dos setecentos, visou-se, prioritariamente, à melhor compreensão acerca da correspondência oficial política portuguesa enviada ao Brasil durante o período de dez anos do governo do Morgado de Mateus (1765-1775).

Pode-se entender que havia na esfera pública a preocupação de manter presente a imagem do autor enquanto aquele que articulava a tradição monárquica às inovações dos princípios iluministas. Apesar de o discurso ilustrado do Conde de Oeiras ser dotado de um espírito crítico e consistir “quase sempre na utilização de certos vocábulos, na aplicação de determinados conceitos, ou na alusão a fatos e valores que remetem de imediato à ideologia ilustrada” (FALCON, 1982, p. 58), seus pensamentos foram utilizados comumente em defesa dos interesses da realeza. Decorre daí o esforço para manter o prestígio dos meios de comunicação governamental, conforme observado no discurso do ofício.

Diante disso, a ideologia do período pode ser concebida em sua materialidade por meio de traços linguísticos do discurso, tais como os adjetivos. Estudá-los, portanto, permite conhecer melhor o funcionamento do discurso colonial que, segundo Orlandi (1990, p. 16), continua produzindo os seus sentidos na cultura e construção da mentalidade nacional até os dias atuais.

Referências Bibliográficas

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de Arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. Campinas. Pontes, 2005, p. 284-293.

BLECUA, Alberto. *Manual de crítica textual*. Madrid: Editorial Castalia, 1983.

DAMASCENO, Darcy (coord.). *Catálogo Arquivo de Mateus*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 2000.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. *Práticas de escrita setecentista em manuscrito da administração colonial em circulação pública no Brasil*. São Paulo: 2011 432f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções linguísticas no século XVIII - a gramática portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

GONÇALVES SEGUNDO, Paulo Roberto. *Tradição, dinamicidade e estabilidade nas práticas discursivas: um estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana*. São Paulo: 2011 455f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KASPARY, Adalberto José. *Redação oficial – normas e modelos*. 17. ed. Porto Alegre: Edita, 2004.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. 4. ed. Paris: Armand Colin, 1980.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. *A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do marquês do Lavradio: as formas de tratamento como estratégias de atenuação da polidez lingüística*. Rio de Janeiro: 2008 215f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. *Subjetividade no editorial: uma análise retórico-argumentativa da adjetivação*. São Paulo: 1990. 406f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Esther Gomes de; AZEVEDO, Melissa Carolina Herrero Rezende de; NASCIMENTO, Suzete Silva. *Recursos Linguístico-Argumentativos no Discurso Publicitário*. In: Línguas e Letras. Cascavel, v. 9, n. 16, pp. 119-135, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista – discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Estruturas trecentistas*. Elementos para uma gramática do Português Arcaico. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa. 1989.

Anexo I – Primeiro testemunho do officio.

68

Brevidade com que partem os Navios, que de-
 vem transportar esta, me não permite, que por elle
 possa agora exceder as poucas Copias com que enca-
 minho a V. S. a Copia da Carta, que acabo de dirigir
 ao Conde da Cunha, e que emsi contém amais ex-
 acta Instrução, que supõe limitar a V. S. para he-
 dar humo cabal noticia do que tem passado nos Ne-
 gocios pertencentes a estas Capitania, depois do ul-
 timo Despacho, que esta Corte mandou a V. S.
 Com esta occasião passo tambem á Mão
 de V. S. outra Copia do Real e Juizicio de Capangas,
 que o Marechal de Campo com Exercicio de Cri-
 stianissimo Dom Miguel Angelo Branco fez so-
 bre a defensão do Rio Grande de São Pedro, e dos seus
 Territorios; por que ainda, que proximoamente se-
 rão porra fazer uso do obedição Capangas, nunca
 será superfluo a V. S. os feitos do contendo
 nelles.

Deo a V. S. Palácio de Nossa Senhora
 da Ajuda a 20 de Junho de 1767.

Conde de Oeyras

Dom Luiz Antonio de
 Botelho Mourão.

A brevidade com que partem os Navios, que devem transportar esta, me não permite, que por elles possa agora exceder as poucas regras com que encominho a Vossa Senhoria a Copia da Carta, que acabo de dirigir ao Conde da Cunha, e que em si contem a mais exacta Instrucção, que se pode remeter a Vossa Senhoria para lhe dar huma cabal noção do que tem passado nos Negocios pertencentes a essas Capitanias, depois dos ultimos Despachos, que esta Corte mandou a Vossa Senhoria Com esta occasião passo tambem ás Mãos de Vossa Senhoria outra Copia dos uteis, e judiciosos reparos, que o Marechal de Campo com Exercicio de Engenheiro Dom Miguel Angelo Blasco fez sobre a defença do Rio Grande de São Pedro, e dos Seus Territorios; porque ainda, que presentemente se não possa fazer uzo dos Sobreditos reparos; nunca será superfluo acharse Vossa Senhoria ao feito do conteudo nelles.

Deos guarde a Vossa Senhoria Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a 20 de Abril de 1767-

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão.

Anexo II – Segundo testemunho do ofício.

29

Cópia

A brevidade com que partam os Vários, que de-
vem transportar esta, me não permite, que possa
para agora exceder as poucas regras com que encomen-
do al. S.^o a Cópia da Carta que se usou de dirigida ao
Conde de Cunha, e que em si contém a mais exacta
Instrução, que se pode remetter al. S.^o para des-
pachar e com o Cabal nome do qual tem passado nos Il-
lustris pertenentes a essas Capitãcias, e de os ult-
mos despachos, que esta Corte mandou al. S.^o

Com esta Decisão para tambem as mais
de al. S.^o outra Cópia de utros, e judicior reparos
que o Marechal de Campo com Exercicio de Eng-
enheiro Dom Miguel Angelo Blanco fez sobre a des-
fensa do Rio Grande de San Pedro, e da Serra de Itaipua,
por que amada que precedentemente se não podia fazer
sem do sobredito reparos, nunca seria superfluo o
chamar al. S.^o ao fulto do Contendo netter.

Deo. al. S.^o Filipe de Noronha
Vitoria de Albuquerque al. de Junho de 1768 //

Conde de Cayras // Sr. D. Luiz Antonio de S. J. de
za Botelho Mourão //

Antônio de Souza

Copia

Abreviada com que partem os Navios, que devem transportar esta [me] não permite, que por elles possa agora exceder as poucas regras com que encaminho a *Vossa Senhoria* a Cópia da Carta que acabou de dirigir ao Conde de Cunha, e que em si contém a mais exacta Instrução, que se pode remetter a *Vossa Senhoria* para lhe dar huma Cabal noção do que tem passado nos Negocios pertencentes a essas Capitánias, depois dos ultimos despachos, que esta Corte mandou a *Vossa Senhoria* Com esta Occazião passo tambem ás mãos de *Vossa Senhoria* outra Cópia dos uteis, e judiciosos reparos que o Marechal de Campo com Exercício de Engenheiro Dom Miguel Angelo Blasco fez sobre a defença do Rio Grande de San Pedro, e dos seus Territorios, porque ainda que presentemente se não possa fazer uzos sobre ditos reparos; nunca será superfluo a-charse a *Vossa Senhoria* a feitura do Contheudo nelles. Deos guarde a *Vossa Senhoria* Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a 20 de Junho de 1768 //

Conde de Oeyras // Senhor Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mouram //

Dom Luis Antonio de Souza

Abstract: *This work aims to study the construction of formal language and the strategies of subjectivity in manuscripts from the late eighteenth century. In order to study the adjectives as the markers of subjectivity, this paper presents the technique of the collation between two lessons of a letter sent by the Conde de Oeiras (later the Marquis of Pombal) to Morgado de Mateus in their period of government as the captain general of the captaincy of São Paulo. Therefore, this paper intends to study the speech of the official documentation in order to observe the peculiar features, such as the lack of boundaries between the public and the private levels - representative of the government of the colonial Brazil, which is showed by the use of subjectivity vocabulary in a formal letter.*

Keywords: *philology; letter; Morgado de Mateus; adjectives; subjectivity.*

16. DISCURSO PRESIDENCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA EXTERNA: ANÁLISE DO PAPEL REFERENCIAL-ARGUMENTATIVO DA METÁFORA

Renata Palumbo¹¹³

Resumo: O objetivo deste artigo é examinar o papel referencial e o argumentativo da metáfora da jornada, selecionada no discurso presidencial da política internacional. Observamos o pronunciamento do ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, em Portugal, no seminário *Oportunidades de Novos Negócios e Investimentos Brasil-Portugal, 2005*. Adotamos como referenciais teóricos: os estudos sobre a referenciação (Mondada e Dubois, 2003; Koch, 2005; Marcuschi, 2005), as investigações a respeito da metáfora e do discurso político (Lakoff e Johnson, 1980, 1999; Chilton, 2004; Vereza, 2007; Kovecses, 2005, 2009; Charteris-Black, 2011) e a Teoria da Argumentação (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2002 [1958]). As análises permitiram identificar que os processos referenciais e metafóricos direcionaram imagens específicas do Brasil e de Portugal, de modo a colaborar com a tese do discurso.

Palavras-chave: metáfora conceptual; referenciação; argumentação; discurso presidencial; cognição.

1. Introdução

Em nossa pesquisa de doutorado, debruçamo-nos sobre os discursos presidenciais proferidos pelo ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, no domínio da política externa. Investigamos, sobretudo, os objetos de discurso com sentidos metafóricos utilizados para a construção de uma imagem do Brasil e dos agentes a ele relacionados nos pronunciamentos. Como também, examinamos de que modo esses processos referenciais e metafóricos favorecem a argumentação, em situações específicas do campo das relações políticas internacionais.

¹¹³ Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, tendo sido orientada pela Prof. Dra. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino. rpalumbo_07@ig.com.br.

Para esse propósito, assumimos o postulado de Lakoff e Johnson (1980, 1992) e de Kovecses (2005, 2009), a respeito de a metáfora estar presente em várias culturas e idiomas, e entendemos que as redes referenciais metafóricas, delineadas nos pronunciamentos do ex-presidente da República, são significativas para a argumentação, por colaborarem na negociação de sentido de objetos de discurso construídos por meio da utilização de referências duplas e em razão de ser um processo a partir do qual se torna possível aproximar o que, de fato, está distante de um auditório em termos de espaço geográfico e de experiências individuais e coletivas.

Nessa direção, a seleção de determinados domínios-fonte pode criar condições, para que os políticos e os empresários do exterior visualizem determinadas imagens de um povo e de seu governo a partir de um viés avaliativo, alinhado à proposta de uma política externa em exercício: a de alicerçar o país para que esse ocupe um lugar de poder nas relações internacionais. Tal como se pode observar nas análises.

Neste trabalho, em específico, nossa atenção recai sobre o pronunciamento do ex-presidente Lula apresentado em Portugal, em 2005, no seminário Oportunidades de Novos Negócios e Investimentos Brasil-Portugal. Adotamos como referencial teórico: os estudos sobre a referenciação (MONDADA e DUBOIS, 2003; KOCH, 2005; MARCUSCHI, 2005; entre outros), a metáfora e o discurso político (LAKOFF e JONHSON, 1980, 1992; CHILTON, 2004; VEREZA, 2007; KOVECSSES, 2005, 2009; CHARTERIS-BLACK, 2011) e as questões voltadas à argumentação (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2002 [1958]).

Dividimos e organizamos os subtópicos da seguinte maneira: primeiramente, discorreremos a respeito do diálogo estabelecido entre os estudos da Referenciação, da metáfora e da argumentação e sobre como tal articulação teórica pode colaborar para a análise do discurso político em seu viés internacional; em seguida, nossa atenção recai sobre o papel retórico e o referencial da metáfora (sócio)cognitiva; por fim, examinamos o corpus selecionado a partir da discussão teórica apresentada.

2. Diálogos entre os estudos da referenciação, da metáfora e da argumentação

Recentemente, vários estudiosos passaram a analisar a referência em meio às práticas sociais, considerando-a atividade intersubjetiva, construção simbólica em que elementos psicossociais e situacionais estão presentes. Na relação com o mundo, ela é vista como, “a um só tempo, dialeticamente determinada e determinante, estruturada e estruturante, organizada e organizadora” (KOCH, 2005, p.08). Nessa perspectiva interacionista, sociocognitivista e discursiva, entende-se que o caráter dinâmico da linguagem está relacionado aos construtos mentais compartilhados na práxis social (KOCH, 2005, 2006, 2009; KOCH e MARCUSCHI, 1998; APOTHÉLOZ, 2003; MARCUSCHI, 2004, 2005, 2007; MONDADA, 2001, 2002, 2005; MONDADA e DUBOIS, 2003).

Nessa abordagem, a referência caracteriza-se por ser uma construção coletiva e, ao mesmo tempo, individual de modos de dizer. Trata-se de construir discursivamente realidades, que não correspondem, especificamente, à objetiva – ao mundo empírico apartado das condições humanas de percepção, de valorização, de julgamento, de usos da linguagem – até porque muitas de nossas referências textuais não têm correspondência no mundo externo. Nessa mesma direção, temos ainda que as intencionalidades diversas dos falantes fazem com que eles sejam motivados a encaminhar seus interlocutores a perceber objetos de discurso¹¹⁴ a partir de um viés.

Assim é que os objetos postos em discursos estão além destes; configuram-se em nossas mentes e são negociados nas interações sociais. Essa afirmação leva-nos a postular, com Marcuschi (2007, p. 70), que “não pensamos com as coisas, mas as coisas com base num sistema social e simbólico de muitos níveis de estruturação e operação. Daí podermos falar de coisas mesmo quando ausentes e inexistentes”.

Conforme Koch (2008a, 2008b), na memória discursiva, há algumas operações básicas implicadas na referenciação, as quais são: ativação, reativação e desativação de objetos de discurso. Nesse processo referencial, ocorre a repetição constante dessas estratégias de maneira, por um lado, a estabilizar o modelo textual e, de outro, a reelaborá-lo e modificá-lo por meio de novas referenciações. Essas estratégias colaboram para manter os objetos no fluxo discursivo e, consecutivamente, criar novas categorizações e avaliações a respeito deles.

Desse modo, o objeto de discurso, uma vez ativado, pode ser retomado (processo anafórico) de modo a constituir uma cadeia/rede referencial. As relações fóricas (anafóricas e catafóricas) e dêiticas existentes no discurso são estabelecidas por meio de mecanismos de retomada e de

¹¹⁴ Nessa perspectiva, ressalta-se também que Mondada e Dubois (2003) apresentam a noção de objetos de discurso em vez de objetos de mundo, em razão de considerarem que a construção de uma referência é cognitivo-discursiva e intersubjetiva.

remissão. Em específico, a relação anafórica pode-se dar pela seleção de nomes próprios, expressões nominais, descrições, pronomes, encapsulamentos, categorizações metaenunciativas, articuladores metadiscursivos.

Além do mais, tem-se que a ativação de um objeto de discurso ocorre de maneira não ancorada ou ancorada. No primeiro caso, ele é apresentado pela primeira vez e não tem âncora no texto. No segundo, embora também seja um referente textual novo, ele mantém algum tipo de associação cognitiva com outros objetos de discurso já apresentados no cotexto ou presentes no contexto sociocognitivo dos participantes, fato que ajudará o interlocutor a interpretar esse referente novo por inferência – são as denominadas anáforas indiretas. A respeito disso, Cavalcante e Koch (2007) propõem que esses tipos de anáforas promovem, ao mesmo tempo, a ativação de um referente e a reativação de outro (ou de um cenário inteiro) a partir de uma recuperação indireta. Entendemos que é desse modo que ocorre com os processos referenciais metafóricos, um processo em que se torna essencial o estabelecimento de associações cognitivas por parte dos participantes de uma interação, para que haja compreensão.

A partir do que expusemos, embora tenhamos em conta os significativos avanços da Teoria da Referenciação, pontuando junto aos estudos da linguagem nos últimos anos, em razão de ter trazido para si a configuração complexa do homem, da língua e discurso, do mundo, motiva-nos a complexidade que ainda envolve esse objeto em constante transformação. Isso porque a conjuntura de uma sociedade globalizada, que proporciona acesso a informações múltiplas às pessoas de várias partes do mundo e necessidades sociais metamorfoseadas constantemente, imprime aos discursos de hoje, como o dos políticos em sua dimensão internacional, características específicas dessa nova ordem societal que se nos apresenta.

Em específico, os discursos políticos passaram a alcançar espaços ainda pouco explorados. Levar informações a respeito do Brasil, de sua nação e de seu governo, ao continente asiático, ao africano, por exemplo, corresponde a uma ação discursiva peculiar e atual, na medida em que criar condições para que líderes mundiais e empresários com diferenças culturais construam ou reconstruam conceitos, imagens de objetos de discurso relacionados a uma nação cognitiva e empiricamente distante, ou mesmo, levá-los a entender uma situação global a partir de um recorte enviesado axiologicamente, envolve reconhecer que, no mínimo, a referenciação dá-se por articulação específica de saberes intraculturais.

Nessa direção, ao analisarmos a constituição de objetos de discurso em pronunciamentos de um chefe de Estado em um contexto global, parece-nos significativo observar a referenciação também em um viés argumentativo, por entendermos que as mudanças históricas e sociais que

englobam tais práticas políticas internacionais requerem o uso de estratégias argumentativas, por vezes, singulares, isso porque, uma vez que as circunstâncias interacionais se alteram, vale jogar com argumentos, pelos quais se torne possível suscitar forças pragmáticas, a fim de se alcançarem credenciamentos específicos, assim como compreendemos ocorrer nas diversas situações sociais em que um presidente da República, conforme a necessidade da política externa de seu governo, aparece publicamente e profere um discurso. Nessas ocasiões, há interesses diferentes entre os que compõem seu auditório – pessoas de seu país e do exterior; por conta disto, seus pronunciamentos fazem parte de um processo amplo e complexo, no qual estão envolvidos fatores de ordem nacional e internacional.

Reflexões dessa ordem levam-nos a entender a necessidade de conceber um arcabouço teórico que nos forneça subsídios para o exame dessa construção de objetos de discurso, em um viés argumentativo. Nessa acepção, o pressuposto de a metáfora conceptual estar nas mentes humanas e se materializar no léxico de uma língua (Lakoff e Johnson, 1980), transformada em discurso, e os de as associações de domínios díspares serem realizadas em várias culturas (Kovecses, 2005), de modo peculiar, em situações reais da vida, tal como ocorre no campo político (Charteris-Black, 2011), direcionam-nos a observar a metáfora como fator significativo para os processos de referenciação e para os objetivos de uma argumentação.

Acreditamos que o desafio para discutir os processos referenciais pelo viés da metáfora conceptual corresponde a necessidade de articular a dimensão linguístico-discursiva e sociocognitiva desse primeiro estudo às questões cognitivas já desenvolvidas pela Teoria da Metáfora Conceptual (TMC). Isso porque as pesquisas, realizadas após a TMC, as quais foram baseadas em situações reais de uso da metáfora, tais como as de Charteris-Black (2011, entre outros), reforçaram essa teoria, no sentido de terem comprovado a existência de metáforas nos discursos – estruturais (associações de domínios complexos), ontológicas (domínios abstratos são apresentados com limites, como é o caso da coisificação e da personificação) e orientacionais (visão espacial, corpo e espaço, associada ao conceito de limite).

Assim, parece-nos coerente dizer que um estudo da metáfora que se estenda ao da Referenciação, ou vice-versa, deve-se ater à maneira como a seleção de domínios díspares colabora no processo efetivado nos discursos de categorizar e dar sentido aos vários objetos ativados na dinâmica discursiva e interacional. Seguindo nessa direção, dialogamos as duas teorias, a fim de buscarmos entender o lugar da metáfora como ponto de inter-relação (práxis, cognição e discurso), que se coaduna à noção de referenciação.

A partir do que foi exposto, podemos dizer que as palavras não são portadoras de um sentido estrito. Ao contrário, na prática discursiva, elas são dotadas de ideologias (valores, crenças socialmente reconhecidos); portanto, revestem-se de carga argumentativa. Quando selecionadas no discurso, interagem com a situação na qual se inserem, com o contexto e com a própria imagem do enunciador construída durante sua trajetória, possibilitando uma “plasticidade” (GUIMARÃES, 1999); efeitos de sentido são efetivados, principalmente, no processo de constituição de objetos e podem motivar auditórios a agirem de determinado modo. Nessa concepção, acreditamos também que estudar a metáfora no discurso possibilita compreender um pouco dessa certa flexibilidade de sentido que a seleção lexical propicia, em razão de ser efetivada por pessoas com propósitos diversos.

É dessa maneira que acreditamos estar a atividade argumentativa presente nos processos referenciais e que referenciação, metáfora e argumentação fazem parte do complexo sistema de interação humana, em práticas socialmente estabelecidas. Isso porque, além de possibilitarem a progressão do texto e da interação, a ativação e a (re)ativação de objetos de discurso com sentido metafórico fazem parte de um jogo discursivo-argumentativo instaurado, em situações em que pronunciamentos de um presidente da República são direcionados a outros chefes de poder.

Tal afirmação embasa-se na crença de que os discursos formulados, ou pronunciados, por políticos enquadram-se em um domínio de prática social detentor de relações de disputas, cujo objetivo principal é a gestão de um poder. O político deve, pois, conquistar credibilidade e identificação; para tanto, torna-se necessário convencer e persuadir um número significativo de pessoas. Seus discursos, portanto, consistem de práticas argumentativas.

Dessa maneira, os discursos, no campo político, devem prezar por efeitos de verdade, de verossimilhança, já que a credibilidade alcançada será fator essencial para conseguir a adesão do auditório. Nesse sentido, a construção de objetos de discurso de modo metafórico pode ser uma estratégia significativa para a argumentação política, em encontros transculturais e intraculturais¹¹⁵, em razão de a metáfora contribuir diretamente para a compreensão (docere) do discurso, uma vez que a seleção de determinado domínio-fonte permite que se entendam questões de domínios mais complexos ou de conhecimentos novos, caso a associação de domínios díspares seja reconhecida pelo auditório.

¹¹⁵ De acordo com Kovecses (2002), é possível definir dois tipos de variação cultural: a transcultural (intercultural) e a intracultural (variações individuais).

3. Processo referencial-metafórico: os caminhos da argumentação política

No e pelo discurso político, é importantíssimo alcançar uma das finalidades básicas da Retórica Clássica: instruir (*docere*), ou mesmo, orientar os interlocutores para a interpretação mais adequada, conforme a proposta enunciativa do locutor. Consecutivamente, a ação sobre o outro implicará agradá-lo de algum modo (*delectare*), aproximá-lo e tocar sua razão e sua emoção de tal maneira que se consiga provocar determinadas reações (*movere*).

Pelo fato de as pessoas, frequentemente, terem conhecimentos parciais sobre determinadas questões políticas, visto que estas tendem a ser complicadas e abstratas (CHARTERIS-BLACK, 2011), pode-se dizer que a seleção de metáforas conceptuais colabora para o alcance dessas finalidades argumentativas (*docere*, *delectare*, *movere*). Isso porque o dizer metafórico permite estender conhecimentos familiares a campos mais complexos, oriundos de experiências situadas e imediatas do fazer político, podendo fortalecer a argumentação apresentada, já que ajuda na instrução (*docere*) do discurso – por simplificar algumas questões de ordem política, tornando-as inteligíveis – e também favorece mapeamentos particulares no universo discursivo, os quais poderão ser alinhados à tese defendida pelo locutor, de modo a estruturar tanto o discurso quanto a argumentação.

Assim, para as finalidades argumentativas, que implicam o uso estratégico da linguagem, pode-se afirmar que selecionar determinadas expressões linguísticas metafóricas é questão de escolha situada social e historicamente, como também, não se pode negar que o fato de escolher uma metáfora conceptual em vez de outra pode implicar uma estratégia de uso do pensamento para fins argumentativos do político e/ou de seu grupo. No discurso presidencial, por diversas vezes, elas também são usadas para os objetivos da diplomacia e da política externa. Neste viés, buscar com que os políticos do exterior entendam o que se propõe e construam determinada imagem sobre aquilo que está distante em termos de espaço e de cultura (um Estado a partir de um viés) pode ser uma ação possível por meio da metáfora.

Dessa maneira, as metáforas colaboram para dar ênfase a uma dada construção discursiva do real, conforme os propósitos enunciativos de quem a produz, na tentativa de fazer que o outro compreenda e veja certa situação de determinada maneira. Em outras palavras, elas possibilitam que o locutor leve à presença dos interlocutores uma imagem específica daquilo sobre o qual se fala em uma perspectiva norteadora de conclusões.

Tal afirmação embasa-se nos pressupostos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002 [1958]), autores que também discorrem a respeito do papel da metáfora na argumentação. Para eles, a força

argumentativa da metáfora consiste de fazer que o outro veja um objeto conforme a maneira que lhe é apresentado, provocando, assim, um efeito de presença. Além deste, as metáforas – nessa teoria, consideradas figuras de retórica – provocam outros efeitos argumentativos, que podem ser coexistentes: o de comunhão entre orador e auditório, chegando aos lugares comuns; o de aconselhamento ou de sugestão de escolhas.

Levando-se em consideração os pressupostos desses autores, pode-se entender que o papel argumentativo da metáfora nessas práticas discursivas estabelece-se a partir dos efeitos que ela pode provocar, ou mesmo, reforçar, fazendo com que haja a possibilidade de diminuir distâncias em termos cognitivos. Nessa direção, também diz Vereza (2010) que a metáfora posta em discurso convence a partir das imagens que ela cria, das emoções que trás e da força cognitiva pela qual é possível estabelecer conexões entre domínios que pareciam desconectados. A autora segue afirmando que tal relação/conexão permite ao interlocutor uma participação na construção do sentido, fazendo com que ele se torne cúmplice do argumento. É nesse viés que a metáfora permite aproximação, isto é, comunhão entre orador e auditório.

Nesse sentido, a seleção da metáfora cumpre papel argumentativo significativo para que orador e auditório se unam em prol de interesses entendidos como comuns. Para a compreensão do discurso, por si só, a seleção metafórica favorece um olhar, o qual talvez não fosse o mesmo sem ela. Como dizem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002 [1958], p.455): “Esses termos não devem ser considerados subentendidos, pois cumpre admitir que a fusão, uma vez realizada, criou uma expressão que basta a si mesma”.

Pressupomos que o uso de determinadas metáforas pode ser entendido como estratégia argumentativa de comunhão, em razão de enfatizar lugares comuns entre os participantes e seus grupos. Nessa direção, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002 [1958]) dizem a respeito de a imagem de uma pessoa ser relacionada ao seu grupo e vice-versa. Os estudiosos salientam que há possibilidade de se agir no discurso, a fim de promover efeito de aproximação ou de ruptura.

Ainda relacionamos a seleção de metáforas às estratégias de ligações de solidariedade. Dizem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002 [1958]) que alguns argumentos se sustentam a partir da noção de solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover. A argumentação, embasada a partir desse tipo de acordo, procura unir elementos diversos como partes indissociáveis. Tal efeito pode ser alcançado, caso sejam postas em evidência as causas e os feitos de determinadas ligações.

Ao seguir por esse caminho, torna-se possível aderir a três tipos de argumentos: o que tende a ligar dois acontecimentos (incluindo a ideia de princípios), ou mais, por meio de um vínculo causal; o

de expor a causa que determina dado acontecimento; o de evidenciar o efeito do acontecimento. Assim, pelo vínculo causal, buscam-se as causas de um ato e indicam-se os efeitos e as finalidades.

Tendo em vista as afirmações anteriores, tem-se ainda que a organização discursiva privilegia certos efeitos de sentido. Desse modo, entendemos que tal posição deva também ser considerada na observação da função retórica/argumentativa e referencial da metáfora em pronunciamentos presidenciais. Seguindo nessa direção, afirma-se que a metáfora pode orientar argumentativamente a partir dos efeitos que ela provoca em dados momentos da interação, já que também é assim que ocorre com a construção de objetos de discurso em redes referenciais delineadas no desenvolvimento discursivo, a partir das quais se ativa, desloca, reativa unidades cognitivas que são categorizadas e recategorizadas em um processo em que se articulam informações novas e velhas.

A sequência de informações selecionada como a preferível, bem como a escolha do léxico que as molda e produz sentido, são procedimentos que influenciam no modo como a metáfora é registrada e compreendida pelos participantes. Esse entrelace de informações e de escolhas linguísticas promovem mapeamentos específicos e, por vezes, inusitados, já que o encaminhamento do discurso dá a conhecer os processos de referência privilegiados pelo enunciador.

Nesse percurso discursivo, atentando-nos ao discurso presidencial no exterior, as escolhas lexicais e o modo como são organizadas podem ser reveladoras de uma conduta que cria representações de mundo alinhadas à proposta de uma política externa, cujo objetivo também é o de estabelecer parcerias e, logo, tentar aproximar Estados a partir de um viés que os una, que os aproxime.

O processo de referência dado na organização discursiva de modo metafórico revela-se como complexo por considerarmos todos os entrelaces nele existentes. Estruturas mentais são associadas a outras, mas isso não é o que apenas ocorre, pois o objeto de discurso recebe dessa e nessa associação um encaminhamento singular, produto de seleções linguísticas ordenadas que fornecem condições ao auditório, para que ele observe tal objeto e o associe ao momento enunciativo, aos objetivos pré-determinados do encontro, à figura de quem enuncia.

Entendemos, a partir disso, que a metáfora estrutura o discurso, mas também recebe dele toda sua complexidade – organização específica, intersubjetividade, seleções lexicais, redes referenciais, influência da situação imediata etc. Recorrer a estratégias discursivas e metafóricas envolve um olhar sobre conhecimentos prévios e locais a respeito dos discursos e dos eventos nos quais eles estão inseridos.

Esse é o caráter dinâmico da argumentação que se revela na prática discursiva da política e que se faz a partir dos interesses de cada participante e, nele, a metáfora insere-se. Nesse viés, ao

buscar apoio de seu auditório, o político tenta criar, de maneira associativa, imagens mentais de objetos de discurso que reforçam a tese delineada em seu pronunciamento.

Além do mais, parece-nos coerente utilizar uma metáfora, entre as várias possíveis, para indicar a construção de sentido dada na organização discursiva, partindo de um ponto de vista argumentativo. Compreendemos que a elaboração de um discurso estratégico pode ser explicada em termos de uma jornada planejada: o ponto de partida, visando o objetivo almejado (exórdio), a escolha do melhor caminho e das entidades envolvidas (narração, seleção linguístico-cognitiva), os obstáculos previstos e os já vencidos (prova, refutação), a chegada que encerra um percurso norteador de sentido (conclusão e epílogo).

Assim, os efeitos de sentido de determinados objetos de discurso que o orador quer provocar são encaminhados durante a enunciação, e o efeito da metáfora estabelece-se conforme o momento em que ela é posta em evidência. Nestes processos de referenciação metafórica, dialogam diversos elementos pertinentes à língua, à cognição e à práxis. É nesse sentido que discutimos e buscamos compreender, especificamente, o entrelace entre metáfora e discurso político global, sobretudo, em relação às condições específicas dessas produções, entre as quais nos debruçamos sobre aquela em que o chefe de Estado, Lula, visita Portugal, a fim de promover a imagem de seu país, de criar/reforçar alianças e de fazer parte de grupos específicos etc.

4. Construção discursivo-metafórica da parceria Brasil e Portugal

Iniciamos nossa análise, atentando-nos ao início do pronunciamento do ex-presidente da República:

(01)

Estou convencido de que as perspectivas para as nossas relações econômicas e comerciais nunca foram tão favoráveis. Sei que nossos parceiros portugueses estão bem informados sobre o Brasil. Somos, hoje, o segundo principal destino dos investimentos de portugueses.

Isso é prova concreta de que nossas relações ultrapassaram a etapa dos discursos bem-intencionados. Abrem-se agora, novas oportunidades de investimentos no Brasil.

As relações bilaterais fazem parte das metas das visitas presidenciais, nas quais se busca estabelecer força política e econômica tanto no contexto internacional como no interno de um país.

Nesse viés, um presidente da República, no e pelos seus pronunciamentos, busca alcançar alianças e promover a imagem positiva de seu país e do governo. Por tal razão, criar condições para que os interlocutores cheguem a lugares comuns pode ser uma maneira de conseguir o convencimento e a persuasão almejados.

A partir desses pressupostos, observamos que, no segmento (01), o ex-presidente apresenta as perspectivas positivas (efeitos futuros) da relação Brasil-Portugal, e constrói o Brasil como destino de Portugal: “o segundo principal destino dos investimentos de portugueses”. Nesse procedimento, a seleção da metáfora da jornada permite que se delinieie a noção de movimento feito por dois agentes (“Brasil”, “nossos parceiros portugueses”), os quais ultrapassaram etapas (“nossas relações ultrapassaram a etapa dos discursos bem-intencionados”) e se deparam com o que vem pela frente (“novas oportunidades de investimentos no Brasil”).

A partir da metáfora RELAÇÃO BILATERAL É JORNADA A DOIS, existe a ideia de movimento de corpos (BRASIL É AGENTE EM MOVIMENTO, PORTUGAL É AGENTE EM MOVIMENTO) em uma determinada noção espaço-temporal com objetivos comuns. Além disso, a relação do domínio-fonte jornada e domínio-alvo de processos políticos e de agentes propicia que os interlocutores construam as etapas e o final de certos comportamentos a partir de um viés axiológico, pelo qual a tese do discurso pode ser reforçada, tal como se pode examinar no segmento apresentado, em que a ação conjunta (Brasil e Portugal) é orientada como promissora.

É preciso unir e, para tanto, o investimento ajusta-se à noção de jornada de modo a possibilitar aproximação da imagem dos países, por meio do que é dito como comum: o caminho percorrido por ambos. Assim é que o pronunciamento revela-se como estratégia de correlação de imagens interestatais, evidenciando informações correspondentes às especificidades também históricas:

(02)

Recorrendo a outro lugar comum, basta lembrar o exemplo dos exploradores e comerciantes portugueses na época dos descobrimentos. Vasco da Gama e seus companheiros não inventaram sozinhos uma nova rota para a Índia. Não abriram mercados do nada. Após dobrar o Cabo da Boa Esperança, usaram o conhecimento dos navegadores e comerciantes árabes.

Essa forma de fazer negócios continua válida até hoje. Se Portugal e Brasil conhecem os atalhos em suas respectivas regiões, devemos usar essa vantagem em nosso benefício.

Nesta visita, me acompanha uma importante delegação de empresários que estão dispostos a explorar esses atalhos.

Conduzir o outro a ver determinado objeto de discurso a partir de um viés e, assim, orientá-lo de modo argumentativo corresponde ao produto do entrelace entre conhecimentos velhos e novos, tal como afirmamos. Esses são delineados no processamento discursivo e são associados às representações mentais partilhadas entre os interactantes. É possível examinar tal processo em (02), na medida em que a metáfora PARCERIA BILATERAL É JORNADA A DOIS é reforçada por meio da ativação de conhecimentos comuns recuperados (a história de Portugal e do Brasil), e a constituição de um novo ou de um conceito já existente e atualizado no pronunciamento (novas oportunidades de investimentos no Brasil).

A noção da jornada feita pelos portugueses exploradores é encapsulada como “Essa forma de fazer negócios”, possibilitando que se reconheça o lugar comum, assim como no próprio discurso se indica: “Recorrendo a outro lugar comum”. O processo referencial dá a conhecer o encaminhamento de sentido privilegiado que ainda é o de jornada: “Portugal e Brasil”, “os atalhos”, “essa vantagem”, “uma importante delegação de empresários que estão dispostos a explorar esses atalhos”.

Interessa-nos salientar que a imagem do objeto de discurso Brasil é constituída por associações de categorias. Temos que, se por um lado a ideia é unir as imagens dos países, utilizando-se, de modo recorrente, as categorias (“Portugal e Brasil”) junto ao conectivo “e” e a outras formulações que implicam a noção de “nós” (“as nossas relações”, “a nossa associação”), por outro, ocorre ativação da categoria dos empresários, os quais, por serem apresentados como exploradores, possibilitam que se ativem âncoras cognitivas associativas, que recuperam informações postas (“uma importante delegação de empresários que estão dispostos a explorar esses atalhos, Brasil e Portugal, as nossas relações econômicas e comerciais”), permitindo que se reconheçam os agentes da jornada de negócios.

Examinamos que a atitude de apresentar o que é comum, de unir países – os quais estão, geograficamente, separados – implica a busca por transformar modelos mentais de categorias relativamente estáveis, em um processo de sobreposição de categorias por meio da ativação de objetos de discurso unidos por uma associação cognitiva, na qual se evidencia o que é comum entre as partes. Há pistas linguísticas desse jogo de aproximação – “nossos antepassados”, “a nossa associação”, “um dos poetas da nossa Língua Portuguesa” etc. – no seguinte segmento:

(03)

A ousadia e o engenho de nossos antepassados serão sempre fonte de inspiração para a nossa associação. Vencemos oceanos e unimos continentes e povos. Construiremos, agora, as pontes de uma nova cooperação, mais densa e madura.

O vento é favorável e, como disse um dos poetas maiores da nossa língua portuguesa, “navegar é preciso”.

Em um viés argumentativo, podemos afirmar que tais procedimentos correspondem às estratégias de ligações de solidariedade. Como mencionamos, em consonância com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002 [1958]), a argumentação, embasada a partir desse tipo de acordo, procura unir elementos diversos como partes indissociáveis. Esse encaminhamento dá-se por meio da apresentação dos feitos de determinadas ligações, isto é, pela seleção de informações que evidenciam um vínculo causal, ou mesmo, o resultado de um acontecimento. Assim é que se assegura a ideia de compromisso a partir do efeito de um ato passado, responsável por um desdobramento favorável. Entendemos ser isso que ocorre no pronunciamento de Lula, na medida em que o orador recupera a ligação histórica existente entre Brasil e Portugal.

Ainda em relação ao segmento (03), temos que a noção de parceria, estruturada pela metáfora PARCERIA BILATERAL É JORNADA A DOIS, vai sendo delineada a partir de outras informações. Observemos que as dificuldades físicas da jornada são tidas como superadas (“Vencemos oceanos e unimos continentes e povos”). Além do mais, metáforas estruturais (jornada e construção) entrelaçam-se nesta parte, encaminhando o sentido de ação futura dos agentes no processo de jornada: “Construiremos, agora, as pontes de uma nova cooperação, mais densa e madura”. Nessa formulação, a metáfora PARCERIA BILATERAL É CONSTRUÇÃO A DOIS viabiliza o objeto de discurso “as pontes de uma nova cooperação, mais densa e madura”, constituído também por outra metáfora, que é a ontológica (coisificação). Por ela, é que se visualiza o resultado, a união entre os países, recuperando-se a ideia de atalho e o conceito de jornada.

Quando se dirige aos empresários portugueses, Lula constrói o Brasil como “uma grande oportunidade” (noção de tamanho viabilizado pela metáfora ontológica). Já ao se voltar para os empresários brasileiros, o orador segue a utilizar o conceito de jornada associado ao de parceria bilateral. O investimento recai sobre a necessidade de ação conjunta – E quero dizer aos empresários brasileiros: política e comércio exterior são uma via de duas mãos – delineada em todo processo discursivo:

(04)

Portanto, com essas palavras eu quero dizer aos empresários portugueses: o Brasil continua sendo uma grande oportunidade. E quero dizer aos empresários brasileiros: política e comércio exterior são uma via de duas mãos, a gente não pode querer apenas vender, a gente não pode querer apenas investimento no nosso país. É preciso que a

gente também se disponha a comprar, e é preciso que a gente também se disponha a investir. Essa combinação de compra e venda, dos dois lados, e de investimento, dos dois lados, pode ser a combinação perfeita que pode consolidar aquilo que os navegadores portugueses acreditavam quando descobriram o Brasil, de que era possível, apesar do Oceano Atlântico, unir essas duas Nações. Eles já fizeram a parte deles, agora cabe a nós darmos prosseguimento.

A ação conjunta indicada pela formulação “política e comércio exterior são uma via de duas mãos” – que se trata de uma definição pela qual se categoriza “política e comércio exterior” de modo metafórico – é reforçada por meio do encapsulamento “Essa combinação de compra e venda, dos dois lados, e de investimento, dos dois lados” e pela categorização “pode ser a combinação perfeita que pode consolidar aquilo que os navegadores portugueses acreditavam quando descobriram o Brasil, de que era possível, apesar do Oceano Atlântico, unir essas duas Nações”.

Nesse processo de (re)categorização, avaliações são apresentadas e posições evidenciadas, tal como pudemos examinar em (04), quando a categorização metafórica “via de mão duas mãos” e outras formulações que a reforçam – “a gente não pode querer apenas vender, a gente não pode querer apenas investimento no nosso país. É preciso que a gente também se disponha a comprar, e é preciso que a gente também se disponha a investir” – são rotuladas como “Essa combinação [...]”. Mais do que isso, retomam-se informações sobre o passado comum entre Brasil e Portugal, chegando à seguinte categorização a respeito desses países: “essas duas Nações”.

Como já postularam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002 [1958]), o que é apresentado ao auditório em termos de informações e de recortes consiste de um fator importantíssimo para a argumentação, em razão do efeito de presença que pode provocar. Tal procedimento torna possível que o orador aja diretamente sobre a percepção do outro. No caso do pronunciamento sob análise, o olhar recai sobre a estreita relação existente entre Brasil e Portugal. Os processos de referenciação delineiam essa visão específica sobre a relação existente entre os países e possibilita que se entenda haver coadunação de diversas ordens, tais como a de língua, de costume e de jornadas promissoras em comum, de agentes e de nações que, juntas, buscam poder na política internacional.

Nesse viés, observamos que processos referenciais específicos e atividades de categorização e recategorização, correspondentes ao Brasil, a Portugal e à parceria de ambos, inserem-se na noção de jornada e são constituídos a partir de várias formulações de modo associativo. Isso quer dizer que, na referenciação metafórica, criam-se associações cognitivas entre objetos de discurso apresentados no cotexto ou presentes no contexto sociocognitivo dos participantes. Tal processo ajudará o interlocutor a interpretar um referente novo por inferência – são as denominadas anáforas indiretas, assim como já mencionamos.

5. Considerações finais

As seleções lexicais que examinamos, em cada etapa do discurso, deram a conhecer a argumentação utilizada para se buscar parceria comercial. A referenciação metafórica teve como embasamento a estratégia de relação entre grupos, trazendo à tona o que era comum. Além do mais, foi por meio da utilização da metáfora RELAÇÃO BILATERAL BRASIL E PORTUGAL É JORNADA A DOIS, que se puderam constituir cenários discursivos, nos quais a noção de ação conjunta foi acentuada. Tal associação entre o domínio de jornada, o da política e o dos negócios permitiu que se criassem imagens metafóricas dos Estados: Brasil e Portugal como agentes, cujos caminhos eram comuns e o destino, promissor.

Observamos que o papel referenciador da metáfora correspondeu também à atitude de possibilitar a utilização de domínios-fonte, pertinentes ao conhecimento específico do auditório. Tal resultado convalida o pressuposto de a metáfora e a referenciação poderem ser estratégias da argumentação, na medida em que foram selecionadas, tendo em vista as características específicas do auditório, promovendo articulações coesivas que deram condições para que houvesse uma compreensão específica do discurso (*docere*).

Referências Bibliográficas

APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (Org.). *Clássicos da Linguística 1*. Referenciação. São Paulo: Contexto, p.53-84, 2003.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; KOCH, Ingedore G. Villaça. A acessibilidade de referentes no discurso. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; COSTA, Maria Helenica Araújo; JAGUARIBE, Vicência Freitas; FILHO, Valdinar Custódio. (Orgs.). *Texto e discurso sob múltiplos olhares*. Referenciação e outros domínios discursivos. Rio de Janeiro: Lucerna. p. 9-39, 2007.

CHARTERIS-BLACK, Jonathan. *Politicians and Rhetoric: the Persuasive Power of Metaphor*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

CHILTON, Paul. *Analysing political discourse*. United Kingdon: Routledge, 2004.

KOCH, Ingedore Villaça. A construção dos sentidos nos discursos: uma abordagem sociocognitiva. *Revista Investigações*, Universidade Federal de Pernambuco, v.18, n.2, 2005. Disponível em:

<http://www.revistainvestigacoes.com.br/volumes/vol.18.n.2_2005_artigosweb/Ingedorekoch_a-construcao-dos-sentidos_vol18-n2_art01.pdf>. Acesso em: 29 de outubro de 2009.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Como se constroem e reconstroem objetos de discurso. *Revista Investigações*, Campinas, v.21, n.2, p.99-114, 2008a. Disponível em: <http://www.ufpe.br/pgletras/Investigacoes/Volumes/Vol.21.2/Ingedore_Koch.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2009.

_____. Léxico e progressão referencial. *Estudos em Homenagem ao Professor Mario Vilela*, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, v. 1, p.263-275, 2008b. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4564.pdf>>. Acesso em 10 de abril de 2009.

_____. Como se constroem e reconstroem objetos de discurso. *Revista Investigações*, Campinas, v.21, n.2, 2008 p.99-114. Disponível em: http://www.ufpe.br/pgletras/Investigacoes/Volumes/Vol.21.2/Ingedore_Koch.pdf. Acesso em 10 de abril de 2009.

KOCH, Ingedore Villaça; MARCUSCHI, Luis Antonio. Processos de referenciação na produção discursiva. *DELTA*. São Paulo, v. 14, número especial, p. 169-190, 1998.

KÖVECSES, Zoltán. *Metaphor and culture*. Universality and variation. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____. The effect of context on the use of metaphor in discourse. *Ibérica*, Castelló, n.17, p.11-24, 2009.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. (1980). *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O léxico: lista, rede ou cognição social? In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M. J.; OLIVEIRA, R. P. de (Org.). *Sentido e Significação*: em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, p. 263-284, 2004.

_____. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. In: MIRANDA, N. S.; NAME, M. C. (orgs.). *Linguística e Cognição*. Juiz de Fora: Editora UFJF. p.49-77, 2005.

_____. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MONDADA, Lorenza. Gestion du Topic e organization de la conversation. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 41, p. 7-36, 2001.

_____. Cognition et parole-en-interaction. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 9-27, 2002.

_____. A Referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In. KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES Anna Christina. (Org.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto. p.11-31, 2005.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In. CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (org.). Clássicos da Lingüística 1. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie (1958). *Tratado da argumentação*. A Nova Retórica. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VEREZA, Solange Coelho. *Literalmente falando*. Sentido literal e metáfora na metalinguagem. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007.

Abstract: *The aim of this paper is to examine the referential and argumentative roles of the metaphor of journey selected in the presidential speech in international politics. We observe the public pronouncement of ex-president of the Republic Luis Inácio Lula da Silva, in Portugal, Seminar on New Business Opportunities and Brazil-Portugal Investments, 2005. We adopt as theoretical references: studies on Referentiation (Mondada e Dubois, 2003; Koch, 2005; Marcuschi, 2005), investigations about the conceptual metaphor and the political discourse (Lakoff e Johnson, 1980, 1999; Chilton, 2004; Vereza, 2007; Kovecses, 2005, 2009; Charteris-Black, 2011) and the Theory of Argumentation (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2002 [1958]). The analysis allowed identifying that the referential and metaphorical processes directed specific images of Brazil and Portugal in order to collaborate with the thesis of speech.*

Keywords: *conceptual metaphor; referentiation; argumentation; presidential speech; cognition.*

17. O EMPREGO AMBÍGUO DAS ASPAS NO GÊNERO JORNALÍSTICO INFORMATIVO

Rodolfo Vianna¹¹⁶

Resumo: *O presente artigo busca apresentar a existência da ambiguidade no emprego das aspas dentro do gênero jornalístico informativo impresso. Partindo das concepções teóricas sobre enunciação e enunciado concreto vindas do Círculo de Bakhtin, assim como as formulações de Authier-Revuz sobre modalização autonímica, foi possível identificar manifestações nas quais a utilização do recurso tipográfico das aspas poderia ser interpretada tanto quanto marca de discurso direto – o que caracteriza o emprego autonímico – como marca de uma apreciação valorativa sobre o que está aspeado – que seria o emprego em modalização autonímica. A análise foi restrita a um conjunto noticioso que se enquadra no gênero jornalístico informativo, excluindo textos e imagens opinativas. Os resultados obtidos apontam para a necessidade de maior reflexão sobre o emprego das aspas por parte dos profissionais do jornalismo, uma vez que a ambiguidade resultante da sua utilização pode denunciar posicionamentos valorativos sobre o que está sendo informado.*

Palavras-chave: *aspas; modalização autonímica; ambiguidade; objetividade; jornalismo.*

1. Introdução

A utilização das *aspas* faz parte da prática cotidiana do jornalismo impresso e está relacionada às prescrições de imputar informações às fontes, como também a ser fiel às palavras ditas pelas partes envolvidas no fato noticiado, estabelecendo uma hipotética isenção por parte do enunciador que é o jornal. A função das aspas no discurso do gênero jornalístico informativo, portanto, está vinculada à busca da objetividade, à *objetividade aparente*¹¹⁷ (BARROS FILHO, 2001).

¹¹⁶ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof. Dra. Beth Brait. rodolfovianna@yahoo.com.br.

¹¹⁷ A *objetividade aparente* pode ser resumida como produto de um conjunto de técnicas enunciativas e discursivas prescritas ao gênero jornalístico informativo que produz um efeito de objetividade, efeito que atribui ao referido gênero

Entretanto, como este artigo tentará demonstrar, determinados empregos das aspas criam uma ambiguidade pela qual seu uso pode ser interpretado, concomitantemente, como marca de discurso direto e como marca de uma posição apreciativa por parte do enunciador jornal frente ao que é citado. Ambiguamente porque as duas interpretações coexistem, ou seja, são possíveis de serem feitas – e é essa mesma ambiguidade que faz com que esse emprego não rompa com as prescrições do gênero jornalístico informativo – que busca o efeito de objetividade e imparcialidade – mesmo quando proporciona uma leitura valorada do que informa.

Ao se estudar as aspas, as duas principais bases teóricas aqui evocadas derivam dos estudos do chamado Círculo de Bakhtin, no que trata da mobilização do discurso do outro, e de Authier-Revuz, formuladora do conceito de *modalização autonímica* e estudiosa dos seus efeitos na produção de sentido de um discurso.

O presente artigo é derivado de parte da pesquisa realizada para a dissertação “Jornalismo, ironia e ‘informação’” (VIANNA, 2011), cujo *corpus* foi composto por matérias coletadas ao longo de uma semana do jornal *Folha de S.Paulo* (29/06-5/07/2009). Esse jornal foi escolhido por ter abrangência nacional e por possuir a maior tiragem média diária no ano de 2009. Restringimos a análise aos conjuntos noticiosos que se enquadram no gênero jornalístico informativo, excluindo textos e imagens opinativas (editoriais, colunas assinadas, análises, entrevistas, charges, etc.).

Para dar conta do objetivo aqui proposto, primeiramente apresentaremos as formulações advindas da base teórica utilizada referentes ao emprego das aspas como marcadores de discurso citado, à luz das prescrições do gênero jornalístico informativo, que inclui abordar as definições do conceito de modalização autonímica. Esse primeiro momento será importante para sustentar a análise de um conjunto noticioso, apresentada na sequência, pela qual será possível demonstrar a ambiguidade de emprego desse marcador. O conjunto noticioso analisado neste artigo foi publicado no dia 29/06/2009 pelo jornal *Folha de S.Paulo*, e faz parte do *corpus* mais amplo da pesquisa citada no parágrafo anterior.

certa credibilidade dentro da esfera de circulação a que pertence, distanciando-o de outros produtos midiáticos compreendidos como “sensacionalistas” ou mesmo pertencentes à “imprensa marrom” (cf. BARROS FILHO, 2001).

2. As aspas e o gênero jornalístico informativo

O gênero jornalístico informativo¹¹⁸ tem na utilização do discurso citado marcado com aspas uma proposta de perseguir a objetividade aparente, e seu uso é recorrente. Barros Filho lembra que “o uso das aspas garantiria a necessária imparcialidade informativa” (2001, p. 24), uma vez que as informações são atribuídas às fontes ou mesmo às palavras de pessoas envolvidas em algo noticiado. Assim, são ouvidos os lados envolvidos, reproduzindo as suas próprias palavras e o efeito de objetividade e imparcialidade é produzido.

Bakhtin/Volochínov¹¹⁹, porém, já dizia que trazer o discurso do outro para o seu próprio discurso obrigatoriamente implica, em maior ou menor medida, um posicionamento do relator frente a esse discurso relatado: “o discurso citado é o *discurso no discurso, a enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação*.” (2009, p. 150, grifo no original). Compreensão semelhante tem Maingueneau, levando em conta as ponderações de Bakhtin/Volochínov, ao escrever sobre o discurso direto:

De toda maneira, não há como comparar uma ocorrência de fala efetiva (com, no oral, determinada entonação, gestos, um auditório que reage...) e um enunciado citado entre aspas em contexto totalmente diverso. Como a situação de enunciação é reconstruída pelo sujeito que relata, é essa descrição necessariamente subjetiva que condiciona a interpretação do discurso citado. O DD [discurso direto] não pode, então, ser objetivo: por mais que seja fiel, o discurso direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal. (MAINGUENEAU, 2005, p. 141).

Cabe lembrar da concepção do Círculo de Bakhtin sobre o caráter irrepitível do enunciado concreto: mesmo que se repita um enunciado concreto com a mesma estrutura e pelo mesmo enunciador, mas num momento ou num contexto diferente, ele já ganha o status de outro enunciado concreto. Isso só se acentua se o enunciado for repetido por outro enunciador, num contexto discursivo diferente, já que enunciar implica posicionar-se – mesmo que a enunciação seja um enunciado de outrem (enunciação sobre a enunciação).

¹¹⁸ A delimitação mais precisa do que aqui é chamado de “gênero jornalístico informativo” pode ser encontrada em (VIANNA, 2011).

¹¹⁹ Optei por utilizar Bakhtin/Volochínov respeitando a autoria conforme consta na edição aqui utilizada e para não discutir a questão da real autoria da obra, que fugiria do escopo do presente artigo.

Porém, essas constatações acabam somente por reforçar a compreensão de que não existe objetividade na linguagem – já um truísmo no campo das ciências da linguagem – e, lembrando Barros Filho (2001), restringir-se a essa afirmação beira a inutilidade ao se estudar o gênero jornalístico informativo, pois não se pode ignorar as prescrições deste gênero no que toca a utilização das aspas e seus efeitos de produção de sentido esperados na esfera de circulação a que pertence.

Por que, então, utiliza-se o discurso direto? Maingueneau diz que “a escolha do discurso direto como modo de discurso relatado geralmente está ligado ao gênero do discurso em questão ou às estratégias de cada texto” (2005, p. 142), e, ainda, que isso está relacionado à busca por a) criar autenticidade, indicando que as palavras relatadas são aquelas realmente proferidas; b) distanciar-se, seja porque o enunciador citante não adere ao que é dito com aquilo que ele efetivamente assume, seja porque o enunciador quer explicitar, por intermédio do discurso direto, sua adesão respeitosa ao dito, fazendo ver o desnível entre palavras prestigiosas, irretocáveis e as suas próprias palavras (citação de autoridade); c) mostrar-se objetivo, sério. (MAINGUENEAU, 2005, p. 142).

À luz do gênero jornalístico informativo, o discurso direto marcado com aspas é utilizado conforme essas três estratégias citadas acima. Vale lembrar que mesmo quando há o distanciamento (b), ele se dá justamente para tentar garantir, idealmente, a imparcialidade jornalística ao não aderir ao enunciado de outrem, seja ele qual for.

O interesse específico deste artigo não é o de estudar as formas do discurso relatado, que são muitas, mas sim o de analisar a ambiguidade do uso das aspas no gênero jornalístico informativo. E por isso nos centraremos nas *aspas* como marcadores de discurso citado.

As *aspas*, como lembram Charaudeau & Maingueneau (2008), possuem dois empregos na tradição dos estudos em Análise do Discurso: o *autonímico* e o *em modalização autonímica*.

O **emprego autonímico** das aspas permite indicar que uma sequência é **tomada em menção** e não **em uso**, isto é, que o escrevente refere-se ao *signo*, em vez de, como no emprego padrão, indicar o referente por meio do signo. Os dois regimes principais de emprego autonímico são o *discurso direto*, no qual as aspas enquadram o conjunto de um enunciado, e a *palavra (ou série de palavras) entre aspas* no fio do texto: “ ‘Cavalo’ é um nome masculino.”

O **emprego em modalização autonímica** é particularmente interessante para os analistas do discurso. Enquanto a maior parte dos modalizadores autonímicos (“hum”, “de alguma forma”, “se me permitem a expressão...”) insere-se

no fio do discurso e não indicam claramente sobre quais elementos incidem, as aspas, sem romper o fio da sintaxe, *enquadram tipograficamente* os elementos sobre os quais incidem. O que as aspas indicam “é um tipo de *ausência*, de vazio a ser preenchido interpretativamente” (AUTHIER-REVUZ, 1995, v.1, p. 136). Colocando palavras entre aspas, o enunciador contenta-se, com efeito, em *atrair a atenção* do receptor sobre o fato de ele empregar precisamente essas palavras que coloca entre aspas; ele as sublinha, deixando ao receptor o cuidado de compreender porque chama sua atenção, porque abre assim uma falha no seu próprio discurso. Em contexto, as aspas podem, portanto, tomar significações muito variadas. (2008, pp. 65-66, grifos no original).

É importante frisar que, para Authier-Revuz, a *modalização autonímica* é uma configuração da reflexividade enunciativa, uma enunciação “atravessada por sua auto-representação opacificante”, possibilitadora de um “desdobramento metaenunciativo próprio”, que surge quando a enunciação “desdobra-se como um comentário de si mesma.” (1998b, p. 14).

A autora classifica em quatro categorias os comentários metaenunciativos constituintes da modalização autonímica (AUTHIER-REVUZ, 1998b, pp. 20-21):

- a) Não-coincidência **interlocutiva** entre os dois co-enunciadores; fruto da alteridade que constitui o dizer, representada pela interferência do outro interlocutor na enunciação;
- b) Não-coincidência do **discurso consigo mesmo**, afetado pela presença em si de outros discursos;
- c) Não-coincidência **entre as palavras e as coisas**; já que há a diferença entre a coisa em si e a palavra que a nomeia, havendo uma perda inerente à linguagem no encontro da ordem da língua e da ordem do real;
- d) Não-coincidência **das palavras consigo mesmas**, afetadas por outros sentidos, por outras palavras, pelo jogo da polissemia, da homonímia etc., marcada pelo constante deslizamento do significado sobre o significante.

É importante ressaltar que o trabalho da Authier-Revuz se enquadra em suas pesquisas sobre a *heterogeneidade mostrada* e a *heterogeneidade constitutiva*, que busca compreender os processos enunciativos em suas articulações com as contribuições advindas

do *dialogismo* de Bakhtin e da compreensão, feitas por Lacan, de sujeito produzido pela linguagem como estruturalmente clivado pelo inconsciente (AUTHIER-REVUZ, 1998b):

É neste quadro assim balizado que se situa o estudo da reflexividade opacificante da modalidade autonímica. Ela é considerada primeiro [...] no plano da língua, sob o ângulo dos tipos de formas pelas quais se realiza, na linearidade do fio de um dizer sobre as coisas, esse “retorno” metaenunciativo que se volta sobre as palavras desse dizer. Em seguida [...], sob o ângulo dos tipos de representação da interlocução, do discurso, da língua, da nomeação, do sentido... cuja enunciação esse retorno acompanha, representação cuja função na economia enunciativa em geral – e tal como ela se manifesta nos discursos particulares – é considerada, em sua dimensão imaginária, em relação com o real, irrepresentável por si mesmo, da enunciação. (1998b, pp. 17-18).

Outra coisa importante a mencionar é que as *modalizações autonímicas*, conforme propostas pela pesquisadora, são desdobramentos enunciativos frente à própria enunciação, ou seja, são desdobramentos enunciativos que um enunciador produz sobre seu próprio enunciado, e não sobre o enunciado de um outro: por isso uma espécie de retorno *metaenunciativo*, ou *desdobramento metaenunciativo*.

Sendo assim, sejam quais foram as bases da modalização autonímica (as *não-coincidências* a, b, c e d citadas anteriormente) elas recaem sobre o enunciado do próprio enunciador, e não sobre um enunciado de outro enunciador. Portanto, as *aspas* em emprego de *modalização autonímica* – quando há menção e uso – não podem ser interpretadas como marcas de discurso citado (só menção - autonímico). Sabendo disso, fica mais claro entender o quê Charaudeau & Maingueneau escreveram sobre as *aspas* na citação anterior.

Sob essa mesma perspectiva, Véronique Dahlet (2006) estipula a necessidade de se identificarem dois contextos distintos para se analisar o emprego das *aspas*: o *monologal* e o *dialogal*, o qual “coloca em copresença pelo menos dois discursos de proveniência diferente” (2006, p. 213). No *monologal* há a possibilidade de interpretar as *aspas* em seus empregos de *modalização autonímica*¹²⁰, pois cria a possibilidade do desdobramento metaenunciativo, ao passo que no contexto *dialogal* as *aspas* funcionam como marcação de discurso citado.

Entretanto, como será demonstrado a partir das análises do *corpus*, esse recorte de contexto *monologal* e *dialogal*, ou mesmo o de entender que as *modalizações autonímicas* só recaem sobre o enunciado do próprio enunciador, não darão conta de compreender

¹²⁰ Dahlet (2006) utiliza o termo *conotação autonímica* a partir dos trabalhos de Rey-Debov, cuja compreensão dessa manifestação também é a base utilizada por Authier-Revuz. Porém, essa última transforma o conceito de *conotação autonímica* no de *modalização autonímica* ao apresentar algumas diferenças de funcionamento, diferenças essas que não comprometem a pesquisa aqui realizada e que, portanto, não serão trabalhadas.

justamente o emprego ambíguo das *aspas* no gênero jornalístico informativo ao se estabelecer a esfera discursiva e interdiscursiva como fundamentais para a compreensão do enunciado. A ambiguidade que queremos demonstrar aqui está justamente no cruzamento desses contextos, ou seja, na impossibilidade de uma delimitação estanque entre eles quando se tem em vista os efeitos de sentido produzidos em determinadas utilizações das *aspas* no gênero jornalístico informativo.

É importante agora compreender a função das *aspas* no gênero jornalístico informativo, já que não trabalhamos com uma característica do emprego desse recurso tipográfico em qualquer forma de manifestação, mas sim no gênero aqui estudado – onde ele ganha uma específica orientação de emprego e, mais importante, uma específica orientação de entendimento pela esfera de circulação a qual o gênero jornalístico informativo pertence.

O Manual de Redação do jornal que faz parte do *corpus*, a *Folha de S.Paulo*, entende as *aspas* e quais são as prescrições sobre seu emprego da seguinte forma:

Aspas – Sinal gráfico (“ ”) usado para delimitar uma citação: “*O Estado sou eu*” é a frase mais famosa de Luís 14. A **Folha** usa *aspas* também em palavras e expressões estrangeiras que não tenham tradução, não tenham sido aportuguesadas ou cuja utilização seja rara em texto jornalístico: “black tie”. Consulte o anexo “Principais estrangeirismos”, para saber qual a grafia adotada pela **Folha**.

Evite usar *aspas* para enfatizar palavras, sobretudo para imprimir tom irônico. Utilize-as para destacar títulos de livros, obras artísticas (filmes, peças de teatro, músicas etc.), revistas e jornais, exceto a **Folha**, que aparece em negrito.

Em transcrições, a pontuação fica dentro das *aspas* se a declaração constituir período completo, todo ele entre *aspas*. “Eu não renuncio.” Foi assim que o presidente começou seu discurso. Mas: O presidente disse: “Eu não renuncio”.

[...]

Em títulos e legendas, admite-se o uso de *aspas* simples no lugar de *aspas* para ganhar espaço. (FOLHA, 2010, p. 54 – grifos no original).

Há também outro verbete no referido manual que é importante para a nossa pesquisa, o que trata da *declaração textual*, pois se relaciona com o emprego das *aspas*:

Declaração textual – Quanto menos usado o recurso da declaração textual, mais valor ele adquire. Reserve-o para afirmações de grande impacto, por seu conteúdo ou pelo caráter inusitado que possam ter: “Cunhado não é parente”, disse o governador; “Graças a Deus chegamos a um acordo”, afirmou o presidente, que se diz ateu. A reprodução das declarações deve ser literal. Só podem ser reproduzidas entre *aspas* frases que tenham sido efetivamente ouvidas pelo jornalista, ao vivo ou em gravações.

[...] Na reprodução de declaração textual, seja fiel ao que foi dito, mas, se não for de relevância jornalística, elimine as repetições de palavras ou expressões da

linguagem oral: hum, é, ah, tá, sabe?, entende?, viu? Para facilitar a leitura, pode-se suprimir trecho ou alterar a ordem do que foi dito – desde que respeitado o conteúdo.

[...] Na necessidade de chamar a atenção do leitor para algo de errado ou estranho em declaração, admite-se o uso da expressão latina *sic* (assim mesmo) entre parênteses. Restrinja o uso desse recurso. Ao introduzir informações em declarações textuais, use colchetes para deixar claro que se trata de inclusão da Redação: “Aquila [a Polinésia] é um paraíso”, disse o ator.

Cuidado com os sujeitos e os verbos ao reproduzir declarações textuais. Não escreva A testemunha declarou que “vi com meus próprios olhos” nem A testemunha declarou que “viu com seus próprios olhos”. Use: “Vi com meus próprios olhos”, disse a testemunha; ou A testemunha disse ter visto com seus “próprios olhos”; ou ainda A testemunha disse: “Vi com os meus próprios olhos”. (FOLHA, 2010, pp. 39-40).

As partes do manual demonstram uma preocupação bastante restrita com relação ao uso das *aspas*, sem nenhuma elaboração mais aprofundada relacionada ao efeito da mobilização do discurso citado em um texto jornalístico. A utilização da declaração textual, como prescrito na citação, é relacionada a sua importância jornalística: “reproduzir declarações textuais confere credibilidade à informação, dá vivacidade ao texto e ajuda o leitor a conhecer melhor o personagem da notícia.” (FOLHA, 2010, p. 39), o que vai ao encontro das citações já expostas de Barros Filho (2001) e Maingueneau (2005) sobre a função deste recurso no gênero jornalístico informativo.

Outra coisa que é importante salientar, e que também vem ao encontro à busca da objetividade, é a obrigação da literalidade da citação, sendo permitidos somente alguns apagamentos de marcas de oralidade: se há uma frase aspeada, ela foi literalmente dita e exime o jornalista de se responsabilizar por ela. No exemplo sobre o relato da testemunha ter visto com seus próprios olhos alguma coisa, fica clara a proibição do uso do que Authier-Revuz (1998) denominou de *Discurso Indireto quase-textual*, no qual há a possibilidade da readequação dos dêiticos da enunciação citada e marcada entre aspas para manter a integridade sintática da enunciação citante.

No verbete *aspas* do manual de redação, há somente a prescrição de seu *emprego autonímico*, pois reserva seu uso para marcar citações e/ou utilização de estrangeirismos ou de palavras raras em textos jornalísticos. O seu *emprego em modalização autonímica* é explicitamente proibido, pois manda evitar o uso das aspas para enfatizar palavras, sobretudo para imprimir tom irônico – que é um tipo de modalização – salvo em casos de estrangeirismos, mudanças de registros e mudanças do padrão lexical empregado pelo jornal.

Segundo o Manual de Redação da *Folha de S.Paulo* e as prescrições do gênero jornalístico informativo, em consonância com suas macro-características de orientação à *objetividade aparente*, o emprego das aspas restringe-se em sua larga medida ao *autonímico*.

Entretanto, essa separação – *emprego autonímico* e emprego em *modalização autonímica* – não é suficiente quando se estuda as diversas formas de discurso relatado encontrados na própria imprensa escrita, quando encontradas *aspas*. Compreender as nuances que existem entre eles é fundamentalmente importante para analisar os reais efeitos de produção de sentido pela mobilização do discurso do outro, compreensão esta que está ausente nas prescrições um tanto quanto burocráticas propostas pelo Manual de Redação da *Folha de S.Paulo* (e não só dela).

Authier-Revuz (1998) aponta a existência de *formas híbridas*, pelas quais as partes citadas são mobilizadas em *menção* e em *uso* concomitantemente pelo enunciador e que, portanto, se inserem como um tipo de *modalização autonímica*, pois a parte marcada pelas aspas – e que remeteriam à citação de um outro discurso – não se configura como autônima, apesar de assim parecerem.

A autora denomina de *ilhas textuais*:

O caso de imagem particular de funcionamento do sinal de modalização autonímica: aquela extremamente frequente na imprensa, em particular, na qual um DI [discurso indireto], relatando um outro ato de enunciação num modo que é o seu, ou seja, o da reformulação, assinala, localmente, um elemento como “não traduzido”, como fragmento conservado da mensagem de origem. (1998, p.142).

A autora prossegue dizendo que nesses tipos de enunciados, o trabalho interpretativo que supõe todas as aspas de modalização autonímica se apoia sobre o contexto no qual figura o discurso indireto para interpretar as aspas em *segundo seus próprios termos*: “Falar aqui de DI [discurso indireto] com ‘fragmentos de DD [discurso direto]’ é errôneo: não há aqui menção (autonímia) aos elementos entre aspas, mas uso com menção (modalização autonímica) de elementos plenamente integrados à sintaxe padrão da frase.” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 142).

Apesar de serem largamente utilizadas na imprensa escrita, não há um apuro maior sobre a utilização dessa forma híbrida como acontece nas *ilhas textuais*. Como visto nas prescrições referentes às *aspas* e às declarações textuais contidas no Manual de Redação, há uma compreensão um tanto quanto restrita sobre as reais implicações da mobilização do

discurso do outro pela prática jornalística. E é aqui que reside uma das facetas da tensão que queremos explorar.

Neste ponto, é fundamental evocar as palavras de Bakhtin/Volochínov, presentes em *Marxismo e filosofia da linguagem*, sobre a forma de manifestação de discurso indireto de *estilo pictórico*, que parece se tratar do que Authier-Revuz chama de *ilhas textuais* como um tipo de forma híbrida:

As palavras e expressões de outrem integrados no discurso indireto e percebidos na sua especificidade (particularmente quando são postos entre aspas), sofrem um “estranhamento”, para usar a linguagem dos formalistas, um estranhamento que se dá justamente na direção que convém às necessidades do autor: elas adquirem relevo, sua “coloração” se destaca mais claramente, mas ao mesmo tempo elas se acomodam aos matizes de atitude do autor – sua ironia, humor, etc. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 169).

Bakhtin/Volochínov já aponta nessa citação a possibilidade de coexistência do emprego *autonímico* e *em modalização autonímica* no uso das aspas, a despeito do fato desses conceitos não terem essa delimitação e nomenclatura quando escreveram a obra citada, já que publicada em 1929. E, mais, para usarmos os termos de Authier-Revuz, aponta a possibilidade de existência de um termo em *menção* e *em uso*, porém ressaltando que esse *uso* não se relaciona somente à adequação à sintaxe padrão do enunciado citante, mas também adquire um status de *desdobramento metaenunciativo* sobre a enunciação *do outro*, não de si mesmo. É por isso que, nesse tipo de construção, pode ocorrer “um estranhamento que se dá justamente na direção que convém às necessidades do autor”, ou seja, um tipo de modalização sobre o discurso do outro, já que as palavras citadas “adquirem relevo, sua “coloração” se destaca mais claramente, mas ao mesmo tempo elas se acomodam aos matizes de atitude do autor – sua ironia, humor, etc.” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 169).

Se, por um lado, sabemos que qualquer discurso citado e/ou relatado é uma enunciação sobre outra enunciação, pela perspectiva de Bakhtin/Volochínov (2009), que, portanto, implica marcas de posicionamento do citante frente ao citado, por outro lado, sabemos também que a utilização do discurso relatado e/ou citado é uma das principais bases da construção do efeito de objetividade perseguido pelo gênero jornalístico informativo.

Na prática da atividade jornalística, a busca por “boas aspás” para constarem em um conjunto noticioso é corriqueira: faz parte estar atento para aquilo que pode ser aspeado. É corriqueira também a preocupação com a não utilização de determinados verbos *dicendi* que carregam mais explicitamente um posicionamento frente ao discurso relatado e/ou citado, como já exposto por Grillo (2004) e diversos outros autores, e que é ensinado em cursos de formação para jornalistas. Entretanto, uma atenção mais profunda sobre a prática de mobilização do discurso relatado e/ou citado, que problematizaria certas construções enunciativas, não acontece.

3. Análise

Apresentaremos uma análise de um conjunto noticioso pela qual tentaremos apresentar a ambiguidade conforme proposta por esse artigo. Ele foi publicada no dia 29/06/2009, na editoria de Mundo, página A17 do jornal *Folha de S.Paulo*, e se enquadra no gênero jornalístico informativo. Na sequência, apresentamos a transcrição da notícia:

Irã prende 8 britânicos por “ingerência”

Funcionários da Embaixada do Reino Unido são acusados de incitar protestos, mas número indefinido deles é solto depois

Londres nega as acusações; no norte de Teerã, reduto de líder opositor, 3.000 pessoas fazem novo protesto contra resultado do pleito do dia 12.

DA REDAÇÃO

(§1) Alegando ingerência em assuntos domésticos, o Irã deteve ontem, e depois soltou, funcionários da Embaixada do Reino Unido. No norte da capital, Teerã, foi registrado o primeiro grande protesto de opositores em quase uma semana, com confronto entre forças de segurança e manifestantes.

(§2) Segundo a imprensa oficial iraniana, foram oito os funcionários detidos, e um número não especificado deles foi posteriormente libertado. “Temos fotos e vídeos de empregados da embaixada britânica nas manifestações”, afirmou o ministro da Inteligência iraniano, Gholam Husein Mohseni Ejei.

(§3) O ministro das Relações Exteriores britânico, David Miliband, disse que “cerca de nove” pessoas haviam sido presas.

(§4) Para ele, as detenções pelo Irã são “uma intimidação inaceitável”. “A ideia de que a embaixada esteja de alguma forma por trás dos protestos que têm ocorrido em Teerã é completamente sem fundamento.”

(§5) Já o líder supremo iraniano, o aiatolá Ali Khamenei, qualificou ontem de “absurdo” o comunicado do G8 (sete países mais industrializados e a Rússia), divulgado na última sexta, condenando a violência pós-eleições no país. Para o líder, são “comentários idiotas”.

(§6) As relações entre Teerã e Londres vêm se deteriorando há uma semana, quando o Irã expulsou dois diplomatas britânicos e disse estudar rebaixar os laços diplomáticos com o Reino Unido. Londres também expulsou dois diplomatas iranianos em retaliação.

(§7) O governo iraniano acusa o país de incitar a onda de protestos que tomou conta do país desde o pleito do dia 12, em que o presidente Mahmoud Ahmadinejad foi anunciado vencedor em condições consideradas suspeitas pela oposição liderada por Mir Hossein Mousavi.

(§8) De acordo com números oficiais, o presidente ultraconservador obteve 62,7% dos votos, contra 33% de Mousavi. Mais de 80% dos eleitores votaram.

(§9) Os protestos arrefeceram porém desde que Ali Khamenei respaldou reiteradas vezes o resultado, assim como o Conselho dos Guardiães – máxima instância constitucional –, e recrudescer o cerco à oposição.

(§10) No protesto de ontem, segundo relatos, cerca de 3.000 pessoas transformaram um tradicional evento religioso no norte da capital – reduto de Mousavi – em ato da oposição. Eles foram dispersados pelas forças de segurança no local com balas de gás lacrimogêneo.

(§11) Ontem se esgotou também o prazo para os opositores apresentarem acusações de irregularidades na eleição. Mousavi, porém, voltou a desafiar o governo e recusou participar

da comissão que investigará 10% das urnas. O opositor disse, em site da internet, que não recuará. Mousavi exige nova votação.

(§12) David Axelrod, um dos principais assessores do presidente dos EUA, Barack Obama, disse que as acusações de Ahmadinejad contra o país durante a semana são destinadas ao público interno. Para ele, ainda é possível a reaproximação que a nova Casa Branca vem buscando.

Com agências internacionais.

Logo chama a atenção o emprego das aspas na palavra *ingerência* no título da notícia, e imediatamente ele instaura uma ambiguidade interpretativa. Qual é o tipo de emprego das aspas nesse título, o de marcar o discurso citado, ou seja, de trazer a palavra do comunicado oficial do governo do Irã, portanto *autonímico*, ou o de chamar a atenção do leitor para a própria palavra, por meio do emprego *em modalização autonímica*, “que instaura ao co-enunciador a tarefa de compreender o motivo pelo qual ele está chamando assim sua atenção e abrindo uma brecha em seu próprio discurso”? (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2005, p. 161).

Os dois empregos das aspas coexistem, ambigualmente. Podemos tanto compreender que as aspas são marcas do discurso citado, orientado pela expectativa construída pelo seu uso no gênero jornalístico informativo, como também inferir que estas mesmas aspas marcam um comentário apreciativo frente à palavra do outro. Pelo emprego *autonímico*, o afastamento do enunciador do título do conjunto noticioso frente à palavra aspeada se orienta pelos critérios do efeito de imparcialidade; pelo emprego *em modalização autonímica* este mesmo afastamento se orienta por uma posição avaliativa frente a palavra do outro.

Mesmo se considerarmos este enunciado como uma forma híbrida, uma *ilha textual*, a ambiguidade permanece. Há a possibilidade de inferência de duas formas de *modalização autonímica* na parte marcada pelas aspas: no que se baseia na *não-coincidência do discurso*

consigo mesmo, uma vez que remeteria ao discurso exterior do governo do Irã; e no que se baseia na *não coincidência das palavras consigo mesmas*, na qual está marcado o posicionamento do enunciador citante em valorar a palavra marcada pelas aspas, lançando mão de um tradicional recurso de marcação de ironia¹²¹ que é justamente o de construir um marcador que possibilitaria a inferência de outro sentido daquele que está expresso: uma “ingerência”, mas entre “aspas”.

É assim que se instaura a ambiguidade argumentativa, pois é facultado ao leitor do jornal construir e eleger um dos efeitos de sentido produzidos por essa colocação das aspas; e, o mais importante, a eleição de uma forma de emprego por parte do leitor não implica a inexistência da outra forma empregada. É uma coexistência de sentidos, produzida pela ambiguidade de emprego das aspas, e que só se resolve pela eleição de um deles por parte do leitor.

O *emprego autonímico* das aspas serve como argumento a favor do efeito de objetividade e de imparcialidade, assim como o emprego *em modalização autonímica* baseado na *não coincidência do discurso consigo mesmo* – já que remete ao discurso exterior do governo do Irã. Entretanto, o emprego *em modalização autonímica* baseada na *não coincidência das palavras consigo mesmas* serve de argumento à valoração do que é informado, portanto, uma possível marca de um posicionamento subjetivo. Argumentos a favor da objetividade e da subjetividade coexistem nesse uso das aspas.

Como visto na prescrição do Manual de Redação, é proibido usar aspas para enfatizar palavras, “sobretudo para imprimir tom irônico.” (FOLHA, 2010, p. 54). Mas se pode alegar que o uso das aspas como no exemplo não foi o de imprimir tom irônico, mas sim para manter-se fiel às normas da *objetividade aparente* e de se ater à literalidade do discurso citado. Quem resolve essa ambiguidade, elegendo um dos empregos, é única e exclusivamente o leitor. E não poderia ser diferente, porque foi o próprio leitor que construiu essa mesma ambiguidade, por meio de inferência.

¹²¹ Ironia aqui deve ser entendida como uma forma de argumentação indireta que se abre à inferência de um ou mais sentidos que coexistem, ambigualmente, para além daquele expresso pelo mesmo enunciado. Não deve ser tomada como uma simples antifrase. Um levantamento mais aprofundado sobre o conceito, assim como as bases teóricas para tal definição, podem ser encontrados em Vianna (2011).

Mesmo o modalizador presente na primeira frase do *lead* da notícia, “Alegando ingerência em assuntos domésticos, o Irã...”¹²² não resolve o paradoxo instaurado entre os tipos de emprego das aspas, pois só reforça o distanciamento do enunciador, mas não o tipo de distanciamento: o derivado da postura de busca de imparcialidade ou o derivado da postura avaliativa (o primeiro remete ao emprego *da modalização autonímica* baseada na *não coincidência do discurso consigo mesmo* e o segundo baseada na *não coincidência das palavras consigo mesmas*).

Não é só no título que podemos encontrar esse emprego ambíguo das aspas. Ainda neste conjunto noticioso, os parágrafos 2, 3, 4 e 5 são bons exemplos de como há manifestações mais propícias à ambiguidade irônica do que outras.

No segundo parágrafo, temos uma manifestação de emprego das aspas como marcação de discurso citado, mantendo a estrutura de discurso direto e o emprego *autonímico* das aspas, portanto. Esse tipo de construção é muito pouco aberta à inferência de uma ambiguidade como valoração por parte do citante daquilo que é citado.

Já no terceiro, quarto e quinto parágrafos temos outro tipo de manifestação. No terceiro parágrafo, no primeiro período do quarto e no quinto parágrafo temos a manifestação das *ilhas textuais*, e, com elas, a instauração da ambiguidade. No segundo período do quarto parágrafo temos uma estrutura de discurso direto sem verbo *dicendi* e menos propícia à ambiguidade.

Como interpretar as aspas que marcam o discurso citado na forma híbrida de *ilha textual* nesses parágrafos? Em que está baseada a *modalização autonímica* característica desse emprego, na *não coincidência do discurso consigo mesmo* ou na *não coincidência das palavras consigo mesmas*? Há uma diferença importante entre as marcas atribuídas ao governo britânico e ao do Irã.

Sobre as aspas que incidem sobre a fala do representante da Grã-Bretanha, temos duas manifestações em *ilha textual* (propícia à ambiguidade) e uma em discurso direto (pouco propícia à ambiguidade). A primeira manifestação em *cerca de nove* pode ser interpretada mais fortemente como *modalização autonímica* baseada na *não coincidência do discurso consigo mesmo* para atribuir o grau de imprecisão (a palavra *cerca*) ao discurso citado, e não

¹²² A esse tipo de construção, Authier Revuz (1998) denomina de *modalização em discurso segundo*.

ao jornal, já que este assume, pelo título da matéria, que foram oito britânicos presos. A segunda manifestação das aspas, em *uma intimidação inaceitável*, há uma ambiguidade maior no plano enunciativo, já que há a coexistência possível da *modalização autonímica* baseada na *não coincidência do discurso consigo mesmo*, remetendo à insatisfação do governo britânico, e a baseada na *não coincidência das palavras consigo mesmas*, marcando um posicionamento apreciativo frente ao citado por parte do citante. Porém, no plano discursivo e interdiscursivo, remetendo à memória discursiva na qual este enunciado (o conjunto noticioso) está inserido, não existe uma coexistência equânime entre os dois sentidos: é mais fortemente marcada a compreensão de ser inaceitável uma intimidação – prisões – do que relativizar avaliativamente o que seria *inaceitável* ou mesmo o que seria uma *intimidação*.

A ambiguidade que se instaura no plano linguístico-enunciativo perde força no plano discursivo. E, por plano discursivo, precisamos entender a interdiscursividade estabelecida pelo jornal, a circulação ampla de outros discursos sobre o mesmo tema e o posicionamento sócio-histórico do jornal e de seu público leitor (ocidentais, cristãos, brasileiros, classe média, etc: pertencentes a uma certa comunidade discursiva).

Entretanto, ao se analisarem as marcações com aspas atribuídas ao governo do Irã nesses parágrafos destacados, o grau de ambiguidade é maior. No quinto parágrafo existem duas manifestações de aspas: em *absurdo* e em *comentários idiotas*, que são atribuídas ao aiatolá Ali Khamenei e estão completamente integradas à sintaxe padrão do parágrafo, sendo, portanto, *ilhas textuais*.

Daí novamente a ambiguidade da *modalização autonímica*: ela está baseada na *não coincidência do discurso consigo mesmo*, já que remete às palavras do aiatolá, ou na *não coincidência das palavras consigo mesmas*, marcando um posicionamento apreciativo por parte do citante frente ao citado, colocando ambigualmente entre aspas *absurdo* e *comentários idiotas*? E aqui, diferentemente da mobilização do discurso do governo britânico, o plano discursivo mais amplo oferece uma possibilidade mais fortemente marcada para a compreensão (inferência) das aspas serem uma marcação apreciativa do que seria *absurdo* e o que seriam *comentários idiotas* frente a uma nota do G-8 que condena a repressão violenta aos protestos. Entretanto, como não poderia ser diferente, os dois sentidos coexistem e nenhuma prescrição do gênero jornalístico informativo foi rompida.

Por fim, ainda nesta matéria, é importante analisar o último parágrafo no qual é mobilizada a voz do governo dos Estados Unidos e assim, por efeito de contraste, explicitar as ambiguidades anteriores analisadas:

(§12) David Axelrod, um dos principais assessores do presidente dos EUA, Barack Obama, disse que as acusações de Ahmadinejad contra o país durante a semana são destinadas ao público interno. Para ele, ainda é possível a reaproximação que a nova Casa Branca vem buscando.

Primeiramente, é importante frisar que se trata do último parágrafo da notícia, no qual aparece um terceiro posicionamento (dos EUA) que até então não estava presente e que, justamente por encerrar o texto, não se abre ao contraditório: ganha, assim, um *status* de palavra final, à luz de uma análise simples.

Não há nenhuma utilização de aspas, sendo a estrutura de discurso relatado aqui presente a do discurso indireto puro e simples, com a presença de uma *modalização em discurso segundo* no último período (Para ele, ...). E é justamente pela ausência das aspas que esse parágrafo em nada ou em muito pouco se abre a uma ambiguidade interpretativa. Para efeito de contraste, apresentaremos esse parágrafo com a utilização de aspas marcando *ilhas textuais* para que melhor se observe a diferença de sentidos produzidos:

David Axelrod, um dos principais assessores do presidente dos EUA, Barack Obama, disse que as acusações de Ahmadinejad contra o país durante a semana são “destinadas ao público interno”. Para ele, ainda é possível a “reaproximação” que a nova Casa Branca “vem buscando”.

Enquanto que o parágrafo da forma como foi publicado no jornal se abre muito pouco à ambiguidade, a introdução na sua reescrita de aspas como marcadores de *ilhas textuais* instaura a ambiguidade. No trecho “destinadas ao público interno” percebe-se que, quando não marcado por aspas, a fluência do discurso indireto não possibilita nenhuma forma de

estranhamento, para usar o termo de Bakhtin/Volochínov (2009, p.169) emprestado dos formalistas. Já a colocação das aspas automaticamente instaura o trecho citado como *ilha textual* e, conseqüentemente, a *modalização autonímica*. E, com a *modalização autonímica*, instaura-se a ambigüidade sobre em que base ela se dá, em qual *não coincidência* ela se estabelece, coexistindo os dois sentidos.

Na colocação das aspas em *reaproximação* e em *vem buscado* sob a mesma dinâmica, a ambigüidade estabelecida se fortalece. É possível inferir nas aspas que o enunciador – o jornal – está remetendo ao discurso do governo dos EUA ou, ainda, está distanciando-se apreciativamente das palavras desse governo, questionando o que seria essa *reaproximação* ou a ação de *vem buscando*, podendo ser inferido o sentido de ser uma *reaproximação, mas entre aspas*, ou mesmo de um *esforço, de uma busca, mas entre aspas*. Novos sentidos, ambigüamente, surgem na tecitura do discurso a partir de uma inferência por parte do leitor, que possibilita qualificar e/ou desqualificar esse discurso mobilizado do outro. É importante lembrar que essa construção não estava presente no último parágrafo do conjunto noticioso publicado, entretanto ela foi realizada tomando por empréstimo a lógica do emprego ambíguo das aspas como analisada nos outros trechos do mesmo conjunto noticioso, para efeito didático. Entretanto, podemos concluir que a opção do enunciador jornal de construir ou não as estruturas de *ilhas textuais*, que se abrem à ambigüidade, são indícios de seu próprio posicionamento avaliativo frente ao discurso do outro.

3. Considerações finais

Ao apresentar a análise, mesmo que somente uma, vimos que surgem manifestações ambíguas do emprego destas aspas como marcas do discurso relatado. Elas tanto podem ser marcas de discurso citado (emprego autonímico) como também marcas de modalização autonímica, sinalizando a ampliação do sentido daquilo aspeado. É o enunciador jornal que, ao utilizar as aspas, marca o segmento do discurso do *outro*, mas essa mesma marcação pode ser de uma modalização autonímica que reflete algum posicionamento apreciativo. Entretanto, é uma modalização autonímica que o enunciador jornal faz não sobre o seu

próprio enunciado, mas sim, e ambigualmente (frente às prescrições do gênero notícia impressa), sobre o enunciado do *outro*.

Dada essa observação, podemos acreditar na existência de um outro tipo de recorrência da modalização autonímica: a *modalização autonímica do discurso segundo*. Modalização autonímica esta que é *do discurso segundo* porque o discurso segundo é mobilizado em *menção* e em *uso*, e recai sobre ele uma outra modalização autonímica por parte daquele que o mobiliza.

É, portanto, uma espécie de *dupla modalização autonímica*: (1) primeiro desdobramento metaenunciativo, pois remete a um outro enunciado, a um outro discurso e (2) segundo desdobramento metaenunciativo, de cunho apreciativo, que recai sobre o desdobramento metaenunciativo primeiro (1). É por isso, por esse duplo desdobramento metaenunciativo, que poderíamos chamar de *modalização autonímica do discurso segundo* (não confundir com o conceito de *modalização autonímica em discurso segundo*, já formulado por Authier-Revuz (1998), e que se refere a outro tipo de manifestação).

Para essa designação ser pertinente, precisamos ampliar a noção de *uso* para além daquela de Authier-Revuz (que se restringe à adequação do segmento citado à sintaxe padrão da enunciação citante), passando a compreender por *uso* também a possibilidade de marca do posicionamento ativo do citante, que resultaria numa marca apreciativa do citante frente ao citado. Algumas ocorrências das aspas, como apontadas nas análises, são tanto marcadores de discurso citado como também assumem a função argumentativa de um *sic*, e isso ocorre ao mesmo tempo, com as duas manifestações coexistindo, ambigualmente

Como também já dito, essa compreensão pode ajudar bastante na tentativa de teorização sobre a afirmação de Bakhtin/Volochínov, a de que “o discurso citado é o *discurso no discurso, a enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação*.” (2009, p.150). Articular as formulações sobre modalização autonímica de Authier-Revuz com as formulações do Círculo sobre o inerente posicionamento ativo do enunciador, inclusive quando emprega o discurso do outro, pode ser de grande valia na construção de categorias de análises mais nítidas, atualizando criticamente algumas formulações já presentes em *Marxismo e filosofia da linguagem*, trazendo-as revisitadas para o nosso contexto teórico atual.

Referências Bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Ces mots qui ne vont pas de soi, Boucles réflexives et non-coïncidences du dire*, Paris: Larousse, 2 v., 1995.

_____. Observações no campo do discurso relatado. Trad. Gileade Pereira de Godoi. In *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. pp. 133-164.

_____. As não coincidências do dizer e sua representação metaenunciativa – estudo lingüístico discursivo da modalização autonímica. Trad. Maria Onice Payer. In *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998b. pp. 13-28.

BAKHTIN, Mikhail. (VOLOCHÍNOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na Comunicação*. São Paulo: Editora Moderna. 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise de Discurso*. Trad. Fabiana Komesu (Coord.) São Paulo: Editora Contexto, 2008.

DAHLET, Véronique. *As (man)obras da pontuação: usos e significados*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FOLHA DE S.PAULO. *Manual de Redação*. 15ª ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

GRILLO, Sheila. *A produção do real em gêneros do jornal impresso*. São Paulo: Humanitas, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Editora Cortez. 2005.

VIANNA, Rodolfo. *Jornalismo, ironia e “informação”*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). 220 fls. 2011.

Abstract: *This paper aims to present the ambiguity on the use of quotation marks in the informative genre of the print media. It relies on the Bakhtin Circle’s theoretical concepts of enunciation and concrete utterance and on Authier-Revuz’s concept of autonymic modalization in order to identify occurrences in which the use of quotation marks enables one to understand it as both a mark of the direct speech, which characterizes the autonymic use, and a mark of evaluative appraisal on what is being quoted, which defines the autonymic*

modalization use. The analysis was limited to a set of news that is part of the informative genre of the print media, thus disregarding opinative texts and images. The results obtained indicate the journalists' need for a greater reflection on the use of quotation marks, because the ambiguity promoted by this use may mark their stand on what is being reported.

Keywords: quotation marks; autonymic modalization; ambiguity; objectivity; journalism.

18. A apropriação da escrita científica em projetos de pesquisa de futuros pesquisadores

Thiago Jorge Ferreira Santos¹²³

Resumo: Este capítulo objetiva mostrar uma análise de projetos de pesquisa redigidos por alunos graduandos de Iniciação Científica. Nesta apresentação, vamos focalizar, sobretudo, o desenvolvimento do plano global do conteúdo temático e o uso dos tipos de discurso, bem como aspectos da coesão textual encontrados (BRONCKART, 1999). Para tanto, baseamo-nos no arcabouço teórico-metodológico do Interacionismo sociodiscursivo (BRONCKART, 1999[1997], 2005, 2006, 2008, 2010, 2011) e em alguns estudos sobre o gênero textual projeto de pesquisa (MACHADO, LOUSADA e ABREU-TARDELLI, 2005; LEITÃO, 2008; MOTTA-ROTH, HENDGES, 2010). O corpus coletado é composto por projetos de alunos do curso de Letras, que participaram ou participam do programa de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo. No tocante à mobilização do discurso teórico, analisaremos as formas de raciocínios textualizadas (BRONCKART, 2008; BRONCKART, BULEA, 2008). Iremos apresentar, primeiramente, nossa introdução e, depois, nossos pressupostos teóricos e a metodologia de nosso trabalho; em seguida, iremos nos centrar nas análises efetuadas para, finalmente, apresentar nossas considerações finais.

Palavras-chave: Interacionismo sociodiscursivo; gêneros textuais; projeto de pesquisa; conteúdo temático; tipos de discurso.

1. Introdução

Este artigo objetiva estudar a aprendizagem do gênero textual projeto de pesquisa, por meio de exemplares produzidos por alunos futuros pesquisadores, que desenvolvem pesquisa em nível de Iniciação Científica. Através de análises textuais e discursivas, objetivamos levantar apontamentos sobre esse gênero textual essencial na esfera acadêmica. Especificamente, o nosso artigo tem os seguintes objetivos:

¹²³ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em Francês da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Prof. Dra. Eliane Gouvêa Lousada. thiagojorgefs@gmail.com.

- a. Analisar o desenvolvimento do tema da pesquisa tendo em vista as seções necessárias para a compreensão de uma pesquisa científica;
- b. Verificar o modo de construção do raciocínio lógico científico, através da mobilização do tipo de discurso teórico.
- c. Mostrar apontamentos a respeito da coesão textual nos projetos de pesquisa.

Como justifica Leitão (2012, p.18), o gênero textual projeto de pesquisa é de grande importância no âmbito acadêmico, pois, além de ser exigido em processos seletivos de Pós-graduação, como Doutorado, Mestrado e, em alguns casos, Especialização, o projeto de pesquisa vem adquirindo grande importância, também, no ambiente escolar, por ser um instrumento de ensino e aprendizagem. Bem como esses usos, o projeto de pesquisa é, geralmente, o primeiro gênero textual da esfera científica em que o aluno graduando em Iniciação Científica tem contato.

Devido a essa peculiaridade, o projeto de pesquisa pode trazer informações importantes para a compreensão do desenvolvimento do raciocínio lógico científico. A fim de construir esse raciocínio, o aluno precisa se apropriar do gênero textual projeto de pesquisa e dos aspectos linguísticos e discursivos necessários na mobilização do discurso teórico.

De acordo com Machado, Lousada e Abreu-Tardelli (2005), os gêneros textuais acadêmicos são ensinados somente através de suas organizações globais, sem tomar em conta outros aspectos que são intrínsecos a constituição dos gêneros, como as suas várias situações de produção e sua organização linguística e discursiva. Muitas vezes, ainda de acordo com as autoras, esses gêneros são cobrados dos alunos sem nenhum ensino sistemático, nem na escola e nem na universidade.

Para alcançar nossos objetivos, temos como aporte teórico o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD¹²⁴) (1999, 2006, 2008) no que concerne aos conceitos de texto e gênero textual, além do método de análise textual e discursiva proposto pela teoria. Na discussão a respeito do gênero textual projeto de pesquisa, apoiamos-nos nas pesquisas de Machado, Lousada, Abreu-Tardelli (2005) e Motta-Roth, Hendges (2010). Em auxílio ao modelo de análise do ISD, utilizaremos os estudos de Grize (1984, 1990) na definição do raciocínio lógico, que deve ser analisado por meio de análises do contexto de produção e da

¹²⁴ Doravante ISD.

textualidade. Finalmente, consideramos importantes os trabalhos de Fávero (2012) e Koch (2012) em nossa discussão da coesão textual nos projetos de pesquisa analisados.

Para a compreensão do nosso estudo, serão apresentados, em primeiro lugar, nossos pressupostos teóricos, detalhando os conceitos essenciais em que nos baseamos; em seguida, descreveremos nossa metodologia, por meio das informações sobre os participantes da pesquisa, o contexto e os dados que são objetos de análise deste trabalho. Depois, passaremos para as nossas análises dos projetos de pesquisa estudados. Por fim, concluiremos com nossas considerações finais.

2. Fundamentação teórica

Este artigo tem como aporte teórico e metodológico principal a teoria do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) (BRONCKART, 1999, 2006, 2008) e os estudos de Machado, Lousada, Abreu-Tardelli (2005) e Motta-Roth, Hendges (2010) sobre o gênero textual projeto de pesquisa. A seguir, discorreremos sobre o ISD para, em seguida, tratar das pesquisas sobre o gênero textual que estamos estudando.

O Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) é uma corrente do Interacionismo Social, aceitando desse modo todos os seus princípios fundadores. A especificidade do ISD é a de postular que as práticas de linguagem situadas são instrumentos do desenvolvimento humano, tanto em relação aos conhecimentos e aos saberes quanto em relação às capacidades do agir e da identidade das pessoas (Bronckart, 2006).

Dentro de cada formação social há textos (orais ou escritos), que são os correspondes empíricos de uma ação de linguagem e são produzidos com os recursos de uma língua natural. Sendo produtos de uma ação linguageira, as características composicionais dos textos dependem das propriedades das situações de interação, da atividade que os gerou e também das condições sócio-históricas de sua produção (BRONCKART, 2008, p.113). Na medida em que cada texto se inscreve em um conjunto de textos, ele pertence, segundo o ISD, a um gênero textual.

Ao observar os textos, o ISD se baseia numa concepção geral de que todo texto possui uma organização hierárquica, na qual três camadas interagem entre si. Numa camada mais profunda, todo texto tem uma organização de conteúdo e da expressão da produção

de linguagem. Primeiramente, verifica-se o planejamento do conteúdo temático, ou seja, os temas e os elementos do conhecimento mobilizados. Depois, analisam-se os tipos de discurso e as sequências textuais presentes no texto.

Para analisar o plano global do conteúdo temático do gênero textual projeto de pesquisa, utilizamos os estudos de Machado, Lousada, Abreu-Tardelli (2005) e Motta-Roth, Hendges (2010).

Segundo os dois estudos citados, o projeto de pesquisa deve conter as seguintes partes:

- **Identificação ou dados do projeto:** nessa seção os dados mais importantes são o título da pesquisa (que deve expressar com precisão o tema ou problema que o projeto se ocupa); área de pesquisa; autor e orientador; instituição.
- **Problemas, hipóteses e perguntas:** apresentação do problema de pesquisa ou a pergunta que o pesquisador quer responder.
- **Justificativa:** aqui se deve mostrar a relevância e originalidade do projeto, ressaltando sua inovação. Essa seção é altamente argumentativa, pois tem de levar o leitor a ficar convencido da importância da pesquisa (MOTTA-ROTH, HENDGES, 2010, p.56).
- **Objetivo geral e objetivo específico:** de acordo com Machado, Lousada, Abreu-Tardelli (2005, p.84), o objeto que será tratado deve ser explicitado logo no início da introdução, sendo acompanhado de um relato dos percursos seguidos para a delimitação do assunto. O objetivo geral é o que se espera vir a conseguir com a realização da pesquisa. O objetivo específico esclarece o conteúdo do objetivo geral, sendo expresso por itens separados (*a e b*, por exemplo).
- **Síntese da literatura relevante:** apresentar uma síntese dos textos lidos, mostrando os conceitos centrais relevantes para a pesquisa. Para Motta-Roth, Hendges (2010, p.57) a pesquisa científica é um trabalho comunitário de uma dada comunidade científica com seus *objetos de estudo, raciocínios, ferramental teórico*.
- **Metodologia:** explicitação dos procedimentos adotados e a natureza dos dados obtidos. Além disso, há a descrição dos participantes da pesquisa e os procedimentos de coleta dos dados.

- **Resultados/impactos esperados:** essa seção é uma das mais argumentativas, pois se pretende convencer o leitor de que os resultados esperados serão importantes e úteis.
- **Cronograma:** é a divisão temporal das etapas da pesquisa dentro do prazo de vigência do trabalho como um todo.
- **Orçamento:** explicitação das fontes financiadoras da pesquisa, caso houver.
- **Bibliografia:** ao final do projeto de pesquisa, todas as referências citadas ao longo do trabalho (especialmente aquelas da seção da revisão da literatura) devem ser indicadas e listadas em ordem alfabética.

Para entendermos o conceito de tipos de discurso, é necessária a compreensão das duas operações fundamentais que os definem. Na primeira, Bronckart (1999), seguindo Weinrich (1973) opõe o mundo narrado ao mundo comentado, ou seja, os mundos do NARRAR e os mundos do EXPOR, referindo-se às operações de construção das coordenadas que organizam o conteúdo temático de um texto, sendo *disjuntas* se estiverem colocadas explicitamente à distância das coordenadas da situação de produção do texto (fatos passados e futuros), ou conjuntas, se esse distanciamento não é realizado.

Na segunda operação, que tem como base os estudos enunciativos de Benveniste (2006), é necessário observar se o texto é implicado ou autônomo. Se as ações expressas no texto são relacionadas ao produtor desse texto e a sua situação de produção, há uma relação de implicação, caso contrário se estabelece uma relação de autonomia.

Tendo estes dois subconjuntos (NARRAR e EXPOR/ IMPLICADO e AUTÔNOMO) em vista, podemos definir os quatro tipos de discurso segundo Bronckart (1999): mundo do NARRAR implicado (relato interativo), mundo do NARRAR autônomo (narração), mundo do EXPOR implicado (discurso interativo) e mundo do EXPOR autônomo (discurso teórico).

Os tipos de discurso são atestáveis em toda língua, porém cada uma mobiliza certos recursos linguísticos para expressá-los. A prática e a apropriação desses quatro tipos de discurso, de acordo com o ISD (BRONCKART, 2008, p.91), constroem e desenvolvem as diversas formas de raciocínio humano, como o raciocínio causal/temporal (RICOEUR, 1983) nos mundos do NARRAR (relato interativo e narração); raciocínio do senso comum no discurso interativo (ROULET, 1985) e raciocínio lógico-argumentativo no discurso teórico (GRIZE, 1984). Quando o agente (re)produz um tipo de discurso, ele deve proceder ao

planejamento interno dos segmentos envolvidos, aprendendo, assim, a ativar esses processos, indissolivelmente mentais e linguageiros, que são os raciocínios. (BRONCKART, 2006)

A respeito do discurso teórico e do raciocínio lógico por ele construído, Bronckart afirma que esse tipo de discurso tenderá sempre a uma autonomia com relação aos parâmetros de ação de linguagem, ou seja, ao mobilizar o discurso teórico as operações cognitivas se organizam em um *sistema de desdobramento no sucessivo* que é generalizado, abstrato e independente das circunstâncias particulares. (BRONCKART, BULEA, 2008).

Para Grize (1984), um raciocínio pode ser tanto um texto, uma sequência de expressões, tanto uma atividade, a operação de um pensamento que resolve um problema ou ainda uma estrutura formada de relações semântico-lógicas. De acordo com esse autor, o produto lógico deve ser observado na sua construção enquanto resultado da utilização dos recursos de uma língua natural. Desse ponto de vista, o raciocínio lógico é construído, diferentemente, por exemplo, da lógica matemática em que, a partir de algumas premissas dadas como verdadeiras, é possível afirmar se um raciocínio é lógico ou não.

Em um texto construído em discurso teórico, no qual há uma busca de conceitualização e ordenação lógica das operações cognitivas, deve-se analisar as operações textuais e discursivas realizadas para poder verificar o grau de formalização do raciocínio, e afirmar se se trata de um raciocínio formal ou não formal.

Segundo Grize (1990, p.56), o raciocínio formal é entendido como um domínio fechado, elaborado a partir de princípios. Os elementos do domínio são organizados entre eles, e essa combinação é semelhante a um “cálculo”. Por contraste, o raciocínio não formal contém inferências e por isso não tem uma linearização em domínio fechado, podendo apresentar uma separação das asserções ordenadas. Como consequência, o raciocínio não formal opera com noções e não sobre conceitos e por isso eles são *menos exigentes, mais fluidos, mais imprecisos que o raciocínio formal* (GRIZE, 1990, p.59-62).

Na relação entre esses dois tipos de raciocínios, Grize (1990, p.62) entende que passar do tipo formal para não formal é transformar as noções em conceitos, indo do mais ou menos preciso ao exatamente determinado, do pensamento comum para o pensamento científico.

No segundo nível de análise textual do ISD, verificam-se os mecanismos de textualização, que conferem a coerência temática ao texto por meio de várias relações

estabelecidas entre as unidades e estruturas mobilizadas, a fim de fazer o texto progredir. Nesse nível, três mecanismos são observados: as conexões, a coesão nominal e verbal. A coesão textual tem tanto a função de introduzir unidades novas de informação, quanto assegurar a sua retomada na sequência do texto (BRONCKART, 1999).

Ao aliar a coesão nominal com os tipos de discurso, Bronckart (1999, p.271) afirma que as relações coesivas no discurso teórico são mais frequentes, pois há uma articulação de argumentos de caráter mais abstrato e, por isso, geralmente, eles são associadas por relações de co-referência. Contudo, em um texto essa relação pode ser apagada, havendo ausência de coesão.

A respeito das funções que tem a coesão textual, Fávero (2012) propõe uma reclassificação dos estudos já realizados. Assim, são propostos três tipos de coesão: referencial, recorrencial e sequencial.

A coesão recorrencial tem por função fazer o fluxo de informação caminhar, progredir por meio da retomada de estruturas, itens e sequências que levam o discurso adiante. Por meio da recorrência, uma informação velha é articulada a uma nova. São casos de coesão recorrencial: a recorrência de termos, o paralelismo, a paráfrase e os recursos fonológicos, segmentais e suprasegmentais.

A recorrência de termos tem a função de ênfase, de intensificação e *um meio para deixar fluir o texto*. Ao tratar desse caso de coesão, Koch (2012, p.55) entende que, embora haja repetição de termos, pode não haver identidade de sentido entre eles, pois cada um traz novas instruções de sentido em relação ao termo anterior.

O último nível de análise, de acordo com Bronckart (1999, p.319), são os mecanismos enunciativos. Eles oferecem grande contribuição para o estabelecimento da coerência interativa, pragmática ou configuracional do texto e também orientam o destinatário na interpretação do conteúdo temático dos mesmos. Segundo Lousada (2010), esses mecanismos dão clarificação dialógica ao texto por meio das vozes e das modalizações.

3. Metodologia

Neste estudo temos como participantes alunos da Graduação em Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Esses alunos cursam habilitação em Língua Francesa e Língua Portuguesa e escreveram seus projetos de pesquisa

em diferentes níveis do curso de língua francesa, estando grande parte deles nos níveis iniciais e intermediários.

Os projetos de pesquisa foram desenvolvidos na Área de Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em francês do Departamento de Letras Modernas da USP, na linha de pesquisa em “Didática do francês língua estrangeira” e “Estudos das Línguas, culturas e textos”, logo se percebe um interesse dos alunos em realizar pesquisas que tenham relação com o ensino e aprendizagem do francês e com a análise de textos e discursos.

Os alunos que participaram do estudo escreveram um projeto de pesquisa pela primeira vez no contexto da Iniciação Científica, e não tinham conhecimentos prévios sobre esse gênero textual. Além disso, devido às poucas diretrizes fornecidas pela faculdade a respeito da escrita do gênero textual projeto de pesquisa, os alunos tiveram grandes dificuldades no momento de preparação e redação.

Neste estudo, analisamos nove projetos de pesquisa, produzidos por alunos que desenvolvem pesquisa em nível de Iniciação Científica, na FFLCH-USP, na Área de Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em francês do Departamento de Letras Modernas.

Para este estudo utilizaremos os procedimentos de análise textual e discursiva do Interacionismo Sociodiscursivo (BRONCKART, 1999, 2006). Num primeiro momento, analisaremos o contexto sociossubjetivo em que os projetos de pesquisa foram redigidos para, num segundo momento, analisarmos os elementos textuais e discursivos presentes desses textos. Neste trabalho, analisaremos o contexto sociointeracional dos projetos de pesquisa e também os níveis do plano global do conteúdo temático (MACHADO, LOUSADA, ABREU-TARDELLI, 2005; MOTTA-ROTH, HENDGES, 2010) e dos tipos de discurso, atentando para a construção do raciocínio formal e não formal por meio da textualização (GRIZE, 1984, 1990). Assim, discutiremos os projetos de pesquisa em sua macroestrutura textual.

Depois, analisaremos o nível da coesão nominal dos mecanismos de textualização, a fim de mostrar como o projeto de pesquisa é construído na retomada e fluxo das informações contidas nesses textos. Para isso, veremos sobretudo o tipo coesão recorrencial (FÁVERO, 2012; KOCH, 2012).

4. Análise dos projetos de pesquisa

Depois de termos explicado nossos aportes teóricos e a nossa metodologia, passaremos para as análises dos nove projetos de pesquisa que compõem o nosso corpus de estudo. Em primeiro lugar, analisaremos o contexto sociointeracional em que os textos foram produzidos para, num segundo momento, analisarmos o desenvolvimento do Plano global do conteúdo temático, o uso do discurso teórico na construção raciocínio lógico e, também, aspectos da coesão textual que encontramos.

4.1. Análise do contexto sociossubjetivo de produção

Os projetos de pesquisa foram produzidos tendo como lugar social a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, que tem um Programa de Iniciação Científica (IC), gerido pela Comissão de Pesquisa da faculdade (Cpq/FFLCH), instância que estabelece as datas da inscrição dos projetos, da apresentação dos relatórios, além de fazer a distribuição das bolsas e todos os trâmites burocráticos da pesquisa de IC.

Por meio do edital de IC, a Cpq fornece diretrizes para a escrita do projeto de pesquisa, que deve conter: Introdução, Objetivo, Metodologia e Referências. As seções devem caber em, no máximo, quatro páginas (com a capa). As orientações aos alunos são fornecidas da seguinte maneira¹²⁵:

- I. Histórico Escolar completo e atualizado do aluno incluindo as reprovações, se houver;
- II. No caso de reprovações no histórico, anexar justificativa;
- III. Currículo Lattes do aluno;
- IV. Cópia do termo de outorga dos itens preenchidos em Indicadores de Atividade de Pesquisa constante no questionário do Sistema, nas questões referentes a projetos de pesquisa Temático, Milênio, Individual etc. Para serem válidos, os indicadores devem estar vigentes em 30 de junho de 2013;
- V. Projeto Resumido de Pesquisa (máximo de 3 páginas, excluindo-se a capa e contendo: Introdução, Objetivo, Metodologia e Referências). O projeto pode ser individual do aluno ou, se pertencer a um projeto maior, tipo temático, o orientador deverá definir exatamente a atividade a ser desenvolvida pelo aluno;
- VI. Atualização de todos os dados pessoais do aluno no Sistema Júpiter;
- VII. No caso de pedido de renovação, deverá ser anexado o relatório parcial;
- VIII. Todos os arquivos devem ser anexados pelo orientador no sistema Atena em "PDF".

¹²⁵ As orientações para a redação do projeto estão contidas no Edital de Iniciação Científica e podem ser lidas na íntegra acessando este link: <http://pesquisa.fflch.usp.br/node/43>

Para a escrita do projeto de pesquisa, os alunos não têm outras instruções, senão aquelas concedidas no edital. Embora a extensão do projeto não seja grande, os alunos apresentam dificuldades na sua escrita, pois não têm familiaridade com esse gênero textual.

Os projetos que analisamos foram produzidos por alunos da graduação em Letras da FFLCH/USP, mais especificamente alunos do Bacharelado em Língua Francesa e Língua Portuguesa, que iniciaram a pesquisa em Iniciação Científica nos primeiros anos do curso de Letras. Esses alunos são interessados, sobretudo, nas questões relativas ao ensino do Francês Língua Estrangeira (FLE) e na análise de textos e discursos. Nenhum desses alunos tinha redigido um projeto de pesquisa, logo, não tinham contato com essa prática textual.

O destinatário primeiro dos projetos analisados foi o/a professor(a) doutor(a), que leu e orientou a reescrita dos textos. A partir das orientações e sugestões do orientador(a), os alunos ajustaram os projetos, que foi padronizado de acordo com as instruções da Cpq/FFLCH. Após três ou quatro versões, mais ou menos, os projetos foram submetidas à avaliação pela Cpq. Os nove projetos que analisamos foram modificados, logo há versões desses textos.

O projeto de pesquisa, como mostramos acima, é pré-requisito para a inscrição formal do aluno no Programa de Iniciação Científica da USP, a fim de desenvolver um estudo científico e, ao final, receber um certificado de conclusão da pesquisa, caso essa seja aprovada pelo orientador(a). Além disso, o projeto é essencial para pleitear uma bolsa de pesquisa do CNPq, da FFLCH ou da Reitoria da USP.

4.2. Análise do Plano Global do conteúdo temático

Como já explicamos, o conteúdo temático é o assunto que está sendo tratado no texto, ou seja, é o conjunto das informações selecionadas, tendo em vista a explanação de uma determinada temática. Os projetos que analisamos deveriam estar formatados segundo as diretrizes do Edital de Iniciação Científica.

Por se tratar do primeiro projeto de pesquisa escrito pelos alunos graduandos, os textos apresentaram variações com relação ao formato acima esperado.

Com relação às capas dos projetos, mais da metade não possui os títulos das pesquisas e dois desses não tinham capa. Em nosso corpus tínhamos um projeto cujo título não foi explicitado e outro em que não há capa, começando o projeto pela introdução.

Como apresentaremos nas análises, as partes do projeto de pesquisa são organizadas de acordo com as primeiras noções que os alunos têm sobre esse gênero textual e sobre o “fazer científico”. Assim, justamente por não terem ainda o domínio de todas as etapas da pesquisa, os títulos não foram inseridos. Nesse primeiro momento da escrita e aprendizagem do gênero textual projeto, os alunos ainda não desenvolveram um raciocínio formalizado de todo o processo necessário para o desenvolvimento da pesquisa científica, sendo esse fato um complicador para a escolha de um título que sintetize o trabalho.

O que acabamos de afirmar pode ser pensado se tomarmos como exemplo um dos títulos dos projetos analisados em nosso corpus. O título desse projeto é “Sequência didática e FLE”, bem amplo e não permite entrever a peculiaridade da pesquisa em questão. As palavras do título poderiam ser usadas no preenchimento das “palavras-chave” ou usada no próprio título, porém arranjadas de tal forma que enfatizassem o objetivo da pesquisa.

Ao analisarmos as introduções dos projetos também encontramos particularidades decorrentes dessa produção. Ao discorrer sobre os objetivos do projeto, identificamos duas tendências: ora há um objetivo amplo a ser trabalhado, ora um objetivo ainda inconsistente ou incompleto sobre o que se pretende estudar. Como exemplo:

- (1) Este projeto de iniciação científica pretende trabalhar com a aquisição do francês como língua estrangeira, abordando o uso do estudo de um gênero textual escrito para o trabalho na zona de desenvolvimento proximal [...] **Assim a partir da análise dos dados coletados poderemos sugerir novos posicionamentos para melhorar o ensino do francês como língua estrangeira.** (PP6)

Como podemos observar no trecho acima, objetiva-se com a pesquisa melhorar o ensino do Francês como Língua Estrangeira (FLE) como um todo. Um objetivo de tamanha proporção não seria possível numa pesquisa de Iniciação Científica, pois demandaria dados que mostrassem as lacunas do ensino do FLE, bem como o conhecimento de pesquisas que já tenham tratado sobre esse assunto. No entanto, entendemos que o objetivo estabelecido no projeto em questão é resultado das representações que o aluno faz de sua experiência enquanto graduando em Letras, na habilitação de francês, ou seja, sendo ele próprio estudante da língua francesa como língua estrangeira.

Para tratarmos da segunda tendência que encontramos na redação dos objetivos da pesquisa, mostraremos dois trechos que ajudarão na nossa reflexão:

- (2) Com este projeto, visamos a estudar o desenvolvimento da expressão escrita dos alunos, através de produções escritas organizadas a partir de gêneros textuais e que têm como eixo condutor as atividades linguageiras expor, relatar e descrever ações. (PP2)

- (3) Essa pesquisa consiste em escolher gêneros textuais apropriados para o ensino da língua francesa para os alunos do 1º ano de aprendizagem de tal idioma, que tenham o mínimo ou nenhum conhecimento prévio do francês. (PP3)

No trecho (2), nota-se que o objetivo estabelecido é o estudo dos gêneros textuais da ordem do expor e relatar ações, produzidos por alunos universitários do segundo semestre em Língua Francesa. Todavia, não são explicitados os gêneros textuais que serão produzidos pelos alunos e que serão objeto de análise. Do mesmo modo, no trecho (3), pretende-se estudar gêneros apropriados para o ensino do FLE no contexto universitário, no entanto não são explicitados os gêneros a serem trabalhos.

Ao justificar a relevância do trabalho, analisamos que, diferentemente do que é entendido por justificativa em um projeto canônico, nos projetos que analisamos notamos que o objetivo de pesquisa selecionado advém do contexto de produção que descrevemos acima. Dado que os alunos são graduandos em Letras, da habilitação em Língua Francesa, os projetos são justificados devido às próprias experiências com esse contexto, como podemos perceber nos trechos abaixo:

- (4) O presente projeto tem por objetivo **o estudo da produção escrita de alunos universitários implicados no aprendizado do francês como língua estrangeira** [...] (PP2)

- (5) **A escolha pelo gênero editorial foi motivada pela dificuldade existente, em alguns estudantes, em lidar com a “seqüência argumentativa”** (Bronckart, 1999) [...] (PP9)

Nos trechos acima, em que os alunos justificam a relevância de seus projetos, nota-se que é a implicação no contexto de aprendizagem do FLE que faz emergir um possível objeto de pesquisa, seja concernente às questões do ensino e aprendizagem da Língua Francesa na modalidade escrita ou oral, seja a relação entre língua e cultura ou as dificuldades encontrados até mesmo pelos próprios alunos, é que se tem a razão pela qual o projeto é relevante para ser estudado. A respeito das dificuldades dos alunos, vemos no fragmento (5), que elas motivam a proposta de pesquisa. Já que existe uma dificuldade na aprendizagem da

argumentação em língua francesa, um estudo sobre isso é necessário, a fim de sanar essa complicação notada no aprendizado.

Nas duas justificativas apresentadas, não vemos um conhecimento por parte dos alunos das pesquisas já realizadas sobre os assuntos abordados, pois, justamente pelo fato de ainda não terem familiaridade com esses estudos, o projeto é justificado somente pelas suas experiências enquanto alunos de Letras e interessados nas questões do ensino e aprendizagem do FLE.

Nos projetos analisados, a metodologia descrita também tem relação com o contexto de produção em que os alunos estão inseridos. Para entendermos como essa relação ocorre, utilizaremos os trechos a seguir:

- (6) Para responder à pergunta “A” dos objetivos, será coletado um corpus produzido **por alunos do primeiro ano da habilitação em francês do curso de Letras da Universidade de São Paulo.** (PP8)

- (7) Para responder à primeira questão, coletaremos vários textos pertencentes aos gêneros que serão **estudados pelos alunos do segundo semestre do bacharelado de Francês/Português do DLM-USP.** (PP2)

Ao explicar o contexto de coleta dos dados a serem analisados, percebemos que esses lugares são muito próximos dos alunos, sendo que, muitas vezes, eles próprios estão implicados nesse contexto, tendo como objeto de análise os textos produzidos por outros discentes que estejam em semestres de curso anteriores ao que os alunos se encontram.

Na utilização da bibliografia, de acordo com nossas análises, há um considerável uso de fontes secundárias ao sintetizar a literatura relevante para a pesquisa. Vemos o uso constante da forma *apud*, que mostra uma citação secundária. Isso é decorrente do desconhecimento das fontes primárias da área de estudo na qual a pesquisa se encontra. De fato, a utilização das fontes secundárias é de grande importância para a compreensão das fontes primárias, já que permitem que essas fontes sejam entendidas pela aplicação em contextos de pesquisa. Nos projetos analisados, no entanto, o notável uso dessas fontes denota uma tentativa de organização das ideias, tendo em vista os primeiros textos lidos.

4.3. Análise dos tipos de discurso: o raciocínio lógico formal e não formal

Em nossas análises cujo foco foi a utilização do discurso teórico, atentamo-nos no processo de formalização do raciocínio lógico, destacando a sua textualização por meio de análises linguísticas. Encontramos a textualização do raciocínio não formal em diferentes momentos dos projetos de pesquisa, na síntese da literatura relevante e também na metodologia. A seguir, mostramos nossas análises.

(8) A atual pesquisa fixa-se na vertente teórica do Interacionismo sócio-discursivo (Bronckart, 2003), que visa a mostrar o papel fundador da linguagem e sobretudo do funcionamento discurso/ da atividade discursiva no desenvolvimento humano. Apoiando-se no conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, um estágio pelo qual o indivíduo ainda não tem autonomia para encontrar soluções sozinho, precisando da contribuição de outro [...] (PP8)

(9) Uma das fontes teóricas desse trabalho são as ideias de Vygotsky sobre interação social (Apud Davis e Oliveira, 1994), na qual o indivíduo se constitui em uma sociedade e em um contexto histórico, os quais exercem suas influências sobre o mesmo, contribuindo em uma relação dialética entre o indivíduo e o meio, para construir e produzir conhecimento.

Outro conceito importante da teoria vygostkiana que será utilizado neste trabalho é o de mediação, segundo o qual a relação entre o homem e o meio se faz por meio de ferramentas materiais ou simbólicas (Oliveira, 2003).

[...]

Outra referência teórica deste trabalho são os conceitos da *Perspective actionnelle*, abordagem proposta pelo *Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas* (CECR. Conseil de l'Europe, 2001), para a qual os "usuários e os aprendizes de uma língua são tidos como atores sociais". (PP5)

Os dois fragmentos apresentados acima são trechos dos projetos de pesquisa analisados, encontrados na seção de síntese da literatura relevante, na qual os alunos estão sintetizando e apresentando os conceitos teóricos de base com os quais eles vão operar, a fim de desenvolver a pesquisa. No trecho (9), do PP8, que ainda não tinha título, o aluno apresenta dois referenciais teóricos importantes para a sua pesquisa: a teoria do Interacionismo Sociodiscursivo e o conceito de Zona de Desenvolvimento proximal de Vygotsky. A parte que destacamos no fragmento (9) do projeto mostra de forma clara essas duas escolhas teóricas. Entretanto, não há nenhum elemento coesivo que estabeleça qualquer relação entre as duas escolhas sendo que, na verdade, o Interacionismo Sociodiscursivo tem como suas fontes principais os estudos sobre o desenvolvimento de Vygotsky.

Assim, ao explicitar os conceitos teóricos que serão utilizados, o aluno desenvolve um raciocínio não formal, pois há um implícito entre os dois conceitos, que possivelmente não será entendido por todos os leitores do projeto.

No mesmo sentido, no trecho (10), parte da síntese dos pressupostos teóricos de um outro projeto, podemos identificar o uso do raciocínio não formal por meio da ausência de elementos coesivos. Para entendermos essa questão, destacamos três segmentos, que mostram a escolha do aluno em trabalhar com dois conceitos da teoria Vigotskiana e com conceitos da *Perspective actionnelle*. No primeiro, o aluno explicita o uso do conceito de interação, definindo-o como *uma relação dialética entre o indivíduo e o meio, para construir e produzir conhecimento*. É justamente a partir dessa relação que o homem desenvolve ferramentas para o seu agir, ou seja, é uma “relação” mediada. O conceito de mediação também será usado no trabalho do PP5, porém não há nenhuma relação explícita entre os dois conceitos, o de “interação” e “mediação”, logo notamos a semiotização de um raciocínio não formal. O uso repetido do item lexical “outro” para introduzir os conceitos utilizados, que gera a coesão recorrencial desse termo, não estabelece relação sentido entre eles, como constatado nos estudos de Koch (2012).

Ao atentarmos para o último segmento destacado, também notamos que não há uma relação coesiva entre os dois conceitos de Vygotky (2009) selecionados e com os demais conceitos advindos da *Perspective actionnelle*, outro pensamento teórico.

Na descrição da metodologia da pesquisa, também encontramos elementos que nos permitem afirmar que há raciocínio não formal. Observemos os trechos abaixo:

(10) Para responder à pergunta “A” dos objetivos, será [...] O que nos leva à segunda questão [...] Com o recolhimento do segundo grupo de textos, responderemos à pergunta “C” presente nos objetivos. A análise se concentrará nas (aqui fiquei em dúvida do que escrever) [...] (PP8)

(11) Os resultados serão analisados conforme o **Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart, 1999)**, cujos **três níveis serão fundamentais para a análise dos textos** aqui proposta, são eles:

Plano Global: conteúdos temáticos, tipos de discurso e sequências (argumentativas).

Mecanismos de Textualização: conexão, coesão verbal e coesão nominal.

Mecanismos enunciativos: Modalização e vozes/polifonia. (PP9)

O trecho (11) apresenta a descrição das etapas que serão realizadas para responder as perguntas de pesquisa. Vemos que o aluno segue um raciocínio formal do percurso que

seguirá na metodologia e compreendeu a sequência que se iniciará na pergunta A, que culmirá na B e desta para a pergunta C. Todavia, o raciocínio passa para não formal, posto que a sequência foi interrompida por meio da ausência de coesãológica na passagem da pergunta B para a C.

No segundo fragmento que mostramos acima, encontramos um raciocínio não formal na descrição do método de análise dos textos, no segmento destacado. Aqui, o elemento que nos permite compreender essa questão é a utilização do modalizador lógico “fundamental”. Na síntese da bibliografia relevante para a pesquisa, o aluno produtor desse projeto afirmou que os elementos linguísticos e discursivos são mobilizados tendo que vista o contexto de produção no qual a ação de linguagem vai intervir, logo eles são descritos após a análise do contexto tanto físico quanto sociosubjetivo. Entretanto, ao descrever o método de análise, esses elementos contextuais de análise são esquecidos em detrimento somente da descrição linguística, considerada “fundamental” para a análise dos textos. Portanto, nesse trecho, temos um raciocínio ainda não formalizado quanto ao método de análise que será utilizado na pesquisa.

Considerações finais

Guiados por nossos objetivos, mostramos, neste artigo, as peculiaridades do gênero textual projeto de pesquisa redigido pela primeira vez por alunos em pesquisa de Iniciação Científica. Essas particulares foram analisadas no desenvolvimento do plano global do conteúdo temático dos projetos e também na formalização do raciocínio lógico do discurso teórico; além disso, apontamos algumas questões a respeito da coesão textual, sobretudo dificuldades na criação do tipo coesão recorrencial.

Como mostramos, o primeiro contato com a atividade científica acontece, muitas vezes, por meio da escrita de um texto do gênero textual projeto de pesquisa. Assim, esse gênero contem as representações iniciais dos alunos a respeito da situação de produção dessa produção textual e do *métier* “pesquisador”.

Nesse sentido, nosso trabalho pretendeu verificar, no nível macroestrutural de nove projetos de pesquisa, algumas características desses textos, a fim de compreender como ocorre a aprendizagem tanto do gênero textual projeto de pesquisa, quanto do raciocínio

lógico. Dessa forma, esperamos contribuir com os estudos já existentes sobre o projeto de pesquisa e, acima de tudo, com os estudos que o consideram como um gênero textual e, assim, enfocam a textualidade na construção do raciocínio lógico formal e do discurso científico.

Referências Bibliográficas:

BENVENISTE, Emily. *Problemas de Linguística Geral I*. 5. ed. Campinas: São Paulo: Pontes, 2006.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um Interacionismo Sociodiscursivo*. Trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: Educ, 1999.

_____. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Trad. Anna Rachel Machado; Maria Lucia Meirelles Matêncio. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

_____. "L'activité langagière, la langue et le signe, comme organisateurs du développement humain". In: *Langage et société*, v.3, 2007, 121-122, p. 57-68.

_____. *O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores*. Trad. Anna Rachel Machado; Maria Lucia Meirelles Matêncio. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e Coerência Textuais*. São Paulo: Ática, 2012.

GRIZE, Jean-Blaise. *Sémiologie du raisonnement*. Berne: Peter Lang, 1984.

_____. *Logique et langage*. Paris: Ophrys, 1990.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A Coesão Textual*. São Paulo: Contexto, 2012.

LEITÃO, Poliana Dayse Vasconcelos. *A apreensão do projeto de pesquisa por alunos do curso de Licenciatura em Letras*. 2012. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Estudos Linguísticos) Universidade Federal de Pernambuco, João Pessoa, 2012.

LOUSADA, Eliane Gouvêa. *A abordagem do Interacionismo Sociodiscursivo para a análise de textos*. In: CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; CARLOS, J.T. (Orgs.). *Abordagens metodológicas em estudos discursivos*. São Paulo: Editora Paulistana, 2010.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane Gouvêa; ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. *Planejar gêneros acadêmicos*. São Paulo: Parábola, 2005.

MOTTA-ROTH, Desirée; HENDGES, G. R. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 165p .

MUNIZ-OLIVEIRA, Siderlene. O trabalho representado do professor de pós-graduação de uma universidade pública. 2011. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

RICOEUR, Paul. *Temps et récit I*. Paris: Seuil, 1983.

ROULET, Eddy. *L'articulation du discours em français contemporain*. Berne: Peter Lang, 1985.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. *A Construção do pensamento e da linguagem*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WEINRICH, Henri. *Le temps*. Paris: Seuil. 1973.

Abstract: *This chapter aims to show an analysis of research projects written by undergraduate students of Undergraduate Research. In this presentation, we will focus mainly the development of the overall plan of the thematic content and the use of discourse types, as well as aspects of textual cohesion (BRONCKART, 1999). For that, we use the theoretical-methodological interactionism sociodiscursive (BRONCKART, 1999 [1997], 2005, 2006, 2008, 2010, 2011) and in some studies on genre research project (MACHADO, LOUSADA and ABREU-TARDELLI, 2005; LEITÃO, 2008; MOTTA-ROTH HENDGES, 2010). The collected corpus consists of projects students of Letters, who participated or participate in the program of Undergraduate Research in the University of São Paulo. Regarding the mobilization of theoretical discourse, we analyze the forms of textualized reasoning (BRONCKART, 2008; BRONCKART, Bulea, 2008). We will show, first, our introduction and then our theoretical presupposition and methodology of our work, then our analysis to, finally, present our final considerations.*

Keywords: *Sociodiscursive Interactionism; textual genres; research projects; thematic content; types of discourse.*

19. GÊNERO DISCURSIVO E RESPONSABILIDADE NA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DO SÉCULO XIX: UMA LEITURA BAKHTINIANA

Urbano Cavalcante Filho¹²⁶

Resumo: *O objetivo deste trabalho é apresentar resultados parciais da pesquisa de doutorado em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP). Neste artigo nosso propósito é, operando com as noções de gênero discursivo e responsividade, caracterizar o discurso da divulgação científica no século XIX, materializado nos enunciados concretos das Conferências Populares da Glória, uma das atividades mais importantes da divulgação dos saberes científicos no século XIX no Brasil, tomando como aporte teórico, as reflexões advindas da teoria dialógica da linguagem do Círculo de Bakhtin.*

Palavras-chave: *gênero discursivo; responsividade; enunciado; divulgação científica; círculo de Bakhtin.*

Compreender um objeto significa compreender meu dever em relação a ele (a orientação que preciso assumir em relação a ele), compreendê-lo em relação a mim na singularidade do existir-evento: o que pressupõe a minha participação responsável, e não a minha abstração.

(MIKHAIL BAKHTIN)

1. Introdução

A pesquisa de doutoramento em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP), tem como

¹²⁶ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Prof. Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo. urbanocavalcante@usp.br.

objetivo central descrever e analisar a arquitetônica da divulgação científica do Brasil do século XIX, materializada em enunciados concretos das *Conferências Populares da Glória* do Rio de Janeiro. Escolhemos como fundamentação teórica da investigação as reflexões advindas da teoria dialógica da linguagem do Círculo de Bakhtin, pelo fato de que, para o Círculo, o enunciado é encarado como produto da interação verbal, determinado tanto por uma situação material concreta como pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma dada comunidade linguística.

Para este trabalho, operando com as noções de gênero discursivo e responsividade, objetivamos caracterizar o discurso da divulgação científica no século XIX, materializado nos enunciados concretos das tais conferências.

Aportados, primordialmente, na teoria bakhtiniana, neste estudo, a análise não recairá tão somente nos elementos intratextuais (mecanismos de coesão, efeitos de coerência, significados dos itens lexicais etc.) por si mesmos. Interessa-nos aqui levar em consideração o caráter histórico e dialógico do discurso, tomando o enunciado como um elo na cadeia de comunicação verbal, produzido por sujeitos em determinado contexto sócio-histórico situado.

Para o entendimento de aspectos genéricos e responsivos da divulgação científica no século XIX, materializados nos enunciados concretos das *Conferências Populares da Glória*, tomamos como objeto de análise a conferência intitulada *Darwinismo: seu presente, seu passado e seu futuro*¹²⁷, proferida pelo Dr. Augusto César Miranda Azevedo¹²⁸, em 11/04/1875. É importante ressaltar que a escolha dessa conferência, aproveitando o argumento de Discini (2012), parte do princípio de que

um todo genérico, ou seja, um, dois, três ou mais enunciados, dos quais é depreensível um gênero como ‘uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo’ (BAKHTIN, 1997, p. 301), se instala por meio dos vetores estilísticos concretizados segundo o que transporta o dizer e o dito. Isso faculta ao analista a obtenção do todo como presença instalada na ordem do porvir e do que já foi, conforme um ‘intuito discursivo’ (BAKHTIN, 1997, p. 301). Tendo à mão um único texto, o analista se depara com a presença desse intuito discursivo, responsável pela tonalidade expressiva do gênero” (DISCINI, 2012, p.83).

¹²⁷ Diante da impossibilidade de anexá-la integralmente neste artigo, a conferência sob análise neste trabalho encontra-se disponível *on line* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Vide em: http://memoria.bn.br/pdf/278556/per278556_1876_00001.pdf. Essa e outras conferências foram publicadas em forma de revista mensal impressa, intitulada “Conferências Populares”. Dirigido pelo próprio Manoel Francisco Correia, o órgão de divulgação das palestras teve periodicidade mensal e formato pequeno, com mais de cem páginas por edição. Era impresso na Typographia Imperial e Constitucional de J. de Villeneuve & Cia., no nº 65 da rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro.

¹²⁸ O Dr. Augusto César Miranda Azevedo (1851/1907) era médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, após clinicar na Corte, exerceu sua profissão na província de São Paulo.

Neste texto pretendemos, num primeiro momento, situar as condições de produção que envolveram o discurso em análise. Depois, apresentar a noção de gênero e responsividade, com base nos postulados bakhtinianos, seguida de uma análise, ainda que breve, da caracterização desse gênero, observando os seus elementos constituintes e como seu projeto de dizer atua responsivamente no contexto discursivo.

Nosso entendimento neste trabalho parte do pressuposto de que nosso interesse nessa perspectiva é uma análise dos

aspectos sócio-históricos da situação enunciativa, privilegiando, sobretudo, a vontade enunciativa do locutor – isto é, sua finalidade, mas também e principalmente sua [apreciação] valorativa sobre seu(s) interlocutor(es) e tema(s) discursivos -, e, a partir dessa análise, buscarão as marcas linguísticas (formas do texto/enunciado e da língua – composição e estilo) que refletem, no enunciado/texto, esses aspectos da situação” (ROJO, 2006, p.59).

2. As condições de produção do discurso da divulgação científica no século XIX

O século XIX foi marcado pelo aparecimento e difusão de teorias científicas de cunho determinista – positivismo, evolucionismos, naturalismo, darwinismo social, marxismo. Originárias da Europa, essas matrizes de pensamento foram propagadas, discutidas e redefinidas para além do velho mundo (CARULA, 2007, p.2). Com o desejo de ser uma nação civilizada, a ciência era vista, sobretudo pelas camadas letradas, como o veículo que levaria o país a percorrer o caminho rumo à civilização.

Nesse período, mais precisamente na segunda metade do século XIX, ocorreram muitas atividades de publicação de periódicos com o intuito de divulgar os saberes científicos, a exemplo da *Revista Brasileira – Jornal de Ciências, Letras e Artes* (1857), a *Revista do Rio de Janeiro* (1876), a revista *Ciência para o povo* (1881), a *Revista do Observatório* (1886), entre outras.

Mesmo considerando essas atividades de publicação de periódicos, em 1873, iniciou-se uma atividade de divulgação científica que, na opinião de Fonseca (1996), é uma das mais significativas da história brasileira e que duraria quase 20 anos: as *Conferências Populares da Glória*, que, ao que parece, tiveram impacto significativo na elite intelectual do Rio de Janeiro.

As *Conferências Populares da Glória*¹²⁹ tiveram início em 1873 (mais precisamente em 23 de novembro), sob a iniciativa e coordenação do conselheiro Manoel Francisco Correia, senador do Império, e tinham como meta “divulgar um conhecimento científico entre a camada letrada da cidade do Rio de Janeiro” (CARULA, 2007, p. iii) e até 1890, foram contabilizadas 603 conferências¹³⁰.

Bastos afirma que as *Conferências Populares da Glória* “permitiram uma fecunda discussão de ideias científicas e educacionais na cidade do Rio de Janeiro [...] e possuem caráter educativo e de vulgarização do conhecimento, com a intenção de *difundir as luzes* e as modernidades científicas” (BASTOS, s/d, p. 1, grifo da autora).

3. Fundamentação teórica

3.1 Os gêneros do discurso

Salientamos a importância da contribuição do Círculo de Bakhtin ao se pensar “a respeito da natureza da enunciação e dos gêneros do discurso, ou seja, a maneira como as condições de produção condicionam e são condicionadas pelos aspectos enunciativos” (GRILLO, 2006, p.1), pois, para a reflexão bakhtiniana, a classificação das formas de enunciação apoiam-se na classificação das formas de comunicação verbal, que são determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sócio-política (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1992).

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, de 1929, Bakhtin/Volochínov, ao tratar do problema dos *gêneros linguísticos*, esclarece que “cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica” (2002, p.43). Temos aqui, na visão do Círculo, o aspecto ideológico associado à noção de comunicação. Mas é em seu célebre artigo do início dos anos 50 que vamos nos basear para falar em gênero do

¹²⁹ Denominação recebida em virtude de serem realizadas em escolas públicas localizadas na Freguesia da Glória, no Município da Corte.

¹³⁰ De todo o período de ocorrência das *Conferências Populares da Glória*, os estudiosos comungam da ideia de que o período compreendido entre 1873 e 1880 foi o mais representativo, onde as preleções ocorreram de maneira mais sistemática e em maior quantidade, contando com a participação dos mais importantes expoentes das ciências biomédicas no país.

discurso, pois é praticamente impossível falar em gênero sem fazer referência a este manuscrito. *Os gêneros do discurso* escrito por Bakhtin, provavelmente em 1952/53, é um texto inacabado encontrado entre os papéis do autor e publicado na Rússia pela primeira vez numa coletânea de material de seus arquivos em 1979.

Como ponto de partida, temos o postulado do Círculo de Bakhtin, tomando como fato o foco das reflexões recair no/sobre caráter social dos fatos da linguagem: “A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana” (BAKHTIN, 2000, p.279). Esses enunciados refletem as condições e finalidades de cada uma das esferas, sendo encarados como produto da interação verbal, determinado tanto por uma situação material concreta como pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma dada comunidade linguística. Com isso, é perceptível, em suas abordagens, a presença de um componente social, já que o enunciado de um falante é precedido e sucedido pelo de um outro. Essa é uma posição defendida por Bakhtin (2000), ao tratar a língua em seus aspectos discursivos e enunciativos, e não em suas peculiaridades formais e estruturais. Com essa noção, Bakhtin ratifica a concepção de encarar a linguagem como um fenômeno social, histórico e ideológico, definindo um enunciado como uma verdadeira unidade de comunicação verbal.

Considerando a riqueza e a variedade dos gêneros produzidos pelos indivíduos nas situações sociais, tais gêneros caracterizam-se (ou são norteados) pelas:

condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais – mas também, e sobretudo, por sua estrutura composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isolado, é claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos de gênero do discurso (BAKHTIN, 2000, p.279).

Por isso que não dizemos o que queremos, onde e quando queremos, mas os discursos são organizados socialmente, inserem-se numa ordem enunciativa e são regulados, moldados pelos gêneros que os constituem. Em outras palavras, cada esfera da comunicação

social apresenta *tipos relativamente estáveis de enunciados*, ou gêneros discursivos (*retchevye janry*¹³¹).

Conforme Grillo (2004), a noção de enunciado é fundamental no entendimento e definição dos gêneros discursivos, na concepção bakhtiniana. Com efeito, assim como os gêneros, o enunciado não é caracterizado apenas pela sua forma composicional e seu estatuto linguístico, mas são consideradas também as condições de produção que, de certa forma, são refletidas e refratadas na materialização linguística do enunciado. E a apreensão do enunciado e do seu sentido só é possível se levarmos em consideração os elementos extraverbais da situação de comunicação à qual ele está inserido.

3.2 A responsividade

Podemos entender por responsividade a propriedade de o enunciado configurar-se e manifestar-se como resposta a outros enunciados, reais ou virtuais, em circulação no contexto discursivo, concretizando o projeto de dizer do seu(s) autor(es). Tal conceito tem alicerce na concepção de que o discurso é atravessado pela presença da alteridade. Assentamos nosso pensamento no pressuposto da presença da alteridade no discurso, já que, para Bakhtin, a alteridade é constitutiva do eu, um eu que não é solitário nem solipsista. Trata-se de um conceito situado no âmbito da concepção filosófica em que se ancora a visão de linguagem do Círculo.

A noção de responsividade é, para o Círculo, inerente à linguagem porque, *a priori*, ela é intrínseca ao ser humano. Estamos diante de uma concepção que encara a ação humana como atividade responsiva; atividade essa que se dá tanto como a ação do sujeito em resposta à ação de outros sujeitos, como com sua ação assumir uma posição.

É interessante trazer aqui as reflexões propostas por Sobral quando este autor ao refletir sobre a teoria bakhtiniana, traz um neologismo, entendendo a responsividade como um ato *responsível*¹³²: “o ato responsável envolve o conteúdo do ato, seu processo, e,

¹³¹ A tradução literal de *retchevye janry* é gêneros discursivos.

¹³² Sobral (2012) utiliza o termo “responsível” por defender que tal neologismo, além de contemplar o aspecto do *responder por* (responsabilidade, ato responsável) também abarcaria a ideia de *responder* (responsividade), conforme origem latina (*respondeo/respondere*).

unindo-os, a valoração/avaliação do agente com respeito a seu próprio ato, vinculada com o pensamento participativo” (SOBRAL, 2012, p.21).

Pensando no sujeito divulgador dos conhecimentos científicos, defendemos a ideia de que não se trata de um “tradutor”, como muitos advogam, mas encaramos o agente divulgador como um sujeito/autor que, após o gesto de interpretação do discurso da ciência, ele tem seu ato responsável e responde por essa enunciação, num espaço de interdiscursividades e relações dialógicas entre esferas (científica, jornalística, do cotidiano etc.). Entendendo o ato como um gesto ético no qual o sujeito se revela e se arrisca inteiro. Pode-se dizer que ele é constitutivo de integridade. O sujeito se responsabiliza inteiramente pelo pensamento. Nas palavras de Bakhtin:

cada um de meus pensamentos, com o seu conteúdo, é um ato singular responsável meu; é um dos atos de que se compõe a minha vida singular inteira como agir ininterrupto [...] cada ato singular e cada experiência que vivo são um momento do meu viver-agir (BAKHTIN, 2010, p.44).

4. Análise

Nossa intenção agora é, de forma breve, observar como tais noções podem ser aplicadas na análise da conferência *Dawrninismo: seu passado, seu presente e seu futuro*, proferida pelo Dr. Augusto César de Azevedo Miranda. Reproduzimos a seguir, as partes que julgamos mais importantes da conferência que subsidiarão nossa análise¹³³.

Minhas senhoras, meus senhores

O meu primeiro dever subindo a esta tribuna é pedir-vos que principieis desde já a oferecer-me a vossa benevolencia, desculpando a demora que tive, fazendo, involuntariamente, esperar um auditorio tão ilustrado.

Se volto a esta tribuna, se venho novamente ocupar a atenção de pessoas tão inteligentes, com um ponto de estudo de sciencias naturaes, é porque de ha muito estou convencido que é pela meditação perene, pelo cultivo constante desse ramo dos conhecimentos humanos, que a instrucção popular, grandeza das nações, se ha de elevar no seculo actual, chamado por Haeckel, o seculo das sciencias naturaes; acreditando pois na grande utilidade dos conhecimentos positivistas, volto para falar-vos d’essas sciencias.

Tratarei do darwinismo e da doutrina, evolutiva dessa teoria que ocupa actualmente a atenção de todos os sabios da velha Europa, e dos Estados Unidos e que infelizmente é quase desconhecida entre nós.

¹³³ Nessa reprodução, respeitou-se fielmente o registro da língua portuguesa utilizado pelo autor em sua conferência.

Annima-me a vir occupar a vossa attenção, a convicção profunda que tenho de assim contribuir para o aperfeiçoamento dos estudos e da instrucção popular no Brazil. Congrange-se-me o coração sempre que ouço de pessoas, que dizem-se habilitadas em sciencias naturaes, a pergunta, que revella completa ignorancia sobre esta matéria: - quem foi Darwin? o que significa esta theoria? E eu vos referirei com magoa que ainda hontem um collega, distincto por sua intelligência e por sua litteratura, me perguntava quem era Darwin e o que significava essa doutrina!

[...]

E eu ouvi já, com pezar, desta mesma tribuna um orador dizer que “*o Darwinismo era uma theoria que nem merecia as honras de tese*”. Decidir por essa maneira uma questão que preocupava as mais altas intelligencias de todo o mundo, é revelar desconhecimento absoluto da matéria, e inqualificavel leviandade de critica scientifica.

Eu reconheço que uma das causas que mais tem contribuído para a ignorancia da theoria darwinista, para até hoje como que haver um sequestro dessa doutrina scientifica, é o predomínio de certas idéas theologicas e orthodoxas; acredita-se que essa questão affecta de uma maneira profunda as crenças e que recebemos de nossos avós, e que contribue para toda especie de subversão dos principios da moral. Mas, senhores, no estudo da theoria darwinista nada temos que ver com a religião. É um erro profundo, um erro que sempre tem prejudicado a sciencia, querer-se essa aliança heterogenea, sem razão de ser, entre a *sciencia* e a *religião* productos de dous factores diferentes – a razão e a fé.

Deixemos que cada um caminhe pelas trilhas que lhe traçarão essas duas forças: os religiosos aceitarão as idéas que receberão de seus pais ou das luzes de sua fé; outros seguirão os principios das sciencias positivas que hoje constituem a primeira feição dos conhecimentos do seculo XIX; [...]

Vejamos, porém, antes, o que entende-se por darwinismo?

O darwinismo, como diz Haeckel, não é mais do que um fragmento, uma parte dessa lei geral da interpretação dos fatos universaes; defini-lo-hei, portanto, assim: a theoria genealogica que sustenta que todos os organismos extinctos, existentes, futuros, e vegetaes ou animaes derivão-se de um pequeno numero de typos antepassados, excessivamente simples e transformados por uma evolução ou metamorfose gradativa por meio da selecção natural.

[...]

Depois de Xenophones de Colophonte, apenas em Aristoteles, esse genio assombroso, que, dominando toda sciencia antiga, chegou a influir sobre a dos seculos modernos, vê-se algumas idéas que tenham relação com a theoria evolutiva e genealogica do darwinismo.

[...]

Como Newton, bem que eclypsado perante sua sabedoria, e sem querer comparar-me com aquelle grande sábio, eu os darei como ele aos que elogiavão suas obras: “Só apresento o resultado do estudo, sou como as crianãs; nada mais fiz do que, ao pé de um aceano admiravel, immenso, apanhar pequenas conchas; as mais preciosas, as mais custosas gemas essas lá estão no fundo do oceano.”

Vinde, representantes da sciencia, vinde colher essas gemas preciosas! (*Muito bem; muito bem. Applausos prolongados.*)

4.1. Conferência: um gênero discursivo?

Parodi, Ibáñez e Venegas (2006) definem conferência como: “Género discursivo que tiene como macropropósito persuadir en el marco de una relación que puede configurarse entre escritor experto y lector experto o semilego en un ámbito científico. Preferentemente, se hace uso de un modo de organización discursiva argumentativo y de recursos multimodales.”

Tomando os postulados bakhtinianos como referência, concebemos as *Conferências Populares da Glória* como um gênero do discurso, na medida em que estamos diante do emprego da língua em forma de enunciado concreto e único em dado contexto discursivo que, por sua vez, enquadra-se no campo das atividades humanas. Tais enunciados, por conseguinte, refletem e refratam determinadas condições e coerções de campos específicos de comunicação, a partir dos seus elementos constituintes, a saber: o conteúdo temático, o estilo e a forma composicional, apresentando uma relativa estabilização enunciativa.

Para ampliar esta análise, trazemos à baila as considerações de Maingueneau (2005, p.65): “os gêneros de discurso não podem ser considerados como formas que se encontram à disposição do locutor a fim de que este molde seu enunciado nessas formas. Trata-se, na realidade, de atividades sociais que, por isso mesmo, são submetidas a um critério de êxito”.

Portanto, pautados agora nessa abordagem de Maingueneau (2005), numa perspectiva complementar a de Bakhtin, que acabamos de discutir, entendemos também que para que a conferência, encarada enquanto gênero do discurso pertencente à esfera da divulgação científica, alcance suas “condições de êxito”, ela deverá estar submetida aos seguintes elementos:

- *finalidade reconhecida*, que, no caso das conferências, visa a divulgar os saberes científicos;
- *estatuto de parceiros legítimos*, figurados nas instâncias do sujeito preletor e público (ouvinte das conferências);
- *lugar e momento legítimos*, dizem respeito à periodicidade com que o gênero é “apresentado” e onde vai ser veiculado (no caso da conferência, acontecia

semanalmente nas manhãs de domingo na Freguesia da Glória, na segunda metade do século XIX);

- *suporte material* que se refere à materialidade, em que o gênero circulará (na maioria dos casos das conferências, eram veiculadas em forma de resumos, comentários ou anúncios nos jornais da época; a que analisamos neste trabalho foi publicada integralmente na revista homônima *Conferências Populares*, já mencionada neste trabalho);
- *organização textual*, que diz respeito aos modos de encadeamento de seus constituintes, que é o que discutimos enquanto estrutura composicional, proposta por Bakhtin (1992).

Ainda sob a atmosfera das reflexões do Círculo de Bakhtin, considerando os elementos constituintes do gênero discursivo, temos, em relação à conferência em análise, o *conteúdo temático* que é responsável por dar um acabamento relativo ao “objeto de sentido”. O conteúdo temático abordado pelos conferencistas das *Conferências da Glória* como um todo era vasto, incluía um conjunto amplo e eclético de conhecimentos (atualidade científica, liberdade e obrigatoriedade do ensino, pedagogia, filosofia, instrução pública, educação da mulher, geografia, história, literatura), ou seja, desde temas essencialmente culturais (literatura, teatro, história das civilizações, educação) até temáticas intrínsecas ao conhecimento das diversas ciências (matemática, biologia, medicina, botânica, ciências físicas)¹³⁴.

Outra dimensão constitutiva do gênero que está estritamente vinculada à unidade temática, é a *construção composicional*. Ela refere-se à forma de organizar o texto, de montar a estrutura com os itens que comporão a obra. Como exemplifica Fiorin (2006, p.62):

“[...] sendo a carta uma comunicação diferida, é preciso ancorá-la num tempo, num espaço e numa relação de interlocução, para que os dêiticos usados possam ser compreendidos. É por isso que as cartas trazem a indicação do local e da data em que foram escritas e o nome de quem escreve e da pessoa para quem se escreve.”

¹³⁴ Convém lembrar que o conteúdo temático “não é o assunto específico de um texto, mas é o domínio de sentido que se ocupa o gênero. [...] As sentenças têm como conteúdo temático a decisão judicial” (FIORIN, 2006, p. 62). Essa é a ligação temática dentro de cada atividade humana, em que a linguagem é um elo da cadeia que permite a identificação desta esfera e de seus participantes, pelos discursos proferidos. Portanto, pensando nas conferências, o conteúdo temático não diz respeito aos assuntos específicos nele tratados, mas o conteúdo temático refere-se à abordagem, informação e divulgação de assuntos científicos voltados às mais diversas áreas do conhecimento.

Pensando na conferência, podemos perceber que, em relação à forma composicional, a maneira como o discurso é constituído e as relações dialógicas que acontecem entre os parceiros da comunicação verbal, põem em funcionamento procedimentos discursivos variados, dentre eles: saudação, agradecimento do preletor pelo convite a proferir a conferência, apresentação da temática, apresentar da sequência argumentativa, a recuperação de conhecimentos tácitos, definições, explicações, exemplificações, interlocução com o público, questionamentos etc. Todos esses elementos dão à conferência exemplo de gênero pertencente à esfera da divulgação científica.

Quanto ao terceiro elemento constitutivo do gênero discursivo e que está vinculado estritamente à unidade temática e composicionalidade, o *estilo*, este é entendido como “seleção de certos meios lexicais, fraseológicos e gramaticais em função da imagem do interlocutor e de como se presume sua compreensão responsiva ativa do enunciado” (FIORIN, 2006, p.62). Dirigido a um público não especializado nos assuntos de ciência, o discurso da divulgação deve

dispensar a linguagem esotérica exigida pelo discurso científico preparado por e para especialistas e abrir-se para o emprego de analogias, generalizações, aproximações, comparações, simplificações - recursos que contribuem para corporificar um estilo que vai se constituir como marca da atividade de vulgarização discursiva (ZAMBONI, 1997, p.122).

É neste elemento constitutivo do gênero, o estilo do enunciado, que reflete a individualidade do locutor e o estilo do gênero correspondente à maneira de representar o estilo individual. Como marcas do estilo da conferência em análise, observamos a pessoalização do discurso: “Anima-me a vir ocupar a vossa atenção, a convicção profunda que tenho de assim contribuir para o aperfeiçoamento dos estudos e da instrução popular no Brazil [...] Eu ouvi já, com pesar, desta mesma tribuna um orador dizer que ‘o Darwinismo era uma teoria que nem merecia as honras de these’” (MIRANDA, 1876, p. 42).

Aproveitando as reflexões de Maingueneau (1991), podemos destacar as modalidades apreciativas, recurso utilizado pelo locutor para expressar julgamentos de valor, através de categorias lexicais como adjetivos subjetivos (“ocupar a atenção de pessoas tão inteligentes” / “que revela completa ignorancia sobre esta matéria” / “é revelar desconhecimento absoluto da matéria, e inqualificável leviandade de crítica científica”). A citação de autoridade é outro recurso acionado pelo locutor como instrumento para garantir a validade da enunciação: “O darwinismo, como diz Haeckel, não é mais do que um fragmento, uma

parte dessa lei geral da interpretação dos fatos universaes; defini-lo-hei, portanto, assim: a theoria genealogica que sustenta que todos os organismos extinctos, existentes, futuros, e vegetaes ou animaes derivão-se de um pequeno numero de typos antepassados, excessivamente simples e transformados por uma evolução ou metamorfose gradativa por meio da selecção natural” (MIRANDA, 1876, p.43).

Esses breves exemplos caracterizadores do estilo da conferência acabam por, juntamente com seu conteúdo temático e sua forma composicional, atribuir uma entonação de vontade de instrução, civilização e formação da opinião pública da elite carioca do século XIX, pois um país civilizado se faz com um povo detentor dos conhecimentos científicos.

4.2. Conferência: um ato *responsível*?

A noção de responsividade na conferência ora analisada apresenta-se de diferentes maneiras. Primeiramente, ao considerarmos o acontecimento das *Conferências Populares da Glória*, pensando no projeto como um todo, e na conferência sobre o darwinismo, em particular, estamos diante de um fato que já constitui um ato de resposta ao contexto discursivo mais amplo. Se considerarmos o contexto brasileiro da segunda metade do século XIX, veremos que pertencer ao mundo civilizado era o que desejava larga parcela da elite brasileira. Afinal, era preciso que o país alcançasse o desenvolvimento das sociedades civilizadas, tendo as europeias como referência. Só que para isso, argumenta Carula (2007), para chegar a esse patamar, era necessário o conhecimento das ciências e, especialmente, das ciências naturais. A ciência era vista, sobretudo pelas camadas letradas, como o veículo que levaria o país a percorrer o caminho rumo à civilização. Portanto, as conferências no Rio de Janeiro apresentam-se como uma resposta a esse desejo nacional.

Podemos também vislumbrar um outro aspecto em que a responsividade se manifesta. Trata-se do fato da escolha dos temas das conferências. Ora, se considerarmos que, conforme Bastos, os oradores tinham plena liberdade para a escolha dos temas das conferências, a escolha do tema darwinismo é uma resposta à sociedade que, na opinião do seu preletor Augusto César Miranda de Azevedo, desconhecia tão importante assunto:

“Tratarei do darwinismo e da doutrina, evolutiva dessa teoria que ocupa actualmente a atenção de todos os sábios da velha Europa, e dos Estados Unidos e que infelizmente é quase desconhecida entre nós” (MIRANDA, 1975, p.41). Temos aqui, portanto, a vontade enunciativa do locutor se manifestando na arquitetura do projeto de dizer das conferências. Além disso, para confirmar a responsividade de tal conferência como resposta a um outro enunciado já-dito, tratar do tema darwinismo na conferência em tela, é uma resposta a um enunciado já dito pelo autor no Rio de Janeiro, pois em 1874, Azevedo já havia abordado o mesmo assunto em sua tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

A repercussão das conferências na imprensa carioca é um dado muito importante para ser levado em consideração. Antes mesmo da ocorrência dessa conferência, já havia um já-dito abordando tal assunto, pois a visão e o propósito da conferência era difundir o dito conhecimento científico e possibilitar, através da imprensa carioca, um espaço formador da opinião pública, onde muitas vozes estariam, responsivamente, em constante diálogo. Conforme Carula (2007), assim anunciou *O Globo*, em 10/04/1875: “[...] propoe-se o Sr. Dr. Miranda Azevedo a expor a teoria moderna da história natural, que de presente, preocupa os sábios dos países mais adiantados. A doutrina que da tese contém ainda não foi debatida entre nós e poucos a têm estudado”.

Esse enunciado também suscitou enunciações futuras, seja através da repercussão na imprensa carioca, seja no fato de o preletor ter dado prosseguimento à defesa da teoria darwinista no projeto das Conferências da Glória. Em 25 de abril de 1875, Azevedo proferiu uma conferência intitulada “Estudo e demonstração das leis fundamentais do darwinismo”.

Convém lembrar esses enunciados também suscitaram enunciações-resposta contrários. Alguns jornais fluminenses na época, a exemplo do jornal católico *O Apóstolo*, teceram fortes críticas à conferência de Azevedo, chegando a acusá-lo de criminoso e ameaçando-o de punição legal. Como resposta a tal posicionamento, segundo o jornal *O Globo*, como afirma Carula (2007), Azevedo não se preocupou com as “frases violentas”, impressas pela folha católica, “já que possuía a seu favor sua tese de doutoramento, aprovadas pelas comissões competentes e, logo, não era criminoso; deixando a critério do bom senso do público instruído o veredicto final” (CARULA, 2007, p.83).

Diante dessas considerações, tomamos como “verdade” que observar a responsividade enunciativa das conferências é perceber a estreita correlação que existe

entre os enunciados e a situação concreta de sua enunciação, seu universo discursivo, percebendo nele uma atitude avaliativa, uma tomada de posição axiológica. E essa tomada de posição axiológico-semântica é materializada no tom que os enunciados apresentam.

5. Considerações finais

Esta breve análise revela importantes aspectos discursivos das Conferências Populares da Glória, ocorridas no Brasil, no século XIX. Intrinsecamente dialógico e responsivo, o enunciado da conferência sob análise constitui um elo na cadeia de comunicação da sociedade, apresentando-se como um espaço privilegiado de manifestações das relações dialógicas próprias do universo do discurso.

Todo o projeto de dizer constitui-se como ato responsável dentro da conjectura sociodiscursiva em que é produzido. Visto como enunciado concreto, um texto relativo ao todo de um gênero confirma-se decerto como unidade que oferece vetores para a definição das características genéricas e seu empreendimento responsivo a enunciados já-ditos ou a dizer, reais ou virtuais.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Trad. do francês de Maria Ermentina Galvão G. Pereira. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 277-326.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do Ato Responsável*. Trad. Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BASTOS, Maria Helena Camara. *Conferências Populares da Freguesia da Glória (1873-1890)*. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3104.pdf> [s/d] Acesso em: 25 set. 2012.

CARULA, Karoline. *As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)*. Campinas, SP, 2007. 179p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

DISCINI, Norma. Para o estilo de um gênero. In: *Bakhtiniana*, Revista de Estudos do Discurso. Vol. 7, Nº 2. São Paulo. Jul-Dez/2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-45732012000200006> Acesso em: 20 jun. 2013.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. As “Conferências Populares da Glória”: a divulgação do saber científico. In: *História, ciências, saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, v. 2, n. 3, p. 135-166, nov. 1996/fev. 1996. p. 135-166.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. *A produção do real em gêneros do jornal impresso*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. Divulgação científica na esfera midiática. In: *Revista Intercâmbio*, volume XV. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2006.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *L'Analyse du discours*. Paris: Hachette, 1991. P. 88-168.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MIRANDA, Augusto César de Azevedo. Darwinismo: seu passado, seu presente e seu futuro. In: *Conferências Populares*. Typ. Imp. E Const. de J. Villeneuve & C. Rio de Janeiro, 1976. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/278556/per278556_1876_00001.pdf. Acesso em: 15 nov. 2012.

PARODI, Gíovanni; IBÁÑEZ, Romualdo; VENEGAS, René. *El Corpus PUCV-2006 del Español: identificación y definición de los géneros discursivos académicos y profesionales*. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/lyl/n20/art05.pdf> Acesso em: 20 jun. 2013.

ROJO, Roxane. O texto como unidade e o gênero como objeto de ensino de língua portuguesa. In: TRAVAGLIA, Luiz Carlos (Org.). *Encontro na linguagem: estudos linguísticos e literários*. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 51-80.

SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 11-36.

ZAMBONI, L. *Heterogeneidade e subjetividade no discurso de divulgação científica*. Campinas, São Paulo, 1997. 211f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000123879&fd=y>. Acesso em: 25 jun. 2010.

Abstract: *The aim of this work is to present partial results of the ongoing Doctorate research on the Philology and Portuguese Language Post-Graduation Program of the University of São Paulo (USP). At this paper our purpose is, operating with the notions of the discourse genres and answerability, to characterize the scientific dissemination discourse in the 19th century, materialized in the concrete utterances of the Gloria's Popular Conferences, one of the most important activities of the scientific knowledge dissemination in the 19th century, in Brazil, regarding as theoretical support, the reflections from the language's dialogic theory of the Bakhtin Circle.*

Keywords: *discourse genres; answerability; utterance; scientific dissemination; Bakhtin Circle.*

PARA CITAR ESTA OBRA:

AQUINO, Z. G. O.; BENTO, E. J.; OLIVEIRA, A. D.; OLIVEIRA, M. A.; PONTES, V.; SANTOS, T. J. F. (Orgs.). *Linguagem, Estratégia e (Re)Construção*. São Paulo: Editora Paulistana, 2014. 308p. ISBN 978-85-99-82972-1.

Acessível em: <http://eped.fflch.usp.br/>